Faculdade de Arquitectura
da Universidade do Porto

# AUTO- CONSTRUÇÃO ASSISTIDA

## Práticas de Projecto Entre a Experiência do Habitante e o Contributo do Arquitecto

Inês Amaral Monteiro

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura
Orientação: Doutora Arquitecta Marta Cruz
2012 | 2013

Notas:

Por opção do autor, o texto foi escrito ao abrigo do antigo acordo ortográfico.

As citações referenciadas não serão traduzidas, garantindo a fidelidade ao texto original.

O texto integral é de autoria própria com a excepção da tradução do resumo, da autoria de Bárbara Guedes.

À avó “mãezinha”

# AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Marta Cruz, pela paciente e cuidada orientação que me motivou ao longo de todo este processo inconstante e que me transmitiu ensinamentos que levarei comigo para o futuro.

Ao Professor Nuno Portas e aos arquitectos José Veloso, Filipe Balestra e Sara Göransson que, imediata e calorosamente, me receberam e concederam testemunhos disciplinares imprescindíveis para o desenvolvimento deste trabalho.

À arquitecta Ana Fernandes que me clarificou noções-chave sobre o tema.

À arquitecta Priscilla Nogueira, à amiga Sofia Santos e aos habitantes da Aldeia dos Índios da Meia Praia, pela simpatia e entusiasmo com que partilharam as suas experiências.

A todos os amigos, em especial à Rita, pela atenção, companheirismo e cumplicidade que sempre demonstrou, quer na vida académica, quer na vida pessoal. Às Marias, à Bia, ao Verde e ao Choupina, pelo apoio incondicional demonstrado. Também às amigas de [e para] sempre: Cláudia, Mafalda, Sofia e Francisca.

A toda a família, o pilar invisível que me apoia em todas as etapas, mas de onde não posso deixar de realçar a minha querida irmã, pelo carinho com que partilhamos os momentos mais importantes.

E, por fim, mas sempre os primeiros, aos meus pais, os meus professores da vida e impulsionadores de todo o meu [per]curso.

obrigada

# RESUMO

O tema da presente dissertação tem como foco principal o estudo da metodologia subjacente aos processos de Auto-Construção Assistida e surge a partir da motivação inerente à compreensão do dualismo entre o trabalho manual e empírico do habitante e o trabalho erudito e disciplinar do arquitecto.

Contextualiza-se a génese da arquitectura *informal* e a urgência da reestruturação metodológica e da reinterpretação do papel do arquitecto como dever cívico, na década de 60, tendo em conta as profundas mudanças dos padrões de vida do século XX e as respostas desadequadas das práticas correntes que se mostravam insuficientes e propiciadoras do afastamento social, cultural e processual entre o habitante e o arquitecto.

A Aldeia dos Índios da Meia Praia, em Lagos, surge como objecto de estudo que partilha considerações análogas com personalidades activistas que se envolveram intensivamente nas questões da habitação. O projecto emerge no âmbito do programa SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local), no contexto conturbado das Revoluções de Abril de 74. Consiste no realojamento de uma comunidade desinserida física e socialmente da sociedade e na democratização dos seus processos. Apoiado nas Ciências Sociais e na dialéctica entre o arquitecto e o habitante, este projecto destaca-se pela metodologia fundamentada na participação e auto-ajuda da comunidade, bem como pela atenção maior dada às especificidades de cada habitante. O projecto parte de um princípio de *obra aberta*[1] que permite uma adaptação contínua da casa às necessidades individuais, pretendendo, deste modo, proporcionar novos modos de vida e potenciar a inserção social e territorial e

[1] *Cf.* ECO, Umberto, *Obra Aberta,* Difel, Lisboa, 1989 (1ªed. 1962)

reduzir a precariedade na habitação que muitas vezes conduziram a contextos indignos à condição humana.

As práticas que se baseiam na inter-relação do arquitecto e o habitante esbatem a fronteira entre eles e permitem descortinar questões cruciais para a disciplina da Arquitectura: em que medida é o arquitecto capaz de responder aos desejos dos habitantes e até que ponto interfere no quotidiano do Homem? Qual o papel do arquitecto num processo que será submetido à metamorfose da habitação adaptada às necessidades do habitante, segundo práticas e formas que fogem aos padrões estabelecidos pela sociedade? Com que princípios se norteiam os processos onde as esferas de controlo são reestruturadas e doseadas na partilha de responsabilidades?

A escolha do tema desta dissertação reside, essencialmente, numa inquietação pessoal e na oportunidade de desenvolver um estudo de uma metodologia não convencional que vá além dos conteúdos programáticos da "Arquitectura de Autor", na crença de que existem caminhos paralelos e igualmente plausíveis para a resposta ao problema mundial da habitação e para a integração de territórios de génese *informal* (e dos seus habitantes) nos sistemas urbanos.

# ABSTRACT

The theme of the following thesis has its main focus on the study of the underlying methodology in the processes of Assisted Self-Construction and emerges from the motivation inherent to the comprehension of the dualism between the manual and empirical work of the inhabitant and the architect's erudite and disciplinary work.

It contextualizes the origin of *informal* architecture and the urgency of methodological reorganisation and reinterpretation of the architect's role as a civic duty, in the 60s, taking into account the deep changes of life standards in the 20th century and the inappropriate responses of the current practices which proved to be insufficient and conducive to social, cultural and procedural detachment between inhabitant and architect.

The Aldeia dos Índios da Meia Praia, in Lagos, appears as a study object which shares similar considerations with activist people who were intensively involved in the housing issues. The project emerges from the scope of SAAL program (Local Ambulatory Support Service), in the troubled context of the Carnation Revolution, in 1974. It consists in the rehousing of a physically and socially detached community from the society and in the democratization of its processes. This project is based on Social Sciences and on the dialectics between architect and inhabitant, and stands out because of its methodology grounded in the cooperation and self-help of the community, as well as the special attention given to the specificities of each inhabitant. It is a project that stands on a principle of "open building"[2], which allows a continuous adaptation of the house to the individuals needs, intending to provide new ways of life, enhance social and territorial inclusion and reduce precariousness in housing that many times led to contexts unworthy of human condition.

[2] *Cf.* ECO, Umberto, *Obra Aberta,* Difel, Lisboa, 1989 (1ªed. 1962)

The practices based on the interrelationship between architect and inhabitant blur the boundaries between them and allow to detect fundamental matters related to Architecture: in what way is the architect able to answer the inhabitants needs and to what extent he interferes with everyday life? What's the architect's role in a process submitted to transformation so as to meet the changeful needs of the inhabitant, according to practices and ways different from society's established patterns? What are the principles that guide the processes where the spheres of control are restructured and determined when sharing responsabilities?

The choice of this theme lies, essentially, in a personal disquiet and in the oportunity to develop a study of an unconventional methodology that goes beyond the programme contents of "Author's Architecture", believing that there are parallel paths which equally plausible for the answer to the worldwide housing problem and to the integration of territories of *informal* origin (and their inhabitants) in urban systems.

# ÍNDICE

AGRADECIMENTOS [v]

RESUMO [vii]

ABSTRACT [ix]

**INTRODUÇÃO** [19]

Auto-Construção [19]

A Ordem Inventada [20]

A Desordem Vivida – A Génese da *Informalidade* [21]

A Hegemonia dos *Slums* nos Países do Terceiro Mundo [23]

Escassez como Motor da Criatividade e Desintegração Social [25]

O Papel do Arquitecto – Casa Como Dispositivo de Inserção Social [26]

Auto- Construção Assistida - Um Olhar Sobre a Experiência Portuguesa e os Índios da Meia Praia [29]

PARTE I

**01| O LUGAR DA ARQUITECTURA NO CONTEXTO EUROPEU** [37]

**01.1| Reinterpretação do Papel do Arquitecto** [37]

A Lição do Team 10 sobre a Complexidade Individual e a Participação como Princípio Metodológico [41]

**01.2| Arquitectura como Interface Disciplinar** [45]

A *Criticality* de Amos Rapoport [45]

Os *Patterns* de Christopher Alexander [47]

O LNEC como Contexto de Interdisciplinaridade em Portugal [50]

**01.3| Arquitectura como Campo de Possibilidades** [53]

A *Opera Aperta* de Umberto Eco [53]

Os *Supports* de John N. Habraken [56]

A Abordagem Portuguesa à Ideia de Habitat Evolutivo [59]

**02| ARGUMENTOS DO *TERCEIRO MUNDO* PARA UMA ARQUITECTURA INTEGRADA** [63]

A Influência de Charles Abrams na Consciencialização do Fenómeno Mundial da *Informalidade* [64]

**02.1| Participação Comunitária** [65]

*Architecture Without Architects* de Rudofsky [65]

O Contributo de John F. C. Turner [67]

O Modelo *Settlement Upgrading* de Carlos Nelson dos Santos [71]

**02.2| Tradição** [74]

A Experiência de Hassan Fathy em Nova Gurna [74]

**03| PORTUGAL RUMO À DEMOCRATIZAÇÃO DA HABITAÇÃO** [79]

**03.1| O Início de Uma Nova Abordagem às Questões da Habitação** [80]

*Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa* [80]

Colóquio do Urbanismo – *Habitação para o Maior Número, Funchal*, 1969 [82]

Colóquio sobre a Política da Habitação, LNEC, 1969 [83]

Encontro Nacional dos Arquitectos, Lisboa, 1969 [83]

**03.2| Práticas Pós-Revolução** [85]

Auto-Organização e Participação [85]

Auto-Construção [86]

Permanência do Lugar [87]

Descentralização do Poder [87]

PARTE II

**01| A ALDEIA DOS ÍNDIOS DA MEIA PRAIA** [95]

**01.1| Metodologia** [97]

Instrumentos Metodológicos [99]
Trabalho de Campo [100]

**01.2| [des]Inserção** [103]

Contexto Físico e Social [103]
A Pré-existência [106]

**01.3| O Projecto [1974-1975]** [109]

*Housing as a Verb* [109]
Confronto e Dialéctica entre o Habitante e o Arquitecto [110]
Perspectiva Técnico-Económica [113]
Implantação [Legalização do Lote] [114]
Habitação Evolutiva [Estratégia de Melhoria Progressiva] [115]
Organização das Casas [Espaço Público com Carácter Social] [118]
Materiais e Processos de Construção [121]

**01.4| A Reconfiguração dos Dispositivos Arquitectónicos [1975-2012]** [127]

Impulso para a Mudança [127]
Para um Habitat Ideal [128]
Materialização das Novas Exigências [129]
Entraves para a Continuidade do Processo [138]
O Legado [141]

**01.5| Fichas das Habitações do Bairro** [146]

**CONSIDERAÇÕES FINAIS** [185]

Reflexões Metodológicas [185]
Respostas para Uma Arquitectura Integrad[or]a [187]
A Utopia Convertida a Realidade na Aldeia dos Índios da Meia Praia [190]

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS [197]

CRÉDITOS DE IMAGENS [205]

ANEXOS [211]



*Se olharmos para trás, para a História e para a tradição para pensar, também podemos olhar para baixo, para subir*.

Robert Venturi,

*Learning from Las Vegas,* 1966

**Figura A** (atrás) – Parte da favela da Rocinha, Rio de Janeiro (2011)

# INTRODUÇÃO

## AUTO-CONSTRUÇÃO

Define-se **auto-construção** como o processo de execução de um projecto no qual o habitante é o próprio construtor, sendo ele o responsável pelas decisões fundamentais que definem o mesmo e o gestor dos respectivos recursos. Estas decisões são tomadas no momento, de forma contínua e, na maioria dos casos, apenas com o conhecimento técnico de que a própria mão-de-obra dispõe. Por não ser um processo premeditado e planeado, o habitante e os possíveis colaboradores imaginam soluções, iniciam a execução, avaliam os resultados parciais, repensam e reorientam-se pelas experiências e dificuldades que surgem durante a construção e a apropriação dos espaços criados.

O processo referido não é recente, pois vem a ser naturalmente praticado desde o início da História da Humanidade como um reflexo intuitivo da necessidade de abrigo e pertença. Como Bruno Taut afirmava, *a habitação é o reflexo mais imediato e extraordinário de cada indivíduo*[3]. Porém, a consciencialização do conceito "auto-construção" e o seu reconhecimento como processo de produção do espaço surge, apenas, depois da identificação de um outro modo de fazer arquitectura corrente e da inerente distinção entre os dois.

De facto, durante milhares de anos, as maiores riquezas e complexidades de ambientes construídos surgiram da arquitectura popular e do saber empírico das populações, provando serem sustentáveis, possuírem organização lógica e uma elevada eficiência

[3] SIZA, Álvaro, "Conversa com José Adrião e Ricardo Carvalho" – entrevista, *in Jornal dos Arquitectos,* nº224, Ordem dos Arquitectos, Lisboa, Junho-Setembro de 2006, p.60

técnica, fortalecendo a ideia de que *a arquitectura é mais velha do que qualquer arquitecto.*[4] Assim, a auto-construção é, desde sempre, um método implícito culturalmente - um manifesto inato do desenvolvimento das civilizações, baseado no entendimento comum e na interacção diária entre experientes e aprendizes.

Todavia, face a um mundo em constante mutação, associado às sucessivas mudanças de valores e, por consequência, a um novo Homem e um novo habitat, a auto-construção adquire um outro estatuto e significado.

## A ORDEM INVENTADA

Durante um longo período de tempo, o arquitecto foi uma figura que permaneceu exclusivamente relacionada com a produção de edifícios de excepção, como a exaltação de um poder político, religioso, económico e, por isso, desligado do quotidiano mundano. Como consequência, assistiu-se a um afastamento da arquitectura erudita - acessível a uma ínfima minoria - da arquitectura popular, que predominava na grande maioria das vilas e cidades.

Mas com a Revolução Industrial que se dá nos finais do século XIX e é fruto de uma mudança cultural tecnológica e social, definem-se novos padrões de vida, novos conceitos e, consequentemente, novas formas de habitar e de pensar a casa. O emergir da massificação da habitação, aliado a novos modelos de produção e novos materiais, introduz a generalização de um **sistema *formal*** (jurídico, físico e económico). Sistema *formal* este que transparece na arquitectura, no planeamento urbano linear (organização funcional e simbólica da cidade) e na habitação encomendada, construída por um sistema organizado de instituições ou empresas privadas, profundamente marcadas por um eclectismo ideológico e governadas por regulamentações e contratos legais. O arquitecto passa, assim, a trabalhar para *um maior número*, segundo uma *ordem estabelecida*.

*A construção está legislada e sujeita a normas que definem o que está correcto e o que está errado, o legal e o ilegal. Sabemos, como a História tem demonstrado, que estes conceitos variam de época para época, de cultura para cultura, de região para região e principalmente de Estado para Estado, porque são os Estados que, através dos seus cidadãos, legislam.*[5]

Assim, contrastando com este modelo rígido, a auto-construção deixa de ser um processo corrente para passar a ser uma alternativa utilizada pelas camadas mais frágeis das

[4] Filipe Balestra, entrevista feita pelo autor, a 27 de Abril 2012, em Lisboa.
[5] ADRIÃO, José, CARVALHO, Ricardo, "Editorial", *in Jornal dos Arquitectos* nº 226, Ordem dos Arquitectos, Lisboa, Janeiro-Março de 2007, p.3

sociedades actuais no *Primeiro*, mas sobretudo no *Terceiro Mundo.*[6] Facto que motiva o entendimento da perpetuação da auto-construção ao longo dos anos, já que esta não se extinguiu com a imposição de modelos *formais.*

Por razões sócio-económicas variadas, tanto nas cidades consolidadas dos países mais desenvolvidos, como naquelas ainda emergentes dos países mais pobres, existem graves debilidades ao nível da habitação, transformando a carência de alojamento num problema à escala mundial.

## A DESORDEM VIVIDA - A GÉNESE DA *INFORMALIDADE*

*Desde sempre, as cidades foram polos de acumulação e de concentração das riquezas e as metrópoles não escapam a esta dinâmica, não sendo de espantar que as categorias sociais de maior rendimento aí se concentrem. Encontram-se nas metrópoles a maior parte dos capitais, dos valores fundiários e imobiliários, bem como os níveis mais elevados do produto interno bruto (e isto apesar da presença de grandes proporções e populações pobres, desempregados e "excluídos").*[7]

Desde cedo que as cidades são vistas como o testemunho da civilização humana e do manancial de oportunidades, do emprego, da economia crescente e da inovação. Contudo, a cidade é também um território para o surgimento de questões sociais ligadas à pobreza, desalojamento e ao crime. Aliado ao progressivo abandono das áreas rurais (onde escasseiam os recursos materiais, mas sobretudo os financeiros), o fenómeno da migração para os centros urbanos provoca um crescimento exponencial, não só na escala da cidade – a qual assiste a uma "hipertrofia urbana" -, como também na gravidade dos problemas de alojamento da população que, além de se encontrar fora do seu contexto físico, também se encontra fora do seu contexto social e cultural. A dificuldade de inserção na sociedade, agravada pelo poder financeiro debilitado, materializa-se na incapacidade de comprar um terreno ou uma casa segundo as leis do mercado impostas.

---

[6] Tal como Charles Correa afirma no seu livro *The New Landscape*, também, optar-se-á, pelo mesmo motivo, pela designação de 'Terceiro Mundo' ao longo deste trabalho, em detrimento das terminologias mais redutoras 'países em desenvolvimento' ou 'países subdesenvolvidos', ligados exclusivamente ao processo económico, sem incluir as questões políticas, sociais e culturais, intrinsecamente relacionadas. *Throughout this text I have used the term: the Third World. I find this far better than those miserable (and inaccurate) euphemisms, "under-developed" and/or "developing". The Third World, as most of us know, was a phrase coined in the 1950's by Nehru. Tito, Nasser and other leaders of the Nonaligned movement in order to define a third option, one different from Joseph Stalin's USSR and John Foster Dulles USA. It is precisely this third choice that I wish to draw to your attention.* (CORREA, Charles, *The New Landscape: Urbanization in the Third World*, Mimar Book, 1989, p.7)

[7] ASCHER, François, *Metapolis: acerca do futuro da cidade*, Celta, Oeiras, 1996, p. 7



**Figura 1**
Contraste entre a habitação *formal* e habitação *informal*, Paraisópolis, São Paulo, Brasil, 2007

A população encontra, assim, um caminho, mesmo que involuntário, num **sistema *informal*** que se transforma na única e na mais directa resposta às suas necessidades. Sem arquitectos e com pouca capacidade económica, mas com alguns recursos humanos, os habitantes constroem o seu abrigo, na ausência de um planeamento e, sistematicamente, à revelia dos órgãos do poder governamental. Os bairros *ilegais* são, assim, uma alternativa para o largo sector da população que não tem acesso ao mercado da habitação, em países onde as autoridades não conseguem dar uma resposta adequada às massivas exigências habitacionais ditadas pelo elevado crescimento demográfico e pelo fluxo migratório.

## A HEGEMONIA DOS *SLUMS* NOS PAÍSES DO *TERCEIRO MUNDO*

*Em média, 43% da população urbana dos países em desenvolvimento estão em favelas, contra 6% nos países desenvolvidos.*[8]

Segundo Charles Correa,[9] a maior concentração de habitação precária clandestina localiza-se nos países do *Terceiro Mundo*, decorrente dos movimentos migratórios inerentes às possibilidades de cada população. Enquanto que a Europa assistiu a um crescimento urbano exponencial nos séculos XVII e XVIII, no século XIX a migração para as grandes cidades continuou, porém, dispersada através do sistema colonial, o que possibilitou um grande crescimento populacional distribuído pelo Mundo. *Não é o caso dos indianos ou dos chineses, ou dos brasileiros. Portanto, um indiano vem da aldeia para Bombaim porque não pode ir para a Austrália ou para o Canadá.*[10] Afastados da possibilidade de emigrar, os países "colonizados", sobretudo durante o século XX, sofreram um crescimento populacional e urbano desmedido e desordenado, crescendo segundo os padrões do sistema *informal*, dando origem aos *slums* - que hoje representam entre 40% a 70% dessas cidades - e acentuando a discrepância económica, política e social entre o *Primeiro* e o *Terceiro Mundo* [figuras 2, 3 e 4]. Nos referidos assentamentos *informais* residem mais de um bilião de pessoas, quase o dobro da população europeia. As cidades do *Terceiro Mundo* são, deste modo, uma simbiose progressiva entre formas sociais e urbanas. A *ordem* e a *desordem* coexistem na mesma realidade.

---

[8] UN-Habitat, "The Challenge of Slums", *in Global Report on Human Settlements*, 2003, disponível no Website <http://www.favelization.com/search/label/%7C02%7C%20-%20Panorama%20Mundial>

[9] Charles Correa (1930, Secunderabad, Índia), arquitecto, urbanista, activista e teórico dos séculos XX e XXI, é pioneiro no desenvolvimento de habitação *low cost* para os países ditos do *Terceiro Mundo*. Os seus projectos estão espalhados um pouco por todo o mundo, mas é na Índia que se encontram a maior parte das suas propostas de cariz social e incremental. Trabalha para a ONU e, em 1989, escreve o livro *The New Landscape,* onde faz uma abordagem à escala global do problema da habitação e enfatiza a necessidade de reestruturar os centros urbanos e a usar a população e o espaço em si como recursos primários e ferramentas para o desenvolvimento.

[10] CORREA, Charles, "Habitat – Conceitos e Metodologia", *in Arquitectura e Vida*, nº17, Junho 2001, p. 30

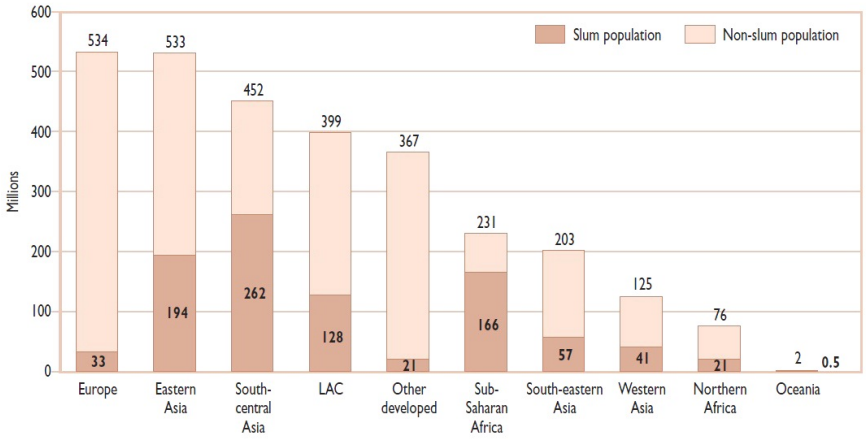



**Figura 2**
Gráfico comparativo entre o total de população urbana que vive em sistemas *informais* ou *formais*, por região (revisão de 2001)

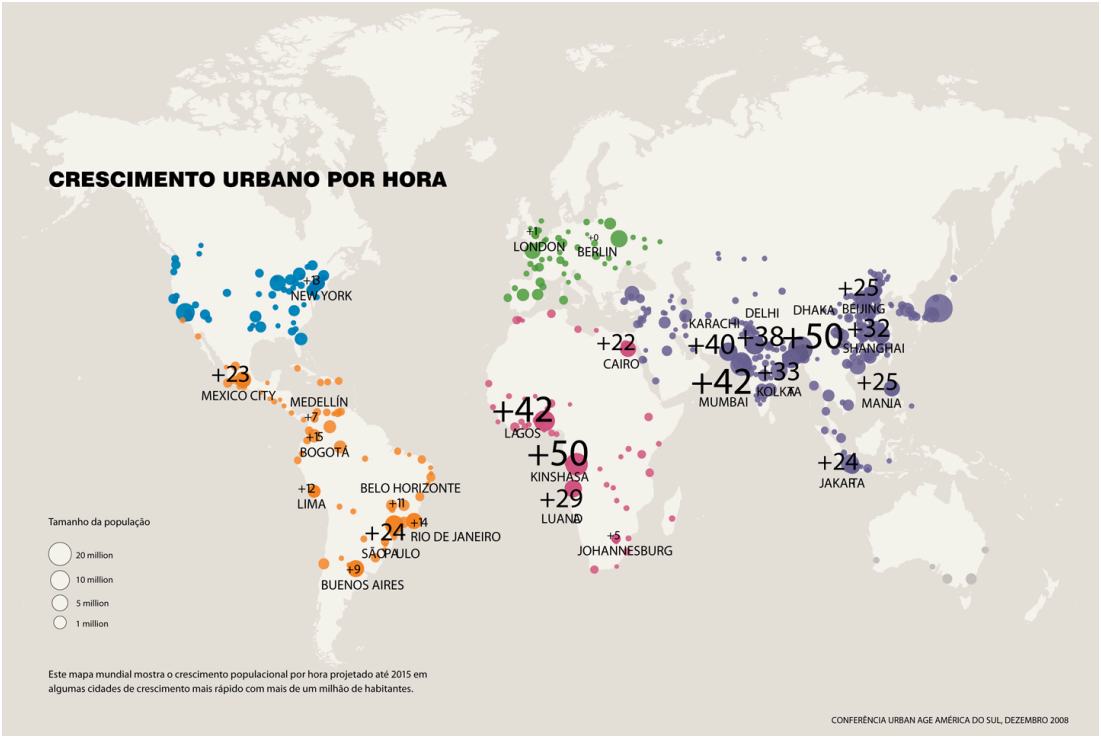



**Figura 3**
Representação gráfica do crescimento urbano, por hora, projectado para 2015, nas principais cidades que verificam um crescimento urbano acentuado (Diagrama utilizado na conferência *Urban Age*, na América do Sul, Dezembro de 2008)

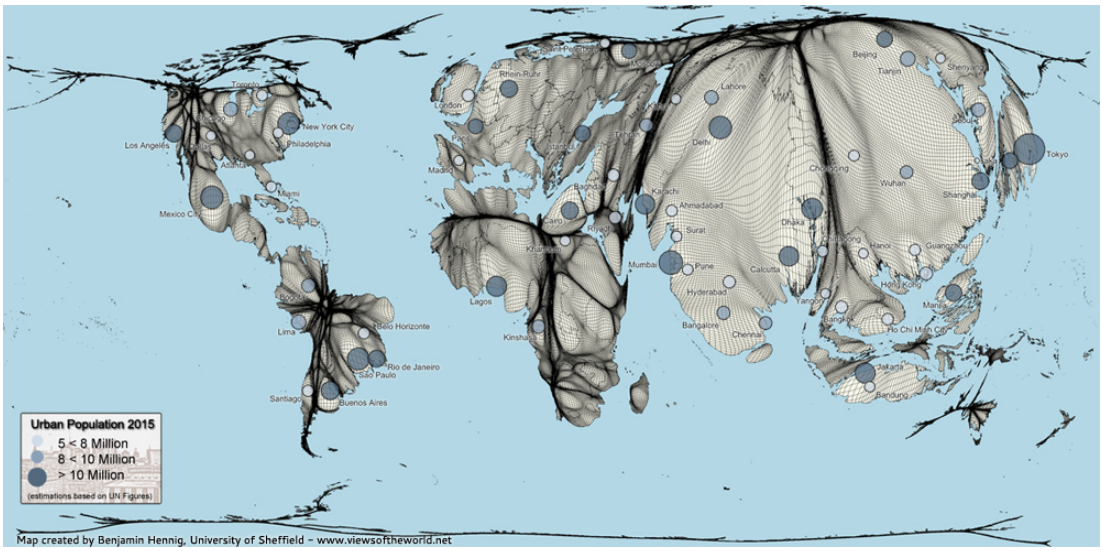



**Figura 4**
Mapa elucidativo da distribuição mundial da população urbana para 2015

*Pode-se afirmar que o «lugar comum» das cidades do hemisfério sul é a generalização do loteamento clandestino, da ocupação irregular, da favela, do slum como forma (des)urbana (…) Enquanto a população urbana nos países desenvolvidos está relativamente estabilizada, nos demais países do globo ocorre uma vertiginosa e perversa urbanização. (…) Trata-se, em geral, do paradoxo de uma «urbanização sem crescimento» económico, ou de uma urbanização da pobreza. (…) Há uma expansão do ilegal sobre o legal, do informal sobre o formal, da excepção sobre a regra. Na urbanização desurbanizada, a excepção é a cidade, a norma é a emergência de um «planeta de favelas».*[11]

## ESCASSEZ COMO MOTOR DA CRIATIVIDADE E DESINTEGRAÇÃO SOCIAL

Embora as habitações clandestinas adquiram inúmeras variações formais e tipológicas, consoante as posses individuais, a localização, a cultura, os desejos individuais, entre outros factores, partilham de aspectos comuns, mesmo que correspondam a extractos sociais com rendimentos diferentes. Materializam-se em espaços precários desprovidos de infra-estruturas (água, luz, esgotos, etc.). A habitação é construída com o esforço dos habitantes, através de um processo faseado e evolutivo, sendo melhorada e adaptada progressivamente, mediante as mais diversas motivações, de acordo com as possibilidades económicas e apetência de cada habitante. As técnicas são as mais empíricas e rudimentares e os materiais os mais acessíveis.

Deste modo, a casa espelha, não só a condição económico-social inerente ao processo e à concepção formal da mesma, mas também as orientações estéticas e os valores das pessoas que nela habitam.

*(…) the diversity of dwelling types and traditions directly reflects the diversity of the cultures that build them.*[12]

É na habitação emergente, que decorre do processo de auto-construção, que o habitante encontra a **liberdade** de um acto sublimado de criação pessoal, pois, enquanto clandestino/ *ilegal*, não se submete aos princípios da arquitectura corrente, nem às leis que a condicionam. Nela transparece a expressividade artesanal que reflecte a **identidade** e representação do habitante e, ao mesmo tempo, a imagem que pretende transmitir "para fora".

A casa construída pela via do clandestino representa, não só a possibilidade de uma organização do espaço à medida da família – um modelo que se adapta, tanto do ponto de

[11] ARANTES, Pedro Fiori, *O Lugar da Arquitectura num «Planeta de Favelas», in Opúsculo 11 – Pequenas Construções Literárias Sobre Arquitectura*, Dafne Editora, 2008, p. 4
[12] OLIVER, Paul, *Dwellings: The Vernacular House World Wide,* Phaidon, London, 2013, (1ªed.1987), p.252

vista interior, como exterior, aos modos de vida, mas também uma apropriação marcadamente simbólica e afectiva, que decorre da procura da identidade própria na habitação.

Ao mesmo tempo, a independência, a autonomia e a privacidade, providenciadas pela casa unifamiliar (modelo mais frequente entre as habitações *ilegais*), marcam a ideia de refúgio, o desejo de **individualização** e isolamento da sociedade *formal*, desvalorizando o modo de vida urbano, as potencialidades que a cidade pode oferecer e, consequentemente, a possibilidade de integração no habitante nesta última.

O Homem constrói apenas a sua célula, mas não prevê o crescimento da envolvente e, portanto, não considera a sua inserção num conjunto. A ausência de planeamento acarreta e agudiza os problemas urbanos e, ao mesmo tempo, acelera a **desintegração social**.

Se, por um lado, o habitante encontra na casa *ilegal* uma forma de expressar a sua identidade/ individualidade, decorrente do desrespeito às normas da sociedade *formal,* por outro, promove o afastamento social, cultural e conceptual da habitação e a rejeição, por parte da restante sociedade, das diferenças encontradas.

*A desintegração social que este tipo de intervenção desencadeia, assume proporções tanto mais graves quanto mais estranha ela seja em relação aos interesses das populações e quanto maior o nível de repressão utilizado na sua implementação. São sempre as populações mais frágeis sem capacidade de negociação as que mais sofrem neste processo.*[13]

Poder-se-á dizer, por isso, que a **exclusão** do habitante da sociedade se deve à falta de capacidade financeira de adquirir um imóvel dentro das leis instituídas mas, ao mesmo tempo, ela é o reflexo de uma auto-exclusão de crenças e de valores, aumentando a dificuldade do habitante em integrar-se em novos padrões de vida.

## O PAPEL DO ARQUITECTO – CASA COMO DISPOSITIVO DE INSERÇÃO SOCIAL

Por outro lado, a casa, dispositivo que segrega social e culturalmente o habitante que nela vive, é também a ponte que o permitirá inserir-se na sociedade.

[13] RAPOSO, Isabel, "Caso das Aldeias Comunais em Manica, Moçambique", *in Habitar: Modos e Modelos, Arquitectura e Habitação Social,* Cadernos do Noroeste, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 1995 p.75

*A consciência de que este modo de habitar é socialmente restrito faz atribuir à moradia um carácter, se não «segregador», pelo menos distintivo o que é interiorizado como indicador e factor de valorização e promoção social.*[14]

Perante a magnitude da escassez e pobreza anunciada, a questão da *habitação para um maior número* começa a ganhar destaque em debates nacionais e internacionais, em meados do século XX – só assim se poderia alcançar uma sociedade justa, equitativa e liberal.

*The most remarkable characteristic of the second half of our century is the sudden awareness of poverty.*[15]

Deste modo, perante o panorama da habitação encontrado, surgem duas posturas políticas que oscilam entre dois paradigmas: um mais liberal e outro mais interventivo. No primeiro, prevalece a aceitação da forma-favela, da auto-construção como regra e da *informalidade* como norma. No segundo, verifica-se a actuação de políticas urbanas onde se podem distinguir dois princípios mais frequentes: a erradicação (política de exclusão) que tem em conta principalmente a vertente jurídica da ocupação, ou seja, foca apenas a dimensão *legal* da habitação e o realojamento "convencional" (política de inclusão), praticado sobretudo durante e após a 2ª Guerra Mundial, que pressupõe um novo habitat, mas submete uma grande quantidade de pessoas a uma arquitectura equiparável ou semelhante, ao reduzir as necessidades básicas de todos os cidadãos a um padrão comum a toda a Humanidade.

Contudo, em ambas as posturas, o problema da inserção permanece, pois continua a existir o distanciamento cultural, social, físico e económico da sociedade *formal*.

Por este motivo, durante as décadas de 60 e 70, as práticas correntes eram postas em causa, acusadas de serem generalistas e insensíveis. Surgem várias reflexões que davam consistência teórica à ideia de aprofundamento das necessidades reais da população marginalizada.

Cabe então ao arquitecto e a toda a equipa de profissionais que actuam numa pluralidade infinita de condicionantes, proporcionar a melhor solução para o problema do *informal*.

O tema da **auto-construção assistida** é, assim, não só actual, como universal, pois um pouco por todo o mundo, os arquitectos tomam consciência da sua **responsabilidade**

[14] PINTO, Teresa Costa, "Modelos de habitat, modos de habitar: o caso da construção clandestina do habitat", *in Sociedade e Território nº25/26 – Mudança Social e Formas de Habitar*, Edições Afrontamento, Porto, Fevereiro. 1998, p.38

[15] LESBEQUE, Sabine, *Yona Friedman: Structures Serving the Unpredictable, NAi Publishers, Rotterdam*, 1999, p.60

**social** relativamente às populações e do seu contributo para dar resposta aos problemas causados pela produção *informal* no meio rural e, sobretudo, em redor das grandes cidades.

Esta dissertação não pretende reflectir sobre uma *arquitectura sem arquitectos*[16], mas sim sobre uma metodologia de trabalho. Uma arquitectura de **cooperação**, já que possibilita a partilha de responsabilidades, onde o arquitecto interage com o habitante e estreita a relação entre a concepção, a construção e todas as etapas que as medeiam. O arquitecto vai ajudar a que as pessoas possam fazer elas próprias, mas com o conhecimento e ferramentas que elas não possuem. É, por isso, uma arquitectura solidária e menos formal nos seus processos, para a qual a prioridade é a resolução de problemas básicos de forma a garantir boas condições de habitabilidade, mas também a prevenção de ferramentas para a adaptação da casa às necessidades futuras dos habitantes. Assim, esta dissertação visa estudar uma metodologia que proporciona a abertura de um **campo de possibilidades**, sob a perspectiva conjunta entre o criador, o habitante e a sociedade.

À semelhança de todos os apogeus da arquitectura na História, o arquitecto deve abraçar a sua qualidade de cidadão e procurar uma resposta adequada, pois a arquitectura está intrínseca no nosso quotidiano e, por isso, ela não se deve servir apenas a si mesma, mas ter como preocupação a satisfação do habitante e de todos aqueles que interagem com ela.

Assim, pretende-se também questionar o **papel do arquitecto** e perceber de que forma a arquitectura interfere nos hábitos quotidianos do habitante, no campo da estética ou das significações. Até que ponto o arquitecto pode determinar a vida de uma população? Quais os seus limites?

*Who provides and who decides? Who does what for whom?*[17]

No processo em estudo, o habitante representa muito mais do que uma condicionante. Mais do que nunca, intervém não só na definição do problema, mas sobretudo na procura de uma solução. Como poderá o arquitecto intervir neste contexto? Quais os principais desafios, instrumentos, métodos e obstáculos encontrados neste processo de trabalho, enquanto modo de fazer e pensar a arquitectura?

[16] *Cf.* RUDOFSKY, Bernard, *Architecture without Architects: A Short Introduction to Non-Pedigreed Architecture*, Albuquerque: University of New Mexico, 1995 (1ª ed. 1964)
[17] TURNER, John F.C., *Housing by people – Towards Autonomy in Building Environments*, Marion Boyards, London – New York,1976, p.154

## AUTO-CONSTRUÇÃO ASSISTIDA – UM OLHAR SOBRE A EXPERIÊNCIA PORTUGUESA E OS ÍNDIOS DA MEIA PRAIA

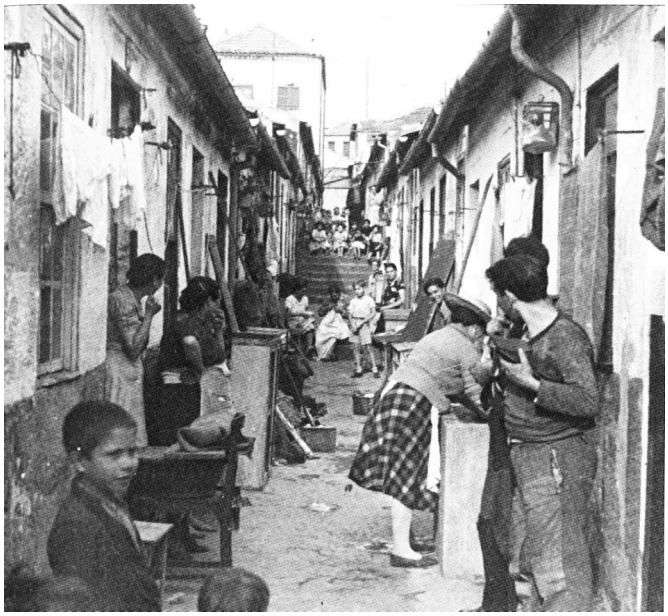
Para compreender as questões anunciadas numa perspectiva mais alargada, este trabalho parte de uma análise do contexto geral dos processos e dos princípios metodológicos que surgiram durante as décadas de 60 e 70, para aprofundar os conhecimentos adquiridos no caso português, mais próximo da minha realidade.

De facto, mesmo que Portugal não seja considerado um país do *Terceiro Mundo*, houve momentos em que se levantaram as mesmas questões que punham em causa o papel do arquitecto e a sua relação para a construção de uma realidade equitativa.

Em meados do século XX, não muito longe da realidade dos países do *Terceiro Mundo*, mas numa escala menor, cerca de 25% da população do território continental português estava alojada em habitações sem condições de habitabilidade, sem qualquer espécie de indicadores de segurança, conforto, salubridade e privacidade. Viviam em edifícios degradados, em espaços sobrelotados, em barracas ou em "ilhas"[18] [figura 5]. A degradação habitacional crescia com o avolumar incessante e extensivo das construções clandestinas e era, mais uma vez, sobre a classe operária que naturalmente caía o maior peso das dificuldades e das carências, sendo, igualmente, a população com menos possibilidades de superar essas limitações.

*A necessidade de habitação para uma população que se desloca do espaço rural para as cidades da faixa do litoral, com uma manifesta tendência para a concentração junto dos grandes centros urbanos, e a dificuldade da maior parte da população em fazer face às rendas exigidas para as habitações construídas em regime livre (sem ajuda directa ou indirecta do Estado) torna-se em Portugal um grande problema – idêntico aliás ao da maioria dos países de industrialização tardia.*[19]

[18] As "ilhas" são um tipo de habitação da classe operária, que surgiu no Porto, com uma morfologia particular e distinta de todas as outras cidades europeias. Eram constituídas por várias fileiras de barracas de dimensões curtas, no interior do quarteirão portuense, nos logradouros das habitações da classe burguesa. Devido ao lote estreito e comprido, característico do Porto, o acesso às habitações faz-se por uma única entrada: através de um corredor interior à casa burguesa, que liga o interior do quarteirão à rua.
[19] RODRIGUES, Fernando Matos, "O problema da habitação em meados do século XX", *in* revista *O Tripeiro*, nº5, Greca Artes Gráficas, Matosinhos, Maio 2012, p. 139



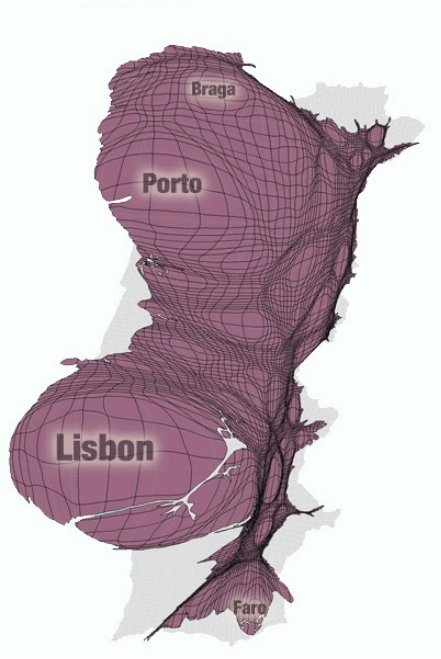



**Figura 5**
"Ilhas" operárias, Porto, (esq.)
**Figura 6**
Mapa ilustrativo da distribuição da população, no território português (dir.)

O cerne desta realidade decorria, por isso, de motivos idênticos aos dos países do *Terceiro Mundo* – a forte pressão da procura causada pelos movimentos migratórios em busca de uma melhoria do nível de vida [figura 6] e o desnível entre as necessidades de habitação e os recursos individuais dos habitantes para as satisfazer.[20]

Deste modo, a Aldeia dos Índios da Meia Praia, em Lagos, surge como um projecto que se desenvolve no seio do contexto português apresentado e que proporciona o estudo de uma metodologia aplicada que se fundamentou nas questões levantadas, durante as décadas de 60 e 70, nos debates internacionais.

Assim, a presente dissertação estrutura-se de forma a apresentar as questões pertinentes que respondam aos objectivos do trabalho de forma clara e numa sequência coerente e eficaz que se constrói ao longo de quatro segmentos principais:

A **introdução** pretende esclarecer o tema de estudo, dando notícia do seu enquadramento temporal e disciplinar. Por outras palavras, identificam-se os problemas que dão origem ao estudo desenvolvido e que se materializam em novas interpretações metodológicas e no reposicionamento do lugar do arquitecto perante a sociedade.

A **primeira parte** constitui uma rede de noções sustentada nos trabalhos de diversos autores do campo da arquitectura e das ciências sociais, que fornecerão uma base teórica consistente para a análise da Aldeia dos Índios da Meia Praia. Ao estabelecer relações e paralelismos entre as diferentes noções apresentadas, traça-se uma perspectiva orientada para a compreensão das premissas que norteiam as práticas de projecto em estudo.

Na **segunda parte** apresenta-se a argumentação da primeira parte fundida nos moldes do presente caso de estudo. Abordam-se as práticas de auto-construção assistida desenvolvidas na Aldeia dos Índios Meia Praia, através de uma análise que assenta numa narrativa que vai além dos aspectos descritivos físicos, pretendendo-se destacar um sistema de relações que cruza os vários níveis de conteúdos da disciplina de arquitectura, mas também da sociologia: a perspectiva do arquitecto e as ideias subjacentes ao projecto, a perspectiva dos habitantes relativamente ao mesmo projecto e a forma como estas duas esferas de controlo se relacionam.

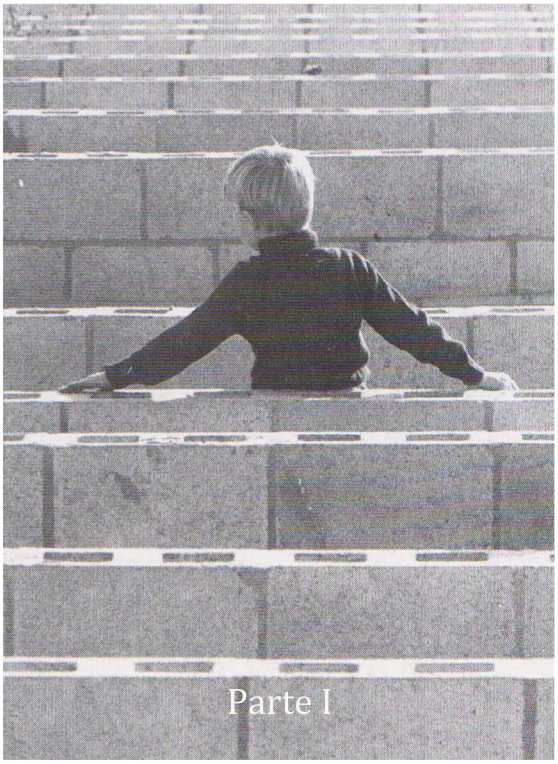
[20] Segundo José António Bandeirinha no princípio dos anos sessenta estimava-se a falta de alojamentos no território do Continente e Ilhas em 487.487 fogos, de entre as quais 150.000 diziam respeito às áreas urbanas e suburbanas de Lisboa e do Porto – os dois maiores polos atractivos. O crescimento exponencial da habitação precária pode-se verificar através do censos de 1960, onde se constatou que o número de famílias que habitavam em barracas quase duplicou em 10 anos na cidade de Lisboa e multiplicou-se por 6 nos subúrbios; ao mesmo tempo, o número de famílias habitando em partes de casa passou de 68 mil para 113 mil em toda a região, tendo só na cidade a respectiva percentagem aumentado de 28% para 38%. A habitação em Portugal tendia, assim, para um vertiginoso agravamento. (*Cf.* BANDEIRINHA, José António, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 2007, p.68).

Por fim, as **considerações finais** que apresentam, sob a forma de síntese crítica, uma reflexão sobre os procedimentos metodológicos utilizados para o entendimento das premissas, esboçando a pertinência das considerações introduzidas através de práticas de projecto que não são correntes, mas que se revelam eficazes na resposta à habitação para *um maior número.*[21]

*Through seeing other ways of doing things, we are made aware that there are other ways, that our way may be peculiar rather than inevitable, and that our values are neither the only ones, nor the norm. Seeing other methods helps us to discover the distinctiveness of our own. Comparisons of this type also make us aware of the problem of constancy and change. It is this aspect of comparative studies that offers the greatest potential from the point of view of architectural – or environmental – theory.*[22]

[21] *(...) para enfrentar o problema da habitação para o maior número, será necessário construir muitas centenas de milhar de casas – aspecto quantitativo; mas, além disto, algo mas será necessário resolver: para quem as construir?; onde as construir?; como as construir? E mais ainda: construir, não somatórios exaustivos de habitações, mas conjuntos urbanos equilibradamente organizados e equipados.* (PEREIRA, Nuno Teotónio, "Habitações para o Maior Número", Colóquio de Urbanismo, Funchal, 8 de Janeiro de 1969, *in* PEREIRA, Nuno Teotónio, *Escritos (1947-1996, selecção)*, FAUP Publicações, Porto, 1996, p. 80)

[22] RAPOPORT, Amos, *House from and Culture,* Englewood Cliffs, Prentice-Hall, New Jersey, 1969, p.12



# Parte I

*(...) a organização do espaço como actividade pertence a todos os homens e não apenas a alguns, o mesmo é que dizer que a organização do espaço é obra de participação de todos os homens, em graus diferentes de intensidade e até de responsabilidade, mas, de qualquer modo, obra de que nenhum homem pode eximir-se.*

Fernando Távora,
Da *Organização do Espaço*, 1962

**Figura B** (atrás) – *Making Space, Leaving Space*

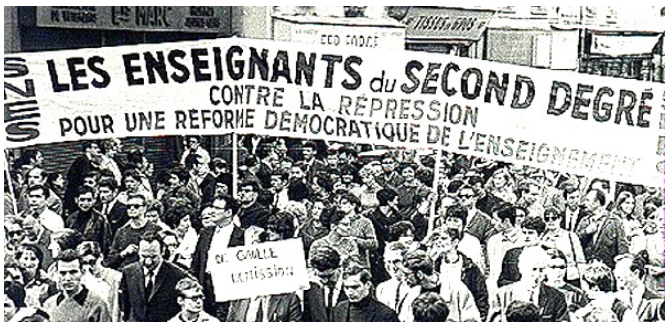
# 01| O LUGAR DA ARQUITECTURA NO CONTEXTO EUROPEU

## 01.1| A REINTERPRETAÇÃO DO PAPEL DO ARQUITECTO

Durante a década de 60, a arquitectura sofreu um momento de **ruptura** e de **revisão ideológica** que não pode ser dissociada da erupção das crises políticas e sociais agudizadas pelo início das guerras mundiais, coloniais e civis que se registaram ao longo do século XX. A reacção à "superficialidade técnica e generalizadora" dos programas funcionais das políticas de realojamento para *um maior número* atingiram uma escala global. Assistiu-se a uma viragem resultante da revolta ideológica e contra-cultural em relação aos sistemas de vida referenciados pela modernidade.

As revoltas de Maio de 68 [figuras 7, 8 e 9] às quais Paris assistiu, representaram o clímax do descontentamento, tendo-se repercutido imediatamente por toda a Europa. A indignação ultrapassava, pela primeira vez, o nível dos técnicos para ganhar a adesão e interesse das próprias massas populares pelas questões sociais e pela luta pelo **direito à habitação**[23], que representa uma necessidade básica e cultural.

[23] *O conceito de "habitar" exprime um desejo e um desempenho que (i) ao nível do alojamento se relaciona com as questões de segurança, privacidade, compensação de insatisfação, inserção cosmogónica, relação*






**Figuras 7 e 8**
Manifestações do Maio de 68



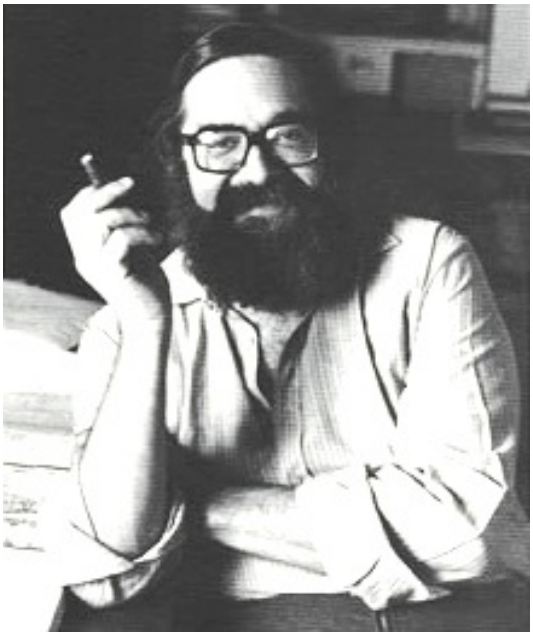



**Figura 9**
Cartaz alusivo ao Maio de 68 (esq.)
**Figura 10**
Manfredo Tafuri (dir.)

*Parece haver aqui uma conjunção de perspectivas: por um lado, a partir dos técnicos, uma tomada de consciência de problemas ao nível da profissão, por outro lado, a partir das massas trabalhadoras, um maior interesse em relação a problemas locais, problemas que enquadram a vida no seu sentido mais lato.*[24]

A temática da auto-gestão ganhava protagonismo - sobretudo em França e Itália, países fortemente afectados pela guerra e com necessidade de reconstrução imediata, a grande escala -, desenvolvendo-se em discussões em torno das condições da habitação e dos problemas a ela inerentes num sentido estrito (rendas de casas, espaço disponível na casa, equipamento doméstico, estado de conservação das habitações, etc.). Num sentido lato, evidenciava-se a temática do urbanismo através da reclamação das condições ambientais, nomeadamente da ausência de espaços verdes, e de um ambiente citadino/"urbanizado" que não se verificava numa grande extensão da cidade, dividindo-a entre o "centro urbano" e o "subúrbio".

*As pessoas tomam consciência de que estão marginalizadas, de que, embora vivendo numa cidade, não participam em todos os atributos que competem a uma cidade.*[25]

O italiano Manfredo Tafuri[26] [figura 10] foi um dos activistas intelectuais do pós-guerra mais consequentes, que se interessou pelas causas sociais, urbanas e mesmo arquitectónicas, manifestando a sua indignação com as dinâmicas modernistas/funcionalistas.

No ensaio de 1969, *Per una critica dell'ideologia arquittonica*[27], Tafuri faz o balanço da teoria arquitectónica da época, onde condena duramente a circunstância metodológica da arquitectura, que define como balizada entre as exigências da sociedade burguesa e a irreversibilidade da condição de produto de mercado, deixando para trás as questões sociais e individuais inerentes à disciplina de Arquitectura.

Tafuri evoca Rittle para criticar os espaços e as formas que seguiam modelos rígidos que não respondiam às exigências de um mundo heterogéneo e em constante mutação.

*"Perante a incerteza dos desenvolvimentos alternativos futuros é absurdo pretender construir modelos de decisão rígidos, que forneçam estratégias para longos períodos". A teoria das*

[24] PEREIRA, Nuno Teotónio Pereira, "O alvorecer das lutas urbanas", Palestra na Cooperativa Confronto, Porto, 20 de Março de 1970, *in* PEREIRA, Nuno Teotónio, *Escritos (1947-1996)*, FAUP Publicações, Porto, 1996, p.123

[25] *Ibidem*, p. 125

[26] Manfredo Tafuri (1935-1994) foi um arquitecto, historiador, teórico e crítico italiano de grande relevância na a arquitectura mundial do século XX. Militante do Partido Comunista, Tafuri acreditava que a arquitectura não segue uma sequência linear de linguagem. É, antes, uma luta contínua entre níveis críticos, teóricos, ideológicos e dos vários constrangimentos colocados em prática. Na sua opinião, a arquitectura é um campo definido e constituído pela crise.

[27] Ensaio que fora reelaborado e que deu origem ao célebre livro *Progetto e Utopia* (1973).

*decisões deve assegurar a flexibilidade dos "sistemas que tomam decisões": é claro que aqui já não estão em jogo simples critérios de valor.*[28]

Ao mesmo tempo, o arquitecto italiano antecipa a crise pela qual a profissão do arquitecto passava para redefinir realisticamente o seu papel (e do intelectual em geral) na sociedade da época.

*Para os arquitectos, a descoberta do seu declínio como ideólogos activos, a constatação das enormes possibilidades tecnológicas utilizáveis para racionalizar as cidades e os territórios, juntamente com a constatação diária da sua dissipação, o envelhecimento dos métodos específicos do projectar, mesmo antes de poder verificar as suas hipóteses na realidade, geram um clima de ansiedade que deixa entrever no horizonte um panorama muito concreto e temido como pior dos males: o declínio do "profissionalismo" do arquitecto e a sua inserção, já sem obstáculos tardo-humanísticos, em programas onde o papel ideológico da arquitectura é mínimo.*[29]

A crise referida por Tafuri, punha em causa o **lugar do arquitecto** na sociedade e, aliada ao clima de contestação e à vontade de intervenção social que se verificava na época, gerou num intenso debate, ao longo das décadas de 60 e 70, que tinha como mote a **reinterpretação do papel do arquitecto**.

Esta reinterpretação passava pelo reconhecimento da casa como um valor fundamental na vida de uma pessoa, de um habitante com necessidades variadas e distintas e pela avaliação dos sistemas de produção para dar resposta a essas necessidades.

*Com efeito, o crescente reconhecimento das múltiplas necessidades de um "cliente" cada vez mais plural e diferenciado e a consciência das complexidades que caracterizam o seu envolvimento social conduziam o corpo disciplinar da Arquitectura em direcção a um campo de referências mais vocacionado para a compreensão das relações entre o meio ambiente e o comportamento.*[30]

A configuração das diversas construções teóricas procuravam um novo impulso metodológico e novos critérios – uma arquitectura mais direccionada para as especificidades de cada um, onde o habitante, enquanto indivíduo singular e colectivo, é envolvido na dinâmica projectual e de concepção da casa.

---

28 TAFURI, Manfredo, *Projecto e Utopia – arquitectura e desenvolvimento do capitalismo*, Editorial Presença, Lisboa, 1985 (1ª ed. 1973), p. 118

29 *Ibidem*, p. 120

30 BANDEIRINHA, José António, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 2007, p.22

Desafiava-se a ideia da omnipotência do arquitecto que se supunha saber tudo sobre as necessidades das pessoas, e evidenciava-se o descompasso aqui caracterizado. A argumentação baseava-se, por isso, numa alternativa a um arquitecto passivo, onde se procurava adaptar valores e conhecimentos adquiridos academicamente aos meios disponíveis, com o objectivo de responder de um modo mais operativo às necessidades da população. Deste modo, conferir-se-ia ao habitante uma nova liberdade e um novo poder de decisão que, por sua vez, reposicionaria o papel dos intervenientes do projecto. Ao mesmo tempo, o arquitecto desempenharia um papel fundamental na definição dos novos espaços, porém, com um olhar mais atento e menos impositivo.

Como disse Nuno Portas, *o termo 'apoiado' serve para ajudar, não para ensinar o projecto de raiz, mas para ensinar os outros a fazerem bem*[31] e, portanto, o arquitecto ajudaria a que as pessoas pudessem fazer, elas próprias, mas com o conhecimento e ferramentas que elas não possuem, legitimando a soberania do habitante nas decisões relativas à sua habitação. Emergia, assim, uma nova forma de pensar a arquitectura, numa busca por uma dimensão mais humana, motivada pela necessidade da habitação.

## A LIÇÃO DO TEAM 10 SOBRE A COMPLEXIDADE INDIVIDUAL E A PARTICIPAÇÃO COMO PRINCÍPIO METODOLÓGICO

O Team 10[32] - grupo de arquitectos prestigiados da Europa Ocidental (sobretudo britânicos e holandeses) - teve um importante papel na revisão metodológica do exercício de projecto. Foi, aliás, o primeiro grupo contestatário aos princípios da arquitectura do Movimento Moderno – apesar de ter emergido dele - e a abordar temas que punham em causa questões pertinentes relativamente à sociedade e à forma como esta se relaciona com o espaço físico, devendo ser consideradas nas diferentes etapas que constituem o processo de produção da arquitectura, desde a escala maior da cidade à escala menor da habitação.

Não existe um momento exacto e singular que marque a sua origem, porém, em 1956, em Dubrovnik, no décimo encontro do CIAM (*Congrès International d'Architecture Moderne*), o grupo punha em causa as ideologias modernistas, marcando um ponto de viragem para uma outra abordagem à arquitectura, que se fazia através da exposição crítica dos trabalhos

[31] Nuno Portas, entrevista feita a 01 de Agosto 2012 pelo autor, na FAUP.

[32] Liderado pelo holandês Jacob B. Bakema, o grupo era também constituído por nomes sonantes na arquitectura internacional, como Georges Candilis, Giancarlo De Carlo, Alexis Josic, Aldo van Eyck, Alison e Peter Smithson e Shadrach Woods. Contudo, outros arquitectos também participavam pontualmente nos *meetings,* como Balkrishna Doshi, Herman Hertzberger, José António Coderch, entre outros.

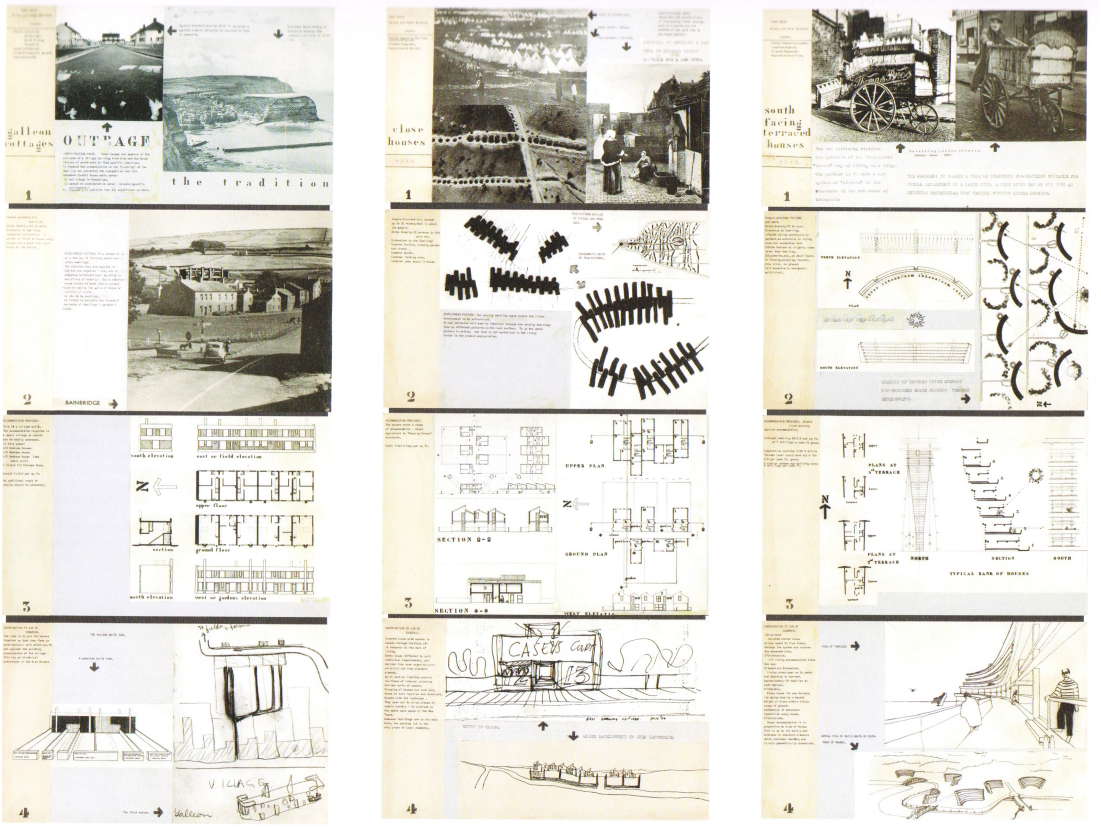



**Figura 11**
Slides A&P. Smithson (1956) – painéis apresentados no *meeting* de Dubrovnik, *The Whole Problem of Environment*

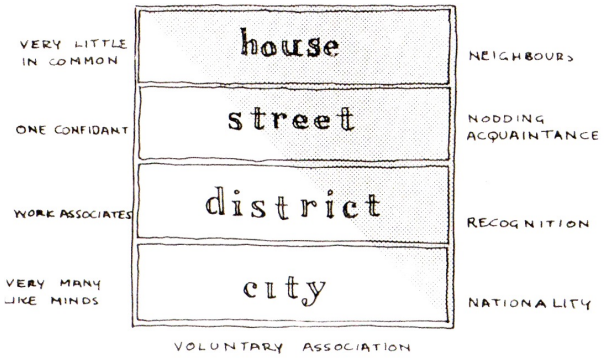



**Figura 12**
Diagrama de escala de associação, A. & P. Smithson, 1956 (esq.)

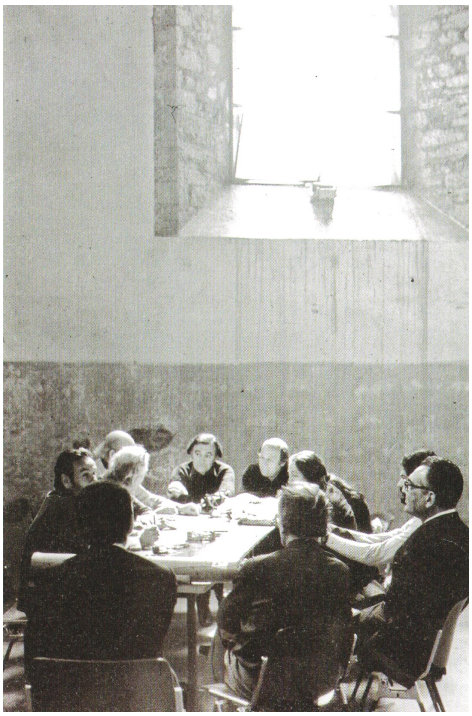


**Figura 13**
Meeting Team 10, Londres, 1975 (dir.)

e das experiências desenvolvidas pelos diferentes membros do grupo. Deste modo, os *meetings* internacionais [figura 13] proporcionaram uma revisão do papel do arquitecto fundamentado nessas experiências, introduzindo novos conceitos metodológicos e novas perspectivas que alimentaram o debate das décadas seguintes.

*There was no unequivocal Team 10 theory or school in the traditional sense. There was only one manifest.*[33]

Entre uma grande multiplicidade de temas que o Team 10 abordou, salienta-se a importância dada à compreensão da **complexidade individual** do Homem que contrapunha a ideia de uma arquitectura-modelo, feita para um Homem-padrão e que, portanto, não poderia dar vazão a uma sociedade tão heterogénea como a que se verificava (e ainda se verifica hoje) em meados do século XX.

Este entendimento introduz uma noção de **escala de associação** [figura 12], que nos é apresentada pelo casal Smithson no referido *meeting* de 1956.[34]

Com efeito, o imperativo de perceber as relações entre o **indivíduo,** a **sociedade** e a **arquitectura** vinha de uma nova forma de criar universos de significações, não como um sistema global, mas pelas partes que constituem o todo. Noutras palavras, as casas e os bairros passaram a ser percebidos como partes que integram uma sociedade complexa.

*Team 10 sought, within and parallel to these processes of modernization, concepts and strategies which would make room for individual and collective identities, which would make places capable of being appropriated by residents and users.*[35]

Assim, procurava-se estabelecer a crítica ao funcionalismo moderno, explorando os métodos que extraíssem dos novos universos tecnológicos todas as suas potencialidades vitais, em busca de um novo humanismo, capaz de dar prioridade às necessidades sociais e recreativas dos habitantes que, por sua vez, compreendiam os seus desejos individuais.

33 RISSELADA, max, VAN DEN HEUVEL, Dirk, "Looking into the mirror of team10", *in* RISSELADA, Max, VAN DEN HEUVEL, Dirk, *Team 10: in search of a utopia of the present: 1953-81*, NAi Publishers, Rotterdam, 2005, p. 11

34 Neste *meeting*, os Smithsons apresentaram uma série de diagramas e painéis intitulados como *The Whole Problem of Environment* [figura 11], onde abordaram conceitos como identidade, associação, *cluster* e mobilidade, pretendendo com isto superar a visão estritamente "funcional" e "simplista" da arquitectura até então praticada.

35 RISSELADA, Max, VAN DEN HEUVEL, Dirk, *op. cit.* p.11

*Members of Team 10 spoke of the necessity of a 'new beginning', and a 'responsibility', a moral imperative 'towards the individual or groups [the architect] builds for, and towards the cohesion and convenience of the collective structure of which they belong'. This was necessary for 'society's realization-of-itself' and for achieving 'meaningful groupings of buildings… Where each building is a live thing and a natural extension of the others. Together they will make places where a man can realize what he wishes to be.'* [36]

Porém, foi o estudo desenvolvido em torno da **participação** que criou maior controvérsia, reposicionando o habitual lugar do arquitecto e do habitante que, por essa razão, motivou diversos debates ao longo do século XX.

Este princípio metodológico visava ultrapassar o descompasso entre a lógica formalista das soluções arquitectónicas e as verdadeiras necessidades dos habitantes, ou seja, surge como um meio para compreender a referida complexidade individual através da interacção entre o arquitecto e o habitante para dar uma resposta que verifique uma maior conformidade com os dois intervenientes principais do projecto.

Ao mesmo tempo, a participação era entendida como um **modelo democrático** de partilha de decisões que proporcionaria, por um lado, a **responsabilização** e o envolvimento do habitante, tornando-o num cidadão social activo, por outro, uma solução mais próxima das suas aspirações dos habitantes.

*The concept of participation needs to be seen as part of the same ethical problem. Getting the public to participate was not just seen as a model of democracy and a possible resource to enable architectural design to make strategic decisions. It was a crucial way to try to break throught the ethical impasse of modernism.*[37]

Do Team 10, destacaram-se os arquitectos Giancarlo De Carlo, Aldo Van Eyck e Ralph Erskyne, pelo seu envolvimento afincado no fenómeno da participação dos habitantes.

*Participation was always a methodology, an attempt to build with a method, a system of strategic choices that could be widely shared. Participation was never meant to really affect the architect's authority, but it was strategic in stimulating involvement and consensus – consensus not in purely political terms, but actually in its etymological root of 'co-sensing', of sharing a feeling until it becomes multiform.*[38]

---

36 RISSELADA, max, VAN DEN HEUVEL, Dirk, "Looking into the mirror of team10", *in* RISSELADA, max, VAN DEN HEUVEL, Dirk, *Team 10: in search of a utopia of the present: 1953-81*, NAi Publishers, Rotterdam, 2005, p. 13

37 DAMIANI, Giovani, "Anarchy is not Disorder – Reflections on participation and education", *in* RISSELADA, max, VAN DEN HEUVEL, Dirk, *Team 10: in search of a utopia of the present: 1953-81*, NAi Publishers, Rotterdam, 2005, p. 287

38 *Ibidem*

## 01.2| ARQUITECTURA COMO INTERFACE DISCIPLINAR

As teorias que desenvolviam a ideia que confere aos habitantes um papel mais activo apareciam pela via das Ciências Sociais (principalmente da Antropologia e da Sociologia).[39] A **interdisciplinaridade** constituía um meio complementar essencial à disciplina da Arquitectura, na medida em que conferiam maior credibilidade na sustentação das opções tomadas pelos arquitectos. Estas disciplinas eram frequentemente utilizadas com vista a uma clarificação do papel dos habitantes, mas também para a percepção das suas aspirações mais específicas para, deste modo, reverter a tradicional resposta que, por várias vezes, se mostrou limitada às encomendas solicitadas pelo habitante.

O debate interdisciplinar foi tomando proporções maiores ao longo dos finais da década de 60 e do início da de 70 e direccionou-se, sobretudo, para a interpretação metodológica e experimental de conteúdos científicos. Os sistemas comportamentais dos habitantes e as circunstâncias físicas e humanas do contexto passaram, assim, a ser determinantes na compreensão e no estudo da forma arquitectónica. Tendo como base a crítica à superficialidade das relações directas entre forma e função das propostas mais correntes, procurava-se um outro impulso metodológico, mais consciente e mais rigoroso em relação às especificidades sócio-culturais e, consequentemente, às necessidades reais dos habitantes.

### A *CRITICALITY* DE AMOS RAPOPORT

Neste sentido, Amos Rapoport[40] dá um importante contributo na compreensão da concepção da forma através das condicionantes físicas e humanas que lhe são inerentes, fomentando a ligação entre a Arquitectura e as Ciências Sociais.

[39] As Ciências Sociais incidiam essencialmente nas questões que se referem ao modo como o Homem e as sociedades se relacionam com o espaço construído. Destaca-se o poeta e filósofo francês Gaston Bachelard (1884 Bar-sur- Aube, França-1962, Paris, França) pela sua reflexão singular sobre a experiência do Homem no espaço, mediado pela razão, analisando as imagens e os lugares a partir de noções e conceitos da psicanálise e, sobretudo, da fenomenologia. Bachelard apela para a necessidade de uma topoanálise, ou, nas palavras do autor, para *o estudo psicológico sistemático dos locais da nossa vida íntima*. (BACHELARD, Gaston, *A poética do Espaço*, Presses Universitaires de France, Paris, 1983, p.28)

[40] Amos Rapoport (1929, Varsóvia, Polónia) leccionou até 2011 na Universidade de Wisconsin-Milwaukee, onde foi um professor reconhecido na Faculdade de Arquitectura e Urbanismo. Foi um dos fundadores do Environment-Behaviour Studies (EBS), sendo que o seu trabalho se concentrou sobretudo no papel das condicionantes culturais.

Em 1969 publica uma das referências essenciais da cultura arquitectónica da época, o livro *House, Form and Culture* onde, à semelhança de Rudofsky[41], compara outras culturas, outras metodologias e outros sistemas de valores através de uma análise focada nas construções populares[42], segundo uma argumentação que segue uma matriz maioritariamente antropológica.

Rapoport acusa as práticas correntes de serem "deterministas" ou "simplistas" por considerarem apenas os factores físicos como condicionantes directos do formulário da casa, ignorando os factores sociais e culturais que, segundo o arquitecto, são decisivos para a definição da forma e são responsáveis por uma variedade imensa de respostas perante as mesmas necessidades.

*Given a certain climate, the availability of certain materials, and the constraints and capabilities of a given level of technology, what finally decides the form of a dwelling, and moulds the spaces and their relationships, is the vision that people have of ideal life. (...) This is why solutions are much more varied than biological needs, technical devices, and climatic conditions, and also why one aspect may be more dominant in one culture than others.*[43]

Assim, define o espaço como um fenómeno mais complexo, fruto de uma escolha que advém dos valores culturais – o ***habitus***[44] -, definindo-o, por sua vez, como um vínculo entre o Homem e o espaço que ultrapassa o domínio do quantificável.

*We may say that house form is the result of choice among existing possibilities – the greater the number of possibilities, the greater the choice – but there is never any inevitability, because man can live in many kinds of structures.*[45]

---

41 Consultar pp.65 - pp.67 deste trabalho.

42 Rapoport aproxima-se das construções populares justificando serem estas as que melhor reflectem a expressão directa da mudança de valores, imagens, percepção, estilos de vida e certas permanências, conformando, assim, um tópico de estudo muito frutífero.

43 RAPOPORT, Amos*, House Form and Culture,* Englewood Cliffs, Prentice-Hall, New Jersey, 1969, p. 47

44 A noção de *habitus* é recuperada e desenvolvida, depois dos anos 60, pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002) com o objectivo de por fim à antinomia indivíduo/sociedade dentro da sociologia estruturalista.
O *habitus* (particípio passado do verbo *habere*, que significa "ter" ou "possuir") tem nas suas raízes a conduta e guia-nos em acções sistemáticas, mesmo que não seja resultado de intenção estratégica.
Loïc Wacquant define-o como *uma noção mediadora que ajuda a romper com a dualidade de senso comum entre o indivíduo e a sociedade ao captar "a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade", ou seja, o modo como a sociedade se torna depositada nas pessoas sob a forma de disposições duráveis, ou capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de medos determinados, que então as guiam nas suas respostas criativas aos constrangimentos e solicitações do seu meio social existente.* (WACQUANT, Loïc, "Esclarecer o habitus", *in Sociologia* – Revista da Faculdade de Letras do Porto, n.º 14, 2004, p. 36)

45 RAPOPORT, *op. cit.*, p. 59

Deste modo, Rapoport define o conceito de ***criticality*** que sintetiza a argumentação anterior como escala ou grau de constrangimento[46] e que pode existir na construção de edifícios. Assim, quanto maior o constrangimento, menor a liberdade, menor o poder de escolha e, por consequência, menor a diversidade de resposta e vice-versa.

*This is the crucial argument: because physical criticality is low, socio-cultural factors can operate; because they can operate, purely physical forces cannot determine form.*[47]

E porque a casa é um fenómeno cultural, a sua forma e organização são fortemente influenciadas pela cultura do meio social onde pertencem. Tal como o Team 10 salientava a importância da compreensão da individualidade e do todo como um sistema relacional global, também Rapoport alarga o seu campo de visão, sugerindo que a casa não seja vista como uma forma isolada, mas como parte de um sistema social e espacial total que relaciona a casa, o modo de vida, o aglomerado onde está inserida e a paisagem.

*Man lives in the whole settlement of which the house is only a part, and the way in which he uses the settlement affects house form (...)*[48]

Assim, Rapoport deixa um apelo à sociedade "simplista", demonstrando a pertinência de compreender as relações sócio-culturais para aprofundar o conhecimento das necessidades fundamentais dos habitantes, impulsionando-os para um lugar de excelência, onde pudessem exercer influência no exercício de projecto.

## OS *PATTERNS* DE CHRISTOPHER ALEXANDER

Apesar da linha de pensamento do arquitecto austríaco Christopher Alexander[49] se inserir num perfil modernista no que toca ao entendimento do projecto como consequência de um processo racional e universal às necessidades distintas dos habitantes, o arquitecto envereda por um caminho autónomo aos seus contemporâneos, na medida em que defende que esse mesmo método seria um ponto de partida para a **autonomização** do habitante e a libertação da sua criatividade, em prol de uma arquitectura personalizada, mais de acordo com as necessidades individuais de cada um.

---

46 *Current constraints are those imposed by density and population numbers, and the institutionalization of controls through codes, regulations, zoning, requirements of banques and other mortage authorities, insurance companies, and planning bodies; even today the freedom of the designer as form-giver is rather limited.* (RAPOPORT, Amos, *House Form and Culture,* Englewood Cliffs, Prentice-Hall, New Jersey, 1969, p. 59)

47 RAPOPORT, Amos, *House Form and Culture,* Englewood Cliffs, Prentice-Hall, New Jersey, 1969, p. 59

48 *Ibidem*, p. 68

49 Christopher Alexander (1936, Viena, Áustria) formou-se na Universidade de Cambridge, onde obteve o título de Mestre em Matemática (1956) e licenciado em Arquitectura (1956). Só mais tarde se doutorou em Arquitectura (1963), pela Universidade de Harvard.

Alexander defende uma arquitectura que seja a fusão do habitante com o seu ambiente, na qual os arquitectos desempenhariam o papel de auxiliares na construção e não de técnicos especializados. Assim, segundo o arquitecto, este modo de produção viria quebrar com a "rigidez e monotonia" do *mass housing* que dominava a época.

Recorrendo à matemática[50] e a outros campos científicos, nomeadamente às Ciências Sociais, Christopher Alexander utiliza a lógica como processo de avaliação do fenómeno de concepção da forma, introduzindo um conjunto de variáveis que advêm da singularidade de cada circunstância. Porém, apesar do arquitecto se interessar pela procura de um método científico e racional, o conceito de função é redefinido e ampliado na sua obra, tentando colmatar os desajustes dos programas de habitação correntes com uma análise mais complexa e abrangente das necessidades dos habitantes.

Neste sentido, o seu trabalho resulta num novo sistema de composição arquitectónica, *A Pattern Language*[51] (1977), desenvolvido no *Center for Environmental Structure*, do qual foi fundador e director. Consiste numa espécie de manual onde o arquitecto propõe 273 ***patterns*** (padrões ou partes)[52] que englobam desde ideias gerais às ideias concretas e de detalhe construtivo ou material, articulando-se num conjunto de relações espaciais de diversas escalas, segundo temáticas similares. A estrutura dos *patterns* abrange desde a escala da cidade, passando pelos edifícios (compostos pelas partes, ou *patterns*, controláveis pelo habitante) até ao sistema construtivo (sistemas de construção alternativos e de auto-construção).

*The pattern language represents an extraordinary complex theorical structure, which is in a sense a compositive of theorical models from a widely divergent set of fields: systems theory, natural science methodology, linguistics, cognitive psychology, biology, genetics.*[53]

Desta forma, o habitante construiria os seus próprios espaços, escolhendo tipologias construtivas e espaciais à semelhança de um vasto catálogo de amostras (neste caso, de *patterns*), permanentemente renovadas e adaptadas às exigências construtivas das futuras gerações.

---

50 A sua formação (consultar a referência de nº49) reflecte o interesse primeiro pelas ciências exactas e justifica o seu enfoque na procura de fórmulas racionais e universais na resolução dos vários cenários que derivam da pluralidade de ambientes e personalidades.

51 ALEXANDER, Christopher, *A Patter Language: un language de patrones: ciudades: edificios: construcciones*, Gustavo Gili, Barcelona, 1980, (1ª ed. 1977)

52 Os *patterns* são entendidos como um princípio geral de desenho e de planeamento. São criados a partir de exemplos arquétipos definidos pela imagem fotográfica [figuras 15 e 16] da relação ou fragmento espacial idóneo, através dos quais se formulam soluções que resolvem problemas concretos (formais, funcionais e simbólicos).

53 KING, Ingrid F., *Christopher Alexander and Contemporary Architecture*, A+U, Tokyo, 1993, p. 16

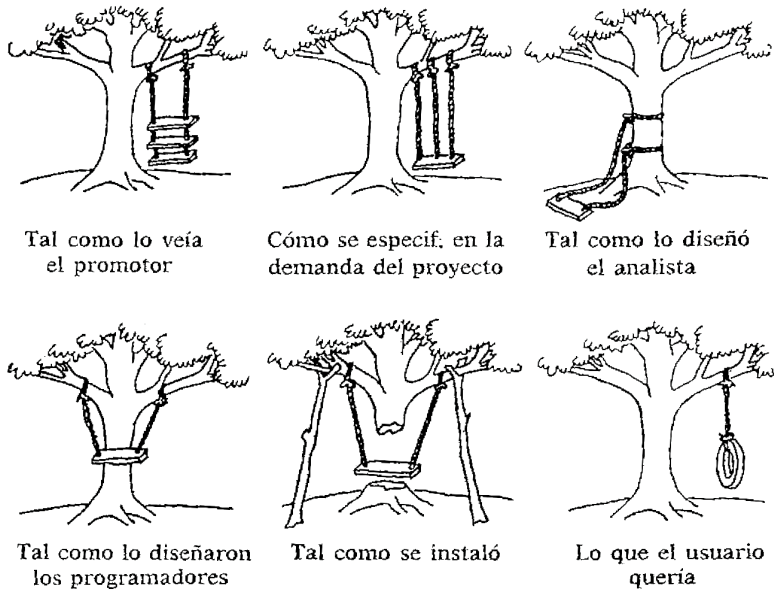



**Figura 14**
Desenhos ilustrativos da discordância entre o arquitecto e o habitante, Christopher Alexander (1976)





**Figuras 15 e 16**
Imagens de *patterns*, segundo Christopher Alexander (1977)

*(...) people can shape buildings for themselves, and have done it for centuries, by using languages which I call pattern languages. A pattern language gives each person who uses it the power to create an infinite variety of new and unique buildings, just as this ordinary language gives him the power to create an infinitive variety of sentences.*[54]

Assim, através das suas experiências de campo, o arquitecto conclui que, para que a arquitectura satisfizesse as necessidades dos habitantes, seria necessário a alteração do modo de produção tradicional. Este seria definido pelos habitantes, controladores do processo e apoiados na tecnologia.

## O LNEC COMO CONTEXTO DE INTERDISCIPLINARIDADE EM PORTUGAL

Em Portugal, foi no famoso "atelier da Rua da Alegria", que se lançou a mais marcada revisão crítica ao Movimento Moderno português, através do estabelecimento de novos entendimentos de concepção espacial e mais próximos das ciências sociais e humanas. Nele, destaca-se uma figura incontornável do activismo social português. Essa figura é o arquitecto Nuno Teotónio Pereira.[55] Nas palavras de Helena Roseta, é *o seu percurso de integridade, coragem, lucidez e empenhamento social e cívico que fazem do arquitecto uma referência moral indispensável na arquitectura e na sociedade portuguesa.*[56]

No referido escritório também trabalhava o arquitecto e urbanista Nuno Portas[57] que, em 1965, escrevia para a revista *Análise Social* apelando a uma revisão metodológica de projecto, onde o arquitecto pudesse adquirir uma responsabilização social mais forte na sociedade segundo uma actividade interdisciplinar.

---

54 ALEXANDER, Christopher, cit. por BROOME, Jon, "Mass housing cannot be sustained", *in* AA. VV., *Architecture & Participation*, Spon Press, London, 2001, p. 69

55 Nuno Teotónio Pereira (1922, Lisboa, Portugal) formou-se pela Escola Superior de Belas Artes de Lisboa e foi o impulsionador da arquitectura moderna em Portugal. Coordenou inúmeras iniciativas de revisão metodológica das políticas habitacionais praticadas em Portugal, as quais se reflectiram nos seus projectos. Em 1961, recebeu o Prémio Nacional de Arquitectura da Fundação Calouste Gulbenkian e o Prémio da Associação dos Críticos de Arte em 1985. Em 2005 é consagrado Doutor *Honoris Causa* pela Universidade Técnica de Lisboa.

56 ROSETA, Helena, "Prefácio", *in* PEREIRA, Nuno Teotónio, *Escritos (1947-1996, selecção)*, FAUP Publicações, Porto, 1996, p.123

57 Nuno Portas (1934, Vila Viçosa, Portugal) frequentou o curso de Arquitectura na ESBAL pelo que o completou na Faculdade de Belas Artes do Porto, em 1959. É considerado uma das personagens mais consequentes do activismo social português, tendo desempenhado várias funções a nível nacional e internacional. Entre outros, foi consultor das Nações Unidades e da União Europeia, Secretário de Estado da Habitação do Primeiro Governo Provisório, professor na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, na Escola Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona, no Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris, no Politécnico de Milão, na Universidade de Ferrara e na Universidade Federal do Rio de Janeiro, além de ter participado em projectos espalhados por todo o mundo.

*(...) cremos que a arquitectura estará entre aquelas que terão de proceder a modificações estruturais mais profundas, atingindo o próprio conceito, papel social e status profissional*[58] *(...) implica, senão o trabalho directo de pesquisa dos seus vários aspectos – económicos, psicológicos e sociais, filosóficos ou ergonómicos, geográficos... até aos estéticos -, ao menos um conhecimento da importância, no quadro da vida e da forma, de cada um desses sectores, ou seja, uma possibilidade de compreender os métodos de cada especialista que aí intervém e de coordenar os seus resultados no todo homogéneo e completo que é o ambiente habitável.*[59]

Rumo a uma nova definição metodológica, Portas e Teotónio Pereira organizam, em Fevereiro de 1960 um colóquio no Sindicato Nacional dos Arquitectos, com o tema *Aspectos Sociais na Construção do Habitat*. O colóquio contou com a participação do sociólogo francês Chombart de Lauwe[60] que veio com o intuito de intensificar a colaboração entre sociólogos e arquitectos e torná-la mais operativa, apelando ao ser dever cívico como profissionais capazes de proporcionar melhorias significativas no modo de vida dos cidadãos.

Pouco depois, entre 1963 e 1974, Nuno Portas integrou o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), onde se desenvolveram trabalhos e inquéritos em conjunto, entre engenheiros[61], arquitectos e alguns dos melhores sociólogos franceses convidados, *porque tinha a ideia de que a habitação não era apenas uma questão dos arquitectos, mas sobretudo económica e sociológica.*[62] Através dos inquéritos, artigos e relatórios, que nem sempre eram conclusivos em termos de receitas, Portas conclui que o grande desafio da arquitectura era o facto desta poder assumir formas imprevisíveis e, por isso, dever-se-ia pensar uma arquitectura mais versátil e não uma arquitectura estática, segundo padrões rigorosamente definidos.

---

58 PORTAS, Nuno, "As Ciências Humanas na Renovação da Formação do Arquitecto" (1965), *in* PORTAS, Nuno, *Arquitecturas: História e Crítica, Ensino e Profissão*, Faup Publicações, Porto, 2005, p. 380

59 *Ibidem*, p. 382

60 O sociólogo francês Paul-Henry Chombart de Lauwe (1913, Cambrai, França-1998, Antony, França) colaborou, em 1944, no novo *Ministère de la Réconstrution et de l'Urbanisme* e lançou um vasto inquérito sobre as condições de vida na aglomeração metropolitana de Paris. Através dum trabalho sistemático de análise que passava por tentar compreender a influência do meio urbano na composição física e mental dos cidadãos, Chombart pretendia demonstrar com argumentos que permitissem julgar as consequências sociais do desenvolvimento de um grande aglomerado urbano de um modo rigoroso e, assim, provar uma maior eficácia do trabalho dos sociólogos e arquitectos quando em equipa.
Preconizava, portanto, novos meios de estudo que lhe permitissem analisar, por um lado, as relações entre os comportamentos da vida prática e as aspirações expressas e, por outro lado, estudar as transformações económicas, demográficas, sócio-institucionais e o modo como se confrontam com as mudanças de sistemas de valores e de visão do mundo.

61 Segundo Nuno Portas, *A importância de introduzir a arquitectura num ambiente de engenharia deve-se ao engenheiro Rui José Gomes, que tinha uma grande visão e o sentido não só do que era a construção mas também da adaptação das casas às necessidades reais.* (PORTAS, Nuno, "O Processo Também Desenha", *in* revista *Arquitectura e Vida*, nº51, Julho/Agosto de 2004, p. 35)

62 PORTAS, Nuno, *in* MENDES, Pedro Ferreira & PORTAS, Nuno, "Entrevista a Nuno Portas", *in Arquitectura & Construção*, nº 47, Abril, Fevereiro/Março de 2008, p.82

Ainda no LNEC, Nuno Portas, juntamente com Alexandre Alves Costa[63], desenvolve uma experiência de seriação de modelos habitacionais, no âmbito nacional e internacional, onde apelava a métodos de sistematização matemática e computorização para optimizar as relações espaciais de utilização, aproximando-se assim aos *patterns* propostos por Christopher Alexander.[64]

[63] Alexandre Alves Costa (1939, Porto, Portugal), arquitecto pela Escola Superior de Belas Artes do Porto (1966) e professor na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto desde 1972. Nos anos 60 envolveu-se activamente no combate político à ditadura fascista. Tornou-se membro do PCP (1961-1968) e, em 1962, integrou o I Secretariado Nacional de Estudantes.

[64] *Cf.* ALEXANDER, Christopher, *A Pattern Language: un lenguage de patrones: ciudades: edificios: construcciones*, Gustavo Gili, Barcelona, 1980, (1ª ed. 1977)

## 01.3| ARQUITECTURA COMO CAMPO DE POSSIBILIDADES

Perante uma arquitectura desprovida de características individuais, a percepção da emergência da condição existencial inerente à sociedade de consumo do século XX e a consciencialização de que o habitat é um fenómeno complexo, resultante de inúmeras condicionantes que o arquitecto não pode prever à partida, assiste-se, durante os anos 60, à proliferação da noção da arquitectura como **campo de possibilidades**. Noutra palavras, assiste-se a um descentramento das funções tradicionais do arquitecto para dar parte das decisões ao habitante, dando lugar a outras abordagens.

Esta nova abordagem nasce do reconhecimento, por parte dos arquitectos, da capacidade dos habitantes criarem, eles próprios, espaços apropriados às funções a que se destinavam e da ideia de que a obra não tinha de ser totalmente definida.

Desta forma, o habitante era transportado de uma posição passiva em relação à obra para uma posição activa e determinante, tendo este a liberdade de a poder terminar consoante as suas necessidades e motivações. Deste modo, garantir-se-ia uma diversidade de respostas, progressivamente adaptadas e adequadas a habitantes diferentes, com desejos diferentes.

A convicção de que só com uma interacção crítica se conseguiria resultados que superassem uma visão homogeneizadora e determinista do mundo era partilhada por arquitectos, urbanistas, sociólogos e outros profissionais de diversas áreas científicas. Só assim se poderia alcançar o desejo do habitante poder controlar o seu próprio espaço.

Esta convicção é anunciada na *Opera Aperta*[65], por Umberto Eco, que define "aperta" (aberta) como algo que deve ser permeável a qualquer utilizador, ambição ou sonho.

### A *OPERA APERTA* DE UMBERTO ECO

Com efeito, a vontade de intervenção cívica demonstrada pelos artistas que, cada vez mais, se interessavam pela vida quotidiana e procuravam uma intervenção mais directa da arte na vida das pessoas, manifestou-se na reestruturação do campo artístico, como que numa *metáfora epistemológica*[66], reflectindo, de certa forma, os valores de uma sociedade e o modo como esta interpretava a realidade.

[65] *Cf.* ECO, Umberto, *Obra Aberta,* Difel, Lisboa, 1989 (1ªed. 1962)
[66] *Ibidem*, p. 82

Umberto Eco[67], figura incontornável e pioneira na investigação do papel ideológico das vanguardas artísticas, considerava o conformismo e a massificação *doenças sociais, fruto de uma aquisição passiva de standards de compreensão*.[68]

Em 1962, escreve a ***Opera Aperta***[69], um livro (e conceito) que agitou as polémicas culturais dos anos seguintes ao propor uma apropriação estética, não tradicionalmente "humanísticas", baseada numa dialéctica contida entre os temas crítico-filosóficos e científicos. Surge como o reflexo do interesse alargado da arte - no campo literário, musical e das artes plásticas - na introdução de **abertura**, **indefinição** e **participação** do usuário (denominado por Eco de "fruidor") na própria produção artística. Por outras palavras, a valorização do ***modus operandi*** como meio aliciante para uma sociedade contemporânea, activa, num mundo em descontinuidade.

*No todo propõe-se uma investigação sobre os diferentes momentos em que a arte contemporânea se defronta com a Desordem; que não é desordem cega e insanável, o insucesso de todas as possibilidades ordenadoras, mas a desordem fecunda de que a cultura moderna nos mostrou a positividade: a ruptura de uma Ordem tradicional, que o homem ocidental julgava imutável e identificava com a estrutura objectiva do mundo.*[70]

Eco define o conceito de "obra aberta" aplicado às artes. Para ele, uma obra de arte é um objecto produzido por um autor que organiza uma rede de efeitos comunicativos de modo a que cada possível *fruidor* possa "re-compreender" a própria obra[71]. Deste modo, ainda que terminada na sua perfeição, a obra de arte continua "aberta", pois permite múltiplas interpretações sem ser alterada na sua forma. Estas interpretações significam execuções, pois em cada interpretação/ fruição a obra revive numa perspectiva original, singular a cada *fruidor*.

---

67 Umberto Eco (1932, Alexandria, Itália) é um escritor, filósofo, semiólogo, linguista e bibliófilo italiano. Destacou-se, a partir da década de 60, pelo estudo das relações existentes entre a poética contemporânea e a pluralidade de significados, dando particular destaque à semiótica e ao conceito de *obra aberta*. Notabilizou-se ainda pelos seus estudos acerca da cultura de massa, onde defende uma nova orientação nos estudos dos fenómenos.

68 ECO, Umberto, *Obra Aberta,* Difel, Lisboa, 1989 (1ªed. 1962), p. 172

69 A edição de 1962, apresentava-se a um público ainda desconfiado e hostil, com uma introdução da obra se tornou polémica. Num discurso sobre a arte, mas com forte teor político, o texto confrontava-se com as *estéticas historicistas e idealistas, com as poéticas do realismo, com a crítica da intuição lírica e com uma esquerda que via ainda as experiências da vanguarda como divertimentos formais sem conexão com a realidade política e social*. (ECO, Umberto, *Obra Aberta,* Difel, Lisboa, 1989 (1ªed. 1962), p. 29)
Por este motivo, em 1967, o livro foi reeditado, pressupondo um público mais preparado, uma sociedade cultural que já tinha reformulado os problemas acima referidos. A principal divergência para a primeira edição verifica-se na introdução que visava antes os esclarecimentos dos fundamentos metodológicos da investigação, tendo em conta as reacções da crítica de 62.

70 ECO, *op. cit.*, p. 49

71 *Cf. ibidem*, p. 170

Eco considera a "obra aberta" como uma proposta de um **campo de possibilidades**[72] interpretativas, como configuração de estímulos, desencadeando nos seus intérpretes/ *fruidores* uma gama indeterminável, porém não infinita de reacções, em que os elementos que a compõe se prestam a diferentes relações de reciprocidades.

*(...) toda a obra de arte, mesmo que produzida segundo uma explícita ou implícita poética da necessidade, é substancialmente aberta a uma série virtualmente infinita de leituras possíveis, cada uma das quais leva a obra a reviver conforme uma perspectiva, um gosto, uma execução pessoal.*[73]

Deste modo, a ambiguidade torna-se uma finalidade explícita, uma intenção característica da "obra aberta". No entanto, não significa que os artistas contemporâneos optem pela informalidade, aleatoriedade ou indefinição dos fins. Eco esclarece:

*(...) o problema de uma dialéctica entre "forma" e "abertura": isto é, definir os limites dentro dos quais uma obra pode realizar a máxima ambiguidade e depender da intervenção activa do consumidor, sem aliás deixar de ser "obra". Entendendo por "obra" um objecto dotado de propriedades estruturais definidas, que permitam, mas coordenem, a alternância das interpretações, a mudança das perspectivas.*[74]

O facto da abertura permitir a transformação da obra singular não coloca a questão da autoria artística em causa, uma vez que as várias possibilidades combinatórias estão previstas, como acima foi referido, pela estrutura[75] da obra que se propõe como aberta e, como tal, são actos de liberdade consciente. Graças à intencionalidade do autor e à estrutura da obra, que prevê, orienta e comporta as possibilidades, a autoria é salvaguardada.

*O autor oferece, em suma, ao fruidor uma obra para acabar: não sabe exactamente de que modo a obra poderá ser terminada, mas sabe que a obra terminada será sempre, porém, a sua obra, não uma outra, e que no final do diálogo interpretativo ter-se-á concretizado uma forma que é a sua forma, embora organizada por um outro de um modo que ele não podia prever*

---

72 Eco esclarece a noção de "campo de possibilidades", desfragmentando-a em dois conceitos da cultura contemporânea: *a noção de campo vem-lhe da física e subentende uma renovada visão das relações clássicas de causa e efeito unívoca e unidireccionalmente entendidas, implicando pelo contrário um complexo interagir de forças, uma constelação de acontecimentos, um dinamismo de estrutura; a noção de possibilidade é uma noção filosófica que reflecte toda uma tendência da ciência contemporânea, o abandono de uma visão estática e silogística da ordem, a abertura de uma plasticidade de decisões pessoais e a situacionalidade e historicidade dos valores.* (ECO, Umberto, *Obra Aberta,* Difel, Lisboa, 1989 (1ªed. 1962), p. 83)

73 ECO, Umberto, *Obra Aberta,* Difel, Lisboa, 1989 (1ªed. 1962), p. 91

74 *Ibidem*, p. 48

75 Segundo Umberto Eco, uma estrutura é uma forma, não enquanto objecto concreto, mas enquanto sistema de relações entre diferentes níveis (semântico, sintático, físico, emotivo, ideológico, etc.).

*completamente: uma vez que ele, em substância, tinha proposto possibilidades já organizadas racionalmente, orientadas e dotadas de exigências orgânicas de desenvolvimento.*[76]

A *Opera Aperta* de Eco contribui, assim, para uma mudança radical na arte e no pensamento humanista.

Devido à **indeterminação**, o *fruidor* teria a possibilidade de participar no processo de definição da obra, permitindo-lhe impor-se e colaborar na sua concepção. Ao mesmo tempo, influenciá-la-ia com as suas experiências e expectativas, com a sua sensibilidade particular condicionada pelo gosto, pelos valores culturais, como Rapoport[77] anunciava, e pré-juízos, resultando numa aproximação maior do *fruidor* com a obra.

## OS *SUPPORTS* DE JOHN N. HABRAKEN

Os princípios de Eco transpõem-se para a arquitectura pela mão do arquitecto holandês John N. Habraken[78], elaborando, em 1979, a *Teoria dos Suportes*, na qual define uma primeira abordagem ao problema da habitação massificada.

Através da *Teoria dos Suportes*, Habraken soluciona o problema das esferas de poder, atribuindo o planeamento geral e a regra ao arquitecto e reservando o espaço doméstico ao habitante para, deste modo, proporcionar a participação parcial, ou mesmo quase total deste último. Assim, propõe a divisão da construção em dois estágios independentes: a decisão colectiva, chamada de ***supports***, ou seja, a estrutura *standard* e a decisão individual (das famílias), chamada de ***infill***, ou seja, o "recheio" da casa [figuras 17 e 18]. Deste modo, evitar-se-iam ambientes pré-determinados, procurando superar o carácter monótono das habitações que, ainda que seguissem uma estrutura *standard*, davam a oportunidade ao habitante de fazer a afirmação da sua própria **identidade**.

Segundo Jon Broome[79], o arquitecto define um suporte estrutural como uma construção que permitiria o fornecimento de habitações que poderiam ser construídas, alteradas ou demolidas pelo habitante, independentemente das restantes, garantindo assim que a produção em massa contemplasse a capacidade de atender a famílias distintas.

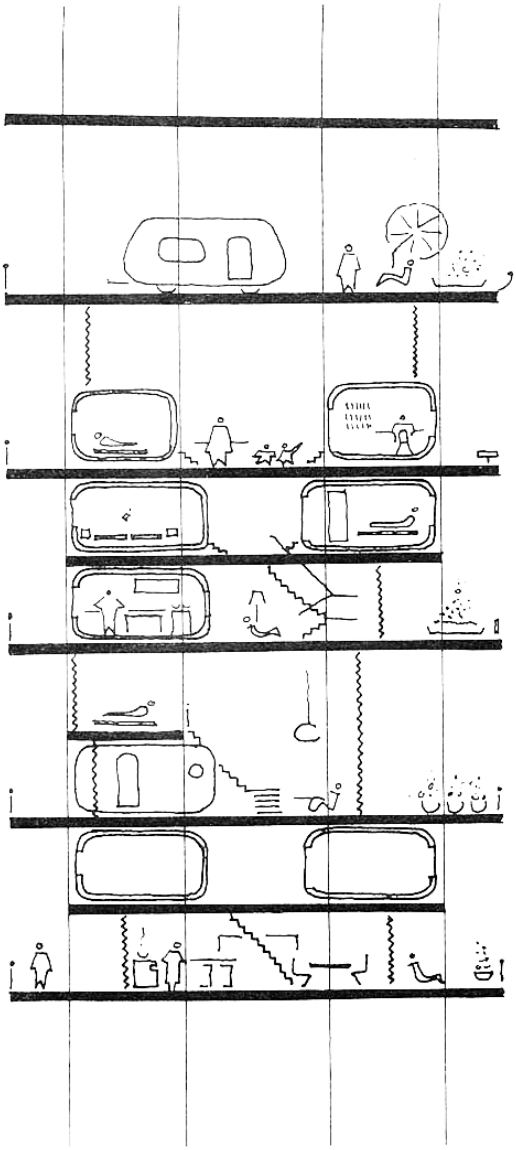
---

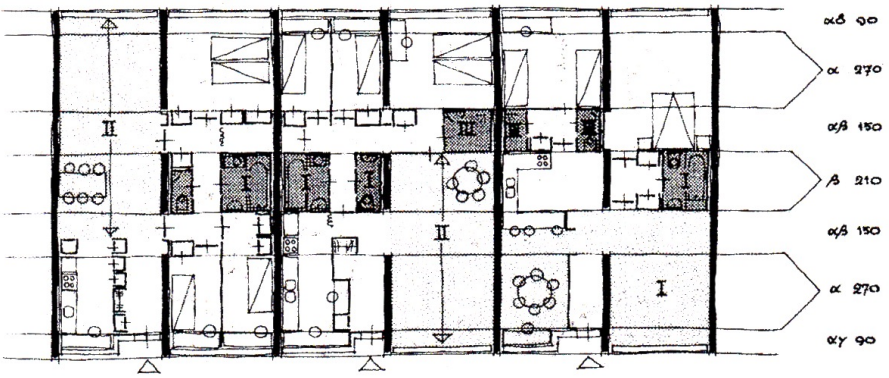
76 ECO, Umberto, *Obra Aberta,* Difel, Lisboa, 1989 (1ªed. 1962), p. 90

77 *Cf.* RAPOPORT, Amos*, House Form and Culture,* Englewood Cliffs, Prentice-Hall, New Jersey, 1969

78 O arquitecto holandês John N. Habraken (1928, Indonésia) foi director do SAR (Stiching Architecten Research). Esta associação de arquitectos tinha como objectivo investigar os melhores caminhos ou estratégias para resolver o problema do desenho e da construção de habitação em grande escala. Foi responsável pela sensibilização da habitação com qualidade, da boa relação com o bairro, da importância de decisão e responsabilização do habitante e da noção de pertença a uma comunidade.

79 Jon Broome é o co-autor do livro *Architecture and Participation* e desenvolveu inúmeros projectos de arquitectura modular e *low cost.* Também desenvolveu projectos de casas em madeira construídas segundo um processo participativo com as comunidades locais.






**Figuras 17 e 18**
Estudo de suportes e tipologias variadas de John N. Habraken (1979)

J. N. Habraken considera que esta seria uma proposta *mais viva*, mais *orgânica* e *persistente,* pois permitiria constantes mutações na procura de novas formas arquitectónicas, novas tipologias, novos usos e novos métodos de construção, consoante as necessidades específicas de cada habitante.

Deste modo, a casa não seria entendida como produto acabado, mas como resultado de um **processo** no qual o habitante também seria livre de tomar decisões dentro de uma estrutura, permitindo a partilha da responsabilidade na concepção do espaço e a restituição do poder de decisão. Atribuía-se, assim, um papel activo ao habitante, enquanto que o arquitecto assumir-se-ia como um elemento de rede, em vez do profissional isolado.

*In Habraken's opinion, housing is not about form but about the process that leads to the act of dwelling and to the distribution of power within that process: who decides when about what? 'The problema lies not with architecture, but with the circumstances that lead to architecture'*[80]

Ao arquitecto caber-lhe-iam três tarefas principais: a concepção das referidas estruturas, a orientação dos fabricantes no projecto de componentes para acompanhar o alojamento e a assistência aos habitantes acerca da disposição do "recheio" das suas casas. Além disso, deveria supervisionar o processo de construção em geral e dirigir as acções das várias partes envolvidas.

*The architect was to relinquish part of his traditional role in housing design and to take on other tasks instead. This complex and controversial transformation was aimed at what Habraken called the restoration of the 'natural relationship' between people and their homes.*[81]

Contemporaneamente às obras referidas, destaca-se outro grupo de autores que levou mais longe o tema da arquitectura como campo de possibilidades, onde a utopia funcionava como instrumento de reflexão e investigação sobre novas possibilidades do habitat colectivo, definindo o que foi talvez a forma mais radical de expressar o descontentamento com a realidade social, cultural e política, que tomava o rumo do capitalismo e do consumismo desenfreado.

80 HOOGSTRATEN, Dorine van, "Between Struture and Form. Habraken and the Alternative to the Mass Housing", *in* AA. VV., *Housing for the Millions – John Habraken and the SAR (1960-2000),* NAi Publishers, Rotterdam, 2000, p.105

81 BOSMA, Koos, "The Act of Dwelling", *in* AA. VV., *Housing for the Millions – John Habraken and the SAR (1960-2000),* NAi Publishers, Rotterdam, 2000, p. 17

A nova geração de arquitectos explorava novos cenários, mais ou menos ingénuos, irónicos ou delirantes, para uma nova civilização lúdica ou tecnológica, onde o habitante ganhava um papel central e autonomia na acção individual e na interacção mental e sensorial com o ambiente envolvente, trazendo o habitante para o lugar do arquitecto e limitando a actividade deste último ao desenvolverem suportes mega-estruturais (à escala urbana), que poderiam ser aplicados universalmente e aos quais se sucederia a apropriação do espaço e adaptação às aspirações dos habitantes.

Neste âmbito, salientam-se a *New Babylon* (1956) de Constant, a *Ville Spatiale* (1962) de Yonna Friedman ou a *Plug-in City* (1964) de Peter Cook.

Estes projectos não viriam a ser construídos, funcionando, antes, como um manifesto dos seus criadores, perante o panorama urbanístico e arquitectónico da época, através da aniquilação da própria arquitectura e do papel do arquitecto.

Porém, apesar do carácter utópico destas abordagens metodológicas, estas não foram completamente infrutíferas. Tratava-se, em quase todos os casos, de uma revisão às premissas da prática da arquitectura que tiveram repercussões que se reflectiram na perspectivação social e que, de modo directo, serviram como mote para uma reflexão disciplinar da arquitectura como processo aberto e contínuo, ao invés de produto acabado.

## A ABORDAGEM PORTUGUESA À IDEIA DE HABITAT EVOLUTIVO

Baseado numa metodologia que decorre da ideia de *obra aberta*, ou seja, da complementaridade do produto inacabado, e do descentramento das funções do arquitecto e do habitante na definição e concepção da casa, surge, neste mesmo contexto, uma outra variante, mais concreta e mais passível de ser aplicada em soluções reais – a ideia de **habitat evolutivo**.

O habitat evolutivo emerge, portanto, da aceitação da incerteza do futuro e da consciência de que o arquitecto não poderia prever aprioristicamente o porvir da habitação.

Este conceito foi amplamente desenvolvido no LNEC[82], por Nuno Portas e Francisco da Silva

[82] A consciencialização do problema do alojamento que Portugal enfrentava, no final dos anos 60, levou a que se organizassem vários colóquios onde arquitectos, sociólogos e outros profissionais que não descuravam da sua responsabilidade social, expunham e debatiam os problemas endémicos do país, procurando soluções acessíveis à população, não só em termos financeiros, como também técnicos, para oferecer uma habitação condigna e potenciar a sua qualidade a longo prazo. No Colóquio sobre a Política da Habitação (1969, LNEC), Portas anunciava, pela primeira vez, a urgência de uma arquitectura adaptável, "que cresce". Ideias estas, consolidadas pelas suas visitas a países como o Brasil, Peru e Marrocos, através do LNEC.

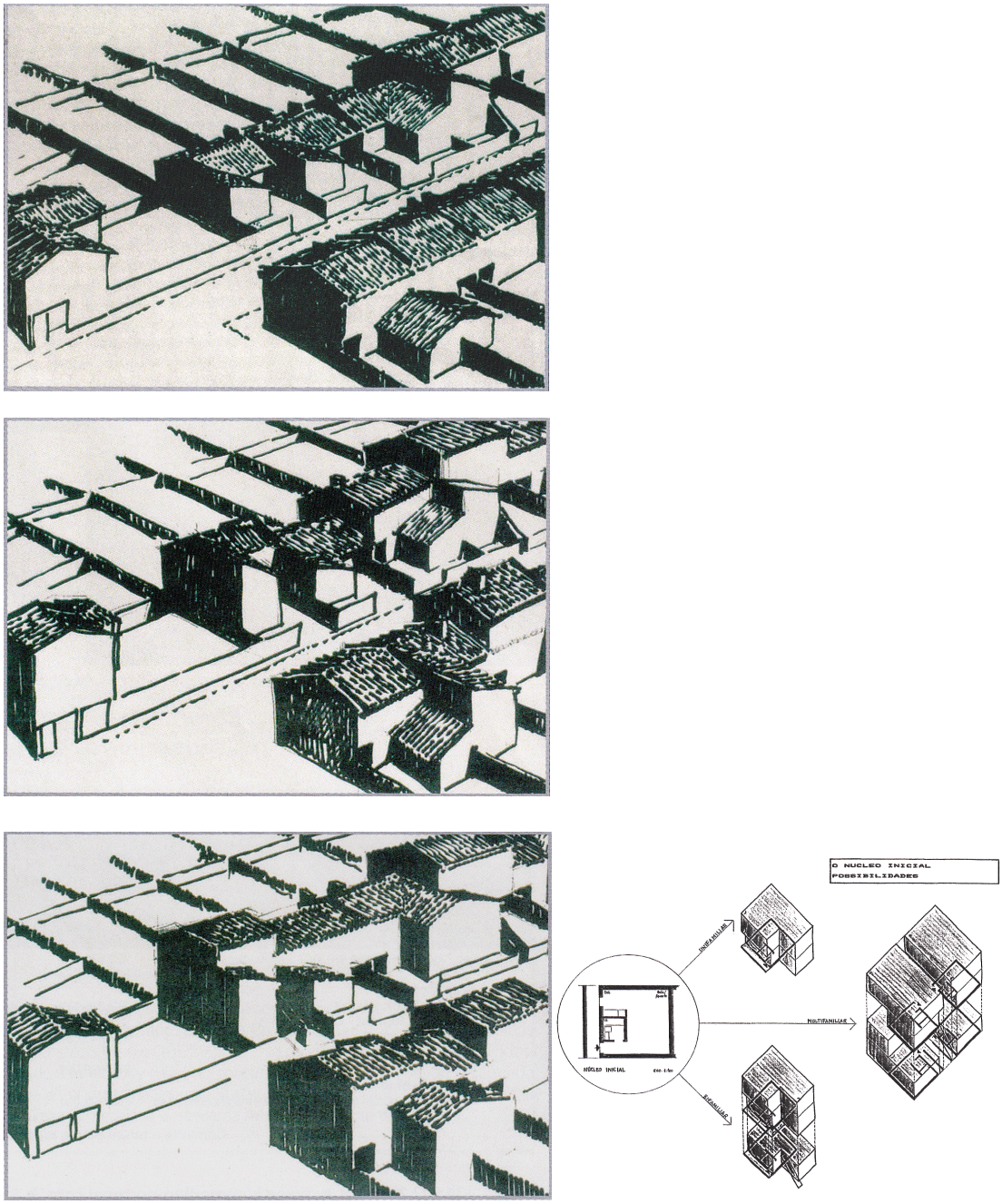



**Figura 19**
Apresentação de soluções de Habitação Evolutiva para o Concurso Público do Instituto Nacional da Habitação, 1987 (Nuno Portas, Manuela Fazenda, Isabel Plácido)

Dias, os quais, em 1971, convergem o seu trabalho no relatório[83] intitulado de *Habitação Evolutiva* [figura 19], onde são apontadas as suas potencialidades como alternativa às fórmulas correntes dos bairros de blocos habitacionais para *o maior número*.

No relatório, Portas apela a uma arquitectura que fosse, cada vez mais, projectada com o "**factor tempo**", ou seja, que tivesse em consideração as mutações que o tempo iria proporcionar. Desta forma, refere que a arquitectura deveria ser "aberta" a uma multiplicidade de autores e incertezas, pois, segundo ele, *o conhecimento exacto do uso de um espaço num momento futuro é inobservável; as soluções assentam em graus de probabilidade e não em certezas sobre o comportamento das variáveis com que se opera*.[84]

Assim, os arquitectos definem a habitação, não apenas como uma dimensão física, imutável, mas como um espaço que permite que os desejos individuais e as possibilidades de os satisfazer evoluam com o tempo.

Deste modo, Portas e Silva Dias partem ao encontro da forma onde se deve desencadear as necessidades fundamentais e intemporais do Homem, a partir da qual se poderiam produzir as alterações propostas pelos habitantes. Consiste, então, na concepção de embriões, ou **núcleos**, de casas – *core housing*[85] -, pensados a partir de um conjunto de estratégias que procuram antecipar e coordenar a alternância de configurações que a habitação pode assumir.

Para isso, cabe ao arquitecto definir os materiais e o sistema construtivo que seria *baseado em regras simples de projecto e execução, capaz de assegurar uma primeira fase de instalação mas concebido por forma tal que não impeça a evolução qualitativa do ambiente da casa e dos níveis de áreas, a par e passo com a evolução sócio-cultural dos habitantes.*[86]

Neste sistema construtivo, destaca-se o pátio como um elemento fundamental nas propostas de projecto, uma vez que, além de permitir a expansão da casa e a consequente modificação da sua tipologia, permite também a sua ventilação e a garantia da privacidade da família.

Por sua vez, o habitante, através de um *learning process*, aprenderia a viver na casa adaptável e a decidir as melhores estratégias para a adequar aos seus desejos.

---

83 Trabalho realizado no LNEC como texto de base para o colóquio "Política da Habitação", MOP, 1971.

84 PORTAS, Nuno, "Arquitectura: Forma de Conhecimento – Forma e Comunicação", *in* PORTAS, Nuno, *Arquitecturas: Teoria e Desenho, Investigação e Projecto*, Faup Publicações, Porto, 2005, p.23

85 *The core-house scheme rests on the premisse that a family, with little additional work, can move into the core right away and thereafter expand the house as time and funds allow*. (ABRAMS, Charles, *Housing in The Modern World – Man's struggle for shelter in an urbanizing world*, Faber and Faber Limited, London, 1966, p. 176)

86 PORTAS, Nuno, DIAS, Francisco Silva, *Habitação Evolutiva* (1972), *in* PORTAS, Nuno, *Arquitecturas: Teoria e Desenho, Investigação e Projecto*, Faup Publicações, Porto, 2005, p.175

Seria ainda definida a regulamentação que diz respeito ao enquadramento jurídico do "direito de superfície" que estabeleceria os limites temporal e físico da liberdade construtiva de cada habitante. Porém, apesar das condições técnicas do processo se encontrarem previamente regulamentadas, o projecto continuaria a ter um nível de *abertura* constante à dinâmica, social ou individual, da comunidade e dos seus membros, o que lhe conferiria um carácter de processo.

Deste modo, *a única contribuição que ao problema podem dar os esquemas residenciais tratados neste estudo é o aumento de adaptatividade às condições reais, na medida em que introduzem a noção de processo, ou o factor tempo, nas estruturas físicas do habitat.*[87]

Assim se conclui que a habitação evolutiva corresponde a um sistema elástico e maleável, onde o principal objectivo não é apenas responder a uma necessidade urgente de habitação, mas criar uma estrutura capaz de evoluir no tempo, permitindo a adição, ampliação e/ou renovação do espaço habitável, adaptando-se às mudanças dos modos de vida dos respectivos habitantes. Deste modo, tornar-se-ia possível assegurar a gradual concretização dos referidos desejos à medida que estes iam sendo formulados pelo habitante.

Portas ressalva ainda que as *propostas gráficas contidas no relatório deverão ser entendidas como esquemas ou tipos, dos quais se poderão derivar numerosas interpretações e transformações (função das topografias, da situação urbana, das técnicas a usar, etc.) e não como protótipos ou projectos-tipo, no sentido de modelos a repetir literal e automaticamente, os quais não estava nos propósitos deste estudo fornecer.*[88]

[87] PORTAS, Nuno, DIAS, Francisco Silva, *Habitação Evolutiva* (1972), *in* PORTAS, Nuno, *Arquitecturas: Teoria e Desenho, Investigação e Projecto*, Faup Publicações, Porto, 2005, p.173
[88] *Ibidem*, p.183

# 02| ARGUMENTOS DO *TERCEIRO MUNDO* PARA UMA ARQUITECTURA INTEGRADA

Em meados dos século XX, por razões sócio-culturais diferentes, tanto os países do *Primeiro*, como do *Terceiro Mundo* debatiam-se com graves problemas de alojamento, causados pela afluência desmedida de habitantes aos centros urbanos.

*The more developed and the less developed nations, though they are worlds apart in wealth and technology, are both experiencing the impacts of population inundations that have created city slums, overcrowding, and urban land problems. Both suffer from the stubborn disparity between income and shelter cost, the competition for urban land, the chaotic urban development, and the many other distortions caused by rapid urbanization, population swell and slum living.*[89]

Com o avanço dos meios de comunicação (principalmente das revistas internacionais, como a *Architectural Design*) e o contacto entre profissionais de várias partes do mundo, rapidamente se dissipou pelo *Primeiro Mundo* a consciência de que a realidade mediática das metrópoles superpovoadas do *Terceiro Mundo* se aproximava dos *slums* das cidades ocidentais. Ao mesmo tempo, a possibilidade de transposição de soluções e problemas encontrados no *Terceiro Mundo* revelavam o seu carácter universal e realçavam a pertinência dos estudos efectuados nas áreas mais desfavorecidas e das soluções encontradas pelo Homem comum como via alternativa.

Soluções mais conformistas com a realidade, mas nem por isso menos atentas aos problemas da habitação precária, eram alcançadas com o profundo conhecimento de cada caso e com o contributo das potencialidades inerentes a cada um, sendo que ao arquitecto caberia exercer outras competências que não apenas a sua aptidão para o desenho.

## A INFLUÊNCIA DE CHARLES ABRAMS NA CONSCIENCIALIZAÇÃO DO FENÓMENO MUNDIAL DA *INFORMALIDADE*

O arquitecto americano Charles Abrams[90] desempenhou um papel crucial na divulgação do fenómeno da **potencialidade** dos aglomerados *informais*, ficando encarregue, a partir de 1952, do Sector do Alojamento, Construção e Planeamento, integrado no Departamento de Assuntos Sociais das Nações Unidas.

Consciente da diversidade de situações e das rigorosas especificidades, devido ao contacto alargado que teve com os grandes aglomerados de habitação precária, clandestina, e espontânea, Abrams aborda, de uma forma mais crítica, o estatuto da propriedade do solo urbano e suburbano, constatado nos países do *Terceiro Mundo*.

*Squatting is only one aspect of the world struggle for shelter, though one of its more dramatic manifestations. It is also one aspect of the land problem.*[91]

Ao mesmo tempo, considerava imprescindível a dedicação à compreensão dos processos destas formas de urbanização espontâneas e galopantes, acusando os países do *Primeiro Mundo* de não lhes darem a atenção devida. Assim, o principal contributo de Abrams, prende-se com a chamada de atenção para os problemas da precariedade e a importância de os resolver através de recursos locais.

*(...) the housing situation is not hopeless. It is bad today partly because it has been ignored, partly because the nations affected do not know how to deal with it, and partly because the countries and some of the international aid agencies which could help to not consider it one of their more vital concerns.*[92]

Em 1964, viriam a ser publicadas pelo MIT as suas experiências e os respectivos levantamentos das políticas da habitação, elaboradas ao serviço das Nações Unidas, que lhe conferiram um profundo conhecimento das várias realidades habitacionais. A sua abordagem teórica teve uma grande amplitude internacional e conferiu uma dimensão operativa, sustentada e orientada para as aplicações práticas.

---

90 Charles Abrams (1902-1970 Vilna, Polónia), arquitecto naturalizado americano, além de docente em Harvard, Columbia e MIT, destacou-se pelo seu trabalho dedicado à questão fundiária nos EUA.

91 ABRAMS, Charles, *Housing in The Modern World – Man's struggle for shelter in an urbanizing world*, Faber and Faber Limited, London, 1966, p.25

92 *Ibidem*, p. 70

## 02.1| PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

### *ARCHITECTURE WITHOUT ARCHITECTS* DE RUDOFSKY

Em 1964, no MoMA de Nova Iorque, o americano Bernard Rudofsky[93] apresenta o catálogo *Architecture Without Architects (A Short Introduction to Non-Pedigreed Architecture)*[94], na exposição com o mesmo nome. Poder-se-á dizer que foi o ponto de charneira para a revalorização internacional do processo auto-construtivo, incitando a profundas revisões sobre o tema e levando arquitectos de todo o mundo a reverem as suas metodologias de trabalho. Na referida exposição, Rudofsky apresentou, através de fotografias tiradas numa viagem a vários lugares do mundo, um vasto panorama de uma arquitectura até então não reconhecida e, tampouco, valorizada na sociedade contemporânea.

*It is so little known that we don't even have a name for it. For want of a generic label, we shall call it vernacular, anonymous, spontaneous, indigenous, rural, as the case may be.* [95]

Segundo o curador do MoMA de então, o intuito de Rudofsky não foi compilar um histórico da *arquitectura sem arquitectos*, nem estabelecer tipologias, mas quebrar com a ideia preconcebida de arquitectura *comercial e oficial* e, desta forma, lançar um ponto de partida para um outro modo de produção de espaço – uma arquitectura popular que vai mais ao encontro das necessidades comunitárias e em conformidade com técnicas de produção empíricas.

*There is much to learn from architecture before it became an expert's art. The admirable talent for fitting their buildings into the natural surroundings.*[96]

Rudofsky faz um apelo para uma reconsideração das diversas possibilidades de concepção e das particularidades de cada lugar, inspirando outros arquitectos a desenvolver estudos sobre a arquitectura vernacular, na procura da simplicidade e da beleza da arquitectura *informal* do *Terceiro Mundo*. Uma arquitectura mais diversificada, funcional e anónima.

---

93 Bernard Rudofsky (1905, Zauchtl, Morávia - 1988, Nova Iorque, EUA) foi arquitecto, escritor, coleccionador, professor, designer e historiador social, naturalizado americano. Viajou por países como a Bulgária, Turquia, Suíça, Itália, Brasil, entre outros, reconhecendo nessas viagens as possibilidades que estas ofereciam de conhecer e compreender diferentes formas de viver e de sentir o espaço vital. Leccionou em instituições importantes como a Universidade de Yale, MIT, Waseda (Tóquio) ou na Academia Real de Belas Artes de Copenhaga. Foi também director artístico de revistas como a Domus ou a Pencil Points.

94 *Architecture Without Arrchitects* é um livro publicado originalmente em 1964, no MoMA. Fornece uma demonstração da riqueza artística, funcional e cultural da arquitectura vernacular.

95 RUDOFSKY, Bernard, *Architecture Without Architects*: *a Short Introduction to Non-Pedigreed Architecture*, Albuquerque: University of New Mexico, 1995, (1ª ed. 1964), p.4

96 *Ibidem*, p.7

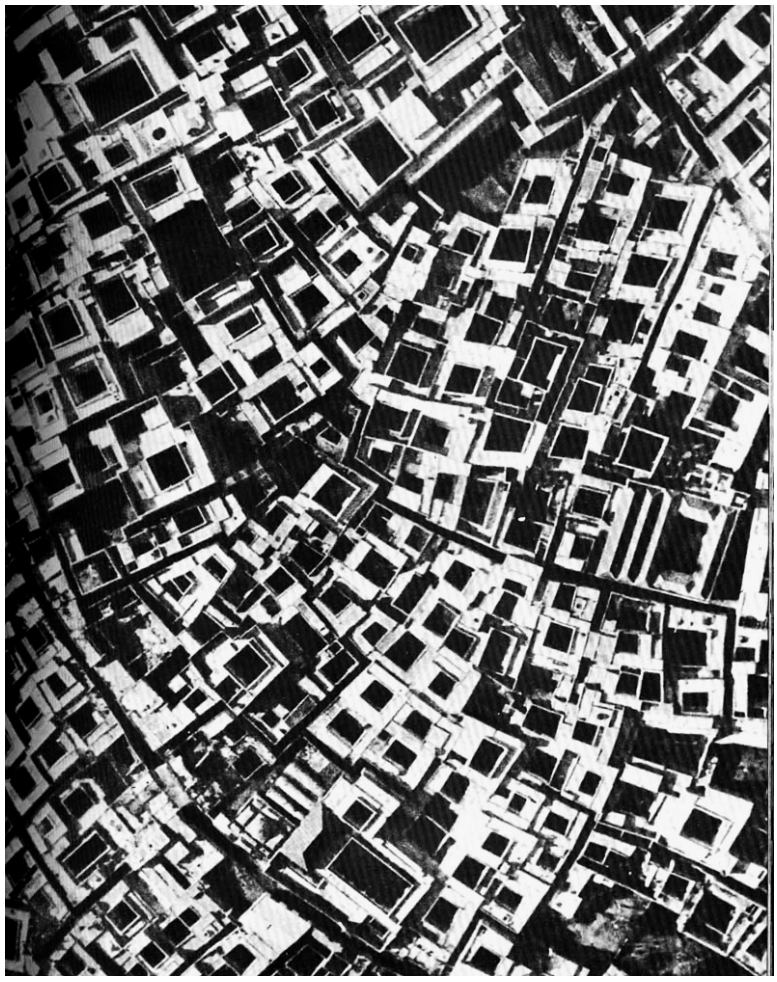


**Figura 20**
Vista aérea de Marraqueche, fotografia da exposição *Architecture*



**Figura 21**
Vila na planície de Bandiagara, Sudão
*The Dogon's architecture expresses comunal organazation*
(Rudofsky,1964)

Rudofsky defende a arquitectura como resultado de **acções experimentais** caracterizadas pela espontaneidade e continuidade das comunidades, num **empreendedorismo colectivo** de **auto-ajuda**, que define como *communal architecture* que Pietro Belluschi[97] esclarece como:

*a communal art, not produced by a few intellectuals or specialists but by the spontaneous and continuing activity of a whole people with a common heritage, acting under a community of experience*[98]

É, por isso, uma arquitectura despojada da sobrevalorização da autoria da obra, muitas vezes desligada da realidade pela ambição de prestígio.

Apesar das abordagens distintas do decurso natural que a arquitectura aparentava tomar, Rudofsky não teve intenção de propor um revivalismo na arquitectura moderna, tampouco uma proposta perene e ideal que fosse confrontar directamente a arquitectura "de autor", mas sensibilizar para a urgência de rever valores esquecidos e integrar ensinamentos anteriores pertinentes à prática de projecto.

*The beauty of this architecture has long been dismissed as accidental, but today we should be able to recognize it as the result of rare good sense in the handling of practical problems. The shapes of the houses, sometimes transmitted through a hundred generations, seem eternally valid, like those of their tools.* [99]

## O CONTRIBUTO DE JOHN F. C. TURNER

Destaca-se John F. Charlewood Turner[100],- que Bandeirinha considera *a personagem mais consequente, sob o ponto de vista de exaltação teórica das diversas práticas habitacionais de raiz informal*[101] pelo seu interesse em perceber assentamentos espontâneos que se desenvolviam em todo o mundo, mas com mais incidência nos países da América Latina. Foi nas comunidades pobres do Peru que conheceu o arquitecto

[97] Pietro Bellushi (1899, Ancona, Itália- 1994, Port Land, EUA) foi um arquitecto naturalizado americano e uma das figuras do Movimento Moderno americano que se destaca pelo pioneirismo na aplicação dos novos materiais.
[98] RUDOFSKY, Bernard, *Architecture Without Architects*: *a Short Introduction to Non-Pedigreed Architecture*, Albuquerque: University of New Mexico, 1995, (1ª ed. 1964), p.6
[99] *Ibidem,* p.7
[100] John F. C. Turner (1927), arquitecto britânico, formado em 1954, pela Architectural Association School, em Londres. Morou entre 1957 e 1965 no Peru e estudou durante estes oito anos os processos de ocupação *ilegal* do solo e de auto-construção de novos povoados nas periferias das grandes «cidades dominantes» latino-americanas. Entre 1965 e 1975, residiu nos Estados Unidos onde trabalhou para a ONU e estudou possibilidades *legais* e técnicas para intervir e melhorar estes assentamentos marginais latino-americanos.
[101] BANDEIRINHA, José António, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 2007, p.44

Eduardo Neiva[102] que, por sua vez, o convidou a trabalhar num projecto-piloto de assistência técnica à auto-construção dos assentamentos urbanos de Arequipa. Desenvolve também programas de realojamento de emergência, incutidos após o terramoto de 1958 e descobre nas *barriadas*[103] [figura 23] uma enorme potencialidade, libertando-se dos (pre)conceitos das teorias e tecnologias inovadoras da época.

Turner foca o seu trabalho de reflexão dando prioridade à evolução de conceitos e teorias a partir das práticas observadas na investigação de campo, retirando lições, sintetizadas da descoberta das implantações *ilegais*.

À semelhança de Abrams e Rudofsky, reconhece a capacidade que as populações revelavam para resolver os graves problemas habitacionais nos assentamentos *informais,* transmitindo ensinamentos balizados nos princípios da **entreajuda comunitária** e da **auto-organização** que, segundo o arquitecto, deveriam ser passados aos países do *Primeiro Mundo* e não somente o contrário, como se previa. Desta forma, construiriam sem o recurso a apoios do Estado, que o arquitecto considerava um obstáculo redutor das especificidades dos habitantes a um padrão-tipo.[104]

Assim, norteado pela vontade de autonomizar o habitante, desenvolve afincadamente o tema da **descentralização** do poder e desvaloriza os sistemas burocráticos que em nada contribuíam para o desenvolvimento urbano, pois, para Turner, o aspecto fundamental que determina o sucesso ou fracasso de uma solução está no relação do **poder de decisão** entre os diferentes intervenientes no processo de realojamento das populações mais pobres.

*(…) John F. C. Turner professed the need to liberate societies from the dominating forces outside the control of the distorted ideals of profession and bureaucracy, both of which have a self-confirming logic which is never a solution for individuals.*[105]

---

[102] Eduardo Neiva (1923-2005, Peru), arquitecto e urbanista peruano e consultor da ONU. Estudou Planeamento Regional e Urbano na University of Liverpool, destacando-se pela colaboração nos desenvolvimento dos aglomerados *informais* de alguns países da América Latina, sobretudo do Peru, México e Brasil.

[103] *"Barriadas"* é o termo utilizado nos países da América Latina, de língua espanhola, para definir "assentamentos informais", "bairros de lata" ou, como popularmente conhecidas no Brasil, "favelas". Turner chamava ainda de "*pueblos jóvenes"* para lhes subtrair conotações negativas.

[104] Turner posicionou-se, assim, contra a "rigidez arquitectónica" dos conjuntos habitacionais propostos pelos governos de políticas centralizadas, já que considerou que estes eram ineficazes no cumprimento da responsabilidade social. Acusa-os de serem responsáveis pela segregação social e financeira e pela divisão desequilibrada dos recursos e subsídios, além de limitadores das transformações dos espaços por parte dos habitantes.

[105] ÖZKAN, Suha, "Architecture To Change the Word?", *in* SERAGELDIN, Ismaïl, *The Architecture of Empowerment: People, Shelter and Livable Cities*, Academic, London, 1997, p. 46

| WHO DECIDES? | WHO PROVIDES? SPONSORS | USERS |
|---|---|---|
| SPONSORS | 1. Sponsors decide and sponsors provide | 2. Sponsors decide and users provide |
| USERS | 4. Users decide and sponsors provide | 3. Users decide and users provide |

**Figura 22**
Participação em função de quem decide, o que deve ser feito e quem fornece os meios. (Esquema de J.F.C. Turner)



**Figura 23**
*Barriadas* em Lima, Peru

Partindo dos princípios do ***Empowerment***[106], Turner acredita que os aglomerados espontâneos, permitiam uma maior flexibilidade, propiciando a transformação social dos habitantes, sem causar grandes constrangimentos na estrutura social e cultural das zonas onde se inserem. Deste modo, o arquitecto pensa a comunidade como uma entidade activa e potenciadora de dinamismo dentro do aglomerado, onde a produção da habitação, através de processos de auto-construção e entreajuda comunitária, assume um carácter dinâmico, prático e contínuo.

Turner preconiza a atribuição do poder decisivo ao habitante em prol da diversidade local e da individualidade pessoal, evitando a padronização que caracteriza as habitações providenciadas por uma qualquer organização centralizada.

Ao mesmo tempo, ao delegar decisões para o habitante, facilitaria a sua apropriação, pois, segundo o arquitecto, a tolerância neste tipo de projectos tende a ser maior.

*(...) their tolerance would shrink, generating even more exacting demands while failing to provide that satisfaction which one gets from having made a decision or having done something for oneself however imperfect it may be. While people tend to intolerantly look a centrally administered gift horse in the mouth, they show a surprising facility for mulitplying the blessings of something they have done for themselves.*[107]

Ao mesmo tempo, a atribuição do poder de decisão do habitante sobre a sua própria casa, iria despertar o sentido de **responsabilização**, o que, por sua vez, resultaria num processo de manutenção e, por conseguinte, numa adaptação contínua às necessidades e vontades dos habitantes.

*This argument has been based, in part, on the observation that the willingness of people to invest their energy and initiative and their saving or other material resources depends on the satisfactions they experience or expect as a result.*[108]

106 *Empowerment* é um conceito criado pelo austríaco John Friedmann (1926, Viena, Áustria) e remete para o poder, não só em termos materiais, mas sobretudo, para o poder social, político e psicológico que as classes mais desfavorecidas da sociedade poderiam ter. Acreditava num desenvolvimento alternativo possível com o compromisso de capacitar os pobres das comunidades, mobilizando-os para uma participação política descentralizada. Utilizando equipas auto-dirigidas e a adopção de sistemas orgânicos de administração e culturas participativas, difundiam e compartilhavam o poder com todos os seus membros, numa solução que parecia ser a mais viável e que promovia a rapidez, flexibilidade e capacidade de decisão. É esta ideia de dar às pessoas o poder, a responsabilidade, a liberdade e a informação que lhes permitem tomar decisões e participar activamente na vida urbana.

107 TURNER, John F. C., *Housing by People – Towards Autonomy in Building Environments*, Marion Boyards, London – New York, 1976, p.41

108 *Ibidem*, p.51

Porém, defende o auxílio técnico e a cooperação local através de um sistema ***site and service***[109], que providenciaria os terrenos e aquilo que os habitantes dificilmente conseguiriam sem apoio exterior – a infra-estruturação básica -, remetendo o arquitecto para um papel de supervisão e orientação, independentemente da técnica e metodologia adoptadas pelo habitante.

É a este nível que Turner coloca questões fundamentais relativas ao grau de decisão e controlo inerentes às práticas que resultam de partilhas de responsabilidades [figura 22].

*Who provides and who decides? Who does what for whom?*[110]

Questões imprescindíveis para a construção teórica deste trabalho, não desconsiderando, porém, o contributo muito mais vasto deste autor, que, por si só, motivaria outras abordagens.

## O MODELO *SETTLEMENT UPGRADING* DE CARLOS NELSON DOS SANTOS

As propostas em torno de uma remissiva potenciação dos aglomerados habitacionais não controlados, ou seja, não definidos de raiz pelo arquitecto e pelas entidades governamentais, aliciavam e deslumbravam um número cada vez maior de personalidades ligadas à Arquitectura e às Ciências Sociais.

O arquitecto brasileiro Carlos Nelson dos Santos[111] merece ser referido neste trabalho, não só pelo contributo fornecido para o esclarecimento da **participação comunitária** através das suas experiências nas favelas do Rio de Janeiro, mas também pela aproximação pontual com a situação portuguesa.[112]

---

109 O *Site and Service* é um sistema de intervenção urbana cujos procedimentos faseados visam uma transformação/ adaptação territorial futura derivada do desenvolvimento urbano. Foca-se, por isso, numa perspectiva de soma harmoniosa entre premissas urbanísticas determinantes e parâmetros de elasticidade necessários à capacidade de adaptação das desejáveis iniciativas individuais futuras. O desenho urbano físico e rigoroso, definido em malhas regradas que asseguram a coesão do todo, favorecem e facilitam o fornecimento de infra-estruturas e permitem gerar enraizamentos urbanísticos progressivos.

110 TURNER, John F.C., *Housing by people – Towards Autonomy in Building Environments*, Marion Boyards, London – New York,1976, p.154

111 Carlos Nelson dos Santos (1943-1989 Rio de Janeiro, Brasil) foi arquitecto, urbanista e antropólogo fluminense. Formou-se pela Universidade do Brasil (1966), consagrou-se Mestre em Antropologia Social pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1979) e Doutor em Arquitectura pela Universidade de São Paulo (1984). Destacou-se sobretudo pelo seu compromisso profissional de pensar a cidade a partir de uma praxis transformadora.

112 Carlos Nelson dos Santos visita o LNEC, em Janeiro de 1972, para divulgar algumas das suas experiências dos trabalhos desenvolvidos nas favelas do Rio de Janeiro, enquanto consultor da FAFEG (Federação das Associações de Favelados do Estado de Guanabara).

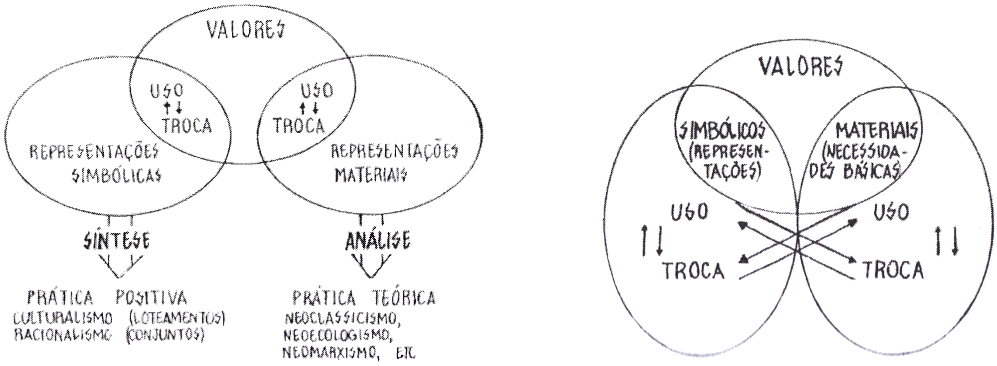



**Figura 24**
Esquemas de relação de conceitos inerentes à compreensão da habitação, Carlos Nelson dos Santos

**Figura 25**
Todos os habitantes formulam uma "imagem colectiva", Carlos Nelson dos Santos

Todos os habitantes formulam uma "imagem colectiva"




**Figuras 26 e 27**
Favela de Brás de Pina nos anos 60, Rio de Janeiro

Em 1964, seguindo um modelo de ***settlement upgrading***[113], Carlos Nelson dos Santos inicia o seu envolvimento com trabalhos que incidem em áreas da cidade já consolidadas e com grandes potencialidades de valorização fundiária (quer funcional, quer habitacional).[114] Os trabalhos iniciavam-se em campo, com os levantamentos que, segundo Carlos Nelson, eram úteis para a definição de alternativas de projecto e para dar uma ideia mais precisa das condições de vida na favela, evitando a leitura padronizada das necessidades dos habitantes. Os levantamentos incluíam inquéritos que tinham como propósito ouvir as vontades dos habitantes e aproximá-los do arquitecto.

Através de um **processo participativo**, intensificava-se **o esclarecimento dos desejos dos habitantes**, convidando estes últimos a desenhar as suas casas. Os arquitectos eram solicitados a ajudar e aconselhar, porém, o facto do seu trabalho se basear na liberdade de escolha dos habitantes, tendo como base a ideia da **potenciação da habitação *informal***, enraizada no princípio da participação comunitária, não retiraria importância à actividade exercida pelo arquitecto.

À semelhança de John F. C. Turner, Carlos Nelson dos Santos reconhecia as soluções dos habitantes, porém advogava por um processo de acompanhamento e de introdução de noções mais técnicas em que, ainda assim, não havia qualquer tipo de imposição de soluções. Antes pelo contrário, havia a vontade de compreender o ***habitus*** e preservá-lo, já que se tinha verificado que as comunidades eram empreendedoras e activas.

Para Carlos Nelson dos Santos, os problemas não residiam na cidade em si, mas na forma de a apropriar. Por este motivo, o percurso profissional do arquitecto brasileiro é marcado pela ideia de que as Ciências Sociais são o complemento e o reforço do papel social do arquitecto.

[113] Os modelos do tipo *Settlement Upgrading* actuam segundo a atenuação e mitigação da *informalidade* instalada, ou seja, sobre a cidade existente. Não tem como objetivo a erradicação ou o realojamento, mas sim qualificar, melhorar e recuperar a precariedade consolidada. Baseia-se na importância do Ordenamento do território cuja intenção, tal como nos modelos de intervenção do tipo *Site & Service*, é propor uma estrutura que permita a melhoria progressiva.

[114] As primeiras operações de reabilitação deram-se na favela de Brás de Pina, Rio de Janeiro [figuras 26 e 27].

## 02.2| TRADIÇÃO

A consciencialização do problema da escassez de recursos e a necessidade de integração da arquitectura no ambiente pré-existente que se contrapusesse aos *standards* habituais, desligados da especificidade do lugar e do contexto sócio-cultural, foram também motivos que levaram alguns arquitectos a reformularem as suas metodologias de projecto nas décadas já referidas. Estas abordagens tinham por base a interpretação dos **valores** da população, os **costumes** e o aproveitamento dos **recursos endógenos** da mesma população, o que, por assim dizer, é o mesmo que ter a **tradição** como princípio metodológico.

Através da exploração de novos registos metodológicos fundados na tradição, os arquitectos marcavam uma postura reaccionária à desgastada homologação (material e plástica) da arquitectura vigente, ao mesmo tempo que encontravam soluções mais sustentáveis para *o maior número*, tanto a nível ambiental, como cultural e económico e, por isso, adequadas a longo prazo.

Porém, nos países do *Terceiro Mundo*, a exploração de antigas técnicas e a sabedoria construtiva ainda representavam um recurso fundamental na produção de habitação e na consolidação das cidades. Este fenómeno fez com que arquitectos do *Primeiro Mundo* voltassem o seu interesse para o *Terceiro,* tirando partido dos ensinamentos transmitidos em trabalhos mais localizados. É o caso de Hassan Fathy, considerado por muitos o pioneiro da auto-construção assistida e o impulsionador da revitalização das técnicas tradicionais, como meio de alcançar o *maior número* e, ao mesmo tempo, a individualidade do habitante.

### A EXPERIÊNCIA DE HASSAN FATHY EM NOVA GURNA

*(...) a tradição é o ponto de chegada da experiência prática de várias gerações face a um mesmo problema (...)*[115]

A obra do arquitecto egípcio Hassan Fathy[116] corresponde a uma prática que é intersectada pela arquitectura e pelas Ciências Sociais. Tal como Rapoport[117], Fathy rejeita o determinismo das soluções e defende que, apesar de diversificadas, em comum, são

115 FATHY, Hassan, *Arquitectura Para os Pobres: Uma Experiência no Egipto Rural*, Argumentum, Lisboa, 2009, (1ª ed. 1969), p.33

116 Hassan Fathy (1900 Alexandria, Egipto – 1989 Cairo, Egipto) nasceu no meio rural, numa família de classe média, proprietária de terrenos agrícolas, o que transparece nas suas experiências através do sistema construtivo que desenvolveu. Frequentou escolas britânicas no Cairo e, mais tarde, a Universidade da mesma cidade onde completou o curso de Arquitectura (1926).

117 *Cf.* RAPOPORT, Amos, *House Form and Culture,* Englewood Cliffs, Prentice-Hall, New Jersey, 1969

norteadas por factores culturais – o *habitus* -, o que o leva a enveredar por uma arquitectura vernacular, que considera ser mais próxima do quotidiano dos habitantes.

Apesar de ter recebido uma formação académica baseada nos princípios ocidentais da Arquitectura Moderna, Fathy foi pioneiro na contestação a esses mesmos princípios, na medida em que ameaçavam a identidade cultural egípcia. Considerava que as técnicas e os materiais importados do Ocidente, resultantes da ocupação estrangeira no Egipto e da exploração colonial, eram desadequados e demasiado dispendiosos para os habitantes do mundo rural. Por este motivo, defendia que as grandes extensões suburbanas do *Terceiro Mundo*, onde as habitações com condições precárias proliferavam a um ritmo avassalador, não eram passíveis de serem controladas segundo os preceitos dos países do *Primeiro Mundo.*

Assim, acreditava que o nível de vida e o nível cultural dos camponeses egípcios poderiam ser melhorados através de estratégias de cooperação e da preservação dos princípios da arquitectura tradicional egípcia. Para o arquitecto, a solução do problema da habitação no Egipto encontrava-se no Passado, na sua História, o que implicaria uma abordagem à habitação para um *maior número* que não seguisse os padrões *formais* do realojamento, pois, para Fathy, a adaptação aos novos modos de vida não dependia da "modernização" dos materiais e dos sistemas construtivos, mas de um projecto que respondesse às necessidades individuais de cada habitante.

*No plano social, a tradição é o equivalente ao hábito individual, e cumpre a mesma função no domínio da arte: libertar o artista de decisões menores e acessórias para lhe permitir concentrar a sua atenção nas decisões vitais.*[118]

Tal como Rudofsky[119], também Hassan Fathy considerava a arquitectura uma arte comunal, pelo que deveria espelhar num balanço harmonioso entre os hábitos individuais e as tradições de uma comunidade.

Fathy encontra na tradição um princípio que norteia a sua actividade profissional, abrindo um novo mundo de possibilidades construtivas e de noções até então desprezadas.

O projecto de realojamento para a cidade egípcia de Gurna El-Gedida (1945- 1949), foi o palco da contestação que materializava em obra os fundamentos da Arquitectura Moderna e de uma metodologia baseada na tradição e na auto-construção assistida.

---

[118] FATHY, Hassan, *Arquitectura Para os Pobres: Uma Experiência no Egipto Rural*, Argumentum, Lisboa, 2009, (1ª ed. 1969), p.34

[119] *Cf.* RUDOFSKY, Bernard, *Architecture Without Architects*: *a Short Introduction to Non-Pedigreed Architecture*, Albuquerque: University of New Mexico, 1995, (1ª ed. 1964), p.6

Numa época em que os preceitos modernistas pareciam ser a única forma razoável de construir, Hassan Fathy coloca o projecto arquitectónico no centro de uma reforma social, através da concepção de casas económicas para 7.000 habitantes e sem recorrer à *standardização*, dando uma atenção ímpar à **individualidade** do habitante.

Para tal, o trabalho de Fathy incide sobre a compreensão das relações sociais e espaciais presentes na antiga vila de modo a adaptar o novo desenho urbano e os programas da nova cidade ao *habitus* dos camponeses egípcios, neste caso dos núbios.[120]

Além de estudar a "tradição imaterial", Fathy reinterpretou os elementos físicos tradicionais da arquitectura egípcia (arcos, pátios, abóbadas, entre outros) e revitalizou o uso de materiais[121] e processos de construção recorrendo aos artesãos especializados que, não só participavam no projecto, como davam formação aos habitantes que também nele trabalhavam, estabelecendo assim a trindade "cliente- arquitecto-artesão", anteriormente referida [figuras 28 - 32]. Segundo Fathy, ao envolver os habitantes na produção da habitação seriam criados os vínculos imprescindíveis à apropriação do espaço pelos habitantes que reforçariam o sentido de pertença devido ao esforço investido na sua concretização[122], tal como Turner[123] viria a referir nos anos 70.

*A participação inteligente do cliente é essencial para o desenvolvimento harmonioso da obra. Cliente, arquitecto e artesão compõem uma trindade no projecto de uma casa na qual cada um tem um papel vital a desempenhar.*[124]

Fathy acrescenta ainda que, ao integrar o habitante no processo construtivo, pretendia dissipar a separação que existia entre as ideologias e práticas do arquitecto e as dos aldeãos.

---

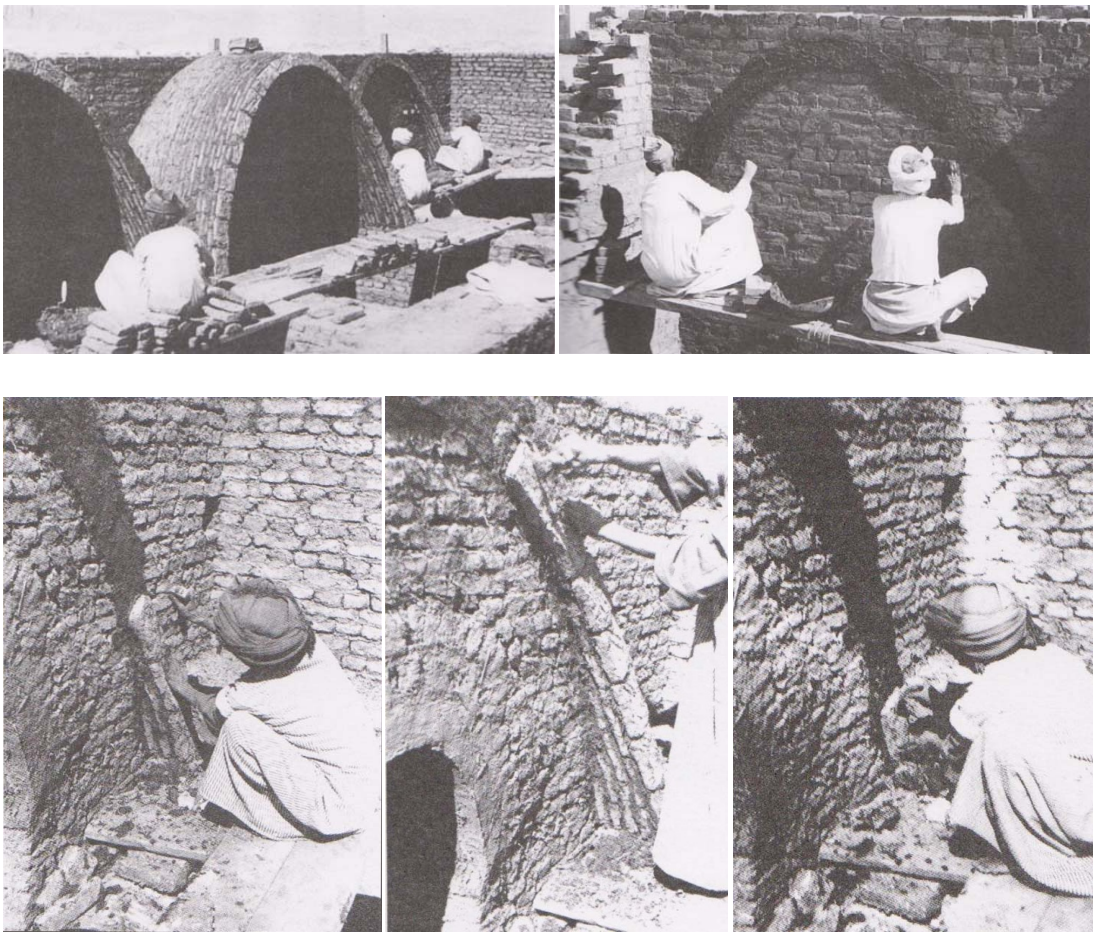
120 Habitantes de Núbia - região situada no vale do rio Nilo que actualmente é partilhada pelo Egipto e pelo Sudão mas onde se desenvolveu, na Antiguidade, o que se pensa ser a mais antiga civilização negra de África.

121 Fathy optou pelo tijolo de terra como material predominante. Além da longa história, durabilidade e aplicabilidade cultural do tijolo de terra, assim como o seu baixo preço e vantagens ambientais, as construções resultantes da aplicação deste material eram, segundo Fathy, não só bonitas, mas muito bem adaptadas ao clima e à luz da região do Nilo.

122 *(...) segundo uma antiga superstição, o proprietário morreria quando a sua casa estivesse completamente terminada; de maneira que o prudente dono continuava a alterar a sua casa, sempre acrescentando qualquer coisa e adiando a colocação fatal da última pedra.* (FATHY, Hassan, *Arquitectura Para os Pobres: Uma Experiência no Egipto Rural*, Argumentum, Lisboa, 2009, (1ª ed. 1969), p.37)

123 *Cf.* TURNER, John F. C., *Housing by People – Towards Autonomy in Building Environments*, Marion Boyards, London – New York, 1976, p.51

124 FATHY, Hassan, *Arquitectura Para os Pobres: Uma Experiência no Egipto Rural*, Argumentum, Lisboa, 2009, (1ª ed. 1969), p.48



**Figuras 28 - 32**
Processo de construção das abóbadas em tijolo de terra

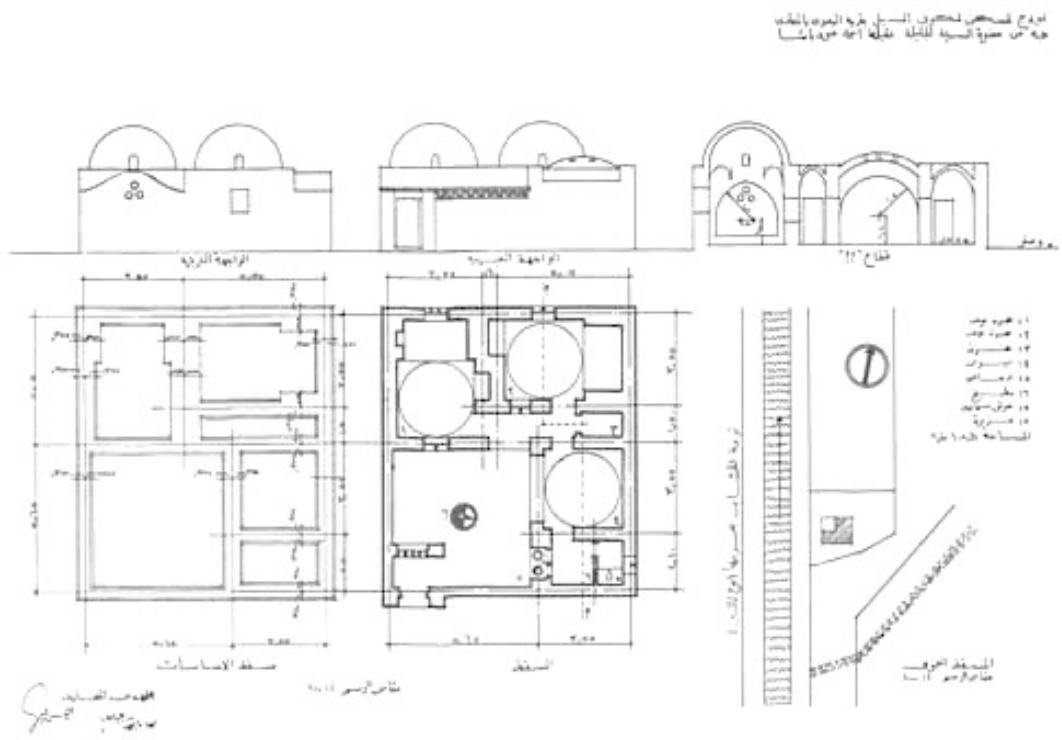


**Figura 33**
Ezbet el-Barsy: projecto de uma casa-modelo em tijolos de terra

*Queria transpor o fosso que separa a arquitectura popular da «arquitectura de arquitecto». Queria estabelecer um laço visível e sólido entre as duas arquitecturas, sob a forma de traços comuns a ambos que poderiam colocar à disposição dos aldeões uma fonte familiar de referência que alargasse a sua compreensão do novo, e que o arquitecto poderia utilizar para verificar a fidelidade do seu próprio trabalho às pessoas e ao lugar.* [125]

Deste modo, Fathy desenvolveu *uma arquitectura do lugar* em oposição a *uma arquitectura no lugar,* procurando a **continuidade**, a necessidade cultural e social de ligar a actualidade ao passado, protegendo a **identidade** do lugar e a **individualidade** pessoal e grupal.

*Todos os povos que produziram arquitectura desenvolveram o seu estilo próprio que lhes é tão específico como a sua língua, o seu vestuário ou as suas tradições populares. (...) as construções de cada região eram o maravilhoso fruto da feliz aliança entre a imaginação do povo e as exigências do território. (...) desenvolvendo uma linguagem visual própria, colorida e generosa, perfeitamente de acordo com a sua identidade e com o seu país.* [126]

125 FATHY, Hassan, *Arquitectura Para os Pobres: Uma Experiência no Egipto Rural*, Argumentum, Lisboa, 2009, (1ª ed. 1969), p.52
126 *Ibidem*, p.31

# 03| PORTUGAL RUMO À DEMOCRATIZAÇÃO DA HABITAÇÃO

Feita uma análise geral ao contexto europeu e ao *Terceiro Mundo*, introduzindo alguns pontos de contacto com experiências n território português, interessa agora abordar mais pormenorizadamente como se verificou a revisão metodológica do exercício de arquitectura, no contexto nacional.

Como anteriormente se verificou, em Portugal os problemas relativos à habitação, embora numa escala consideravelmente menor, não se verificavam tão distantes da realidade vivida no *Terceiro Mundo*.

À semelhança com o que se passava nos outros países, as políticas habitacionais praticadas até meados do século XX, além de escassas, ignoravam sistematicamente os recursos potenciais das populações a alojar, o que se verificou não só nas habitações projectadas de carácter definitivo[127], como também nas construções intencionalmente provisórias, que não respondiam às necessidades dos habitantes.

[127] A progressiva evidência da realidade caracterizada pelas extensas implantações de barracas, os bairros clandestinos, construções degradadas e sobrelotadas dos cascos urbanos, devia-se ainda à conjuntura política que nunca se empenhava numa verdadeira e assumida coordenação de esforços para a sua resolução e foi, durante toda a década de sessenta, levando à também crescente constatação, por parte do poder, da impossibilidade de a resolver.

## 03.1| O ÍNICIO DE UMA NOVA ABORDAGEM ÀS QUESTÕES DA HABITAÇÃO

### *INQUÉRITO À ARQUITECTURA POPULAR PORTUGUESA*

Porém, também em Portugal, por meados da década de 50, assistia-se ao retomar do **sentido integrador**, iniciando-se um processo de procura de **referências locais**, de contextualização, que daria lugar a explorações organicistas e regionalistas. A crise do Movimento Moderno era evidenciada pela denúncia da desconexão nos sistemas de vizinhança que impunha novas formas de organização espacial e social, onde a multiplicidade de factores condicionantes na concepção da habitação de que Rapoport[128] falava, era reduzida a um único factor – o factor físico.

A contestação do chamado estilo "português suave"[129] acabou por dar origem ao *Inquérito da Arquitectura Regional Portuguesa*, em 1955, que incidiu sobe a questão da tradição construtiva, da modernidade e do regionalismo, atravessando a consciência de diversos autores e relevando a questão, de algum modo hegemónica, desde o princípio do século, da "casa portuguesa".

O tema da **tradição** como sentido integrador e como reflexo de uma identidade nacional cultural é introduzido em Portugal pelos arquitectos Francisco Keil do Amaral[130] e Januário Godinho.[131]

Enquanto Keil do Amaral reclamava o Modernismo desligado das raízes e propunha a realização de uma pesquisa séria sobre arquitectura popular portuguesa, como caminho para uma arquitectura autêntica afastada dos eclectismos e dos estilos, Januário Godinho teve uma proposta diferente. *Sem perder as raízes culturais no Portugal artesanal, na paisagem inspiradora, na cidade existida, Januário Godinho realizou arquitectura moderna denunciando a real possibilidade de uma continuidade histórica revelada na aproximação às*

---

128 *Cf.* RAPOPORT, Amos, *House Form and Culture,* Englewood Cliffs, Prentice-Hall, New Jersey, 1969

129 Segundo Nuno Teotónio Pereira, o estilo "português suave" seria uma versão da arquitectura nacional *baseada no mostruário histórico dos nossos momentos e no figurino pitoresco das casas rurais*. (PEREIREIRA, Nuno Teotónio, *cit.* por ROSETA, Helena, "Prefácio", *in* PEREIRA, Nuno Teotónio, *Escritos (1947-1996, selecção)*, FAUP Publicações, Porto, 1996, p. xiv)

130 Francisco Keil do Amaral (1910 - 1975, Lisboa, Portugal), arquitecto, autor de uma produção teórica de relevo e de uma vasta obra construída. A sua acção foi determinante para a consolidação de uma plena consciência moderna na arquitectura em Portugal. Assumiu a responsabilidade projectual de importantes obras públicas, sem se identificar com o regime político, nem com os padrões historicistas do gosto oficial do Estado Novo e mantendo, simultaneamente, uma distância crítica em relação à ortodoxia do Estilo Internacional, em busca de uma alternativa, capaz de conciliar a racionalidade moderna com a consideração ponderada das lições da arquitectura tradicional.

131 Januário Godinho (1910, Ovar - 1990, Porto, Portugal), arquitecto pela Escola de Belas Artes do Porto (1932), foi igualmente um arquitecto que marcou a arquitectura moderna portuguesa. Durante a sua carreira distanciou-se de alguns dos modelos mais recorrentes na Europa Central, optando por uma arquitectura que conciliava o moderno e o contemporâneo, a tradição e o sítio e que prenunciava o regionalismo crítico.

*necessidades reais, à economia de meios e à funcionalidade, constantes afinal de um saber secular.*[132]

De uma forma mais subtil, Nuno Teotónio Pereira, manteve um atento olhar crítico em relação ao dogmatismo do ideário moderno, ensaiando a ponte com a arquitectura vernácula e abraçando, assim, as questões abordadas no *Inquérito da Arquitectura Regional Portuguesa.*

*"Confrontados por um lado pela estreiteza censória do portuguesismo estado-novista e por outro pelo radicalismo sem fronteiras do international style", a nova geração, diz-nos Teotónio, "sentiria necessidade de procurar raízes na arquitectura mais vernácula". (…) O mais importante, na futura delimitação, insiste, não são os critérios físicos, mas sim a identidade das populações.*[133]

Os princípios que norteavam estes arquitectos portugueses balançavam, deste modo, entre o desejo de progresso tecnológico que provinha da arquitectura moderna do Estilo Internacional e o desejo de uma arquitectura mais ligada à cultura portuguesa e, portanto, mais de acordo com o ***habitus*** dos habitantes.

Contudo, foi na década de 60, com a explosão de empreendimentos imobiliários e turísticos, acompanhados de uma explosão de construção suburbana, que se intensificou a intervenção dos profissionais nas questões relativas à habitação e ao planeamento como disciplina emergente.

Neste sentido, os diversos organismos de Estado muniram-se de técnicos jovens em busca de uma solução mais sistemática para o problema da precariedade habitacional. Durante os anos 60, desenvolveram vários trabalhos de âmbito analítico, de sistematização metodológica ou mesmo de projecto, que foram, ao mesmo tempo, dinamizando, de forma menos académica e mais operativa, alguns núcleos informais de formação.

Do final da década de 60 até 1974 (ano da Revolução), organizaram-se vários colóquios onde, mais uma vez, Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas se destacam pelo seu empenho como arquitectos e como responsáveis sociais.

*A obra de Teotónio Pereira com Nuno Portas mantém-se referencial, desenvolvendo uma metodologia assente no encontro problemático das relações entre a dimensão cívica e a escala*

132 TOSTÕES, Ana, "Arquitectura Moderna Portuguesa: Os três modos", *in* TOSTÕES, Ana, *Arquitectura Moderna Portuguesa: 1920-1970*, Lisboa- Instituto Português do Património Arquitectónico, 2003, p. 139
133 ROSETA, Helena, prefácio, *Escritos* (1947-1996), FAUP Publicações, Porto, 1996, p. xix

*urbana do facto arquitectónico, prolongando e confirmando uma prática crítica que vinha já dos anos 50.*[134]

Os colóquios reuniam arquitectos e profissionais de outras áreas científicas, com o objectivo de discutir os problemas endémicos do país relativos à habitação e à desinserção social de alguns extractos da população e anunciar possíveis meios de obter resultados mais satisfatórios. Neles abordaram-se muitos dos princípios metodológicos enunciados pelos autores já referidos neste trabalho, aplicados à situação portuguesa.

COLÓQUIO DO URBANISMO – *HABITAÇÃO PARA O MAIOR NÚMERO,* FUNCHAL, 1969

No Colóquio do Urbanismo, realizado a 8 de Janeiro de 1969, no Funchal, Nuno Teotónio Pereira apresenta o famoso texto que se intitula de *Habitação para o Maior Número*, onde clarifica que é para *maior número* para quem é necessário construir, o que implicaria *construir, não somatórios exaustivos de habitações, mas conjuntos urbanos equilibradamente organizados e equipados*[135]*,* o que só seria possível numa sintonia social, dinâmica e abrangente.

Para Nuno Teotónio Pereira, a resolução do problema estava numa perspectiva de **resolução progressiva**, ou seja, que implicasse soluções a longo prazo, num efeito, *multiplicador ou generalizador, num processo em que cada acção deve beneficiar das experiências anteriores e procurar traduzir-se em novas aquisições instrumentais, de alcance cada vez mais amplo.*[136]

Nuno Teotónio Pereira aproxima-se do trabalho de John F. C. Turner[137] ao evocar as experiências dos países do *Terceiro Mundo*, referindo o método de distribuição equilibrada de papéis entre os habitantes e as entidades públicas – **descentralização** -, desde a célula familiar aos espaços colectivos, sendo que o planeamento do conjunto ficaria a cargo das entidades públicas.

*A resolução do problema habitacional tem de ser evidentemente integrada na escala de prioridades ditada por uma estratégia de desenvolvimento; mas, dentro desta perspectiva, ela*

134 TOSTÕES, Ana, "Arquitectura Moderna Portuguesa: Os três modos", *in* TOSTÕES, Ana, *Arquitectura Moderna Portuguesa: 1920-1970*, Lisboa – Instituto Português do Património Arquitectónico, 2003, p.149
135 PEREIRA, Nuno Teotónio, "Habitação para o maior número", *in* PEREIRA, Nuno Teotónio, *Escritos (1947-1996, selecção)*, FAUP Publicações, Porto, 1996, p. 80
136 *Ibidem*, p. 87
137 *Cf.* TURNER, John F. C., *Housing by People – Towards Autonomy in Building Environments*, Marion Boyards, London – New York, 1976

*só será possível mediante a participação no poder económico e no poder político das grandes massas de trabalhadores que o sofrem na dureza do seu quotidiano, (...)*[138]

À semelhança de Turner, o arquitecto reconhece que as grandes extensões de edificação auto-construída, clandestina, não são devidamente potenciadas como uma solução alternativa ao problema habitacional, argumentando que deveria haver uma assistência do ponto de vista técnico, quer em termos de infra-estruturas públicas, quer ao nível da célula habitacional.

COLÓQUIO SOBRE A POLÍTICA DA HABITAÇÃO, LNEC, 1969

Ainda em Julho do mesmo ano, decorre o Colóquio sobre a Política da Habitação, no LNEC, onde, além do direito ao abrigo e da infra-estrutura urbana, Nuno Teotónio Pereira acrescenta um conjunto de bens e equipamentos necessários para usufruto da cidade e da totalidade do seu leque de ofertas públicas e a proximidade aos locais de trabalho para a melhoria das condições de vida.

Ao mesmo tempo, e pela primeira vez, foi proposta a integração dos esquemas de **auto-construção** nos mecanismos *legais*, administrativos e financeiros, da promoção habitacional, através do incentivo ao sector privado, cooperativo e social integral, onde se considera, para além da construção directa pelo Estado, a possibilidade de construção dos próprios habitantes com ajuda técnica e material fornecida pelo Estado e ainda cooperativas ou associações de moradores, o que reduziria consideravelmente o custo do fogo e adequar-se-ia melhor às condições da procura.

No Colóquio concebe-se, ainda, o Fundo de Fomento da Habitação (FFH), organismo que veio disponibilizar os meios técnicos, financeiros e jurídicos para que a população pudesse ter acesso à habitação.

Começava-se, assim, a desenhar, de um modo sério e empenhado, exercícios de projecto baseados no reconhecimento da auto-construção enquanto prática possível de ser integrada no sistema regulado.

138 PEREIRA, Nuno Teotónio, *Habitação para o maior número, in* PEREIRA, Nuno Teotónio, *Escritos (1947-1996, selecção)*, FAUP Publicações, Porto, 1996, p. 105

ENCONTRO NACIONAL DOS ARQUITECTOS, LISBOA, 1969

Em Dezembro de 1969, no Encontro Nacional dos Arquitectos (ENA), discutem-se os grandes temas do debate internacional, de onde se destaca o tema da racionalização do uso

do solo e da **participação directa** das populações nos processos de planeamento.

Apesar de ausente, Nuno Portas apela ao desenho como instrumento metodológico essencial à eficácia do debate, que viabilizava a discussão para um campo mais prático e não apenas teórico. Indica dois exemplos de como extinguir as inércias sociais e metodológicas vigentes: o **habitat evolutivo**, estudado e desenvolvido no LNEC[139], e a utilização estratégica das periferias como campo privilegiado para criar novas centralidades, tentando demonstrar que o subúrbio contém em si potencialidades inauditas de trabalho e de pesquisa.

Na sequência da mobilização dos grupos de trabalho saídos do ENA, forma-se o Grupo de Intervenção no Meio Urbano (GRIMU), constituído maioritariamente por arquitectos, arquitectos estagiários e estudantes de arquitectura, mas também engenheiros e assistentes sociais. Pela primeira vez, surge a ideia da criação de equipas multidisciplinares de **apoio local** para intervir directamente nas zonas mais carenciadas, envolvendo profissionais, estudantes e cidadãos, num diálogo constante em prol da defesa dos seus direitos. Mais do que a enunciação destas novas premissas que, mais tarde convergiram no Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), o GRIMU representava um grupo não institucional que abriu a esperança de uma transformação do contexto sócio-profissional do exercício de Arquitectura, ou seja, da reinterpretação do papel do arquitecto.

Os anos seguintes foram marcados pela intensificação da consciencialização da população através de reivindicações e movimentos urbanos que, embora ténues e sistematicamente abafados pela repressão, subsistiam no quotidiano dos bairros pobres[140]. Contudo, no Congresso da Oposição Democrática (Aveiro, 1973), conclui-se que a resolução do problema da habitação e do urbanismo implicaria, necessária e previamente, a alteração da estrutura social, de forma a que os meios de produção ficassem nas mãos da esmagadora maioria da população. Exigia também o compromisso com uma actuação coordenada e integradora dos diversos organismos do Estado o que, numa sociedade que dependia do sistema político e económico de um regime ditatorial, se tornava bastante dificultada. Assim, a resolução do problema da habitação e do urbanismo só seria possível se houvesse a instauração de um Estado verdadeiramente democrático.

---

139 Consultar pp.59 - pp.62 deste trabalho.

140 Vários projectos como a operação dos Olivais, Alto dos Moinhos, Chelas, Ramalde, Contomil, entre outros, deixavam transparecer preocupações de integração social dos habitantes através da experimentação de diversas tipologias e espaços, que transcendiam as funções convencionais.

## 03.2| PRÁTICAS PÓS-REVOLUÇÃO

A evolução social e política estavam tão intimamente ligadas, de tal modo que os acontecimentos despoletados pelo Golpe Militar do 25 de Abril de 1974 se repercutiram imediatamente nas políticas da habitação e na população, agora mais consciente do seu direito à liberdade de expressão e intervenção na sociedade.

Num país com uma situação habitacional caótica, que se aproximava dos índices de carência do então chamado *Terceiro Mundo,* Nuno Portas, tem finalmente a oportunidade de divulgar e aplicar as experiências correspondentes às teorias de *Housing*, tendo, mais uma vez, John F. C. Turner como referência principal do seu trabalho.

A 31 de Julho do mesmo ano foi publicado um despacho conjunto do Ministro da Administração Interna, Manuel da Costa Brás, e do Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, Nuno Portas, que anunciava oficialmente a organização do programa governamental, designado por Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL). Programa este, que tinha como propósito principal dar soluções de habitação a curto prazo à população que vivia em casas clandestinas, pondo em prática as medidas que vinham a ser preconizadas pelos autores abordados anteriormente e que se contrapunham às habituais políticas de realojamento massivo.

No referido despacho estavam definidos os contornos práticos que o programa encetava, embora estes últimos fossem flexíveis e adaptáveis às especificidades de cada caso.

### AUTO-ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

As operações desenvolver-se-iam com o apoio do Estado que ficaria a cargo do processo administrativo, técnico e de financiamento parcial da construção das casas e serviços. Porém, todas as intervenções deveriam partir das populações interessadas.

*(...) tratava-se de libertar alguns dos controlos, algumas das peias burocráticas, contando para isso com a própria pressão dos que iam ser beneficiados com o programa.*[141]

O dinamismo, a gestão democrática e a posição reivindicativa eram factores considerados determinantes para a definição do apoio a conceder. Por este motivo, seria necessário incentivar a capacidade de **auto-organização** da população e criar condições para a

141 PORTAS, Nuno, "O Processo SAAL: Entre o Estado e o Poder Local", *in* PORTAS, Nuno, *Arquitecturas: Teoria e Desenho, Investigação e Projecto*, Faup Publicações, Porto, 2005, p. 257

mobilização dos recursos da comunidade local. Assim, possibilitar-se-ia uma melhoria progressiva, não só das condições habitacionais, como também das condições urbanísticas do próprio bairro e da sua inserção na cidade.

O tema da **participação** – um dos princípios mais discutidos nos debates internacionais do século XX- estaria também na base do fundamento metodológico do SAAL. Este auxiliar-se-ia nas potencialidades que eram oferecidas pela virtude de trabalhar *com o povo* na concepção das casas *para o povo*, em prol de uma arquitectura mais democrática. Deste modo, para o arranque do processo de construção, seria imprescindível estabelecer previamente o diálogo entre as equipas técnicas e a população, quer numa fase inicial de definição dos princípios orientadores das grandes opções tipológicas e programáticas, quer nas fases posteriores, de discussão e confronto acerca dos projectos entretanto avançados.

*Tratou-se, portanto, de uma iniciativa do governo, que tinha um carácter experimental uma vez que não dependia exclusivamente do governo, mas dependia sobretudo do outro lado, dos destinatários, dos interessados.*[142]

Assim sendo, deixar-se-ia em aberto uma série de possibilidades para que fosse a própria transformação experimental a determinar as metodologias, as estratégias e, por ventura, a avaliar os resultados.

## AUTO-CONSTRUÇÃO

Como foi referido, o Estado suportaria financeiramente com parte do custo da casa a fundo perdido, porém daria liberdade aos habitantes para decidirem de que forma mobilizariam o restante custo da casa. Embora não fossem específicas do programa, os habitantes teriam autonomia para optar por várias formas existentes no mercado, desde o auto-investimento, ao empréstimo bonificado de entidades bancárias ou à **auto-construção**.[143]

Segundo Nuno Portas, esta última proporcionaria uma intensificação da relação entre o habitante, a casa e o bairro, já que participariam em todos os momentos do processo, reproduzindo necessariamente novas motivações que despertavam, *a priori*, uma irrequieta e inevitável tentação de alteração. Portas estava convicto de que era necessário "mexer na obra", com todas as implicações físicas e psicológicas da acção, para que a apropriação do

142 PORTAS, Nuno, "O Processo SAAL: Entre o Estado e o Poder Local", *in* PORTAS, Nuno, *Arquitecturas: Teoria e Desenho, Investigação e Projecto*, Faup Publicações, Porto, 2005, p. 256

143 *A ideia de auto-construção, já em tempos modernos, nasce do " Movimento Castor". Pode ser até em mais sítios, mas aqueles onde eu aprendi esse processo foi em França, com o "Movimento Castor". O castor é um bichinho que faz a casa. O "Movimento Castor" era um movimento de Cooperativas, em que construíam eles próprios e depois a certa altura, já se especializavam, já tinham mestre de obra que ajudavam os outros na auto-construção e, portanto, já era uma coisa séria a nível nacional.* (Nuno Portas, entrevista feita a 1 de Agosto de 2012 pela autora, na FAUP)

espaço fosse mais forte. Mais do que a auto-construção, este pressuposto subentendia uma dimensão de **autonomia** e de **auto-ajuda**.

Assim, considerando um nível elevado de independência da população, Nuno Portas, em concordância com as ideias de Nuno Teotónio Pereira, privilegiava as questões urbanísticas (aquilo que o cidadão comum sozinho não poderia providenciar) através do sistema ***Site and Service***. Deste modo, propunha como critérios de intervenção prioritários, o fornecimento do equipamento sanitário, abastecimentos de águas e esgotos; a delimitação e clarificação do lote; o projecto e construção de infra-estruturas; a organização da população e a disponibilização de recursos e de mão de obra; o financiamento, projecto, construção e gestão dos equipamentos.

PERMANÊNCIA DO LUGAR

Outro princípio estabelecido seria o da manutenção da localização das habitações, o que, por um lado inviabilizaria a especulação fundiária e, por outro, a permanência da população nos lugares onde já estavam enraizados, onde as referências urbanas e de vizinhança já estavam adquiridas, minimizaria os efeitos negativos da exclusão que o deslocamento para lugares periféricos, "anónimos", proporcionava.

Além de que, de certa forma, seria contraditória a transladação de pessoas para locais mais afastados, já que, como foi referido anteriormente,[144] a circunstância que deu origem à condição clandestina em que viviam advinha da necessidade de proximidade ao lugar que proporcionaria mais oportunidades de emprego.

*Tratava-se de reconhecer um direito à permanência no sítio que as comunidades já habitavam ou, o que é o mesmo, tratava-se de reconhecer uma certa continuidade às comunidades que viviam em condições de habitação más, mas em áreas que muito provavelmente lhes serviam.*[145]

DESCENTRALIZAÇÃO DO PODER

Por fim, destaca-se o princípio mais marcante das operações SAAL: o da **descentralização** administrativa e a **disseminação** dos saberes técnicos, arquitectónicos e urbanísticos pela totalidade do território.

144 Consultar pp.21 – pp.23 deste trabalho.
145 PORTAS, Nuno, "O Processo SAAL: Entre o Estado e o Poder Local", *in* PORTAS, Nuno, *Arquitecturas: Teoria e Desenho, Investigação e Projecto*, Faup Publicações, Porto, 2005, p. 258

Deste modo, evitar-se-ia a produção da habitação através de uma racionalidade decidida no aparelho do Estado e independente da vontade e recursos não monetários dos habitantes a quem se destina, que, segundo o mentor do programa, era um sinal evidente do atraso técnico e cultural do país. Assim, dar-se-ia lugar a uma resposta local, mais de acordo com as especificidades do meio envolvente e da população.

Apesar de orientado sobre os princípios apresentados, as circunstâncias que envolveram cada processo SAAL por todo o país implicaram medidas muito desiguais e condicionadas por diversos factores, como: a composição das brigadas, as experiências antecedentes e as motivações dos arquitectos, a relação destes com a população local, o empenho e as prioridades definidas pelos habitantes, o contexto físico dos lugares e, finalmente, a inconstância das expectativas políticas. Todas estas circunstâncias contribuíram para uma heterogeneidade de situações que resultaram em alternativas fragmentadas.

Ainda assim, as operações desenvolvidas partilhavam de outros aspectos comuns entre si, como por exemplo o lugar que o arquitecto ocupa na produção da habitação e no devir social da população. Cabia, então, ao arquitecto incentivar a discussão sobre a função da casa, sobre as relações orgânicas entre as suas partes, sobre o significado dos espaços colectivos, sobre os equipamentos e sobre a influência da distribuição espacial na vida familiar comunitária, uma vez que os modelos desejados pelos moradores deveriam ser respeitados. Porém, a sua actividade estava directamente dependente da evolução social e política do país.

Por este motivo, para além de uma grande união entre arquitectos (talvez por necessidade ética ou ideológica), cooperativas e populações, o SAAL despoletou a exacerbação gradual dos movimentos sociais em torno da melhoria das condições habitacionais [figuras 34-39].[146]

Mesmo depois do término do SAAL (1976),[147] o programa deixou um legado incontornável no que diz respeito à sua natureza metodológica: a de como levar a população a participar na elaboração dos planos da habitação e a estruturar a casa num quadro de vida futuro.

[146] Este fenómeno agudizou-se no ano de 1975, marcado por grandes confrontos sociais e políticos – denominado "verão quente de 75" –, o que consolidou a relação entre o processo de conquista das casas e as acções de protesto social e político.

[147] Após o fim do I Governo Provisório a 26 de Março de 1975 , houve uma desagregação progressiva da equipa devido à instabilidade política e social. Por um lado a população ansiava já uma autonomia do SAAL em relação ao Estado, por outro, para o novo Governo, o SAAL era visto como um programa incómodo, pois já possuía formas de organização popular avançadas, o que se tornava comprometedor uma vez que dizia respeito a um direito constitucional de grande significado social e com algum impacto na opinião pública. Diante de tal conjuntura, o SAAL acabou por ser praticamente extinto no dia 27 de Outubro de 1976, através de um despacho emitido pelo I Governo Constitucional.

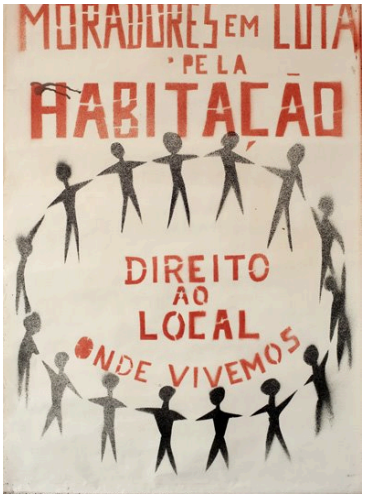


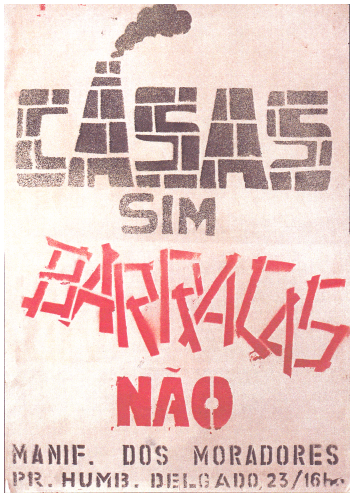




**Figuras 34 e 35**
Manifestações de moradores contra a sublocação (1974)




**Figuras 36, 37 e 38**
Cartazes alusivos ao SAAL

Pela primeira vez em Portugal, assistiu-se à abertura de um espaço potenciador da experimentação de novos modelos que não se ficou pelas soluções idealizadas e avançou para o confronto com a realidade, sugerindo a emergência de metodologias alternativas de projecto e, consequentemente, do reposicionamento do arquitecto e do habitante no processo de concepção da habitação.

O carácter inovador do SAAL, enquanto suporte institucional de formulações teóricas adquiridas, catapultou Portugal para o debate internacional.



# Parte II

**Figura C** (atrás)– Aldeia dos Índios da Meia Praia, vista das dunas (2012)

# 01| A ALDEIA DOS ÍNDIOS DA MEIA PRAIA

A rede de noções anteriormente abordada e sustentada pelos trabalhos de diversos autores fomenta uma malha conceptual multidisciplinar e vem demonstrar a pluralidade de acepções que a auto-construção assistida pode assumir. O resultado da análise das obras e da exposição das premissas que lhes são subjacentes permite antever a partilha de pontos comuns e pontos de divergências importantes, sobretudo na metodologia aplicada e na definição de esferas de controlo.

Na sequência do referido estudo, segue-se agora um exercício de análise sobre o caso do Bairro 25 de Abril, mais conhecido como a Aldeia dos Índios da Meia Praia[148]. Este projecto surgiu em Lagos, no âmbito do processo SAAL, em 1974, e foi o primeiro projecto de participação popular a ser concluído segundo as premissas do novo programa de habitação instituído, materializando a enorme vontade de obter resultados palpáveis num curto espaço de tempo.

Foi considerado uma das experiências mais significativas de operações coordenadas mais próximas da concepção de um projecto de organização do fogo em permanente mudança pela intervenção directa dos habitantes, onde o significado vinculativo do projecto foi mais frequentemente posto em causa, nunca tendo chegado, porém, ao ponto de ser regenerado ou mesmo de ser considerado um mero exercício. Funcionou como um programa ***in situ***, que assumia uma política de inclusão, em prol do desenvolvimento e do melhoramento assente no **programa evolutivo**.

A Aldeia foi imortalizada através do filme *Continuar a Viver (ou Os Índios da Meia Praia)*, rodado sob a direcção de António da Cunha Telles. O filme regista a cores a experiência de

[148] No decorrer deste capítulo optar-se-á por esta designação por ser esta a designação corrente.

auto-construção assistida, durante o processo de reconstrução do conjunto habitacional da Meia Praia e tem como banda sonora a famosa música de Zeca Afonso, *Os Índios da Meia Praia*.

O estudo deste caso surge da vontade pessoal de analisar de perto um paradigma alternativo, afastado da historiografia mais corrente e da vontade de encontrar respostas concretas às questões essenciais balizadas neste trabalho.

O afastamento temporal que se verifica entre o projecto inicial de 1974 e o conjunto habitacional no estado actual permite estabelecer comparações e fazer o balanço de um processo digerido, com quase quarenta anos de existência.[149]

## 01.1| METODOLOGIA

[149] Uma distância temporal de quase quarenta anos corresponde a uma geração e, por isso, a meu ver, é significativa para a adaptação e regeneração de valores numa comunidade, aliada à mudança política e económica do país.

*(...) l'homme ordinaire a beaucoup à nous apprendre, et les techniques formelles à la base du travail de type explicative ne parviennent à rendre compte que d'une infime partie de ce savoir.*[150]

A posição central que este caso de estudo ocupa como aglutinador das noções aprendidas, juntamente com o contacto directo privilegiado e a consequente natureza dos dados informativos que diferem das outras experiências estudadas, requer uma metodologia de estudo própria.

À semelhança dos princípios que se avançavam na década de 60, a metodologia utilizada segue um conjunto de **procedimentos interdisciplinares** que contam com o auxílio de instrumentos que são familiares tanto a sociólogos, como a arquitectos, consoante os aspectos que se pretender estudar.

A referida metodologia passou por uma constante mutação nos seus procedimentos, foi ajustada às situações encontradas e aos objectivos da pesquisa. Foram utilizados os instrumentos com alguma liberdade, com o objectivo de tirar conclusões que se aproximassem das questões levantadas na reflexão teórica de base. Deste modo, foi possível aprofundar o conhecimento em redor de processos de auto-construção assistida.

A metodologia utilizada vai de encontro à convicção pessoal, que se aproxima das convicções da generalidade dos autores abordados ao longo deste trabalho, de que o estudo deve permitir a permeabilidade disciplinar, complementando noções e conceitos, numa maior aproximação à realidade.

Compreender as *Práticas de Projecto entre a Experiência do Habitante e o Contributo do Arquitecto* passa por perceber de que forma o contexto físico e social condiciona o trabalho do arquitecto, identificar o limite da intervenção de cada um dos intervenientes principais (arquitecto e habitante) deste processo híbrido, entender de que forma o arquitecto promove a aculturação de um modo de vida novo inerente ao projecto e, finalmente, perceber as repercussões e o impacto que o processo e os novos dispositivos espaciais trouxeram para o quotidiano dos habitantes.

Para isso, ao longo da investigação, foi necessário adquirir metodologias próprias das ciências sociais, a fim de apreender o quotidiano, as dinâmicas da vida familiar e o sistema

[150] KAUFMANN, Jean-Claude, *L'Equête et Ses Méthodes: L'Entretien Compréhensif*, Armand Colin, Paris, 2006, p.23

de relações entre os habitantes. Paralelamente (e de outra forma não faria sentido), foi indispensável ter em consideração o *modos operandi* do arquitecto, introduzindo a abordagem espacial e processual, bem como as suas variações.

Deste modo, o desenvolvimento de um **trabalho de campo** (*in situ*), assim como o contacto directo com a população[151] tornou possível analisar algumas questões sociológicas em causa – a questão dos usos ou do sentido e significado do espaço, do modo como os habitantes se referem a ele. Também interessava observar concretamente a formalização da arquitectura, ou seja, as formas iniciais, o desenvolvimento e a disposição das modificações e ampliações dos fogos e as técnicas construtivas (dados estes que não estão documentados). Para isso, interessava conhecer sobretudo os habitantes que atravessaram o momento de viragem entre um "modo de fazer" acompanhado e outro mais empírico.

Para além do acesso a este conjunto de dados, visitar o *lugar do crime* permitiria uma abordagem mais completa, pois enquanto se observa e percorre os espaços, dentro e fora de habitações, outras questões se levantavam naturalmente. Além disso, a comunicação entre o investigador e o habitante torna-se mais fácil, quando se encontra perante o objecto de estudo, podendo apontar ou mexer para demonstrar o que se pretende. Quer isto dizer que, o acesso à realidade favorece tanto a captação de ver particularidades, como contribui para a observação de certos aspectos do quotidiano e dos espaços que não são imediatamente perceptíveis. Apesar do ambiente de excepcional motivação social ter emoldurado toda a actividade do SAAL de norte a sul do país e, por isso, haver princípios comuns latentes nos projectos, a trama de ambiguidades que o sistema subjacente ao tipo de encomenda proporcionava era, ao mesmo tempo, a razão de uma disparidade entre os projectos e motivo para explorar as suas particularidades.

Esta metodologia prende-se ainda com a crença pessoal de um exercício profissional mais sensível.

## INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS

[151] O arquitecto italiano Giancarlo De Carlo (1919-2005), membro mais activo e mais consequente dos *meetings* do Team 10 na questão de participação como princípio metodológico e experimental, utilizada no projecto Villagio Matteotti (1969-1974) onde, juntamente com a sua equipa interdisciplinar, não só fizeram o estudo de campo, como, inclusivamente moraram com a população. Para Giancarlo De Carlo, só assim se conheceria as verdadeiras necessidades dos habitantes, as relações dinâmicas entre a sociedade e a forma como o espaço se organiza, ou seja, como é que o quotidiano do Homem comum de "imprimia" na arquitectura. Esta experiência e o desenvolvimento desta interacção foi assunto de análise dos procedentes *meetings* do Team X. (MULDER, Suzanne, "Villagio Matteotti housing estate, Terni 1969-1974", *in* RISSELADA, Max, VAN DEN HEUVEL, Dirk, *Team 10: in search of a utopia of the present: 1953-81*, NAi Publishers, Rotterdam, 2005, p.220)

Assim, adoptou-se como abordagem metodológica a intersecção de três instrumentos – a entrevista, o registo gráfico e o registo fotográfico - complementares entre si, que serviram de suporte à recolha de dados.

A **entrevista**, instrumento bastante utilizado maioritariamente nas investigações sociológicas e antropológicas, exigiu uma aprendizagem nova de modelos de procedimentos das Ciências Sociais que, como estudante de arquitectura, não possuía. O auxílio deste instrumento foi fundamental para ter acesso a informação privilegiada e servir os objectivos de uma análise de arquitectura.

*(...) les principes de l'entretien compréhensif ne sont rien d'autre que la formalisation d'un savoir-faire concret issu du terrain, qui est un savoir-faire personnel.*[152]

Neste caso, utilizou-se o modelo da entrevista semi-estruturada. Quer isto dizer que, apesar de existir um guião de questões previamente preparado, a entrevista em si reflecte uma relativa flexibilidade, permitindo que o entrevistado desenvolva as respostas segundo a direcção que considera adequada, explorando os aspectos para ele mais relevantes. A entrevista semi-estruturada implica que o entrevistador coloque questões relativamente "abertas" para, deste modo, colocar o entrevistado numa posição mais colaborativa, construindo o discurso ao longo da conversa, atravessando um processo de transformação do que são as práticas (o fazer) para a concepção mental das mesmas (o dizer).

Este desprendimento de um questionamento pré-dirigido permitiu um diálogo livre de vínculos rigorosos, já que as perguntas surgiam consoante o *feedback* dos entrevistados. À medida que a conversa fluía e, consoante a predisposição dos habitantes, a entrevista ia perdendo o seu carácter *formal*, levando a conversa para campos imprevistos.

Além do guião "aberto" que vai de encontro às respostas que se procura, é também importante atentar na linguagem e na escuta.

É essencial que a linguagem do arquitecto se adapte ao vocabulário do habitante de forma a que este o compreenda e vá de encontro ao que o arquitecto procura saber. O discurso tem de ser coloquial, claro e as terminologias devem ser familiares aos entrevistados.

Da mesma maneira que o arquitecto tem de adaptar o seu discurso, também tem de saber escutar, isto é, interpretar os depoimentos dos habitantes de maneira a que os possa transpor para o campo da arquitectura.

[152] KAUFMANN, Jean-Claude, *L'Equête et Ses Méthodes: L'Entretien Compréhensif*, Armand Colin, Paris, 2006, p.9

O **registo gráfico** e **fotográfico**, ainda que mais familiares ao arquitecto, requerem também um ajuste da interpretação dos materiais a partir do levantamento do terreno, apelando às competências do arquitecto e à sua capacidade de raciocinar sobre uma representação abstracta. O registo gráfico é a representação da realidade de uma forma abstracta e orientada. Através dele percebem-se espaços e intenções, sendo possível detectar, interpretar e contrapor os compartimentos resultantes do processo de concepção do espaço híbrido e as posteriores alterações, resultantes de um processo mais empírico. O registo fotográfico apresenta a realidade tal qual ela é (sem codificações) e atribui uma enorme importância aos detalhes da vida social e familiar inscritos na materialização do espaço psíquico da casa.

Ambos os registos implicam uma certa intromissão na privacidade das pessoas, o que por vezes causa alguma resistência por parte dos habitantes, facto que não se verificou tão regular na visita à Aldeia dos Índios da Meia Praia.

## TRABALHO DE CAMPO

A presente investigação foi organizada em duas fases de maneira a fazer corresponder a base teórica, estudada previamente, com os conceitos implícitos no caso de estudo visitado. A primeira fase caracteriza-se pela recolha de informação em campo e a segunda pelo amadurecimento dessa informação, tratamento e integração da informação na disciplina da arquitectura e a comunicação dos dados levantados.

Todos os instrumentos metodológicos – entrevista, registo gráfico e fotográfico – foram utilizados simultaneamente.

O interesse pela entrevista como instrumento metodológico não estava presente no discurso em si, mas no discurso enquanto complemento da minha actividade explorativa de uma cultura visual.

Assim sendo, depois de reunir o máximo de informações disponíveis sobre o presente caso de estudo, bem como do percurso desenvolvido pelo arquitecto, elaborou-se um conjunto de questões relevantes para o esclarecimento dos factos.

Antes da visita ao local, recolheu-se o testemunho do arquitecto José Veloso, que se baseou no relato da experiência e no seu posicionamento crítico da mesma.

Além do arquitecto, foram entrevistados dez moradores, que correspondem a dez casas, com diferentes características, desde a localização da casa, à tipologia, à composição do

agregado familiar e às experiências vividas, possibilitando assim compreender melhor o contexto individual de cada caso de estudo.

Pretendia-se descobrir a história da família desde o tempo anterior à intervenção para assim perceber o que os motivou a fixarem-se naquele lugar. Revelou-se igualmente importante captar as características formais das casas iniciais para se compreender melhor a transição para a nova forma de habitar. Do guião também fazia parte a composição do agregado familiar, um dos factores decisivos para a tipologia da casa. Foi ainda necessário compreender qual a reacção dos habitantes aquando das propostas do arquitecto e de que forma os mesmos haviam participado no processo de construção e delineação do programa. Por fim, as alterações posteriores, as causas e as técnicas utilizadas foram também matéria de estudo.

Variando de caso para caso, as questões nem sempre seguiram a ordem do guião e, muitas vezes, outras questões que não se encontravam no guião foram discutidas.

Foi preciso uma aproximação lenta e contida para conquistar a simpatia de uma população desconfiada, que vivia à margem da sociedade e em tensão constante, com receio de despejo. Dizer que não vinha em missão de fiscalização foi o passaporte para conseguir um diálogo cada vez mais íntimo. Ainda assim, houve uma discrepância significativa de informações, visto que as pessoas são todas diferentes, sendo umas mais receptivas e predispostas a colaborar do que outras.

Numa segunda fase, para garantir o anonimato dos habitantes, foi atribuído um código baseado nas informações relativas à habitação e aos habitantes em causa. O código traduz-se em três siglas: a primeira indica o sexo do morador, a segunda, a tipologia actual e a terceira, o número da casa. Tomando como exemplo a designação "M.T2.41", podemos extrair a seguinte informação: o entrevistado é um homem (**M** de masculino), que vive actualmente numa habitação com dois quartos (**T2**), na casa 41 (**41**)[153]. Excepcionalmente, aparecerá uma designação "M.T1.18a", que significa que a casa não está *legal*, pelo que ainda não lhe foi atribuído o número da porta. O número da casa que lhe está associado representa a casa a partir da qual a "18a" surgiu.

Foram vários os procedimentos utilizados para conseguir um registo gráfico rigoroso. Em primeiro lugar, foram feitos desenhos à mão levantada enquanto se percorriam os espaços. Esses desenhos tinham como auxílio de base as plantas de cada tipologia fornecidas anteriormente pelo arquitecto.

[153] Devido à inexistência do nome das ruas, a informação da localização da casa cinge-se ao seu número.

A análise parte, em primeiro lugar, da implantação geral, na qual se pode observar uma perspectiva mais global do crescimento do aglomerado e das estruturas envolventes. Para além dos desenhos de base da fase inicial do projecto, fornecidos pelo arquitecto, também foram utilizados desenhos mais actuais em formato dwg, providenciados pela Câmara Municipal de Lagos.

Parte-se, posteriormente, para uma análise mais detalhada das casas. Tendo os desenhos originais do projecto e a descrição dos habitantes em simultâneo, tornou-se mais fácil a leitura do espaço e a identificação das alterações posteriores. No interior da casa, esse desenho à mão levantada deu origem a um desenho mais técnico que, com o auxílio da fotografia, se aproximou o mais possível da realidade. Procurou-se a discussão entre a casa projectada pelo arquitecto e a casa adaptada pelo habitante. Essa diferenciação é feita através da contraposição de plantas, onde se destacam, com cores diferentes, as principais alterações (acrescentos e demolições) feitas ao longo dos anos. A distinção dos usos da casa pretende transmitir os modos de vida dos seus habitantes. Essa diferenciação das funções dos espaços foi conseguida através da observação directa e dos relatos dos próprios habitantes.

O registo fotográfico, além de auxiliar o registo gráfico é, ao mesmo tempo, a ferramenta que expõe detalhes ao nível da decoração, dos usos e dos materiais de construção. Detalhes que mais dificilmente se conseguiria demonstrar com total veracidade através do registo gráfico.

Apesar das fichas das habitações da Aldeia dos Índios da Meia Praia só se apresentarem nas últimas páginas deste capítulo, essa complementaridade não se verificou apenas na fase final do processo de análise. Foram realizadas a par da evolução da pesquisa, pois, ora ajudavam a desenvolver o corpo teórico, ora a teoria ajudava a completar os desenhos.

## 01.2| [des]INSERÇÃO

### CONTEXTO FÍSICO E SOCIAL

A Aldeia dos Índios da Meia Praia, situa-se numa zona periférica da cidade de Lagos – cidade algarvia, localizada no extremo ocidente europeu [figura 39] e profundamente marcada pelo contacto com outros povos, ao longo da História, pelo turismo, mas essencialmente pela sua forte dependência da actividade piscatória.

A única ligação física entre a Meia Praia e o centro de Lagos era uma linha única de comboio, que ainda hoje existe.

A comunidade instalou os seus abrigos nas dunas da praia, de uma forma aparentemente aleatória.

*Embora a nossa sociedade não se possa definir como uma sociedade nómada, existem no seu seio classes sociais que, por falta de opção ou por prazer, são constrangidas a constantes mudanças.*[154] É o que acontece na Aldeia da Meia Praia. Tem como antecedente uma comunidade isolada não só geograficamente, mas, sobretudo, sócio-culturalmente. De uma forma idêntica aos fenómenos que se observavam nas grandes metrópoles de todo o mundo, a origem deste pequeno aglomerado de casas está no carácter migratório da sua comunidade e na dificuldade de inserção num sistema convencional.

Os habitantes que se concentraram na Meia Praia vieram deslocados de Monte Gordo e da Quarteira, em busca de melhores condições de vida e de trabalho.

*Como é que as pessoas vieram para aqui? Elas não caíram do céu. (…) os primeiros que vieram para aqui foram cinco ou seis casais. Uns vieram de Monte Gordo, outros vieram da Quarteira... Também era uma terra triste. E então era um abrigo para passar três ou quatro meses, né? (…) Mas as pessoas foram-se habituando e como aqui ganhava-se mais (…) Pronto, e viemos para aqui a pé, de camioneta e comboio…*[155]

Deslocada e sem posses financeiras, a comunidade voltou-se para si mesma, fechando-se como forma de auto-defesa do mundo exterior que verificava modos de vida que os habitantes da Meia Praia não conseguiam acompanhar. Esse isolamento materializava-se através de uma postura repulsiva de todas as formas de "invasão" de pessoas estranhas à comunidade.

---

154 LOPES, Nuno Lacerda, *O Espaço como Desejo = The ideal Space*, FAUP Publicações, Porto, 2005, p. 16
155 M.T2.24

*Eles eram uma comunidade fechada e tinham aquelas "muralhas" para se defenderem. Tinham um processo intelectual e psicológico de defesa. A única relação que tinham era com a Guarda Republicana que ia lá ameaçar incendiar as barracas. O 25 de Abril era uma coisa que lhes estava a passar ao longe. Da mesma maneira que não deixavam entrar ninguém, também não abriam um buraco da muralha para eles saírem.*[156]

Assim, as relações com o resto do mundo eram praticamente inexistentes [figura 40]. A comunidade "índia" era completamente autónoma, desconhecendo totalmente a realidade *formal* da cidade e os modos de habitar inerentes à mesma. Por este motivo, não sentiam necessidade de mudar as formas de habitar. Ao contrário do que acontece nas favelas das grandes cidades, em que os habitantes têm consciência da precariedade em que vivem, na Meia Praia há uma distância social e geográfica que sustenta essa segregação de valores e de desejos.

Para além disso, a consciência do desconhecimento das burocracias, dos planos de urbanização e o seu estado *ilegal* chegava apenas através da Guarda Republicana, que frequentemente ameaçava a comunidade com ordens de despejo.

*Não faziam ideia de nada!(…) A única coisa que conheciam sobre a vida que não fosse a vida deles era a lota onde vendiam o peixe que era onde pagavam um imposto. E mais nada! Elas não sabiam o que era uma casa. Estas pessoas nunca tinham entrado numa casa. A realidade delas era completamente diferente e, para nós, também era difícil encarar isto.*[157]

A condição socio-económica da população remetia para o conceito de *Lumpemproletariado*[158], pois além de estar destituída de recursos económicos e materiais, estava também desprovida de consciência política. Constituía o sector mais frágil da população devido ao desvínculo do trabalho operário e de um sistema *formal* de integridade social. Nuno Portas cita a frase lapidar de Álvaro Cunhal "A base social das populações é o *lumpem*" e acrescenta que, por este mesmo motivo – pelo estado vulnerável em que se encontravam face ao resto da sociedade-, as pessoas estavam dispostas a tudo e

156 José Veloso, entrevista feita a 29 de Outubro de 2012 pelo autor, em Lagos.

157 *Ibidem*

158 O termo "lumpemproletariado" (do alemão *Lumpenproletariat*: 'secção degradada e desprezível do proletariado', de *lump* 'pessoa desprezível' e *lumpen* 'trapo, farrapo' + *proletariat* 'proletariado') ou "lumpesinato" ou ainda "subproletariado" designa, a população situada socialmente abaixo do proletariado, do ponto de vista das condições de vida e de trabalho, formada por fracções miseráveis, não organizadas do proletariado, não apenas destituídas de recursos económicos, mas também desprovidas de consciência política e de classe, sendo, portanto, susceptíveis de servir os interesses da burguesia. O termo foi introduzido por Karl Marx e Friedrich Engels n' *A Ideologia Alemã* (1845). O lumpemproletariado seria constituído por trabalhadores em situação de miséria extrema ou por indivíduos desvinculados da produção social, dedicados a actividades marginais.

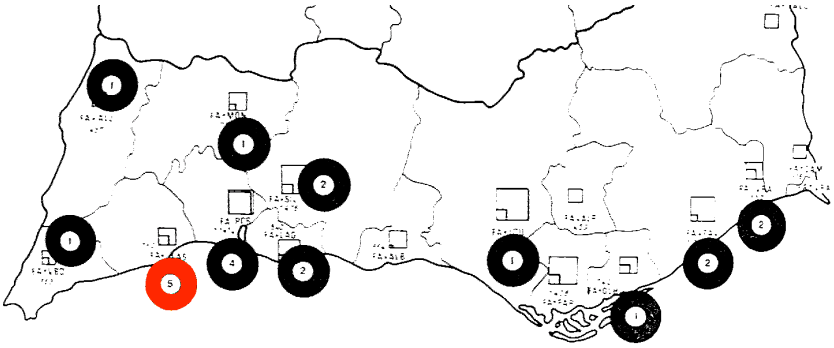


**Figura 39**
Operações SAAL no Algarve (Lagos a vermelho)



**Figura 40**
Afastamento geográfico da Aldeia da Meia Praia ao centro histórico de Lagos



**Figura 41**
Vista aérea da Aldeia da Meia Praia

eram manipuláveis por toda a gente.[159]

Assim, segundo os teóricos da revolução, o *lumpemproletariado* seria nocivo à sociedade, já que a sua absoluta ausência de valores poderia contaminar a consciência revolucionária do proletariado.

## A PRÉ-EXISTÊNCIA

Os pescadores, que partilhavam uma infância de pobreza, levavam a cabo estratégias diárias de sobrevivência, tentando minorar a miséria em que as suas famílias viviam.

A Aldeia da Meia Praia assistiu a três fases distintas que se reflectem no tipo de construção das habitações - duas anteriores ao projecto de intervenção de 1975 e outra resultante do mesmo.

A primeira fase distingue-se por ser a mais precária, segundo um processo de auto-construção com tecnologias mais arcaicas. Eram cabanas em colmo [figura 42] que abrigavam uma família inteira. Sem quartos de banho, sem água potável e sem luz, viviam como uma verdadeira tribo indígena. A insalubridade e a sobrelotação das cabanas – famílias inteiras partilhavam um único espaço – configuravam uma habitação precária, generalizada por todos os habitantes do aglomerado.

*As de colmo foram as primeiras (...) Tínhamos umas canas, canas essas que iam assim atravessadas [enquanto desenhava no papel]. Na parte da frente deixávamos uma entrada. Isto não tinha janelas, não tinha nada. E depois estas canas aguentavam então essa palha que a gente amarrava com os fios próprios para aquilo aguentar. Era isto assim precisamente! E não tinha mais nada. (...) Para a água não se infiltrar fazia mesmo uma chouriça em palha, era posto em cima e era cozido novamente. Aquilo ali não entrava uma pinga de água. Não entrava nada! E depois no verão era uma coisa fresquinha e de inverno era quente, mas passado um ano ou dois por cima deste material era como pólvora! Se havia um calor, uma faísca... olhe ardia tudo! (...) Tinha um quintal também feito com o mesmo material (...) tinha uma vedação para os artigos da pesca não estarem aí ao abandono. (...) Esta foi a primeira barraca.*[160]

A evolução da primeira para a segunda fase levou cerca de 30 a 40 anos. Foi um processo lento de transformação, retraído pelo medo ou pela invasão das autoridades. Pouco a

[159] Nuno Portas, *in* DIAS, João, *As Operações SAAL* [Documentário Registo Vídeo], Midas Filmes, Portugal, 2007. Disponível no Website:
<http://www.youtube.com/watch?v=45K1Bu9rA0E>
[160] M.T2.24



**Figura 42**
Casa de colmo
(1ª fase)

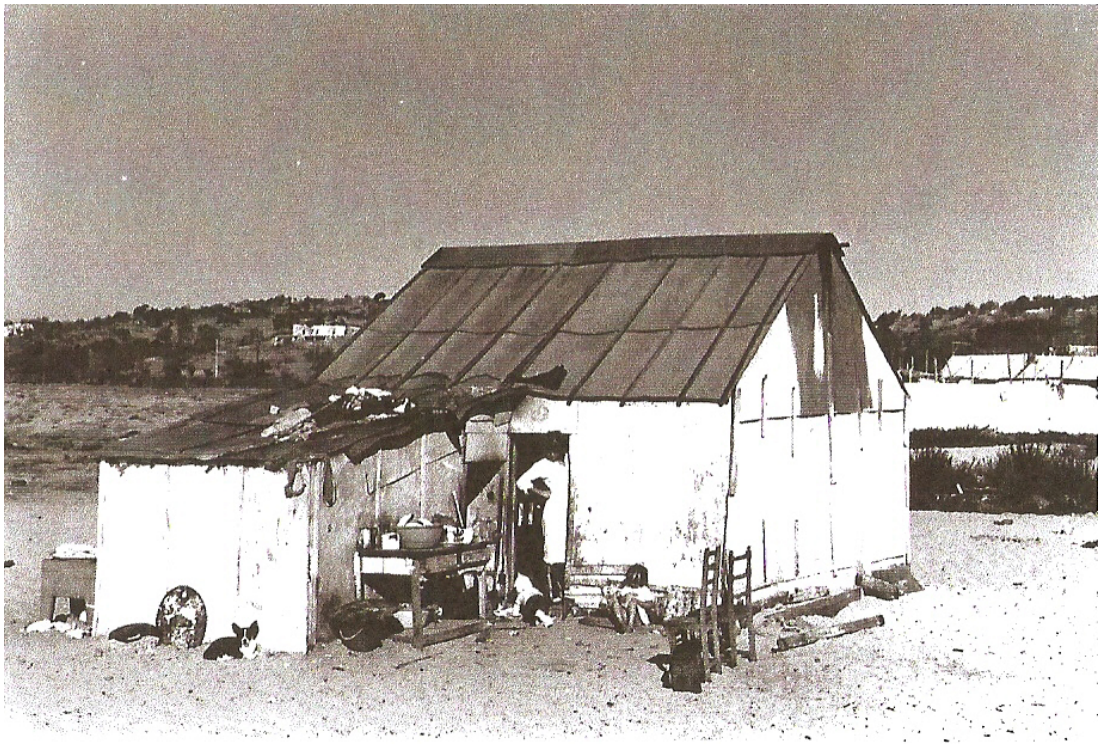


**Figura 43**
Casa em platex
(2ª fase)

pouco, o colmo foi dando lugar ao platex [figura 43]. No entanto, a simplicidade tipológica e construtiva mantinha-se. As casas consistiam numa "casca" rectangular que envolvia um espaço comum a toda a família, cuja única abertura para o exterior era feita por uma porta central, localizada numa das faces maiores. Estas casas tinham a possibilidade de serem transportáveis. Uma espécie de tarugos que permitiam pegar na base da casa e movê-la esporadicamente para o melhor lugar, consoante o vento e a maré.

*Houve um cabo de mar que me disse "Eh pá, vocês porque é que não fazem contraplacado…evita sempre o fogo…" Mas tínhamos um tenente da guarda fiscal aqui, que era o Fragoso, que vinha com uns binóculos para olhar aqui para a gente. (…) Não nos deixava construir, mas esse cabo que vinha aqui influenciou a gente a fazer noutro material. Então começámos a fazer um truque. (…) começámos a forrar por dentro com contraplacado e, mais tarde, a tirar o colmo. Quer dizer, as barracas tiveram duas fases. Uma fase com capim e outra com contraplacado. Até 1974 que foi quando houve a revolução.*[161]

[161] M.T2.24

## 01.3| O PROJECTO [1974-1975]

*HOUSING AS A VERB*

Fruto das recentes manifestações e do clima conturbado que se vivia desde a Revolução de Abril, o SAAL apresentava uma proposta política de democratização da actividade organizada pelas populações. Este foi um dos aspectos mais importantes e o mais sedutor aos olhos dos arquitectos mais radicais, que contestavam as políticas de habitação anteriores, e o que fez abraçar de imediato todo o processo. O devir do quadro sócio-político e, por consequência, cultural e urbano dos projectos também estava longe de ficar estático, variando segundo as oscilações do processo revolucionário e segundo o fervor ideológico de cada um dos autores.[162]

O clima do debate internacional que se vivia principalmente nos países da América Latina tinha então uma outra ressonância em Portugal, embora numa escala menor, nomeadamente nas políticas de habitação recém-implementadas, do Pós 25 de Abril. As questões abordadas nos países do *Terceiro Mundo* relativas à dimensão do *legal* (posse de terrenos e loteamento), dimensão física (precariedade construtiva das habitações) e a dimensão sócio-económica (pobreza e desinserção social), passaram a ser abordadas com maior fervor.

A ideia do povo ser *quem mais ordena*, transmitida pela música que marcou a Revolução, vai de encontro à ideologia de Turner, de dotar os habitantes de todas as ferramentas necessárias para que sejam eles os responsáveis pela transformação e pelo processo de construção da sua própria história e destino numa perspectiva de ***Empowerment***. *Housing as a Verb*, introduz a dinâmica verbal numa perspectiva de verbo transitivo, que remete para um processo em permanente transformação, ou seja, a proposta de Turner para a promoção habitacional implicava uma acção permanente, onde o indivíduo é entendido como parte dessa acção.

*In English the word 'housing' means both the stock of dwelling units (a noun) and the process by which that stock is created and maintained (a verb). (…) Housing must, therefore, be used as a verb rather than as a noun – as a process that subsumes products. Real values are those that lie in the relationships between the elements of housing action – between the actors, their activities and their achievements.*[163]

---

162 BANDEIRINHA, José António, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 2007, p. 258

163 TURNER, John F, C., *Housing by People: Towards Autonomy in Building Environments*, Marion Boyars, New York, 1991 (1ªed. 1976), p. 62

Turner excluía a prática disciplinar por inutilidade e por cumplicidade à divisão social do trabalho, contudo, esta teve sempre presente ao longo de todo o processo SAAL. Por este motivo, compreender a prática disciplinar implica entender, não só a transformação inerente à proposta arquitectónica, mas também a transformação política, cultural e social que a mesma acarreta.

No caso do projecto da Aldeia dos Índios da Meia Praia, para além de proporcionar uma grande mudança em termos sociais e das condições físicas da habitação, a nova metodologia adoptada representava também uma novidade[164], não só para os habitantes e a equipa envolvida, como também uma aprendizagem para os arquitectos (estudantes e formados) e os profissionais ligados às Ciências Sociais. Não fugindo à norma das operações do programa SAAL em geral, também aqui o projecto enveredou por um caminho experimental, onde participavam equipas de sociólogos e estudantes (a maior parte vindos de França).

Nuno Portas dizia assim numa entrevista ao jornal *O Século:*

*(...) vamos todos cometer muitos erros, neste Período de Governo Provisório, (...) mas a diferença é que, em vez de fazermos estudos para depois se actuar, sem que, ao mesmo tempo, se deixem de fazer estudos, agora sob uma perspectiva crítica e de 'controle' do que se está a passar.*[165]

## CONFRONTO E DIALÉCTICA ENTRE O HABITANTE E O ARQUITECTO

*(...) a organização do espaço é sempre obra comum de participação e só poderá possuir significado quando essa participação se transformar em activa colaboração; ora a colaboração só poderá existir se existirem plataformas de pensamentos e de acção, se existir uma unidade de interesses, se existirem compreensão e respeito mútuos, se existir, numa palavra e num sentido amplo, uma cultura comum ou, pelo menos, bases culturais comuns.*[166]

A 31 de Julho estava divulgado o despacho que oficializava a organização do programa governamental e, através dele, o arquitecto José Veloso conhece os contornos práticos do SAAL e sugere, de imediato, a intervenção na Aldeia da Meia Praia – pequena povoação que

164 Até então, como já foi demonstrado no capítulo anterior, o realojamento convencional era a abordagem mais frequente por parte do Estado em situação de construção clandestina.

165 Eduardo Guerra Carneiro (entrevistado por), "O arquitecto Nuno Portas e o direito à habitação 'Apoio às iniciativas democráticas de base e descentralização da administração urbanística' – duas das medidas a tomar, a curto prazo, pela Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo": *O Século*, (12/6/1974), *cit.* por BANDEIRINHA, José António, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 2007, p.112

166 TÁVORA, Fernando, *Da Organização do Espaço*, FAUP publicações, Porto, 1996, (1ª ed. 1962), p. 68

observava todos os dias, da janela do comboio e que despertou a sua curiosidade pelos "estranhos" modos de vida e as "estranhas" habitações em que a comunidade vivia.

O início do processo foi marcado por momentos atribulados, mas, *quer o arranque destas operações, quer a persistência, de certo modo carismática, do arquitecto foram aspectos determinantes para o alastramento do SAAL no Algarve.*[167]

A ideia da **participação** do habitante, das relações dinâmicas entre o indivíduo/ sociedade e da forma como o espaço se organiza, adquire protagonismo durante todo o processo, desde o início até à construção e à fase final de acabamentos.[168]

As operações SAAL consistiam na organização social da procura, o que significava que a iniciativa partiria dos próprios moradores, da sua vontade de transformar as condições habitacionais e, portanto, era necessário não só o consentimento da população como também motivá-la a mudar. Assim, sem a certeza de saber em que consistia exactamente o programa, José Veloso entrou imediatamente em contacto com a população para investigar a possibilidade da sua adesão ao processo. Para o arquitecto, a incorporação dos moradores nas várias fases das operações seria tanto melhor sucedida, quanto mais próximos fossem os laços que envolviam todos os intervenientes no projecto. No entanto, a interacção entre os habitantes e o arquitecto foi marcada pela ambiguidade e inconstância da abertura do diálogo.

A população da Meia Praia acostumou-se, desde o início da sua fixação no local, ao isolamento e ao desprezo do mundo para com a comunidade, o que, logo à partida, dificultou a aproximação do arquitecto. O sentimento de desconfiança[169] e a descrença em qualquer tipo de apoio vindo do exterior, aliado ao desconhecimento de outros modos de habitar, aumentavam a dificuldade de entender o interesse e as intenções do arquitecto. Graças à persistência do arquitecto, o diálogo foi surgindo e o interesse da comunidade ia proliferando até alcançar o consentimento geral e o entusiasmo de todos os moradores. Aos poucos, e depois de várias visitas sucessivas, o arquitecto foi conquistando a simpatia dos habitantes que permaneciam desconfiados, começando por convencer as mulheres que, por passarem mais tempo em casa, eram mais pacientes. Mais tarde seriam os homens.

---

167 BANDEIRINHA, José António, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 2007, p. 239

168 O princípio da Participação permite dissipar a fronteira entre o arquitecto e o habitante e aproximá-lo das especificidades de cada família. Tanto José Veloso, como Hassan Fathy ou Carlos Nelson dos Santos, iniciaram os trabalhos em campo onde estabeleciam diálogos com as pessoas e faziam estudos etnográficos com o intuito de as conhecer melhor e ouvir as vontades dos habitantes.

169 A desconfiança que, gradualmente, se foi desvanecendo, prevaleceu até todas as casas ficarem prontas a habitar. As barracas onde viviam antes, apenas foram demolidas quando viram o projecto realmente concretizado.

*É importante referir que o convívio e a comunicação com as pessoas não foram fáceis, pois a realidade era tão diferente que, para ter uma ideia, nem sequer sabiam o que era uma cozinha (…) Tudo era uma completa novidade para aquelas pessoas.*[170]

Como nos refere o arquitecto José Veloso, os conceitos que regiam a vida dos pescadores não coincidiam com os modos de habitar urbanos e, por isso, a conciliação da ideologia dos habitantes, norteada pelo saber empírico e pelas experiências do seu quotidiano com a ideologia do arquitecto, baseada no conhecimento académico, foi um processo complexo, o que dificultou a definição dos princípios gerais do projecto.

A simbiose entre o empírico e o académico, o intuitivo e o racional, exigiu um nível elevado de tolerância, tanto de um lado como do outro. A construção de um programa, baseado no equilíbrio entre os dois representou, por isso, um enorme desafio: se por um lado o arquitecto teve que considerar os factores culturais – *o* ***habitus*** - que envolviam a questão da habitação na Meia Praia, por outro, os habitantes tiveram que estar receptivos aos anseios do arquitecto, às novidades tecnológicas e abraçar novas formas de estar, proporcionadas pela inserção de novos espaços na casa.

Este entendimento aproxima-se das noções referidas no estudo de Amos Rapoport, pontuado pela rejeição do determinismo das soluções e da sua exposição a um grau maior ou menor de constrangimento – ***criticality***[171] – segundo factores sócio-culturais e não apensas físicos, que garante a diversidade de respostas.

À semelhança de Rapoport, Nuno Portas afirmava que as más condições de alojamento produziam efeitos negativos nas possibilidades de participação. Acrescentava que, quanto maior fosse a urgência, menor a discussão, mais possibilidades teria o arquitecto de convencer através do discurso codificado e da chantagem técnica. Por outro lado, quanto mais marginal fosse a condição social dos moradores, mais distantes estariam as suas aspirações de se enclausurarem nos arquétipos dominantes do sistema de mercado e, por este motivo, estariam mais abertos às possibilidades de inovação metodológica e tipológica, que Nuno Portas preconizava.[172]

Assim, a participação dos habitantes começou nas reuniões preliminares de esclarecimento, que garantiam o *feedback* de ambas as partes para que depois o projecto respondesse o melhor possível às necessidades dos habitantes.

---

170 José Veloso, entrevista feita a 29 de Outubro de 2012 pelo autor, em Lagos.
171 *Cf.* RAPOPORT, Amos*, House Form and Culture,* Englewood Cliffs, Prentice-Hall, New Jersey, 1969, p.59
172 *Cf.* BANDEIRINHA, José António, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 2007, p.233

No confronto entre as posições dos habitantes e a dos arquitectos foram lançados temas, que surgem nos projectos como expressão dedutiva da vontade dos moradores, devidamente interpretada e sintetizada pela equipa. José Veloso procura um equilíbrio através da compreensão dos desejos dos habitantes e do seu comportamento-padrão – os ***patterns*** estudados por Christopher Alexander[173], que definiriam a linguagem arquitectónica. Para isso, o arquitecto afastou-se do modelo convencional da habitação (sobretudo na compartimentação da casa e na organização dos meios de produção), numa perspectiva mais vasta em relação ao quadro de modelos que preenchia a dimensão mimética do exercício de Arquitectura.

PERSPECTIVA TÉCNICO-ECONÓMICA

Como em todas as operações SAAL do país, o financiamento do projecto era garantido através do Fundo de Fomento da Habitação (FFH) e da Direcção Regional de Urbanismo que injectavam dinheiro directamente nas associações de moradores que, por sua vez, eram responsáveis pela administração do dinheiro que vinha do Estado. Em média, o apoio financeiro do Estado correspondia a 40% (90 mil escudos para cada fogo), sendo que a associação de moradores entrava com os restantes 60% do valor final do projecto. Nestes 40% não estavam incluídos os vencimentos da equipa do arquitecto nem de todos os outros profissionais envolvidos. Estes trabalhavam directamente para o Fundo de Fomento da Habitação e, por isso, recebiam consoante a carga horária de trabalho, independentemente das particularidades e controvérsias do projecto em questão.

O princípio da **descentralização** do poder e da **autonomia** na gestão do projecto e da obra, defendido no SAAL, pretendia que os moradores fossem tomados realmente em conta e que a gestão da obra e do projecto devia estar a cargo das organizações de moradores, quer através da auto-construção, quer através do pagamento de uma parte da obra.

A partir de 1970, a autarquia deu início a um investimento a nível infra-estructural, mas as motivações que moviam o processo não se deviam à ausência das estruturas básicas na Aldeia da Meia Praia, mas sim à especulação da área em torno do turismo. A aldeia beneficiou de estruturas viárias que ligavam aquela zona ao centro da cidade e às restantes cidades vizinhas, mas continuava sem infra-estructuras básicas, como rede de esgotos, água ou electricidade. Bens estes de primeira necessidade, que tiveram de integrar no projecto de José Veloso.

173 *Cf.* ALEXANDER, Christopher, *A Patter Language: un language de patrones: ciudades: edificios: construcciones*, Gustavo Gili, Barcelona, 1980

*Os projectos eram elaborados e apresentados na Câmara e aprovados pelo Fundo de Fomento da Habitação. Depois, era requerido o financiamento."*[174]

Mas na Meia Praia, as negociações do Estado estavam atrasadas em relação à data de início do projecto. A associação pretendia iniciar a obra, porém, ainda não tinha recebido o dinheiro. Entre os moradores e alguns amigos juntaram cerca de 45 mil escudos para que a associação pudesse dar início à obra e atribuir uma espécie de abono especial aos trabalhadores. Ainda assim, o dinheiro escasseava e a auto-construção revelou-se a única alternativa para que o projecto pudesse ter continuidade. Desta forma, com o trabalho dos moradores, foi alcançada uma maior economia da obra e garantido o pagamento integral dos salários de todos os trabalhadores e todos os materiais.

O arquitecto organizava reuniões gerais com a sua equipa e com os habitantes para debaterem e esclarecerem possíveis estratégias de financiamento para que, com o mínimo de recursos, conseguissem fazer o máximo.

IMPLANTAÇÃO [LEGALIZAÇÃO DO LOTE]

O projecto não passava apenas pela construção de habitações com condições físicas "dignas" para os pescadores. A legalização das mesmas era outra questão debatida. A desinserção social era, como foi demonstrado anteriormente e em várias partes do mundo, fruto da situação clandestina associada à apropriação *ilegal* de terrenos que não asseguravam a ligação à rede formal do resto da cidade.

Deste modo, a localização do bairro e a questão da posse do lote começou por ser o ponto de partida para uma habitação em "condição regular" e, consequentemente, para a integração da comunidade na sociedade. Um dos princípios que está na base da intervenção do SAAL por todo o país é a preferência pela manutenção das localizações, o que se relaciona com o direito à cidade, isto é, de permanecer no bairro onde viviam e habitar em espaços cujas referências urbanas e de vizinhança já tinham sido adquiridas, independentemente do valor do terreno ou do potencial especulativo que cada zona tivesse.

*(…) sabia que existia um Plano Regional do Algarve, pelo arquitecto Frederico George. É foi tudo! Era tudo o que existia. (…) Para a Meia Praia o que havia? Estás a ver aquelas pintinhas ali?* [apontando no mapa] *São as barracas! E então o que é que eu vejo? Vejo esta*

174 José Veloso, Disponível no Website:
< http://3.bp.blogspot.com/-EKLxrvOhn-4/TncB5zkmfpI/AAAAAAAACiU/R7jw8yogImI/s1600/Entrevista%2BJose%2BVeloso%2BDN.JPG>

*manchazinha (…) fomos lá ao grafismo… Habitação! Pronto! Está Justificado! Fica mesmo ali!* [gargalhadas] *Era para termos uma referência qualquer.*[175]

A lógica da organização das habitações seria aleatória, sendo que teriam apenas como referência o mapa do Plano de Habitação Regional do Algarve que delimitava as áreas de acordo com os usos destinado a cada uma delas. A localização das novas habitações manteve-se no local das antigas barracas dos pescadores, tendo como único critério o respeito pela área estipulada para habitação.

Manter o lugar significava, por um lado, manter o afastamento físico da rede de oportunidades que a cidade oferecia, fragilizando a economia familiar. Por outro lado, uma localização privilegiada como a da Meia Praia seria sinónimo de encarecimento e valorização da propriedade. Além disso, a irradicação, tão contestada na última década, tinha provado ser uma solução que focava apenas a dimensão do *legal*, burocrática, pondo em causa todas as questões sociais inerentes à mesma. Manter o lugar significava garantir as raízes, preservar as memórias do passado, a cultura e a identidade daquela população.

## HABITAÇÃO EVOLUTIVA [ESTRATÉGIA DE MELHORIA PROGRESSIVA]

*Perfeição, sem estar perfeito, é útil,*

*Plenitude, sem ser pleno, é desejável.*

*Lao Tsé*[176]

Do ponto de vista social, o arquitecto observa as características comuns ao grupo para depois passar para uma escala menor - a escala da família e do indivíduo-, da escala urbana à escala do tijolo. Para melhor corresponder às necessidades de cada família, a equipa técnica fez o levantamento prévio do agregado familiar e observou as tendências de crescimento das famílias.

*Naquela altura, quando se fez o bairro, foi feito um apanhado. Havia um casal com um filho e havia casais que tinham dois, três… e então a casa tinha que ser aumentada em quartos, não em outras peças.*[177]

As tipologias das casas variavam desde o t1 ao t5, consoante o número de habitantes por casa, que oscilavam entre os 30 $m^2$ e os 58 $m^2$. O número de quartos era condicionado por dois factores principais: o número de residentes de cada habitação e a diferença de idades e o sexo dos moradores.

[175] José Veloso, entrevista feita pelo autor, a 29 de Outubro de 2012, em Lagos.
[176] FATHY, Hassan, *Arquitectura Para Os Pobres: Uma Experiência no Egipto Rural,* Lisboa, 2009, p. 35
[177] M.T2.24

*Se um casal tinha dois filhos davam um quarto para os dois filhos e, se fosse menino e menina, davam mais dois quartos. Enquanto são pequeninos… depois crescem e querem quartos diferentes. Os meus eram dois mocitos e depois tinha a minha filha. Dormiam os dois moços num quarto e a moça no outro, ou seja, fizemos uma casa com três quartos.*[178]

No entanto, a área do terreno destinado a cada célula seria exactamente a mesma, proporcionando a igualdade de oportunidades para todos os habitantes.

Ao nível da organização interior, os compartimentos não são ligados por corredores nem antecâmaras. São uma sucessão de espaços privados e comuns aglutinados, não seguindo a organização da arquitectura corrente do século XX. Tal como nas propostas de habitação evolutiva referidas anteriormente, a casa "cresce" sem mecanismos de transição, pois, deste modo, aumenta as opções de disposição dos novos espaços. Além disso, esta organização dos dispositivos da casa vai mais de encontro ao sistema de organização *informal*, o que deixa perceber da parte do arquitecto a interiorização de conceitos e modos de habitar dos pescadores e a integração dos mesmos, onde a dimensão empírica do objecto arquitectónico coexistia, contudo, com o rigor pragmático do programa e a participação do "povo".

Além da integração cultural, o arquitecto equaciona também a interacção dos habitantes com o espaço que se constrói a um longo prazo e não apenas no momento de concepção. Possivelmente influenciado pelos estudos de Nuno Portas e outros arquitectos, desenvolvidos no LNEC (1970)[179], José Veloso apresenta uma proposta segundo o conceito de **habitação evolutiva**, deixando previstas as possibilidades de aumentar o espaço interior, dentro dos limites estabelecidos, prevenindo, deste modo, que estas voltem novamente a enveredar pela via do clandestino ao invadir espaço público.

A ideia de um habitat evolutivo potenciaria o espírito comunitário e a capacidade organizativa. Ao mesmo tempo, segundo Turner[180], ao envolver os habitantes durante a construção e deixando-os livres para intervenções futuras, as imperfeições tornavam-se mais toleráveis, o que reduzia o risco de rejeição.

Como se pode verificar [Figura 44], independentemente da tipologia, a cozinha representa um núcleo central da casa. Adquire um carácter multi-funcional e permanece imutável na sua forma, de onde emergem todos os outros compartimentos. A simplicidade da forma e

178 M.T2.24
179 Consultar pp.59 – pp.62 deste trabalho.
180 *Cf.* TURNER, John F. C., *Housing by People – Towards Autonomy in Building Environments*, Marion Boyards, London – New York, 1976



**Figura 44**
Esquema tipológico evolutivo da casa (desenho original)

das plantas das casas unifamiliares facilitam as transformações futuras pelos habitantes.[181] Todas as alterações previstas aconteceriam em torno dos quartos, seguindo a lógica dos espaços justapostos, ou seja, passar-se-ia de um compartimento para o outro sem que fosse preciso espaços de circulação.

## ORGANIZAÇÃO DAS CASAS [ESPAÇO PÚBLICO COM CARÁCTER SOCIAL]

*The neighborhood is a place where children meet and influence each other and where the residentes have a feeling of belonging.*[182]

Olhando a uma escala mais alargada, percebe-se a tentativa de promover a unidade social - a vida comunitária vivida ao ar livre.

Segundo Amos Rapoport, a partir do momento em que o Homem é definido como um ser social, as relações sociais passam a ser uma necessidade básica, um factor condicionante para a definição do espaço.

*The discussion dealing with sepration of domains and social intercourse suggests that the house cannot be seen in insolation from the settlement, but must be viewed as part of a total social and spatial system which relates the house, way of life, settlement, and even landscape. Man lives in the whole settlement of which the house is only a part, and the way in which he uses the settlement affects house form (...)*[183]

José Veloso procurou reintroduzir os valores de comunidade e explorá-los no desenho dos espaços comuns, promovendo as relações entre vizinhos[184]. Esta vontade maior percebe-se através da organização das casas que, mais uma vez, não seguem o padrão da cidade consolidada [figura 46]. Neste caso, o aglomerado é organizado por pequenos quarteirões de quatro a oito casas térreas, geminadas. As famílias foram instaladas por quarteirões, ficando quase cada quarteirão a corresponder a uma família inteira. Estes são dispostos segundo uma organização enviesada, formando pátios públicos, comuns [figura 48]. O recurso a soluções de articulação volumétrica em torno de pátios verificou-se num número considerável de operações, jogando, assim, com a sugestão de uma vivência alternativa exterior, muito própria do clima algarvio e destacando, deste modo, o papel fundamental da participação social.

---

181 A solução bloco dificultava a alteração do fogo, a sua individualização, a sua conservação e a manutenção das relações existentes através da rua e do contacto directo com o terreno, portanto com todos os moradores

182 ABRAMS, Charles, *Housing in The Modern World – Man's struggle for shelter in an urbanizing world*, Faber and Faber Limited, London, 1966, p.9

183 RAPOPORT, Amos, *House Form and Culture,* Englewood Cliffs, Prentice-Hall, New Jersey, 1969, p. 68

184 Geralmente, a habitação económica para o *maior número* toma a forma de casas em filas organizadas ao longo de corredores lineares.

Como afirma Rapoport[185], a necessidade de privacidade é uma das condicionantes mais fortes da forma da casa. Na Meia Praia isso é visível. A ausência da necessidade de privacidade materializa-se numa casa sem corredores e, por tanto, sem uma hierarquia de "filtragem" desde a rua até ao quarto. As portas sempre abertas também demonstram a ausência da necessidade de privacidade. Nestes pátios semi-públicos, realizam-se actividades domésticas – o interior da casa vinha para o exterior como que numa extensão do privado para o público -, relembrando velhos hábitos de quando viviam em barracas e todas as actividades (excepto dormir) se passavam no exterior.

Num estudo mais alargado, tomei a liberdade de fazer um paralelismo com um projecto desenvolvido num país de *Terceiro Mundo* – a Índia –, onde existem princípios comuns com o projecto da Meia Praia. Apesar dos dez anos que os separam e da distância geográfica e cultural, existem premissas comuns que nos fazem concluir que a barreira entre o *Primeiro* e o *Terceiro Mundo*, em certas situações, apresenta-se esbatida e permite-nos perceber a universalidade dos conceitos abordados ao longo deste trabalho.

O projecto de Belapur (1983-86) do arquitecto Charles Correa, localiza-se a cerca de 2 km do centro da cidade de Nova Bombaim e consistiu no realojamento de 3.000 pessoas em seis hectares de terreno, no contexto de *low-rise typology* [figura 45].

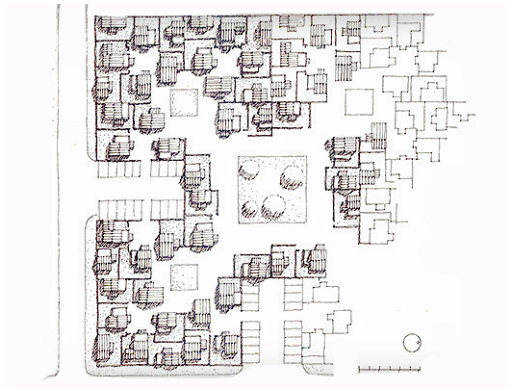
Tal como na Aldeia dos Índios da Meia Praia, a urbanização é gerada por uma hierarquia de espaços, a começar por um pequeno pátio compartilhado de 8mx8m, em torno do qual existem sete casas agrupadas [figura 41]. Possivelmente devido ao clima quente e à dependência da vivência em grupo como reacção de defesa e sobrevivência perante um mundo segregado entre *formal* e *informal*, tanto Correa como Veloso adoptam esta solução, evitando a monotonia das rua-corredor que não olhavam à vertente social [figuras 49 e 50].

Também em Belapur, cada uma destas casas tem um terreno delimitado por onde pode "crescer", o que faz com que o pátio privado represente um potenciador da expansão da casa pela mão do habitante e da consequente expressão individual de cada habitante, já que seria inevitável o rápido crescimento da população.

*These house plans and drawings are merely indicative. Construction of the units is simple enough to be undertaken by local masons and mistris, with the active participation of the people themselves. In time, the occupants will add their own overlays of colour and symbols, colonizing it with their lifestyles[186].*

O que se conclui com esta comparação é que a privacidade, tão procurada no mundo ocidental, não adquire o mesmo significado nas camadas mais desfavorecidas da população.

185 *Cf.* RAPOPORT, *op. cit.*, p. 66
186 CORREA, Charles, *The New Landscape: Urbanization in the Third World*, Mimar Book, 1989, p.62



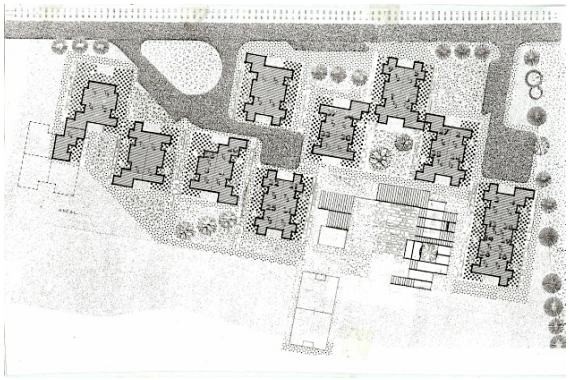


**Figura 45**
Planta de implantação de Belapur (esq.)
**Figura 46**
Planta de implandação da Aldeia da Meia Praia (dir.)





**Figura 47**
Pátio semi-público, Belapur (esq.)
**Figura 48**
Pátio semi-público, Aldeia da Meia Praia (dir.)





**Figura 49**
Espaço entre habitações, Belapur (esq.)
**Figura 50**
Pátio semi-público, Aldeia da Meia Praia (dir.)

Tanto em Portugal como na Índia, a **convivialidade** que os arquitectos procuram manter, através da organização das habitações e de uma transição suave de espaços íntimos e públicos, é reflexo da procura da continuidade do ***habitus*** das populações.

Pode-se ainda encontrar um paralelismo relativamente à organização das unidades de vizinhança entre o projecto de Nova Gurna[187] e a Aldeia dos Índios da Meia Praia.

Do mesmo modo que José Veloso distribuiu as habitações por relação de proximidade familiar, com pátios comuns entre elas, também Hassan Fathy, mais numa perspectiva de reinterpretação de elementos tradicionais da arquitectura egípcia, utilizou o pátio como organizador das unidades de vizinhança. Além de espaço convergente das habitações, o pátio fazia o acesso comum da rua ao interior do quarteirão, anunciando a transição dos espaços públicos para os mais privados. Os quarteirões, designados por *badana*, reuniam grupos de dez a vinte famílias.

## MATERIAIS E PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO

Para uma continuidade ao nível da linguagem arquitectónica, procurou-se manter a cércea das casas tradicionais algarvias, levando a que, originalmente, todas as casas fossem térreas e com telhados de duas águas por cada par de casas geminadas. Outros elementos como a chaminé cilíndrica remontam à arquitectura popular do Algarve. Esta abordagem, orientada por valores sócio-culturais e pelas condicionantes físicas na concepção da forma, traduz a empatia do arquitecto pela arquitectura vernacular.

Também os materiais utilizados seriam os mais frequentes: as casas eram construídas com tijolos e, posteriormente caiadas a branco, sendo que os habitantes e as Brigadas[188] garantiam os materiais, davam assistência na elaboração do programa e das fases de desenvolvimento, no processo de construção, no cálculo dos custos e no contacto com as agências locais, enquanto o arquitecto e a sua equipa "forneciam" a técnica que os permitiam apropriar-se da lógica do sistema e dominá-lo.

*(…) os materiais que eram comprados e vinham de Algoz, para os lados de Albufeira. Era uma fábrica de fazer tijolos. (…) Íamos aqui ao quartel que na altura funcionava aqui. As forças armadas aqui, em Lagos. Requisitávamos uma viatura… vinha o condutor do carro e uma equipa de sócios. Íamos lá, carregávamos o camião "é quanto?", "é x!", "está aqui!". Passava*

[187] Consultar pp.74 – pp.78 deste trabalho.

[188] Trabalhando sob contrato com o SAAL e por este financiadas, as Brigadas serão um instrumento de ligação – mas não necessariamente o único – entre as populações por um lado e as Câmaras e o FFH por outro lado. Contudo, as Brigadas mantinham a sua autonomia relativamente aos organismos oficiais, para que pudessem intervir mais como intérpretes das populações organizadas junto destes do que ao contrário.

*factura e pronto. É assim! Agora os outros materiais… os alumínios, as loiças da casa de banho e coisa… de algum lado eles vinham, eles apareciam aqui, né? E sempre faziam algum desconto, porque como era muita coisa que se comprava… Em quantidade sai mais barato.* [189]

Os desenhos eram discutidos com os moradores com o auxílio de modelos e de simulações à escala real.

O processo participativo, generalizado por todas as operações SAAL em Portugal, não se ficou pelo debate inicial. O caso da Aldeia dos Índios da Meia Praia foi um dos poucos exemplos pioneiros a nível nacional, onde a **participação** aconteceu até as casas ficarem prontas a habitar.[190] Por este motivo, o trabalho teve um carácter experimental e canalizou equipas de sociólogos e estudantes, na grande maioria vindos de França e da Bélgica – este seria outro princípio-base na intervenção SAAL. Pelo facto de ser um processo completamente novo no país, deveria, durante a sua evolução, ser avaliado e reformulado, de forma a evitar a ruptura com as ideias basilares do projecto e, portanto, com o próprio SAAL.

*E tivemos umas grandes ajudas aqui, olhe… Tivemos ajudas das Forças Armadas, teve uma equipa de estudantes que vieram da Bélgica (estagiar talvez)*[191]

Influenciado por algumas experiências internacionais, mas sobretudo por John Turner, Nuno Portas foi um dos grandes impulsionadores da auto-construção. Estava convencido de que *era necessário "mexer na obra", com todas as implicações físicas e psicológicas da acção, para que essa apropriação fosse mais intensa.*[192] Essa apropriação seria proporcional ao tempo e recursos próprios investidos na construção das casas.

*Finalmente, quando os habitantes tomam responsabilidade pelas suas zonas habitacionais algo de muito positivo pode acontecer, porque há simultaneamente um sentido de controlo social e de se ter algo a dizer sobre o nosso próprio destino.*[193]

Tal como Ralph Erskine[194] defendia, a **co-responsabilização** iria motivar os habitantes a

---

189 M. T2.24

190 Como a Aldeia dos Índios da Meia Praia, também em Olhão e no bairro da Relvinha (Coimbra), os próprios moradores construíram as suas habitações e contaram com a colaboração de estudantes. Vivia-se um ambiente interdisciplinar e experimentalista proporcionado pelo sistema pós-ditatorial.

191 M. T2.24

192 *Cf.* BANDEIRINHA, José António, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 2007, p. 122

193 COELHO, António Baptista, "Apropriação e Satisfação Residencial", *in Sociedade e Território nº25/26 – Mudança Social e Formas de Habitar*, Edições Afrontamento, Porto, Fevereiro, 1998, p. 144

194 O arquitecto britânico Ralph Erskine (1914-2005) foi membro do Team X, activo nas questões da participação. No projecto de New Castel-upon-Tyne (1968), em Byker, Erskine procura criar uma nova metodologia na relação entre o arquitecto e o habitante. Pretendia, não só perceber o que os habitantes queriam através da participação, como também responsabilizá-los pelo arquitecto, o que, segundo o arquitecto, iria criar um bem comum e a motivação para um bom projecto.

preservar e assegurar o sucesso do projecto, o que levaria a um sentido de independência e controlo nunca dantes alcançado.

*A palavra "apoiar" tem que ser transformada na palavra "incentivar". Há aqui uma reformulação que tem de ser discutida ao nível da equipa, mas que na minha opinião, parece que pode voltar a ser o seguinte: a equipa não controla a associação, a equipa é marginal à associação. A equipa é um corpo técnico que actua conforme os pedidos e as solicitações e as exigências da associação. A associação é o nosso cliente e nós os técnicos que colaboravam à medida que os processos iam avançando*[195].

Finalmente, em termos financeiros, a auto-construção permitia a comparticipação no custo das obras necessárias a cada bairro e a compensação da frequente ausência de mão-de-obra suficiente.

Todavia, a questão da auto-construção levantava polémicas noutras regiões de Portugal, sobretudo no Porto. Estava associada à pobreza e relembrava o tempo das barracas construídas pelos habitantes, o que levou à rejeição deste processo. A população queria "uma casa como a dos arquitectos", segundo os mesmos processos.

No entanto, Nuno Portas contra-arguiu relembrando que a questão da auto-construção não era obrigatória. Era, antes, uma opção tomada pelos moradores e pela associação que os representava que implicava uma reformulação da forma como o dinheiro era gerido, visto que, como foi referido anteriormente, o trabalho das pessoas entrava como capital.

Do ponto de vista de José Veloso, a comunidade da Aldeia dos Índios da Meia Praia reunia todas as condições para que o processo se desenvolvesse segundo este método.

*É importante ter claro que ali existia uma comunidade perfeitamente homogénea. Todos tinham as mesmas condições (…) há setenta e tal anos que as pessoas ali estão. E era uma comunidade que se tinha instalado ali, com carências, com fome. (…) primeiro, era extremamente homogénea. Segundo, era extremamente jovem, (…) muito dinâmica e totalmente alheios a qualquer coisa que fosse fora da comunidade.*[196]

Para a comunidade, o processo representava um esforço acrescentado às duras condições de trabalho que já possuíam. Mas o espírito solidário e comunitário que os unia, juntamente com o poder argumentativo do arquitecto que, desde sempre, defendeu a auto-construção assistida como processo construtivo e pedagógico, fortaleceu a vontade de trabalhar e a cooperação entre todos.

---

195 Nuno Portas, *in* DIAS, João, *As Operações SAAL* [Documentário Registo Vídeo], Midas Filmes, Portugal, 2007. Disponível no Website:
<http://www.youtube.com/watch?v=45K1Bu9rA0E>

196 José Veloso, entrevista feita a 29 de Outubro de 2012 pela autora, em Lagos.

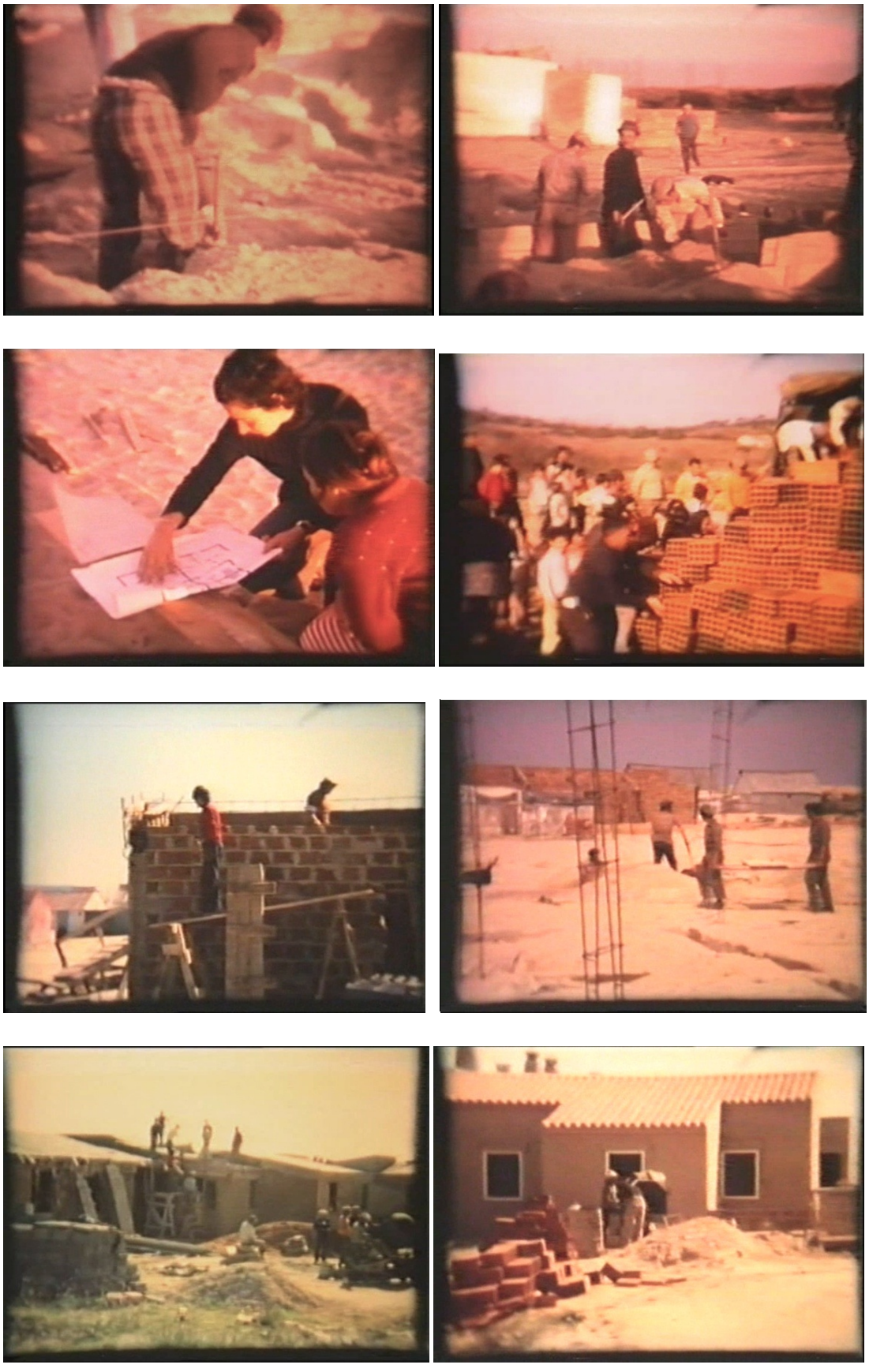


**Figura 51**
O processo construtivo. Cenas do filme de Francisco Veloso (filho do arquitecto)

Havia um grande sentido de entreajuda. Todos trabalhavam em equipa, nas suas casas ou na dos outros moradores, revezando-se quando necessário [figura 51].

*A gente vinha do mar cansada e tínhamos que laborar. Fazíamos umas equipas… eram todos! Havia uma equipa de oito homens ou uma coisa assim e, no outro, dia eram outros para poderem descansar. (…) Fizemos todos igual! Tanto trabalhava na minha casa, como trabalhava na casa dos outros. Era a mesma coisa.*[197]

*Os primeiros que começaram a construir foram eles* [os habitantes]. *Quer dizer, primeiro contratámos os pedreiros, mas os pedreiros não davam para a serventia toda, então toda a gente trabalhava! Moços, velhos, moças, todos! (…) Foi extremamente fatigante e todos sempre bem-dispostos. Ninguém se chateou com nada.*[198]

As mulheres tiveram um papel fundamental neste processo. Foram elas as que mais colaboraram. As primeiras a receber o arquitecto, as primeiras a reivindicar os seus direitos e desejos para as suas casas (os homens eram, neste aspecto, apenas porta-voz) e as que mais tempo dedicaram à construção, pois, enquanto os homens iam para pesca, elas ficavam encarregues da casa e das lides domésticas. Muitas vezes estes pescadores não chegavam a ver a luz do dia em terra e, por isso, trabalhavam na obra apenas aos fins-de-semana e feriados.

*Eram mulheres e crianças*
*Cada um c'o seu tijolo*
*"Isto aqui era uma orquestra"*
*Quem diz o contrário é tolo*

*E toda a gente interessada*
*Colaborou a preceito*
*- Vamos trabalhar a eito*
*Dizia a rapaziada*
*Não basta pregar um prego*
*Para ter um bairro novo*
*Só "unidos venceremos"*
*Reza um ditado do Povo*[199]

O carácter de urgência do projecto fez com que o processo fosse rápido. As quarenta casas previstas foram construídas em simultâneo e os tempos de arranque do processo e de início da obra coincidem. Algumas decisões acerca de pormenores construtivos ou mesmo

[197] M. T2.24
[198] José Veloso, entrevista feita a 29 de Outubro de 2012 pela autora, em Lagos.
[199] Excerto da música de Zeca Afonso, *Os Índios da Meia Praia,* disponível no Youtube.

preferências tipológicas, *foram desenvolvidas e tomadas, não sobre maquetas ou desenhos de projecto, mas na obra, já no arranque das construções, enquanto as paredes eram erguidas. As edificações traduzem, também por isso, relações de formalização muito directamente vinculadas aos desejos do momento e à necessidade imperiosa de começar a construir.*[200]

Embora a operação tivesse envolvido profissionais de diferentes áreas e tivesse provocado uma mobilização geral, pública e privada, afincada, o investimento do Estado e da autarquia não foi suficiente para garantir as infra-estruturas básicas, durante os primeiros anos.

*Foi, porque isto ficou tudo pronto só que não se podia utilizar. Os esgotos não estavam ligados. Havia ali em baixo uma caixa que era a caixa principal e depois tinha um motor e depois os resíduos iam mais ali para o lado da praia. (…) Os "grandes" que trabalham em Lagos travaram sempre a Meia Praia. Não percebo qual era a razão. Se eles não travassem na altura isto já estava aqui uma Nova Iorque! [risos]*[201]

Para além do saneamento e da electricidade, outros equipamentos previstos no projecto inicial foram embargados. Entre eles, um jardim-de-infância, uma cooperativa de consumo e outra de pescadores, além de instalações destinadas aos apetrechos de pesca dos habitantes.

*Foi tudo aprovado pelo então Gabinete de Planeamento do Algarve, com sede em Faro. Mas logo que os responsáveis da Câmara de Lagos, na altura, tomaram conta do processo, essa parte do projecto ficou na gaveta. Só as casas foram construídas porque já não havia financiamento estatal.*[202]

[200] BANDEIRINHA, José António, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 2007, p. 239
[201] M.T2.24
[202] José Veloso, disponível no Website:
<http://3.bp.blogspot.com/-EKLxrvOhn-4/TncB5zkmfpI/AAAAAAAACiU/R7jw8yogImI/s1600/Entrevista%2BJose%2BVeloso%2BDN.JPG>

## 01.4| A RECONFIGURAÇÃO DOS DISPOSITIVOS ARQUITECTÓNICOS [1975-2012]

O **projecto evolutivo** pode ser resumido em dois momentos fundamentais: o momento da construção inicial, apoiada e dirigida pelo arquitecto e a posterior adaptação da família à casa (ou da casa à família).

As **mutações** físicas dos dispositivos arquitectónicos que surgem ao longo do tempo pela mão dos habitantes são o reflexo das exigências actuais, mas também do passado dos mesmos. São, por isso, um resultado de experiências vividas e processos apreendidos.

Falar de **apreensão** implica assim uma distância temporal que permita, em primeiro lugar, perceber como é que as ideias e o projecto foram acolhidos pelos habitantes, depois, como é que a informação foi recolhida e interiorizada e, por fim, como se repercutiu nas acções posteriores.

Compreender as *práticas de projecto entre a experiência do habitante e o contributo do arquitecto* requer, por isso, compreender as características diferentes do espaço decorrente da interacção dos dois universos distintos. Através da distinção dos dois processos (o momento do projecto acompanhado e o momento da adaptação do habitante), é possível identificar se houve continuidade ou descontinuidade entre projecto evolutivo e o novo conceito de habitat introduzido pelo arquitecto, ou seja, é possível perceber como é que os habitantes vêm a arquitectura depois de terem trabalhado em conjunto, segundo processos que anteriormente lhes eram desconhecidos.

### IMPULSO PARA A MUDANÇA

As motivações que determinaram e incentivaram os moradores da Meia Praia a prolongarem a construção da habitação no tempo e no espaço e a interpretá-la como um processo permanentemente inacabado devem-se, essencialmente, à variação da composição do agregado familiar e à variação da disponibilidade financeira. Da conjugação destes factores surgem outras motivações, como as questões **dimensionais**, quando a área habitacional deixa de corresponder às necessidades da família; questões de **conforto**, essencialmente relacionadas com as melhorias a nível de isolamento térmico ou acústico; **funcionais**, relativas às modificações com o intuito de adaptar o espaço com as actividades que aí se realizam; ou ainda de **identidade**, que deriva de uma necessidade de diferenciação para com o resto da comunidade.

Em todo o caso, o impulso para a mudança não é linear. As metamorfoses vão surgindo de uma forma inesperada. A imprevisibilidade é uma característica presente: os rendimentos variam de família para família, de tempo para tempo, as previsões pessoais de futuro variam consoante as circunstâncias e os índices demográficos são pouco controláveis.

Deste modo, pode-se considerar que as mutações pela qual as casas vão passando são motivadas pelos factores mencionados acima e não necessariamente pela rejeição das ideias defendidas pelo arquitecto.

## PARA UM HABITAT IDEAL

*É em matéria da habitação, cremos, que o fenómeno é mais nítido, porque é sobretudo na habitação que o homem deve encontrar o «seu» espaço, o ambiente criado à escala das suas necessidades e das possibilidades, quer como indivíduo quer como elemento de um grupo social.*[203]

Depois da experiência vivida em 1974, os habitantes da Meia Praia ganharam uma consciência maior das suas verdadeiras capacidades e a certeza de que se poderiam aproximar do seu espaço idealizado.[204]

Com a introdução dos novos modos de habitar, que em muito se distanciam da simplicidade formal e conceptual das antigas barracas de contraplacado e se aproximam dos modelos da cidade *formal*, o sistema de referências mudou, foi alargado. O que outrora poderia ser uma resposta admissível à falta de condições de habitabilidade transformou-se num desajuste às suas novas referências.

Todavia, os habitantes não se cingiram apenas à transformação da habitação de acordo com os modelos convencionais, instituídos pela sociedade. A casa sonhada seria alcançada através duma simbiose entre os conceitos *formais* e a introdução de uma expressão pessoal, que ia de encontro à identidade do morador e à libertação duma sociedade estereotipada. Esse processo particularizado pode-se observar sobretudo através das formas de organização do espaço e dos objectos. Para António Baptista Coelho, a apropriação deve marcar o habitat humano em termos de comunicação de imagens bem conhecidas e até de certos elementos simbólicos, definindo claramente territórios pessoais e de grupos familiares ou de vizinhança, recheando os espaços residenciais com significados próprios,

[203] TÁVORA, Fernando, *Da Organização do Espaço*, FAUP publicações, Porto, 1996 (1ª ed. 1962), p. 56

[204] Na Aldeia dos Índios da Meia Praia houve, desde o início, uma ideia de complementaridade, como um *campo de possibilidades* (*Cf.* ECO, Umberto, *Obra Aberta,* Difel, Lisboa, 1989 (1ªed. 1962)) aberto continuamente, mas que se vai "fechando" à medida que é completado consoante as interpretações – as *fruições*, para Eco – e as necessidades individuais dos habitantes que surgem ao longo do tempo.

clarificando e exibindo aquilo com que se tem afinidade e o que se toma de propriedade e harmonizando as características sócio-culturais dos habitantes com os seus respectivos meios físicos e ambientais de residência.[205]

MATERIALIZAÇÃO DAS NOVAS EXIGÊNCIAS

No entanto, as transformações que se operam nas habitações resultam, em grande parte, da busca por uma vida quotidiana mais cómoda, ou seja, mais condizente com os parâmetros dos habitantes. Poder-se-á dizer que existe um condicionamento mútuo entre as formas de habitar e a configuração que os espaços adquirem. Se por um lado, qualquer alteração nos aspectos físicos da habitação condiciona as práticas que decorrem nesses espaços, por outro, os habitantes desenvolvem estratégias espaciais que permitem dar continuidade às práticas culturais e sociais. Quer isto dizer que, uma mudança a qualquer um destes níveis vai automaticamente desencadear outras adaptações que permitam conjugá-los de forma a obter a máxima satisfação do habitante. Existe, por isso, uma relação íntima entre as práticas, os usos – que por sua vez são condicionados pelos modelos culturais e sociais – e a habitação. Contudo, os dois factores não evoluem nem homogeneamente, nem em simultâneo. Se em 1974 os modelos de habitação evoluíram repentinamente, impondo aos habitantes uma posterior adaptação que, por sua vez, induziram a novas práticas quotidianas, as mudanças que se efectuaram nas habitações pós-operações SAAL, evoluíram mais lentamente em relação aos modos de vida dos seus habitantes.

Um dos factores que mais repercussões teve na evolução da Aldeia da Meia Praia e na dinâmica dos modos de vida dos moradores foi a emancipação da camada mais jovem da comunidade. É o plano de vida individual da família que maior influência tem na configuração dos espaços habitacionais.

Trinta e oito anos depois, as famílias cresceram e se por um lado, uma parte dos habitantes que em 74 eram crianças, emigraram ou foram viver para os grandes centros urbanos, muitos continuaram a viver na Meia Praia, seguiram a profissão dos pais e construíram a sua própria casa na aldeia e, por isso, houve uma maior preservação das referências culturais e dos modos de vida.

É neste ponto – a **relação familiar** – que se pode encontrar uma maior discrepância em relação aos modos de habitar da "família-protótipo" ocidental.

[205] *Cf.* COELHO, António Baptista, "Apropriação e Satisfação Residencial", *in Sociedade e Território nº25/26 – Mudança Social e Formas de Habitar*, Edições Afrontamento, Porto, Fevereiro, 1998, p. 140

A proximidade familiar tão intensa na comunidade reflecte-se na organização dos dispositivos. Não há uma grande preocupação com a preservação da privacidade, nem entre casas, nem dentro das mesmas.

Durante a visita à Aldeia, ao observar as principais alterações feitas pelos moradores, é possível identificar duas tendências, consequentes do aumento do agregado familiar: os que procedem ao aumento da casa através da construção de novos quartos e os que constroem novas habitações dentro do espaço destinado à expansão das mesmas.

Observe-se, por exemplo o seguinte caso: Na casa 5 [figura 52], foram construídos dois quartos. Cada um desses quartos está localizado nas extremidades da casa, sendo que um deles se localiza fora da área prevista de expansão. Ao contrário do que o arquitecto esperava (o que pode ser comprovado através da comparação entre todas as tipologias desenhadas pelo arquitecto [figura 44]), os habitantes nem sempre concretizaram os seus desejos de acordo com o que era previsível. Neste caso, o acesso aos novos quartos faz-se através dos quartos antigos, o que confere aos últimos um carácter de espaço de estar e de passagem, simultaneamente. A hierarquia de espaços, do mais público ao mais privado, dilui-se, transformando quase todos os espaços da casa em espaços comuns.

Esta descontinuidade conceptual faz crer que alguns moradores ainda se encontram ligados aos modos de vida do passado, a uma filosofia de vida onde a privacidade familiar e o espaço comunitário não conhecem fronteiras.

Observe-se agora a ficha da casa 24 [figura 53]. Neste caso, não se acrescentou mais um quarto à casa. Pelo contrário, um dos quartos que fazia parte do projecto inicial foi cedido a um dos filhos do casal que lá vive. O espaço cedido integra agora numa outra casa que foi construída na área de expansão da casa 24, invadindo o espaço público em mais de metade da sua área total.

*Ofereci este quarto ao que dormia aí. Temos que ajudar os nossos! (...) Eu já fiz esta cozinha e tenho um anexo que fiz para o meu filho, porque ele pensou em casar e depois, já sabe, quem casa quer casa.*[206]

Numa atitude igualmente solidária, o mesmo aconteceu com os moradores da casa 18. Um dos quartos foi cedido para o arranque de uma outra casa (e mais uma vez, oferecida a um familiar depois deste se casar). Este caso difere do anterior no acesso ao quarto pode-se fazer tanto pela entrada principal da casa nova, como pela original, ou seja, através da cozinha da casa 18 [figura 54].

206 M.T2.24



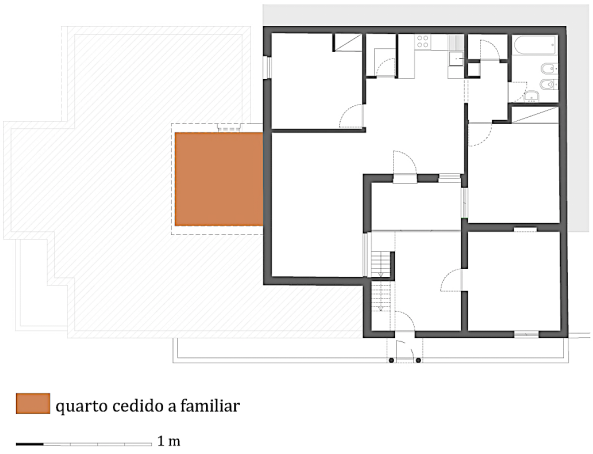




**Figura 52**
Casa 5 – Quarto dentro da área de expansão e quarto fora da área de expansão (esq.)
**Figura 53**
Casa 24- Quarto cedido para integrar noutra habitação (dir.)

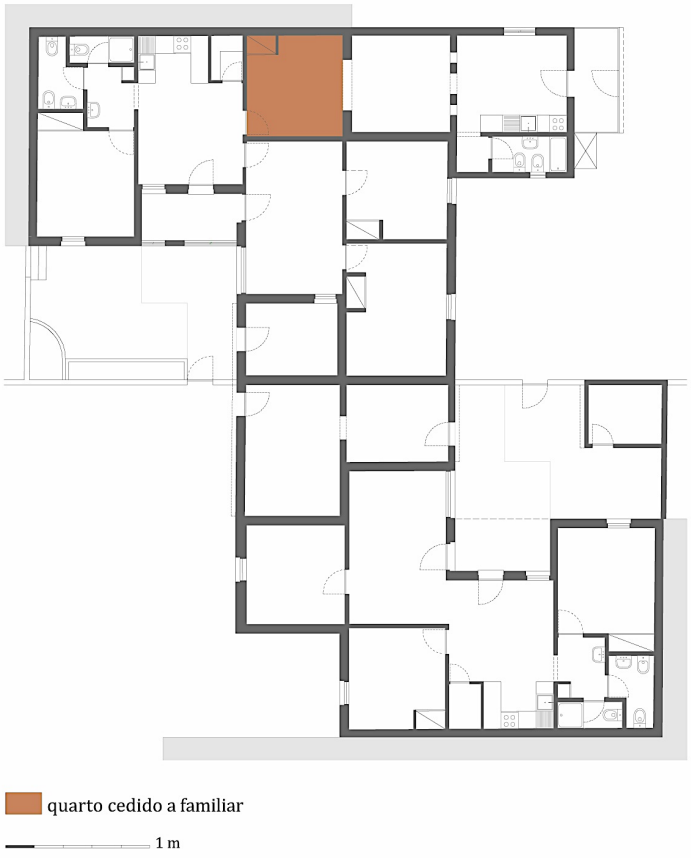



**Figura 54**
Casa 18, 18ª – Quarto cedido, comum a duas habitações

A permeabilidade verifica-se não só entre estas duas habitações, como também entre todas as casas dos membros da família. O pátio da casa 18 ficou directamente conectado ao do vizinho do lado através da demolição de um pedaço do muro que os dividia e a construção de uma pequena escada. Já o espaço de expansão da casa 15 foi aproveitado para fazer um anexo de ligação entre o lado Sul e Norte do quarteirão, permitindo circular livremente entre todas as casas da família.

Um caso peculiar é o das famílias das casas 35 e 39 [figura 55]. Tal como se sucedeu nos casos anteriores, também nestas casas foram cedidos alguns espaços das casas iniciais para integrar em novas casas, com entradas independentes, à medida que a família ia aumentando. No entanto, a certa altura, a tendência de aumento do agregado familiar começou a inverter-se. Com a saída tardia dos membros mais jovens para fora da Aldeia da Meia Praia, alguns espaços construídos *a posteriori* deixaram de ser utilizados. Por este motivo, os compartimentos foram demolidos, voltando à tipologia inicialmente projectada pelo arquitecto.

*Esta, de facto, pertence à casa, só que o meu filho esteve morando aqui e não tinha casa. Eu dei-lhe esta parte e ele acrescentou o resto da casa. Quando ele foi morar para os sindicatos, fiquei à mesma com a parte que me pertence. Quatro quartos…*[207]

Através dos diferentes pavimentos e azulejos utilizados na definição dos espaços, é possível perceber a configuração dos espaços das habitações que foram demolidas.

Apesar das razões não terem sido explicadas, supõe-se que a vontade de manter o projecto original se deva ao medo de entrar no campo da *ilegalidade*. Mantendo o projecto fiel ao original, foi possível garantir que a ameaça de despejo, outrora sofrida por estes moradores, não voltará a repetir-se. Assim, podemos concluir que apesar de não optarem por seguir o modelo *formal* da organização da família na habitação, a noção de *clandestinidade* foi bem apreendida.

Em suma, a população continua a ter um modo de vida comunitário, atípico em relação à sociedade em que vivemos, pois na maioria dos casos abordados, a família cede um espaço da sua casa para outro membro do agregado familiar. Sempre que, em conversa, se questionava este tipo de organização, a resposta parecia óbvia, irrefutável e imediata: *É família!*[208]

[207] F.T4.35
[208] M.T1.18a




**Figura 55**
Casa 35 (dir.) e casa 39 (esq.) - Espaço cedido e posteriormente demolido

Outro factor que impulsionou mudanças significativas nas habitações foi a ausência de espaços de serviço para além da cozinha e casa de banho.

Em quase todas as habitações, foram construídos anexos nos espaços exteriores. São essencialmente espaços de armazenamento de material de pesca, oficinas e lavandarias. Em algumas situações, como é o caso das casas 12, 24 e 41, a cobertura dos compartimentos é aproveitada como terraço para compensar o espaço exterior diminuído, decorrente dessas operações [figura 57].

*É placa! Sabe, esta é placa inclinada [aponta para a cobertura original], aquela é a direito, não tem inclinação. As escadas são para dar acesso, para poder pôr a roupa a secar.*[209]

A cozinha revelou ser o espaço que melhor evidencia novas necessidades a **nível funcional**, determinantes na organização funcional da casa e geradoras de novas configurações.

Em 1974 os habitantes da Meia Praia tinham dificuldade em entender a função da cozinha[210], pois todas as funções associadas a este espaço desenvolviam-se no exterior. A cozinha resumia-se a um fogareiro para assar o peixe que traziam do mar. Mas neste ponto, houve uma aceitação clara da ideia do arquitecto por parte dos habitantes.

José Veloso introduziu o novo conceito, desenhando a cozinha de acordo com os padrões da sociedade ocidental. A cozinha, igual em todas as tipologias, fica disposta no centro da casa, articulando os restantes compartimentos – passa de um espaço e função desconhecidos a um elemento central na organização da habitação.

A apropriação do conceito por parte dos habitantes foi notoriamente positiva. Facto que se conclui quando se verifica que algumas casas, actualmente, não têm uma, mas sim duas cozinhas [figura 56]. Além da apropriação total deste novo espaço, os moradores equiparam as suas cozinhas com electrodomésticos como o fogão, a máquina de lavar loiça, roupa, televisões, entre outros. Neste ponto, houve, por isso, uma adesão dos habitantes ao sistema de valores da população dominante.

Nesta amálgama de **contradições** e **consonâncias de valores**, processos e concretizações, é perfeitamente possível distinguir a "mão" dos intervenientes, as duas fases da construção do edifício – a parte construída com o apoio das equipas técnicas e as apropriações das famílias, ainda que as duas se misturem e, no final, conformem o mesmo programa.

209 M.T2.24
210 José Veloso, entrevista feita a 29 de Outubro de 2012 pela autora, em Lagos.




**Figura 56**
Cozinhas posteriormente acrescentadas
Casa 5(sup., esq.)
Casa 12 (sup. dir.)
Casa 24 (cen.)
Casa 41 (inf.)

Há uma discrepância em termos de linguagem e de materiais utilizados que permite identificar as várias fases pelas quais a habitação passou, mesmo que a quantidade de alterações seja tão elevada que dificulte a identificação da habitação como parte integrante de um conjunto habitacional, projectado e construído simultaneamente, segundo uma linguagem homogénea.

É esta mistura de estilos que confere ao aglomerado uma imagem própria e singular, graças a este choque entre a racionalidade do núcleo inicial e a diversidade das auto-construções, executadas pelas famílias, fruto das suas preferências individuais.

A telha, a *lusalite* e a cobertura plana proporcionam essa diversidade plástica e a distinção assumida de procedimentos utilizados [Figuras 57 e 58]. Nostalgia da liberdade dos clandestinos, que a nenhum preconceito se prendiam, transparece nos sinais, nas formas, dos azulejos, mas sobretudo na cor das suas casas.

*Os pescadores têm duas cores principais: o azul do mar e o amarelo da areia.*[211]

É aqui que procuram a **identidade**, mostrar um pouco de si a quem passa de fora. Motivos ligados à vida piscatória [Figuras 59], à religião (desde nichos, a pinturas, cruzes, terços e azulejos alusivos a santos protectores dos pescadores, etc.) ou simplesmente ao gosto pessoal.

*No caso dos clandestinos, porque não existem constrangimentos (pelo menos legais) à configuração que as formas arquitectónicas das casas tomam e porque estas são entendidas pelos seus construtores como um acto sublimado de «criação pessoal», artesanal, estamos perante um modelo de expressividade que contém ingredientes de uma construção narcísica, imagem e representação de si que se quer revelar aos outros.*[212]

Nas décadas seguintes, à semelhança com o que aconteceu durante as operações SAAL, a construção decorre durante as horas vagas, com o apoio dos familiares e amigos. Enquanto alguns recorreram ao método da auto-construção, outros, por tomarem consciência da necessidade de uma mão-de-obra especializada ou pela situação financeira se verificar favorável, contrataram pedreiros, electricistas, pintores e canalizadores para conceberem as alterações desejadas – um processo adquirido da sociedade *formal.*

211 José Veloso, DIAS, João, *As Operações SAAL* [Documentário Registo Vídeo], Midas Filmes, Portugal, 2007. Disponível no Website:
<http://www.youtube.com/watch?v=45K1Bu9rA0E>

212 PINTO, Teresa Costa, "Modelos de habitat, modos de habitar: o caso da construção clandestina do habitat", *in Sociedade e Território nº25/26 – Mudança Social e Formas de Habitar*, Edições Afrontamento, Porto, Fevereiro, 1998, p. 40





**Figura 57**
Transição de cobertura inclinada para plana (esq.)
**Figura 58**
Casa 41
Transição de tipo de telha (dir.)



**Figura 59**
Casa 41
Personalização da fachada, motivos alusivos ao mar

*Eu não fiz! Tive que pagar, porque a minha profissão é pescador… não percebo nada de obras. Apenas ajudava! Ajudávamos a levar os baldes de massa, a buscar entulho… pronto, essas coisinhas assim.*[213]

O facto de contratarem empreiteiros para efectuarem alterações nas suas casas também verifica a adopção de procedimentos *formais*.

Apesar de assumirem que pouco entendem de construção, a participação e a experiência adquirida ao longo da história do bairro, permitiu-lhes adquirir algumas noções.

*(…) isto, como são tijolos estreitos, as chuvas, passam aquelas humidades para dentro da casa e sem, com isto* [os compartimentos acrescentados], *sempre evita mais as humidades.*[214]

## ENTRAVES PARA A CONTINUIDADE DO PROCESSO

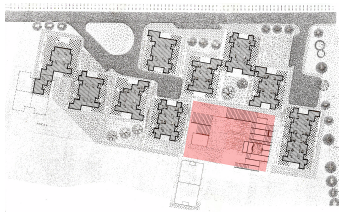
Apesar do esforço do arquitecto em proporcionar uma habitação digna, passível de ser construída pelos moradores, dentro das normas que regem a distribuição e definição das parcelas, algumas famílias extrapolaram os limites que confinavam o espaço da sua casa, correndo o risco de voltarem a incorrer em ilegalidade construtiva, podendo ser obrigados a demolições.

*Vi a casa e disse "A casa tem de ser aproveitada." Eu via a senhora do lado já tem uma parte também… e então, já que ela tinha um muro com aquele alinhamento "eh pá, vai-se até ao alinhamento dela".*[215]

Das casas iniciais, apenas sete não sofreram alterações. Surgiram depois onze novas casas, sem qualquer licença e que actualmente se encontram em processo de legalização – são construídas dentro da área prevista para a expansão de cada unidade habitacional. Duas casas, construídas de raiz, são completamente ilegais, isto é, desagregadas de qualquer casa da fase inicial do projecto. Localizam-se no centro de uma área que, inicialmente, se destinava a equipamentos públicos de apoio à comunidade local [figura 60].

Estas operações *ilegais* constituíam um forte argumento para que o Governo pudesse cessar a continuidade do processo evolutivo efectuado livremente pelos seus habitantes. Aliada às contra-ordenações praticadas pelos habitantes, a pressão especulativa de índole turística estimulava o desejo de ocupar a área de implantação do conjunto habitacional, o que reprimiu ou atrasou algumas operações.

213 M.T2.24
214 M.T2.24
215 M.T2.41



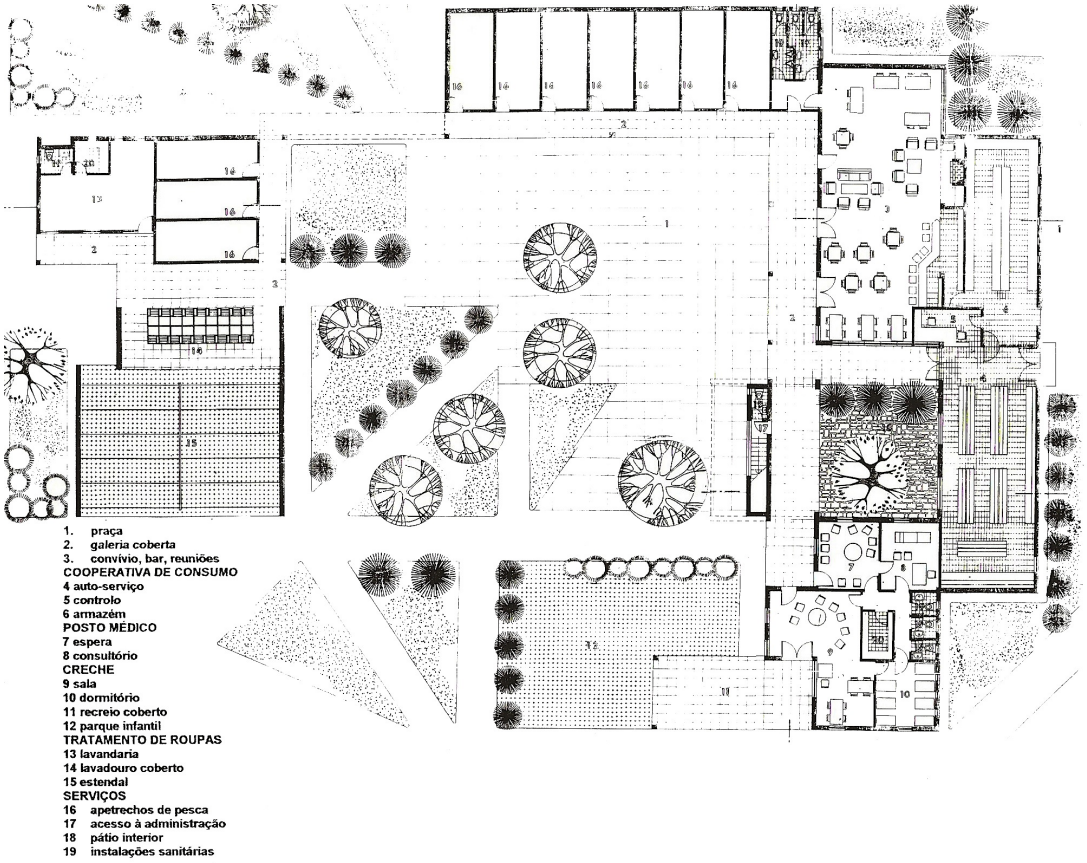



**Figura 60**
Equipamento público projectado, não construído (desenho original)

*Já tivemos complicações e até tivemos que ir a Lisboa. O que eles querem é tirar a gente daqui. Isto está-lhes entalado na garganta*[216]

Criteriosamente implantados em áreas muito apetecíveis, os bairros da Meia Praia, ao colidirem com propostas de campos de golfe, hotéis ou aldeamentos, tiveram sérios problemas para conseguir regularizar a posse dos respectivos terrenos e para impor o desejo dos moradores.[217]

*Foi sempre a tua figura*
*Tubarão de mil aparas*
*Deixar tudo à dependura*
*Quando na presa reparas*
*Das eleições acabadas*
*Do resultado previsto*
*Saiu o que tendes visto*
*Muitas obras embargadas*
*Mas não por vontade própria*
*Porque a luta continua*
*Pois é dele a sua história*
*E o povo saiu à rua*

*Mandadores de alta finança*
*Fazem tudo andar pra trás*
*Dizem que o mundo só anda*
*Tendo à frente um capataz*
*E toca de papelada*
*No vaivém dos ministérios*
*Mas hão-de fugir aos berros*
*Inda a banda vai na estrada*[218]

Como consequência, os habitantes continuam a viver com receio de serem despojados, como foi possível verificar na forma apreensiva e defensiva com que falavam das alterações.

*É um anexo, é. É um anexo mas está legalizado!*[219]

216 M.T3.15
217 *Cf.* BANDEIRINHA, José António, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 2007, p. 122
218 Excerto da música de Zeca Afono, *Os Índios da Meia Praia,* disponível no Youtube
219 M.T3.15

Segundo os moradores e como afirma José Veloso, a Câmara é o principal responsável pelo atraso do desenvolvimento do aglomerado e o principal incentivador às práticas clandestinas, desviando o propósito principal que deu origem a todo o projecto.

*Largaram por completo qualquer espécie de apoio técnico. E, pior, até incentivaram as intervenções clandestinas que os moradores iam fazendo por necessidade de albergar as famílias que iam crescendo. De resto, na Era do PSD, a autarquia chegou a transportar material para os moradores fazerem construções ilegais. Ou seja, deu o ámen. Agora, os responsáveis dizem que isto é clandestino. É uma infâmia.*[220]

O LEGADO

*La Psicología de la Gestalt mantiene que el contexto contribuye al significado de la parte y que un cambio en el contexto causa un cambio de significado. El arquitecto, por lo tanto, mediante la organización de las partes, crea un contexto que les da significado dentro del conjunto. Através de la organización no convencional de las partes convencionales es capaz de crear significados nuevos dentro del conjunto.*[221]

A distância temporal de 1974 até aos dias de hoje permite uma maturação e o balanço da opinião da população sobre o projecto, no qual todos estiveram envolvidos.

*Não foi complicado. Até foi uma alegria para nós, porque nós vivíamos nas barracas como bichos. Sabe o que é viver numa casa sem casa de banho, sem coisa nenhuma? E quando veio este processo nós ficámos contentes até porque ajudámos, contribuímos com o nosso trabalho.*[222]

Apesar desta opinião parecer contraditória relativamente ao que nos relatou o arquitecto no início das operações (as pessoas encararam com uma certa desconfiança), esta foi a prova de que a aculturação dos novos modos de habitar, incutidos pelo arquitecto foram bem aceites. Caso contrário, não se verificaria o reconhecimento hoje das privações a que estavam sujeitos, pois em 74, a comunidade não tinha noção do que era a ausência de condições mínimas, uma vez que experienciaram, ao longo de toda a vida essa realidade.

Para Veloso, aproximar o habitante e o arquitecto a um mesmo patamar de decisão, tentando alargar o diâmetro da **esfera de controlo** do habitante, representou mais do que um processo alternativo de produção. Representou uma interpretação cuidada do *habitus*

[220] José Veloso, disponível no Website: <http://3.bp.blogspot.com/-EKLxrvOhn-4/TncB5zkmfpI/AAAAAAAACiU/R7jw8yogImI/s1600/Entrevista%2BJose%2BVeloso%2BDN.JPG>

[221] VENTURI, Robert, *Complejidad y Contradicción en la Arquitectura*, Gustavo Gili, Barcelona, 2003, p. 68

[222] M.T2.24

de uma comunidade integrada, a introdução e o enaltecer do papel social do arquitecto na sociedade "adormecida".

*Foi uma atitude de civismo. Dediquei-me a este processo como cidadão e profissional. O objectivo era proporcionar condições dignas de habitação a quem nunca as tinha tido e contribuir para que as pessoas tivessem acesso a um direito.*[223]

A exaltação do **dever cívico** do arquitecto deixa-se transparecer na forma activa e fervorosa com que lutou desde sempre pela defesa dos direitos dos pescadores da comunidade. Também com a elevada frequência com que visita a Meia Praia e a relação próxima que tem com os habitantes, percebe-se a prioridade que o arquitecto dá às pessoas em detrimento de todas as outras condicionantes do elemento de ligação que existe entre os dois: a casa. Actualmente, há um sentimento de gratidão dos moradores para com o arquitecto.

*Hoje é sempre um abraço, é sempre bem-vindo, é sempre bem recebido. O homem é um espectáculo!*[224]

O arquitecto assume um **papel paternalista** ao propor uma mudança na forma de viver dos cidadãos, um outro *habitus*. O intuito não era impor um modo de vida totalmente diferente, mas oferecer os mínimos que um habitante integrado numa sociedade deveria ter, introduzindo conceitos novos aos moradores - a divisão da habitação por funções é o exemplo mais directo. O arquitecto procurou preservar a unidade sócio-cultural dos pescadores, mantendo assim o sentido comunitário característico do bairro e que, para ele, seria uma mais-valia.

Analisando e comparando a presente obra com a obra do arquitecto visionário Hassan Fathy, podemos estabelecer um paralelismo, mesmo que a distância temporal e cultural separe estes dois projectos.

O desejo de promover a inserção da população foi comum, tanto para José Veloso, como para o arquitecto egípcio, bem como a vontade de ajudar uma população que os arquitectos reconheceram como desfavorecida. Apesar de algumas linhas de pensamento e alguns pontos do método de trabalho serem comuns, a forma como as ideias foram processadas e recebidas pela população divergem.

No caso de Fathy, a recusa à ocidentalização da aldeia, ou seja, a recusa à adopção das tecnologias e da linguagem arquitectónica modernas que, no entender de Fathy, eram

223 José Veloso, disponível no Website: <http://3.bp.blogspot.com/-EKLxrvOhn-4/TncB5zkmfpI/AAAAAAAACiU/R7jw8yogImI/s1600/Entrevista%2BJose%2BVeloso%2BDN.JPG>

224 M.T2.24

artificiais e não se adequavam ao modo de vida da comunidade egípcia, levou-o a defender a preservação da unidade e dos valores sócio-culturais dos camponeses para melhor responder às verdadeiras necessidades dos habitantes. Mas o arquitecto levou ao extremo o conceito de tradição na construção da cidade de Nova Gurna. O pormenor do abastecimento da água das casas dos camponeses demonstra a sua total rejeição dos "mecanismos modernos" das sociedades: apesar de assumir que o estabelecimento da água canalizada dentro das habitações ser mais cómodo e salubre, Fathy opta por prescindir deste em virtude da preservação dos costumes da sociedade camponesa. Opta, por isso, pelo poço público, privilegiando a dimensão social da interacção em detrimento de uma melhoria funcional.

*Se um aspecto útil da vida prática tradicional for suprimido, temos então a obrigação de o substituir por outra coisa que venha cumprir com a mesma função social. Se, por exemplo, suprimirmos a bica de água comunitária, será preciso prever outra forma de facilitar os encontros e os noivados.*[225]

Mas a vontade de "voltar ás origens" que norteava o trabalho de Fathy, não foi bem acolhida pelos habitantes de Nova Gurna. A população sentia-se afastada dos padrões de vida da sociedade moderna e a continuação dos costumes tradicionais remetiam para a situação de pobreza vivida.

O projecto de Nova Gurna reflectia o modo de vida que Fathy achava que os habitantes deviam ter e não o que os habitantes iriam querer futuramente.

Veloso tem uma postura diferente. Ele não tentou impor um sistema construtivo e uma organização espacial tradicional aos habitantes, mas uma nova tipologia, um novo método, novos materiais. O arquitecto propôs o que achava que os habitantes, com o tempo, iriam desejar, não respondendo unicamente às necessidades do presente (até porque os habitantes nem sempre as souberam identificar, nem verbalizar). Projectou um modelo híbrido entre a habitação corrente dos anos 70 e a barraca do pescador. Promoveu, por isso, a inserção da população através da habitação *legal* e limitada na sua extensão, num jogo de equilíbrio entre os desejos e costumes que os habitantes quiseram perpetuar e os conceitos que arquitecto pretendeu introduzir. Se, por um lado, a distribuição aglutinadora dos compartimentos, a cozinha como espaço de transição e as praças remetem para o modo de habitar comunitário do Passado, por outro, introduzem conceitos novos, como a definição do lote inerente à noção de *legalidade/ilegalidade*, a delimitação da propriedade, o cooperativismo interdisciplinar como metodologia ou, até mesmo, o dever social de

225 FATHY, Hassan, *Arquitectura Para Os Pobres: Uma Experiência no Egipto Rural,* Lisboa, 2009, (1ª ed. 1969), p. 113

reivindicar o direito à habitação. Houve, portanto, uma aculturação, de certa forma, positiva.

Mais do que uma resposta física, a casa representa os desejos das pessoas e, como tal, exige um consenso entre o arquitecto e o habitante, entre um pensamento mais pragmático e aquilo que as pessoas idealizavam.



**Figura 61**
Parte do aglomerado da Aldeia da Meia Praia (vista sul)



**Figura 62**
Correspondência. Ligação ao mundo convencional

## 01.5| FICHAS DAS HABITAÇÕES DO BAIRRO

Para melhor compreender as descrições apontadas ao longo deste capítulo, seguem as fichas das habitações da Aldeia da Meia Praia que se estruturam em dois tempos principais: as casas, segundo o projecto inicial, e as mesmas, no estado actual, com as devidas alterações.

As fichas apresentam a representação gráfica e sintetizada das casas visitadas, o que facilita a comunicação de um trabalho analítico e interpretativo. Desenhos técnicos, diagramas e fotografias serão compilados de forma a perceber as principais alterações feitas pelos moradores, sem o auxílio do arquitecto, capturando assim a passagem do tempo na evolução dos espaços que, por sua vez, adivinham uma mudança de mentalidade e necessidades dos habitantes.

Através dos desenhos é possível analisar os espaços, a relação entre eles e como os dispositivos que a compõem estruturam a habitação e as práticas quotidianas dos habitantes.

Com esta finalidade, organizaram-se quatro fichas para cada casa. A primeira destaca a habitação inicial, a localização da casa no conjunto habitacional e os dados relevantes à compreensão da história da família. A segunda representa a habitação actual, destacando as alterações formais visíveis para a fase inicial, bem como o quotidiano da família, através do uso que os habitantes atribuem a cada compartimento da casa. Nesta análise da organização funcional, a planta representa a distribuição de funções domésticas por cores:

- Espaço de serviço: cozinha (área de confecção), quarto de banho e lavandaria;

- Espaço comum: sala e cozinha (área de comer);

- Espaço privado: quartos;

- Espaço de Trabalho: oficinas de manutenção das redes de pescadores (normalmente), bricolage, oficinas, costura, entre outros;

- Outros: normalmente associado a despensas e anexos para arrumos.

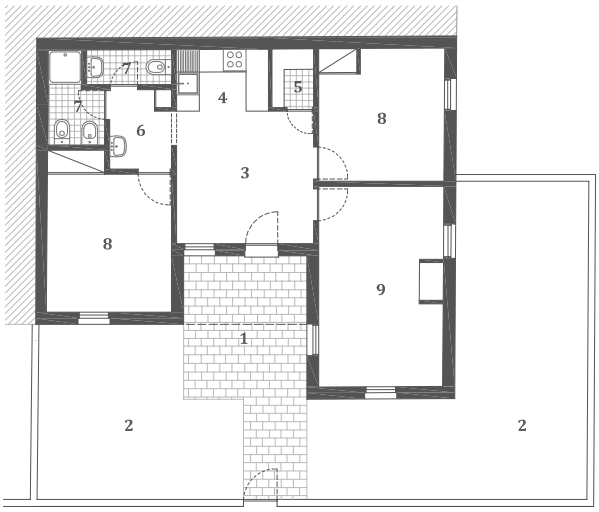
Eventualmente poderá existir compartimentos com mais do que uma função, pelo que se representará com uma mistura de tramas com as cores correspondentes às suas funções.

Na terceira ficha são apresentados elementos fotográficos para complementar a noção dos espaços, da organização funcional, dos materiais utilizados, decoração e mobiliário que

contribuem para a caracterização dos espaços. Por último, na quarta ficha apresenta-se os levantamentos à mão onde se pode ver uma mistura de tipos de informação (informações particulares do agregado familiar, procedimentos posteriores, organização funcional e outros dados que foram surgindo no decurso das conversas).

Nota: Toda a informação que, seguidamente, se apresenta foi conseguida através do material gentilmente cedido pelo arquitecto do projecto, sendo que as respectivas alterações não correspondem a uma realidade mimética. Foram concebidas da forma mais rigorosa possível, com o auxílio do desenho à mão levantada e da fotografia. As informações dos moradores de cada habitação são referentes ao ano de 2012.

# Casa 5




Planta da habitação original — 1 m

**1-** Pátio da entrada **2-** Pátio (zona de expansão) **3-** Cozinha, zona de jantar **4-** Cozinha, zona de preparação **5-** Despensa **6-** Zona de distribuição **7-** Quarto de banho **8-** Quarto **9-** Sala



Planta de localização — 10 m

Família

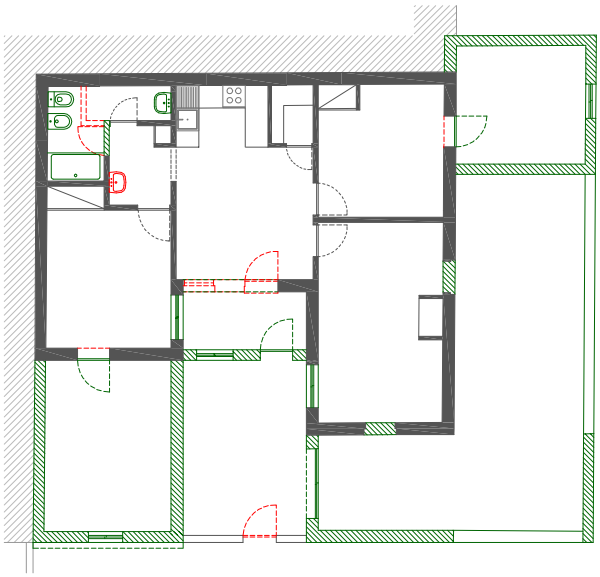
| | |
|---|---|
| Agregado inicial | casal + 2 filhos |
| Agregado actual | casal + 2 filhos + 2 netos |

Habitação

| | |
|---|---|
| Tipologia Inicial | T2 |
| Tipologia Actual | T4 |
| Alterações Principais | - construção de 2 quartos;<br>- construção de uma marquise;<br>- construção de uma cozinha/ sala de jantar |

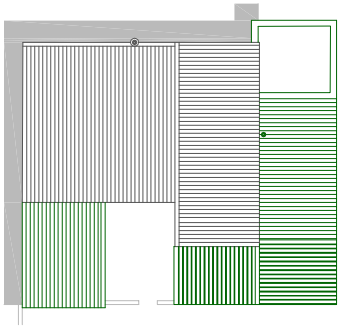
Habitação em estudo | Outras habitações estudadas | Restantes habitações da fase inicial | Mar

Casa 5



Planta da habitação actual 1 m

Original Demolido Novo



Planta de coberturas 1 m



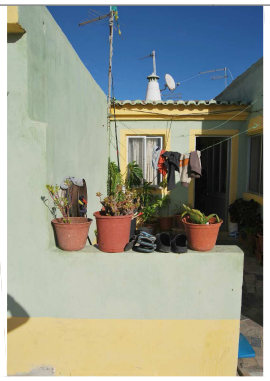
Planta de organização funcional 1 m

Original Novo Espaço privado Espaço comum Espaço de serviço Outros

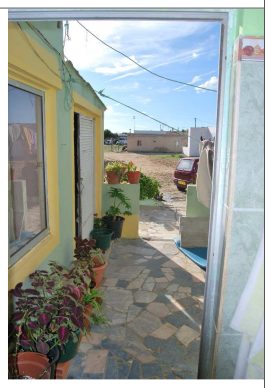
# Casa 5



1. Exterior da habitação



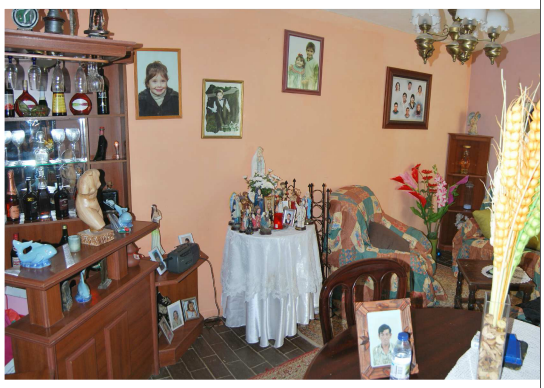
2. Entrada principal



3. Pátio



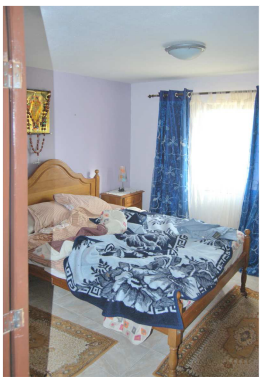
4. Cozinha original



5. Sala



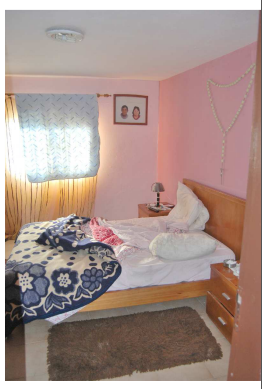
6. Quarto original



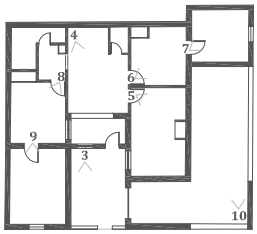
7. Quarto Acrescentado



8. Quarto original



9. Quarto acrescentado



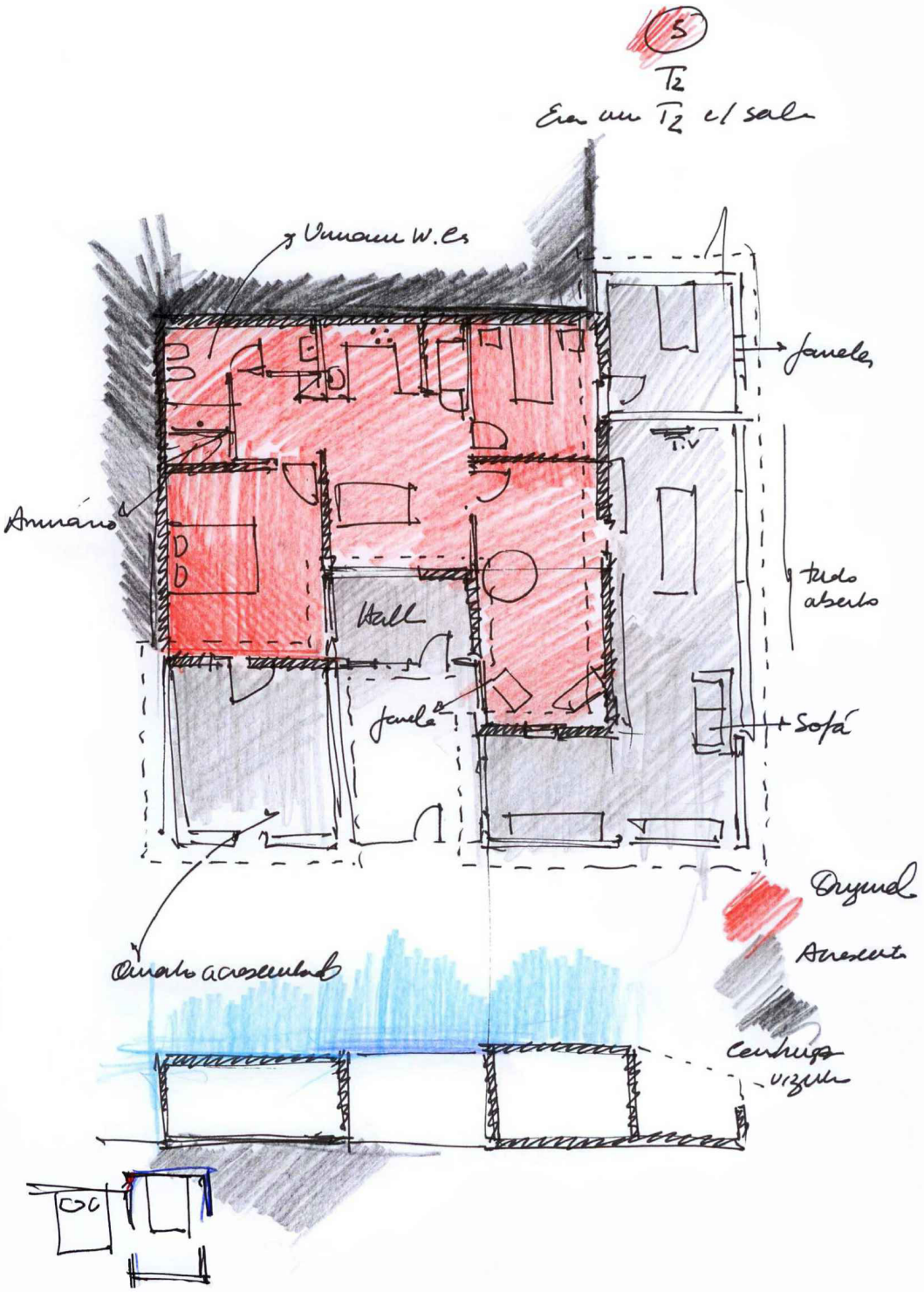



10. Cozinha exterior

Fotografias Actuais da Habitação

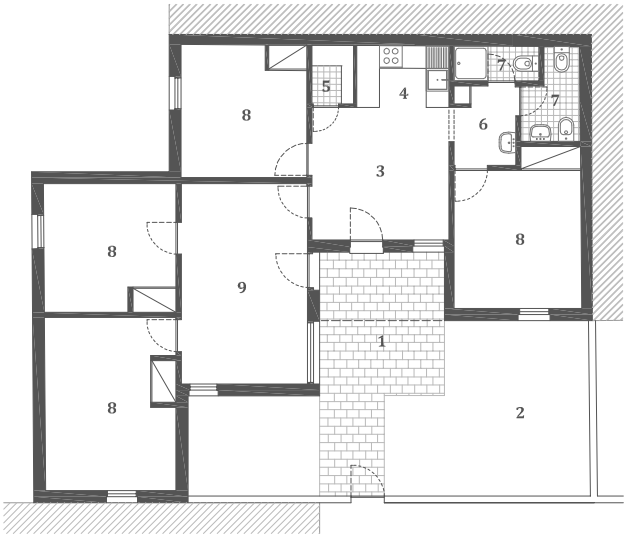
1 m

Casa 5




Desenhos de Levantamento

# Casa 12




Planta da habitação original — 1 m

**1-** Pátio da entrada **2-** Pátio (zona de expansão) **3-** Cozinha, zona de jantar **4-** Cozinha, zona de preparação **5-** Despensa **6-** Zona de distribuição **7-** Quarto de banho **8-** Quarto **9-** Sala



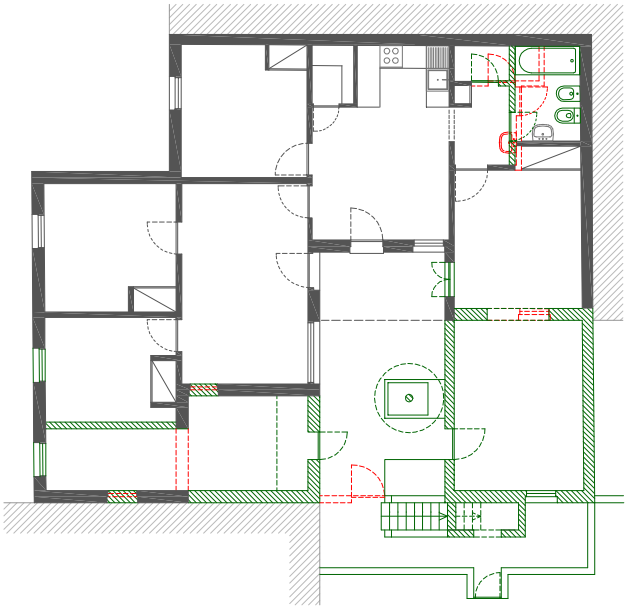
Planta de localização — 10 m

| Família | |
|---|---|
| Agregado inicial | casal + 3 filhos |
| Agregado actual | casal + 3 filhos + 1 neta |

| Habitação | |
|---|---|
| Tipologia Inicial | T4 |
| Tipologia Actual | T4+1 |
| Alterações Principais | - modificação no quarto de banho<br>- redução da área de um quarto<br>- construção de um anexo (espaço de trabalho)<br>- construção de uma cozinha/ sala<br>- construção de um terraço na cobertura |

Habitação em estudo | Outras habitações estudadas | Restantes habitações da fase inicial | Mar

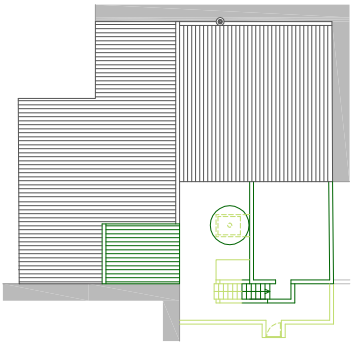
# Casa 12



Planta da habitação actual

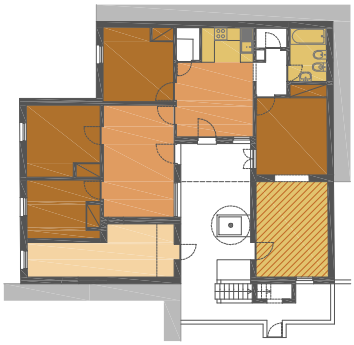
1 m

Original Demolido Novo



Planta de coberturas

1 m



Planta de organização funcional

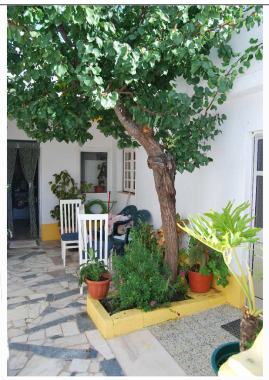
1 m

Original Novo Espaço privado Espaço comum Espaço de serviço Espaço de trabalho Outros

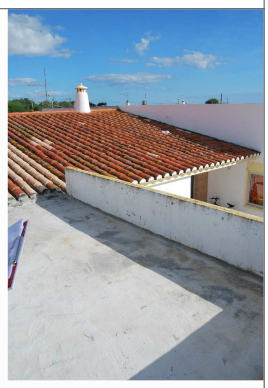
# Casa 12



1. Fachada principal



2. Pátio interior



3. Pátio da cobertura



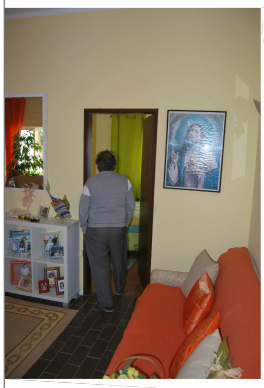
4. Cozinha principal e despensa



5. Quarto da filha



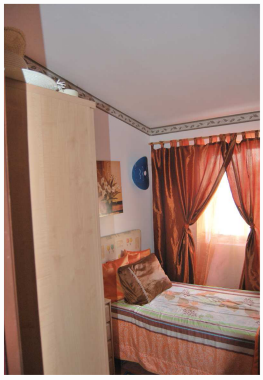
6. Sala de estar



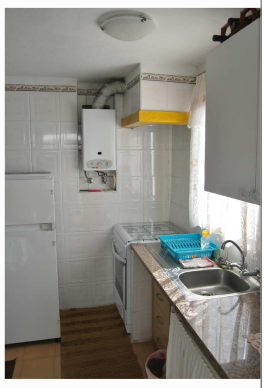
7. Sala de estar



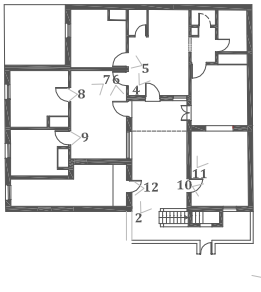
8. Quarto de casal

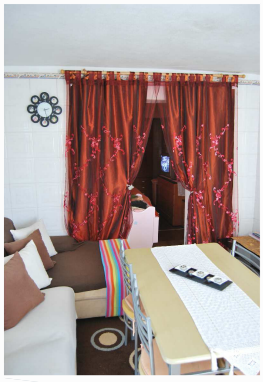


9. Quarto de solteiro



10. Cozinha da neta



11. Sala comum e quarto da neta

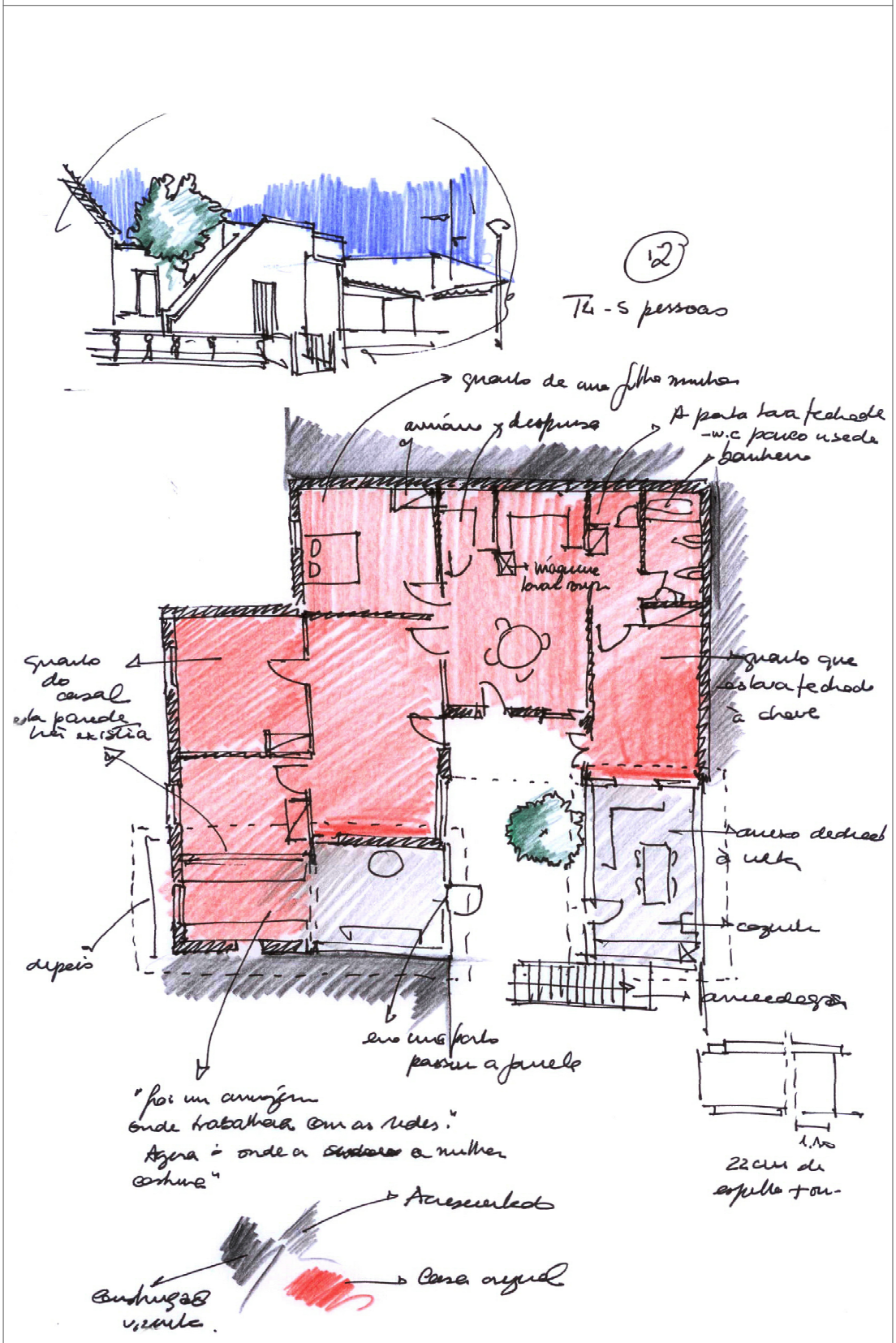


12. Anexo (espaço de trabalho)

Fotografias Actuais da Habitação

1 m

# Casa 12


12
T4 - 5 pessoas
quarto de uma filha mulher
arrúmos e despensa
A porta tem fechadura
-w.c pouco usado
banheira
máquina lavar roupa
quarto do casal
esta parede não existia
quarto que está fechado à chave
acesso dedicado à rua
cozinha
arrecadações
degraus
em cimento
para a janela
"foi um armazém onde trabalhava com as redes."
Agora é onde a mulher cozinha"
1.No
22 cm de espelho
Acrescentado
Casa original
Construção vizinha

# Casas 15, 18




Planta da habitação original

1 m

**1-** Pátio da entrada **2-** Pátio (zona de expansão) **3-** Cozinha, zona de jantar **4-** Cozinha, zona de preparação **5-** Despensa **6-** Zona de distribuição **7-** Quarto de banho **8-** Quarto **9-** Sala



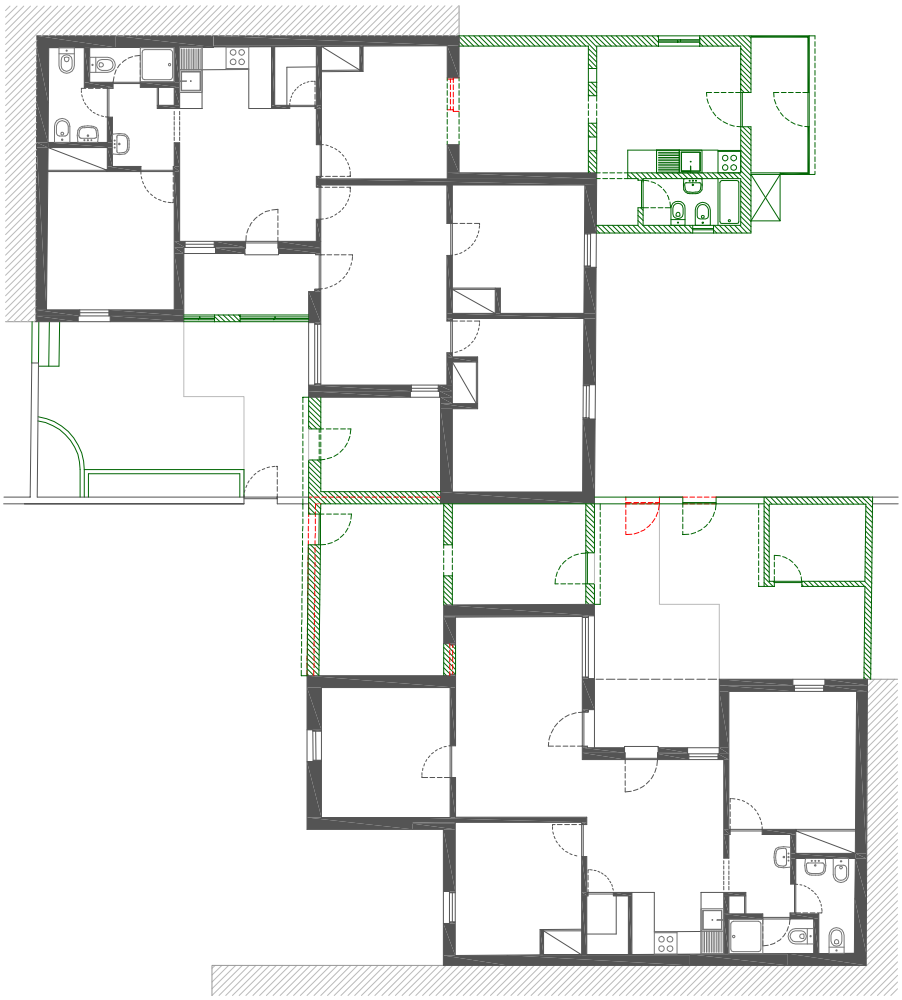
Planta de localização

10 m

| Família | |
|---|---|
| Agregado inicial | s/i |
| Agregado actual | |
| **Habitação 15** | |
| Tipologia Inicial | T3 |
| Tipologia Actual | T3+1 |
| Alterações Principais | - construção de um anexo/ arrecadação<br>- construção de um anexo/ espaço de trabalho/ ligação com a entrada do vizinho |
| **Habitação 18** | |
| Tipologia Inicial | T4 |
| Tipologia Actual | T3 |
| Alterações Principais | - cedência de um quarto<br>- demolição de um trecho do muro |

Habitações em estudo | Outras habitações estudadas | Restantes habitações da fase inicial | Mar

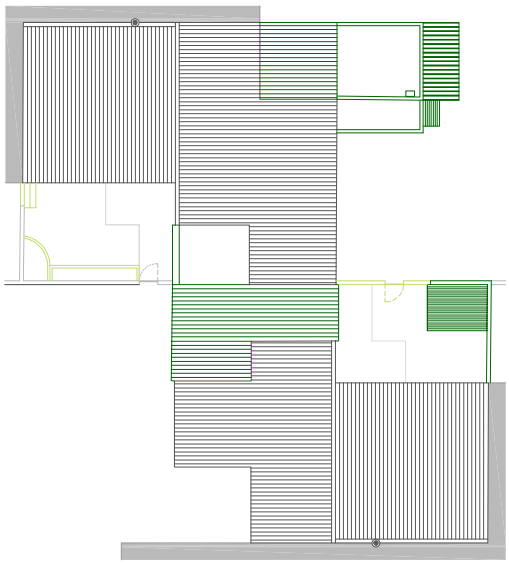
# Casas 15, 18,18 a



Planta da habitação actual

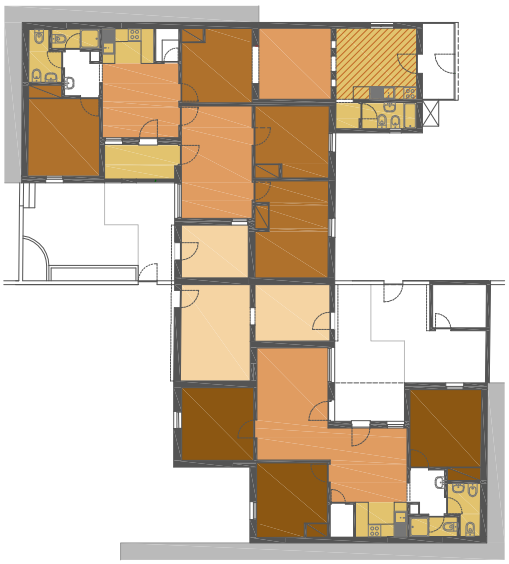
1 m

Original Demolido Novo Área cedida a familiares



Planta de coberturas

1 m



Planta de organização funcional

1 m

Original Novo Espaço privado Espaço comum Espaço de serviço Espaço de trabalho Outros

# Casa 15



1. Compartimento de ligação das habitações



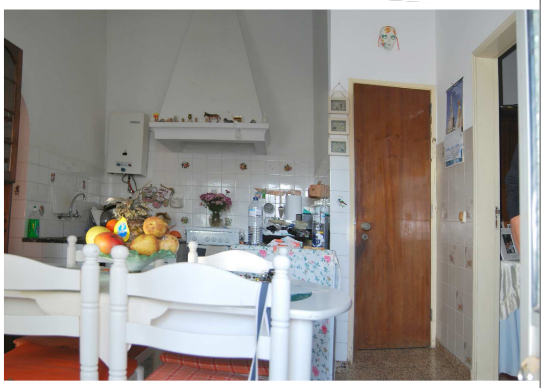
2. Compartimento de ligação das habitações



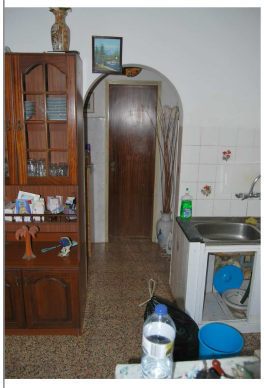
3. Pátio



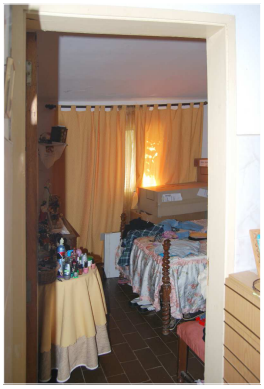
4. Pátio e anexo



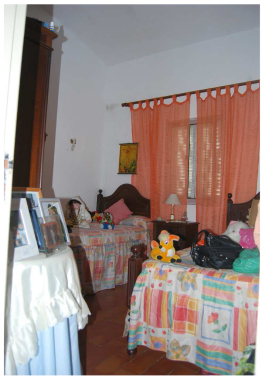
5. Cozinha original e despensa



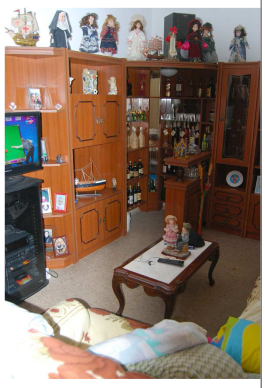
6. Acesso ao quarto de banho e quarto de casal



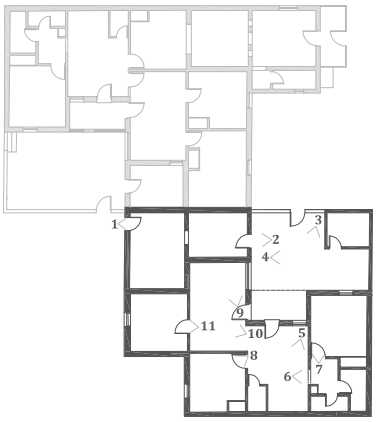
7. Quarto

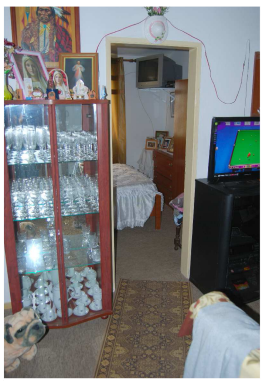


8. Quarto das netas

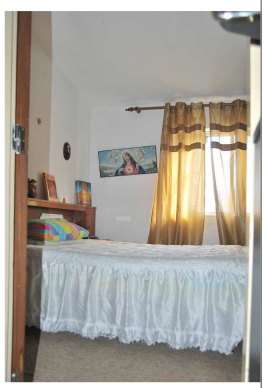


9. Sala



10. Sala, acesso ao quarto

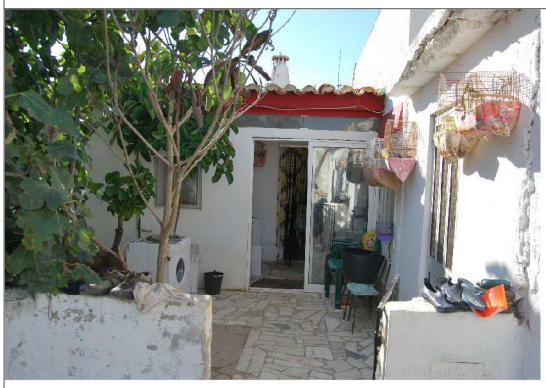


11. Quarto

Fotografias Actuais da Habitação

1 m

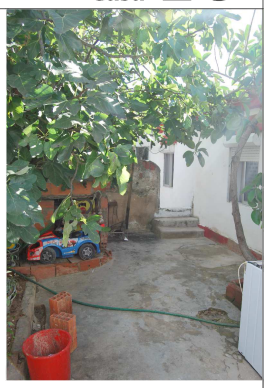
# Casa 18



1. Entrada da habitação



2. Pátio



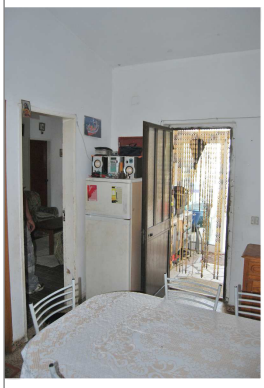
3. Pátio (acesso à casa da irmã)



4. Marquise e janela da sala



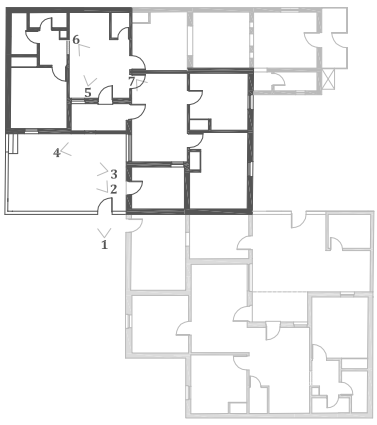
5. Cozinha original e despensa



6. Cozinha original, acesso à sala



7. Sala comum, acesso aos quartos



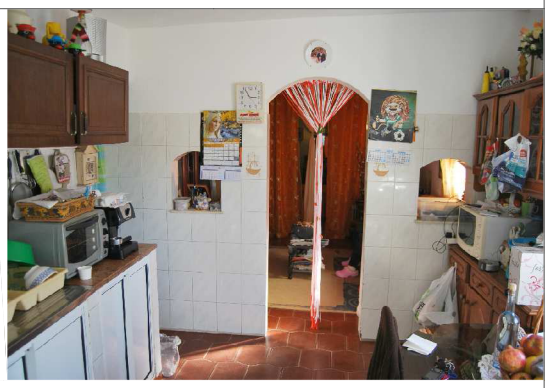

Fotografias Actuais da Habitação

1 m

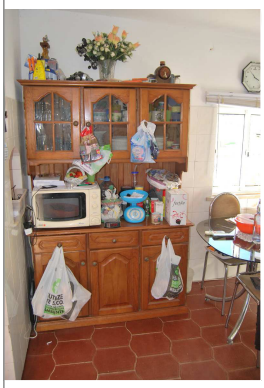
# Casa 18a



1. Entrada da habitação



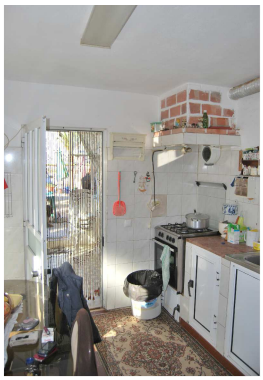
2. Cozinha, acesso à sala



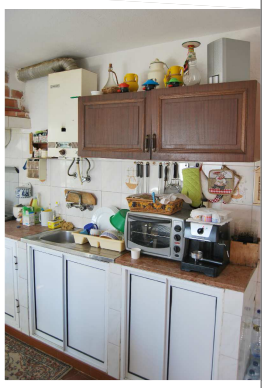
3. Cozinha



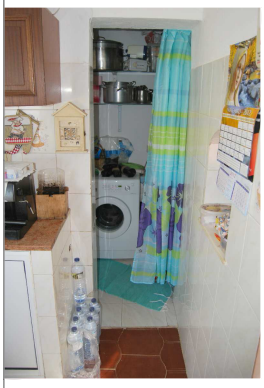
4. Cozinha



5. Cozinha



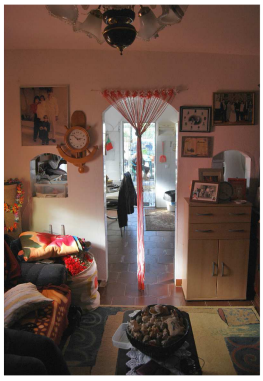
6. Cozinha



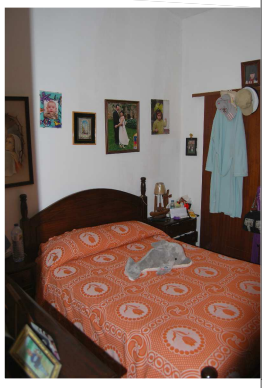
7. Acesso à despensa e quarto de banho



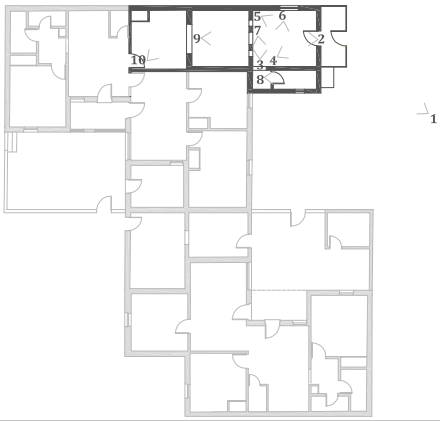
8. Quarto de banho



9. Sala



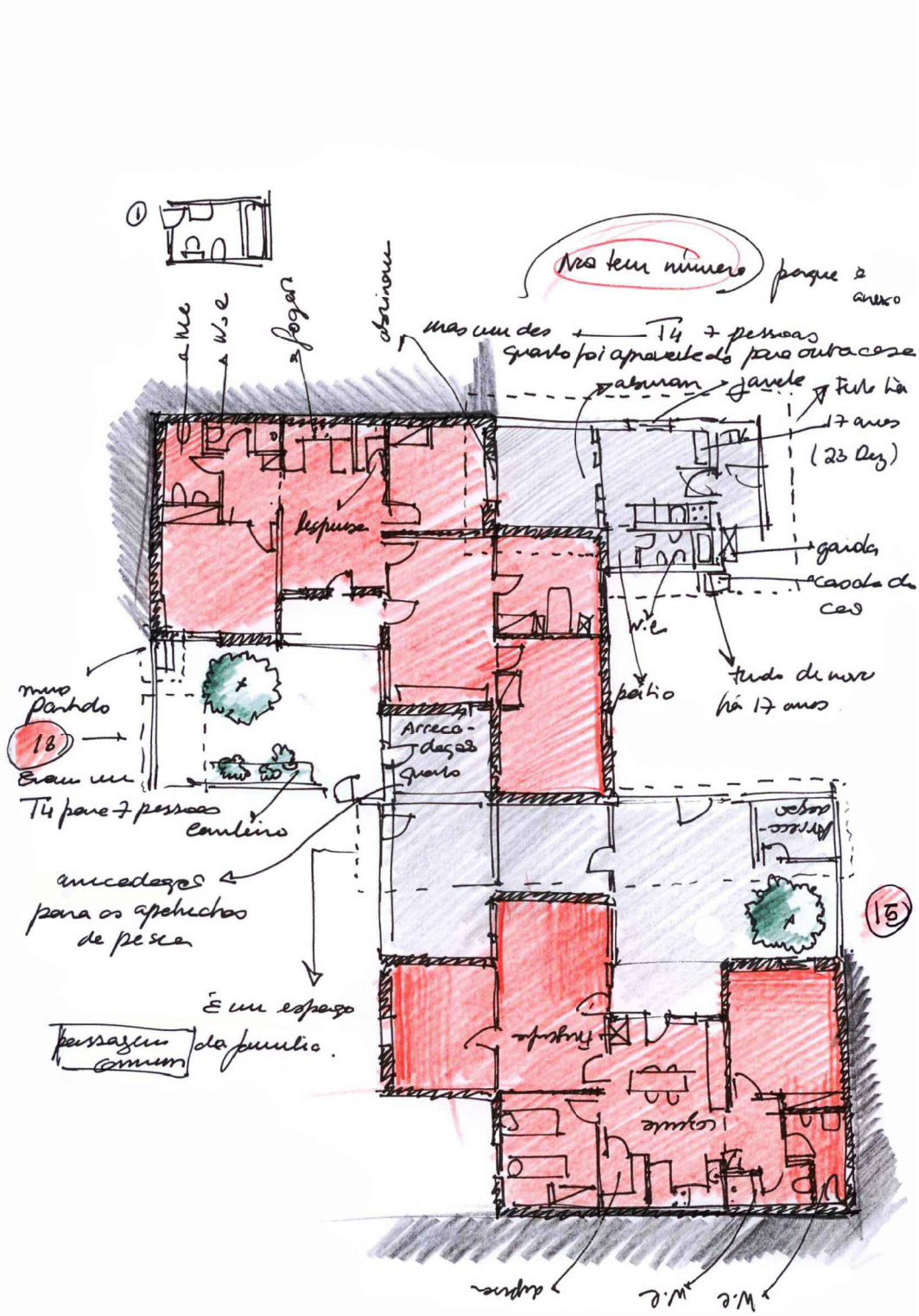
10. Quarto




Fotografias Actuais da Habitação

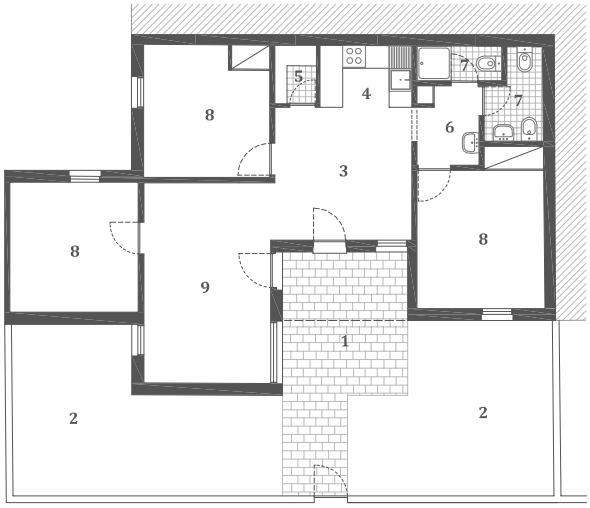
1 m

# Casas 15, 18,18 a




Desenhos de Levantamento

# Casa 24




Planta da habitação original — 1 m

**1-** Pátio da entrada **2-** Pátio (zona de expansão) **3-** Cozinha, zona de jantar **4-** Cozinha, zona de preparação **5-** Despensa **6-** Zona de distribuição **7-** Quarto de banho **8-** Quarto **9-** Sala



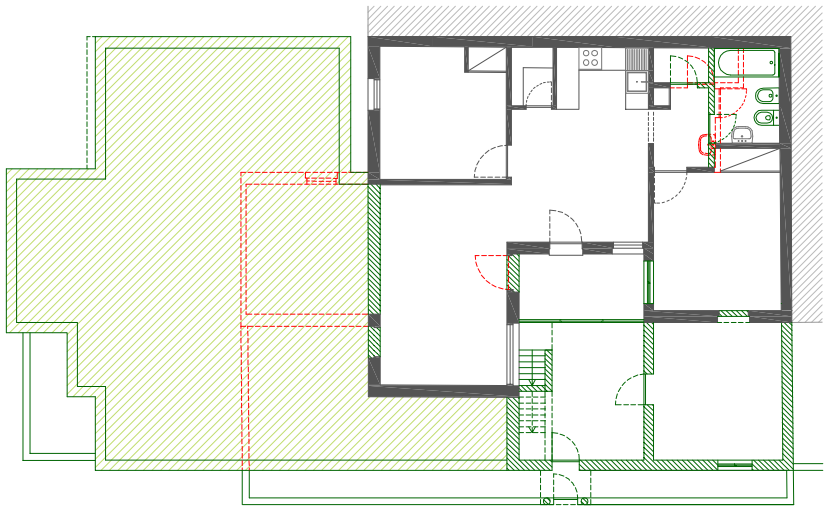
Planta de localização — 10 m

| Família | |
|---|---|
| Agregado inicial | casal + 4 filhos |
| Agregado actual | casal + 1 filho |

| Habitação | |
|---|---|
| Tipologia Inicial | T3 |
| Tipologia Actual | T2 |
| Alterações Principais | - cedência de um quarto para integrar na casa do filho<br>- construção de 1 marquise<br>- construção de 1 cozinha<br>- substituição de um quarto de banho para um roupeiro<br>- construção de um terraço na cobertura |

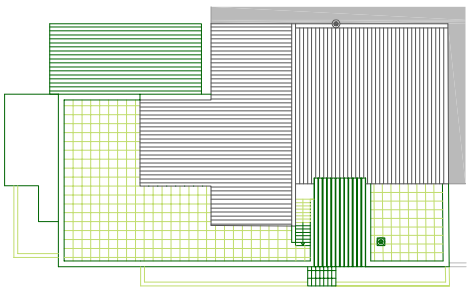
Habitação em estudo | Outras habitações estudadas | Restantes habitações da fase inicial | Mar

# Casa 24

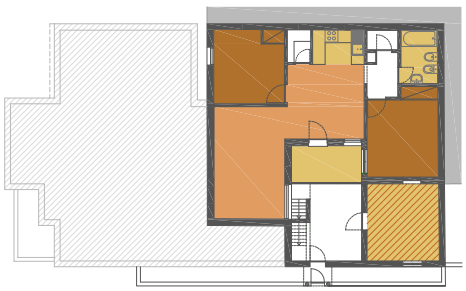


Planta da habitação actual — 1 m

Original | Demolido | Novo | Área cedida a familiares



Planta de coberturas — 1 m



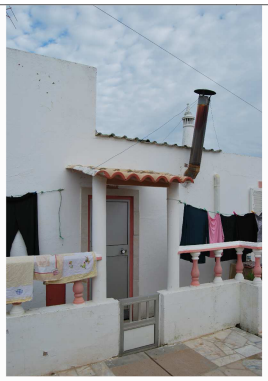
Planta de organização funcional — 1 m

Original | Novo | Espaço privado | Espaço comum | Espaço de serviço | Outros

# Casa 24



1. Exterior da habitação



2. Entrada principal



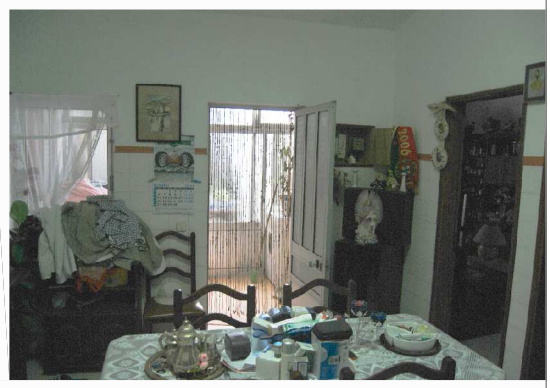
3. Hall e espaço de convívio



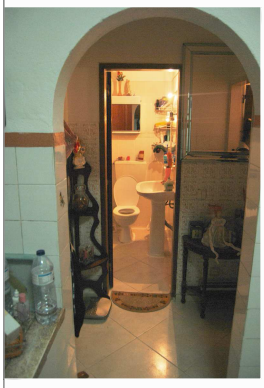
4. Churrasqueira e hall



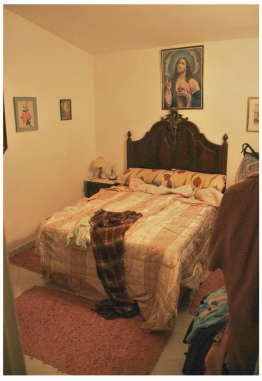
5. Cozinha acrescentada



6. Cozinha original



7. Entrada wc



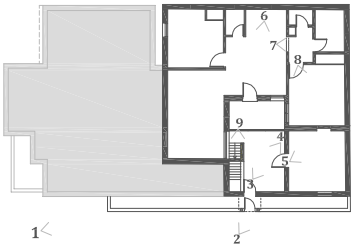
8. Quarto de casal



9. Acesso à cobertura



10. Pátio da cobertura



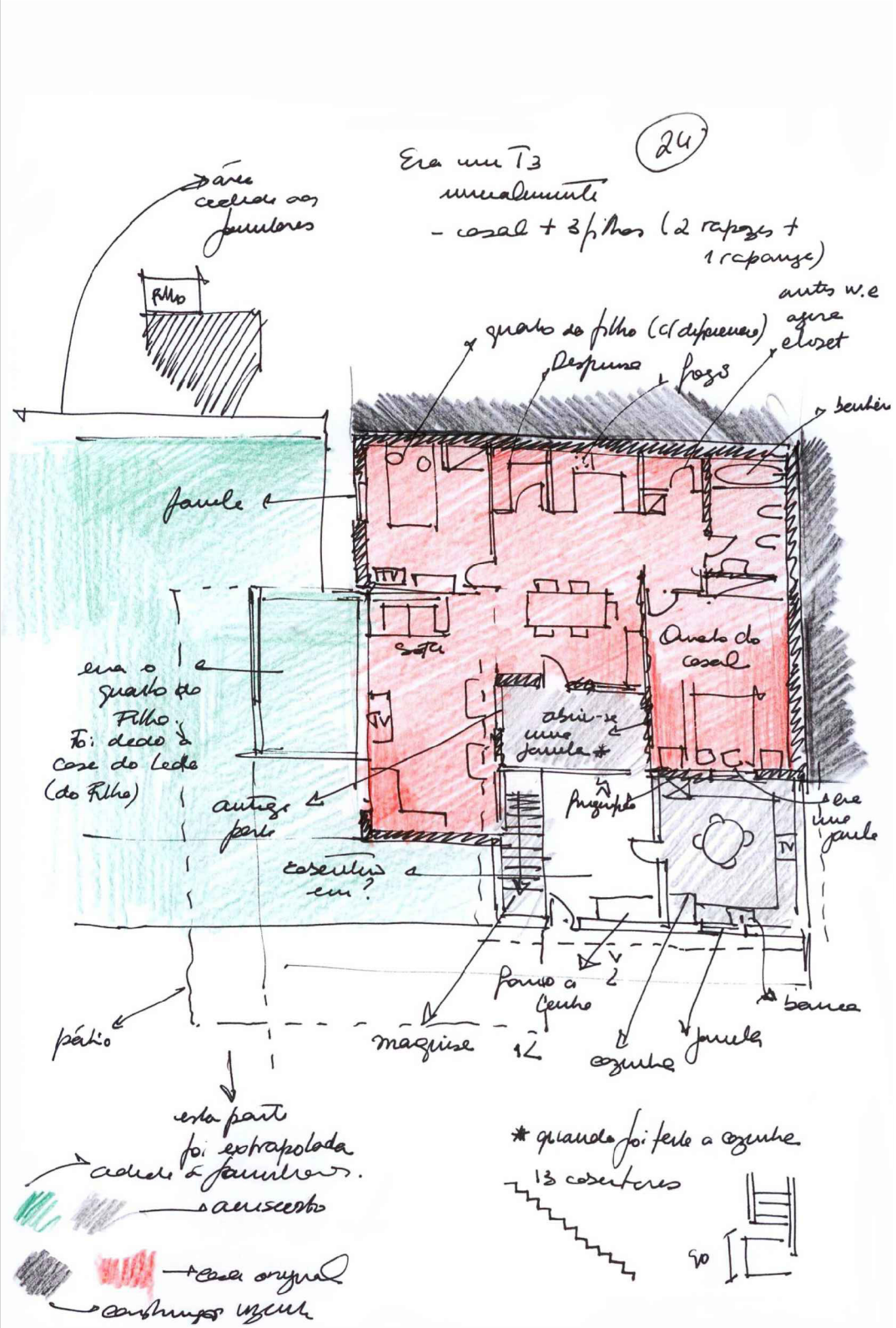



11. Pátio da cobertura

Fotografias Actuais da Habitação

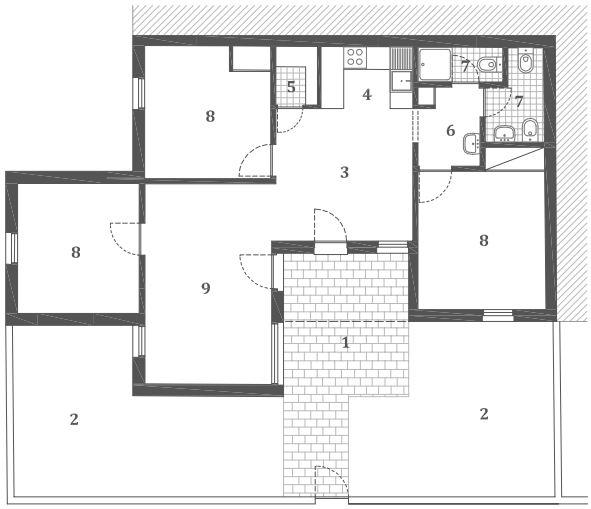
1 m

# Casa 24




Desenhos de Levantamento

# Casa 25




Planta da habitação original — 1 m

**1-** Pátio da entrada **2-** Pátio (zona de expansão) **3-** Cozinha, zona de jantar **4-** Cozinha, zona de preparação **5-** Despensa **6-** Zona de distribuição **7-** Quarto de banho **8-** Quarto **9-** Sala



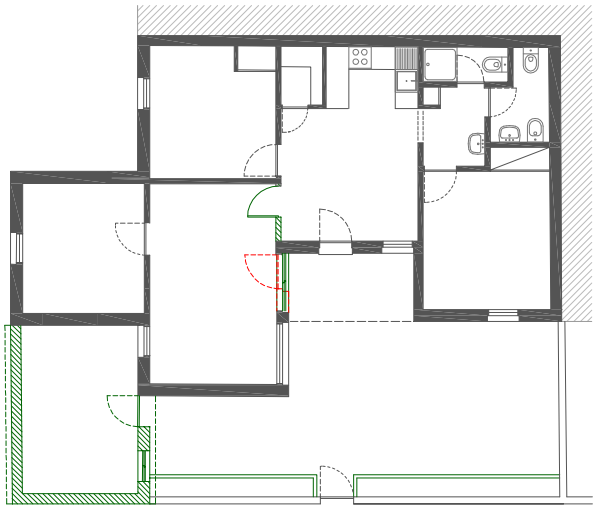
Planta de localização — 10 m

| Família | |
|---|---|
| Agregado inicial | casal + 4 filhos |
| Agregado actual | casal |

| Habitação | |
|---|---|
| Tipologia Inicial | T3 |
| Tipologia Actual | T3+1 |
| Alterações Principais | - construção de um anexo/ lavandaria/ espaço de trabalho |

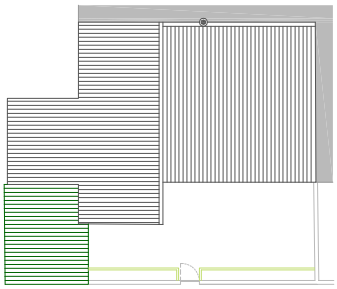
Habitação em estudo | Outras habitações estudadas | Restantes habitações da fase inicial | Mar

# Casa 25



Planta da habitação actual — 1 m

Original | Demolido | Novo | Área cedida a familiares



Planta de coberturas — 1 m



Planta de organização funcional — 1 m

Original | Novo | Espaço privado | Espaço comum | Espaço de serviço | Espaço de trabalho | Outros

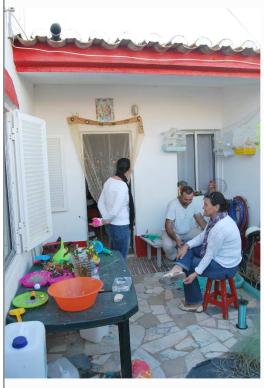
# Casa 25



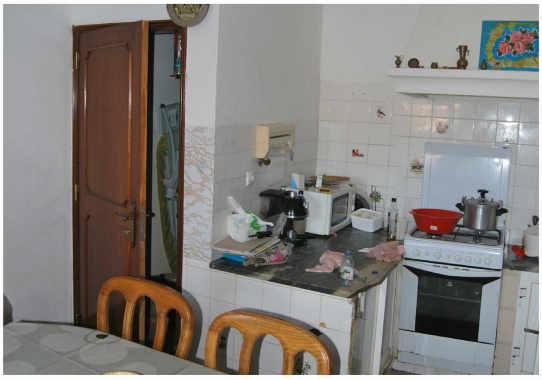
1. Exterior da habitação



2. Entrada principal



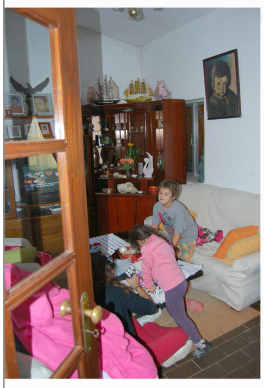
3. Pátio e entrada da cozinha



4. Cozinha original e despensa



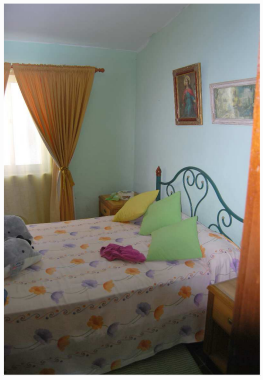
5. Cozinha, espaço de comer



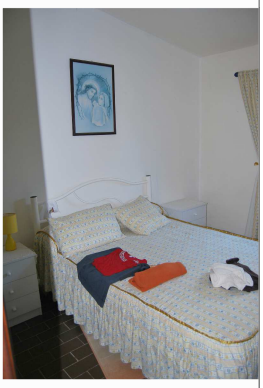
6. Entrada da sala



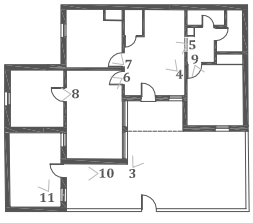
7. Entrada quarto dos filhos



8. Quarto de casal

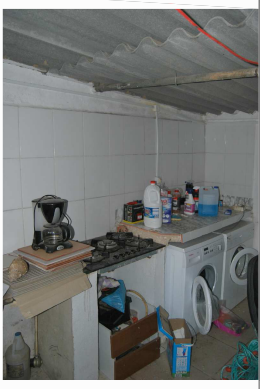


9. Quarto de casal






10. Entrada do anexo

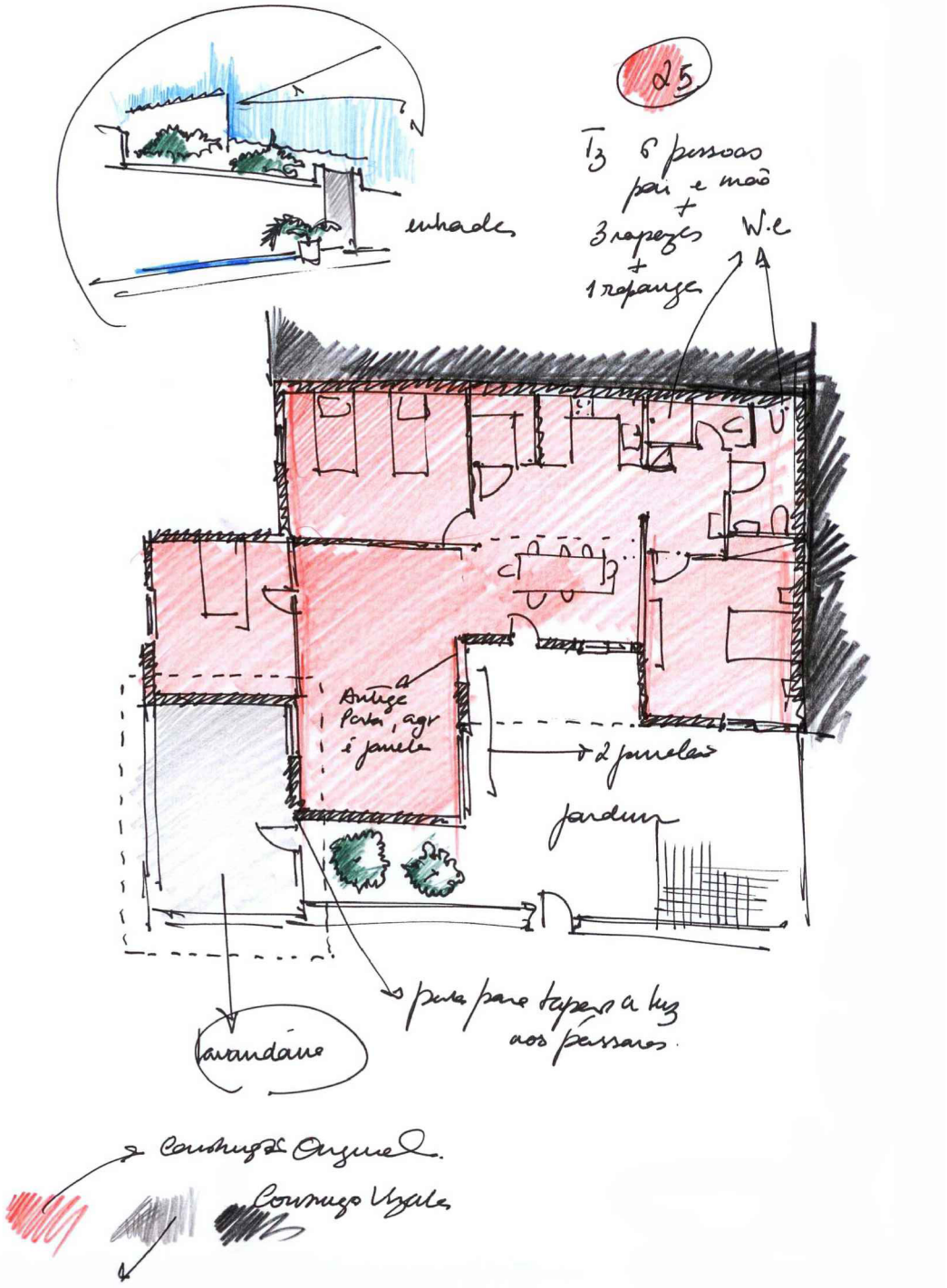


11. Anexo (lavandaria e cozinha)

Fotografias Actuais da Habitação

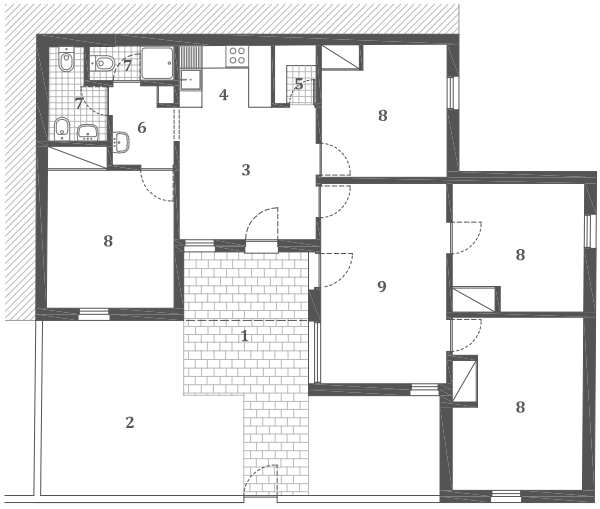
1 m

# Casa 25




Desenhos de Levantamento

# Casa 35




Planta da habitação original — 1 m

**1-** Pátio da entrada **2-** Pátio (zona de expansão) **3-** Cozinha, zona de jantar **4-** Cozinha, zona de preparação **5-** Despensa **6-** Zona de distribuição **7-** Quarto de banho **8-** Quarto **9-** Sala



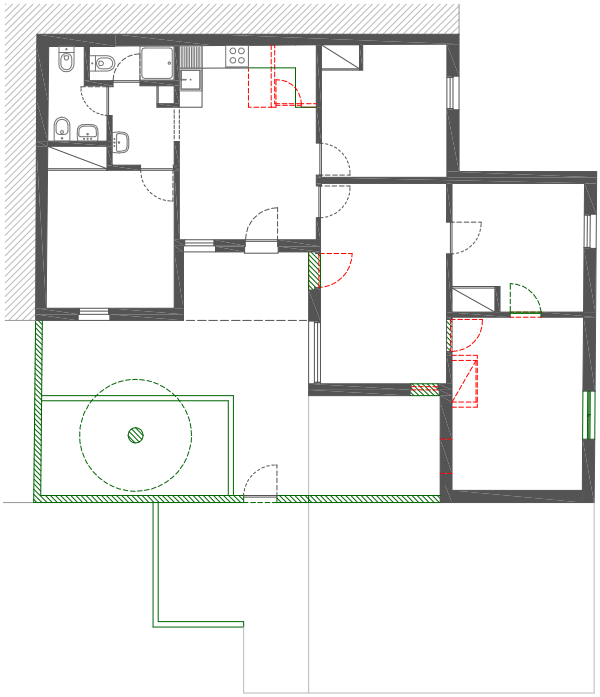
Planta de localização — 10 m

| Família | |
|---|---|
| Agregado inicial | casal + 3 filhos |
| Agregado actual | casal |

| Habitação | |
|---|---|
| Tipologia Inicial | T4 |
| Tipologia Actual | T4 |
| Alterações Principais | - demolição da despensa<br>- cedência de um quarto para a casa do filho e posterior devolução e demolição da mesma casa |

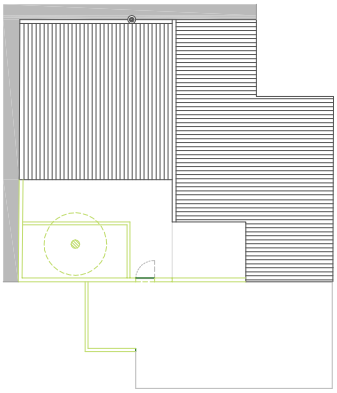
Habitação em estudo | Outras habitações estudadas | Restantes habitações da fase inicial | Mar

# Casa 35

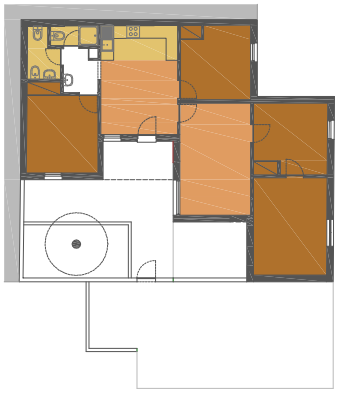


Planta da habitação actual — 1 m

Original | Demolido | Novo | Área cedida a familiares



Planta de coberturas — 1 m



Planta de organização funcional — 1 m

Original | Novo | Espaço privado | Espaço comum | Espaço de serviço | Outros

# Casa 35



1. Exterior da habitação



2. Entrada da habitação



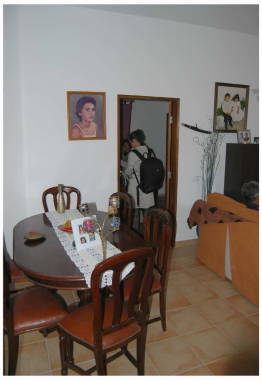
3. Pátio



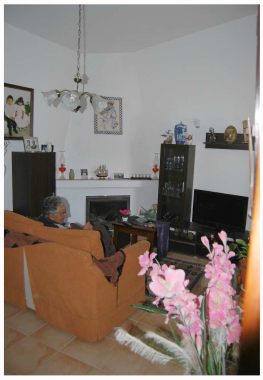
4. Cozinha e entrada para o interior da casa



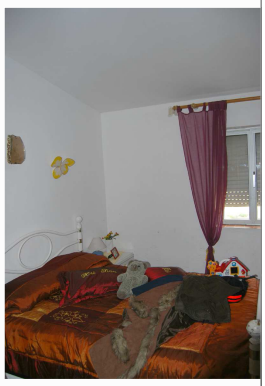
5. Cozinha e entrada para o quarto de banho



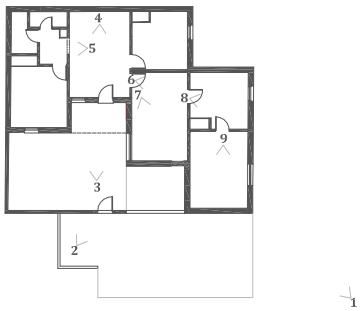
6. Sala, zona de jantar



7. Sala, zona de estar



8. Quarto de casal



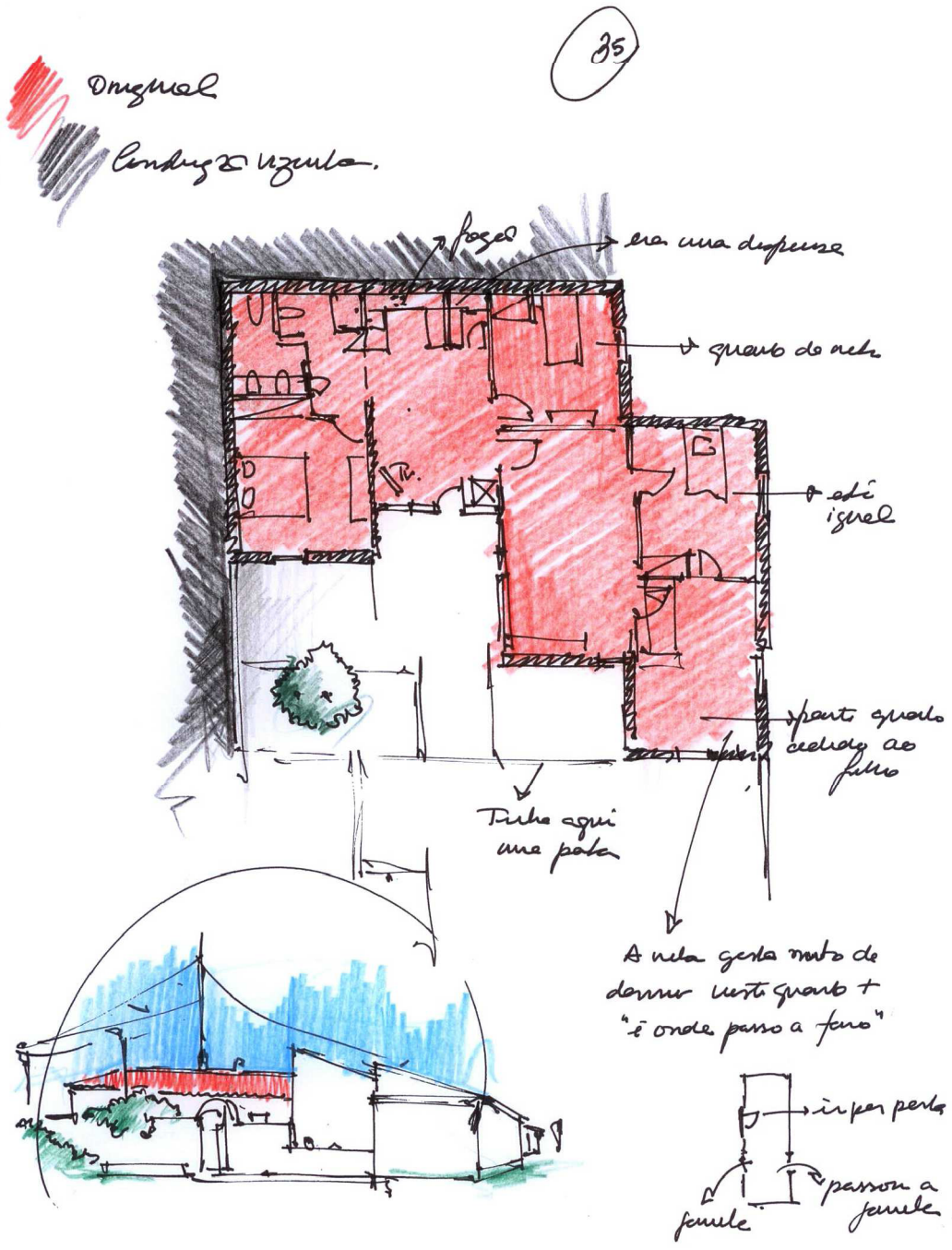



9. Quarto da neta

Fotografias Actuais da Habitação

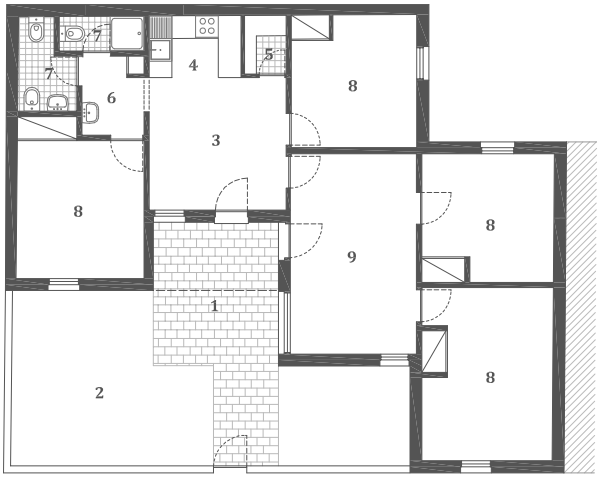
1 m

Casa 35




Desenhos de Levantamento

# Casa 39




Planta da habitação original — 1 m

**1-** Pátio da entrada **2-** Pátio (zona de expansão) **3-** Cozinha, zona de jantar **4-** Cozinha, zona de preparação **5-** Despensa **6-** Zona de distribuição **7-** Quarto de banho **8-** Quarto **9-** Sala



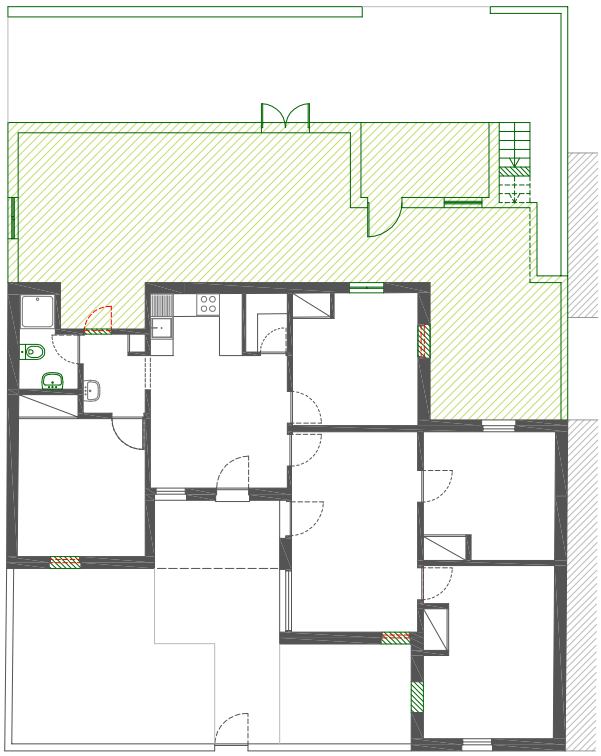
Planta de localização — 10 m

| Família | |
|---|---|
| Agregado inicial | casal + 6 filhos |
| Agregado actual | casal + 3 filhos + avô |

| Habitação | |
|---|---|
| Tipologia Inicial | T4 |
| Tipologia Actual | T4 |
| Alterações Principais | - cedência de um quarto de banho para construção da casa das traseiras<br>- construção de um quarto e uma cozinha e posterior demolição |

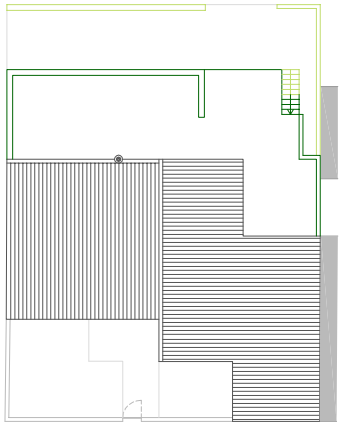
Habitação em estudo | Outras habitações estudadas | Restantes habitações da fase inicial | Mar

# Casa 39

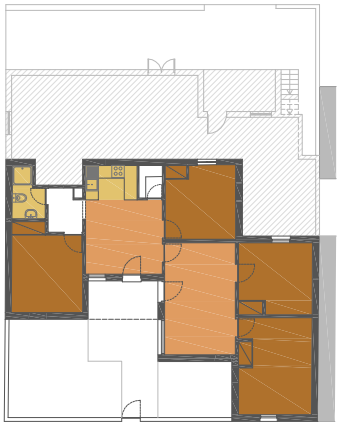


Planta da habitação actual — 1 m

Original | Demolido | Novo | Área cedida a familiares



Planta de coberturas — 1 m



Planta de organização funcional — 1 m

Original | Novo | Espaço privado | Espaço comum | Espaço de serviço | Outros

# Casa 39



1. Exterior da habitação



2. Casa do irmão (traseiras da casa)



3. Pátio, antiga cozinha



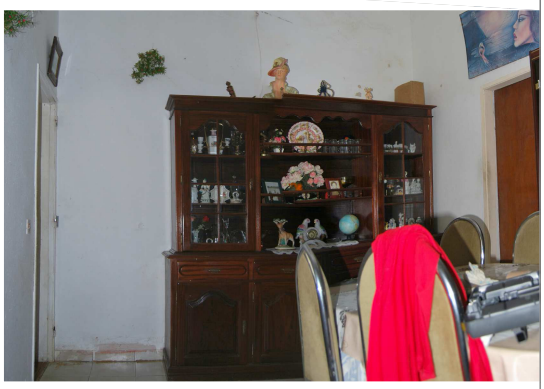
4. Pátio, antigo quarto



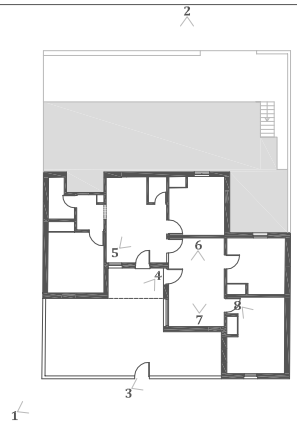
5. Cozinha original e despensa

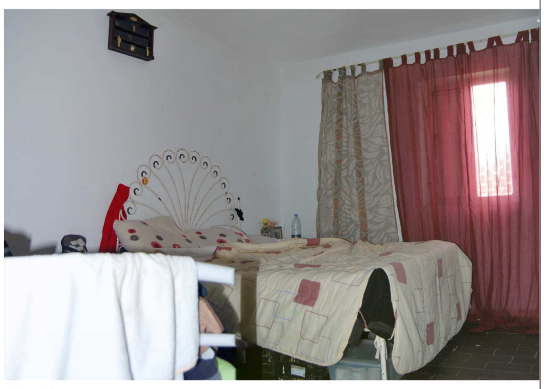


6. Sala comum



7. sala comum



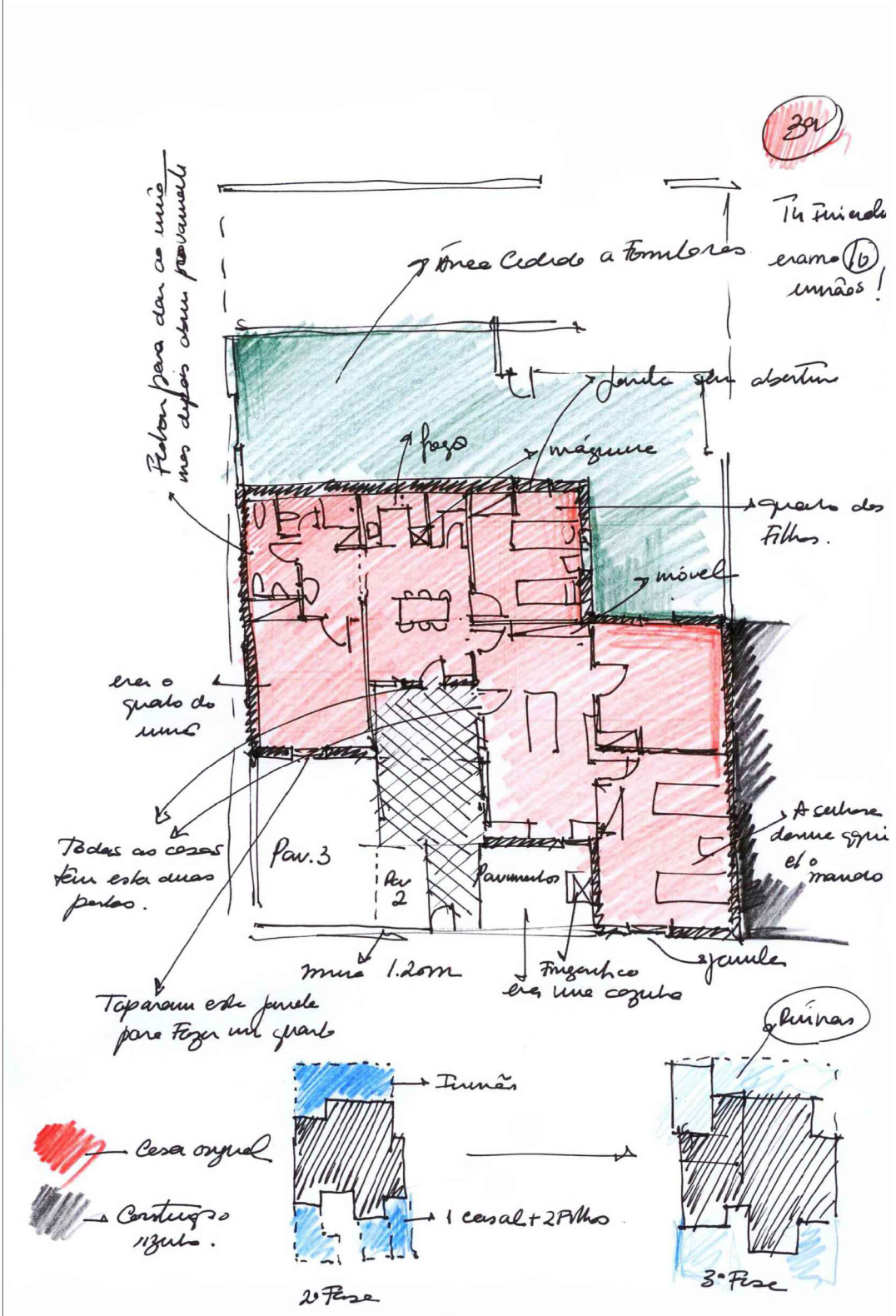



8. Quarto de casal

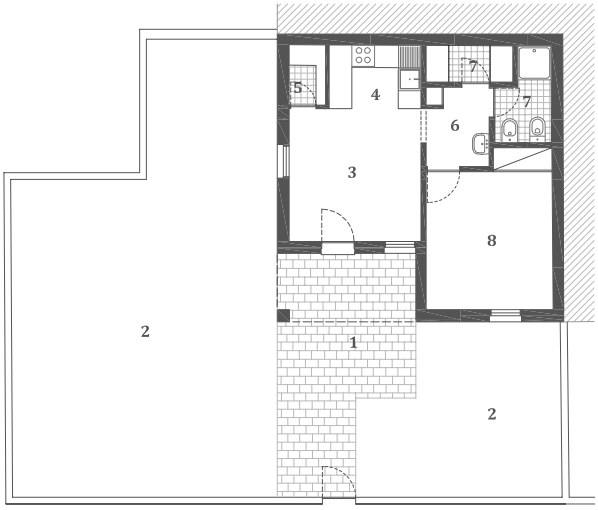
Fotografias Actuais da Habitação

1 m

# Casa 39


Tu Tinhas
eram (16)
uniões!
Área Cedida a Fornelos
janela sem abertura
fogo
mágoure
quarto dos Filhos.
móvel
era o quarto do uno
Todas as casas têm estas duas partes.
Par. 3
Par 2
Pavimentos
A cerâmica denuncia el o mundo
Tapavam este janela para Fazer um quarto
Fuligem co era uma cozinha
janela
Ruínas
Uniões
Casa original
Construção recente.
1 casal + 2 Filhos
2ª Fase
3ª Fase

# Casa 41




Planta da habitação original 1 m

**1-** Pátio da entrada **2-** Pátio (zona de expansão) **3-** Cozinha, zona de jantar **4-** Cozinha, zona de preparação **5-** Despensa **6-** Zona de distribuição **7-** Quarto de banho **8-** Quarto **9-** Sala

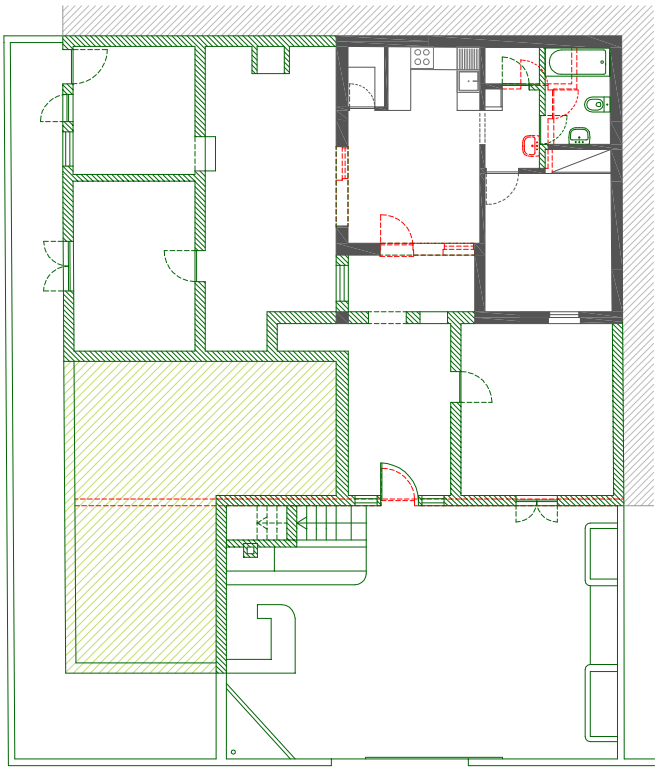


Planta de localização 10 m

| Família | |
|---|---|
| Agregado inicial | casal + 3 filhos |
| Agregado actual | casal + 2 filhos |
| **Habitação** | |
| Tipologia Inicial | T1 |
| Tipologia Actual | T2 |
| Alterações Principais | - substituição de um quarto de banho por um roupeiro<br>- construção de dois *halls*<br>- construção de uma cozinha<br>- construção de um quarto<br>- construção de uma casa<br>- aumento do pátio<br>- construção de um terraço na cobertura |

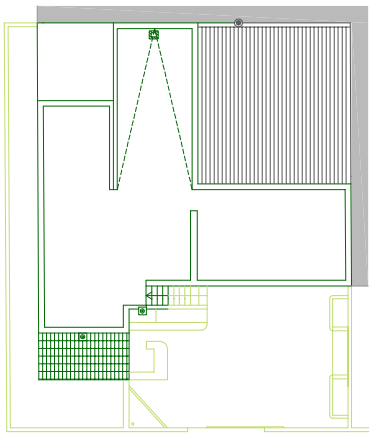
Habitação em estudo | Outras habitações estudadas | Restantes habitações da fase inicial | Mar

# Casa 41

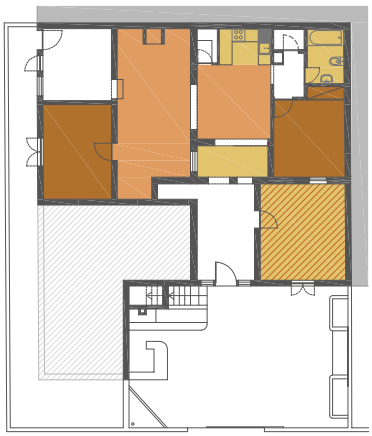


Planta da habitação actual — 1 m

Original | Demolido | Novo | Área cedida a familiares



Planta de coberturas — 1 m



Planta de organização funcional — 1 m

Original | Novo | Espaço privado | Espaço comum | Espaço de serviço | Outros

# Casa 41



1. Exterior da habitação



2. Portão principal



3. Pátio da entrada, churrasqueira e acesso à cobertura



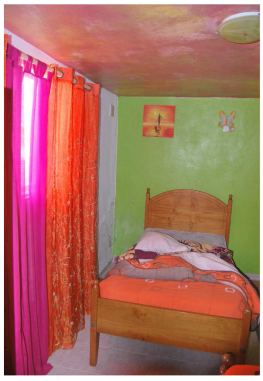
4. Hall



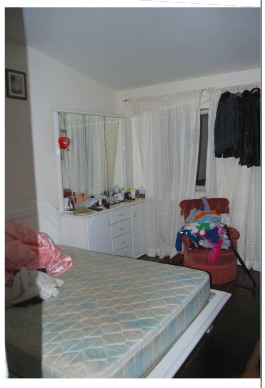
5. Cozinha original



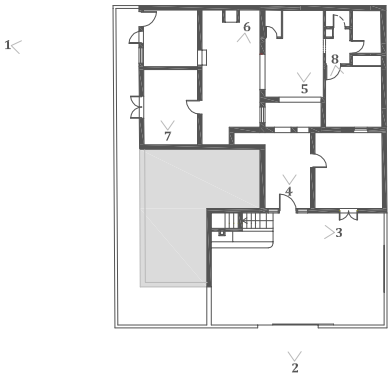
6. Sala



7. Quarto dos filhos



8. Quarto de casal



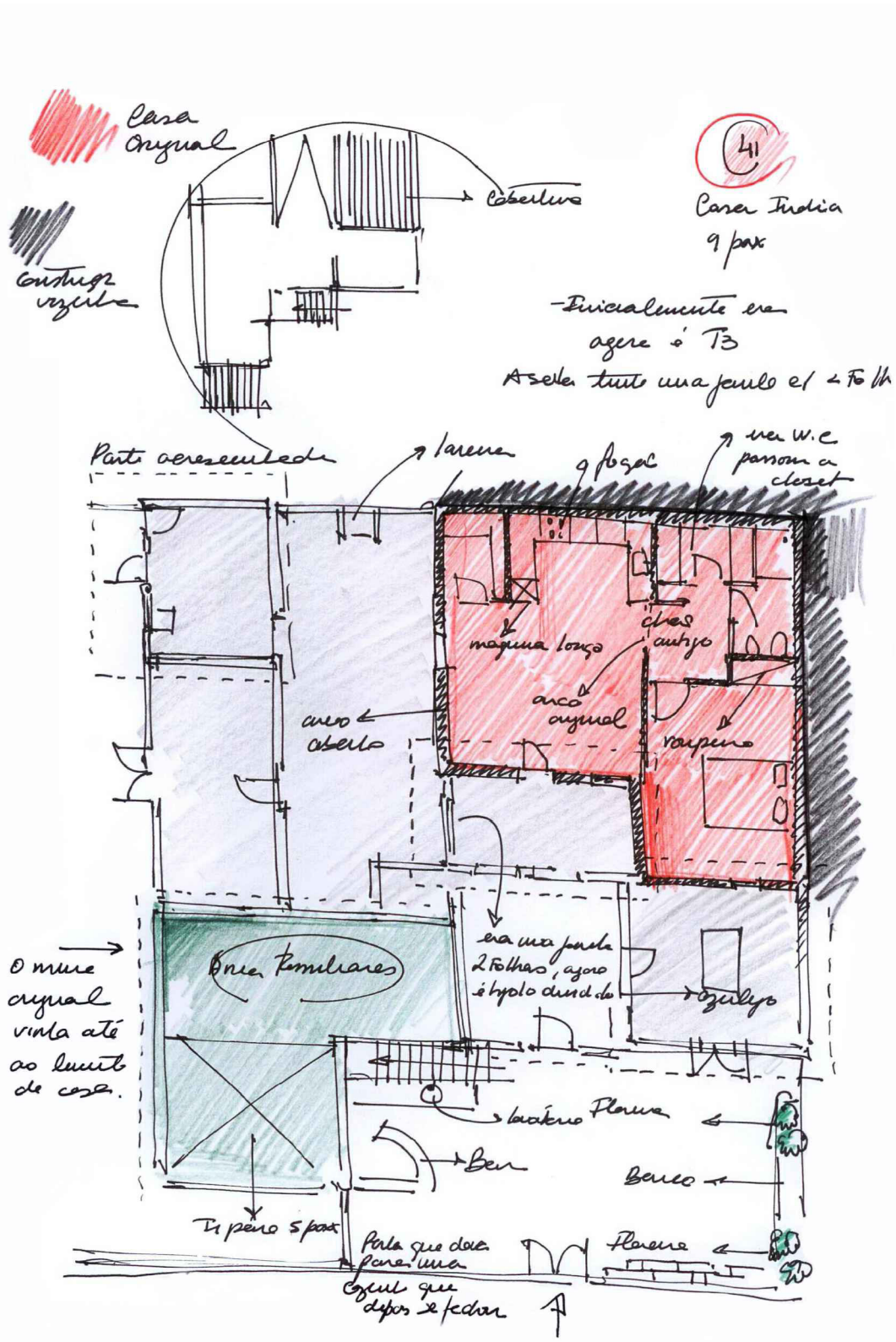



9. Pátio da cobertura

Fotografias Actuais da Habitação

1 m

# Casa 41




Desenhos de Levantamento



# CONSIDERAÇÕES FINAIS

No culminar do percurso que reflecte sobre uma metodologia de trabalho híbrida, que oscila entre o universo do habitante e as ideias do arquitecto e onde se observam as potencialidades e os constrangimentos deste processo de concepção e produção de arquitectura, tentar-se-á agora retirar algumas conclusões sobre a metodologia de trabalho, sobre o caso de estudo e ainda sobre o tema em geral.

## REFLEXÕES METODOLÓGICAS

Numa perspectiva balizada pela dicotomia entre o arquitecto e o habitante, foi importante perceber as condicionantes do elemento de charneira entre os dois agentes: a casa. Por sua vez, para a compreender foi necessário conhecer o contexto em que esta se insere, os processos que a definiram e a aculturação por parte dos habitantes, o que, por conseguinte, remete para o balanço do resultado final.

Como Rapoport[226]afirmou, a habitação relaciona-se com factores que não são apenas físicos – variável mais frequentemente estudada na disciplina de Arquitectura –, mas também factores sociais e culturais – variáveis mais próximas das Ciências Sociais, pois o projecto não vive somente da arquitectura, vive muito das circunstâncias exteriores a ele. Deste modo, o princípio da **interdisciplinaridade**, que já na década de 60 se começou a incutir entre as práticas de arquitectura, reflecte-se também na metodologia utilizada ao longo deste trabalho.

[226] *Cf.* RAPOPORT, Amos, *House Form and Culture,* Englewood Cliffs, Prentice-Hall, New Jersey, 1969

Por este motivo, os dados espaciais da habitação (as proporções, as formas, a organização, os materiais, entre outros) foram complementados com outros dados de natureza sociológica, que se subentendem na arquitectura e que permitem perceber a dimensão global das motivações que, por sua vez, variam consoante a experiência de vida, os universos de referência de cada um – o ***habitus*** - e conforme o processo de apreensão de conhecimentos técnicos e conceitos disponibilizados pelo arquitecto.

Assim, foram utilizados instrumentos metodológicos do campo da sociologia para esclarecer as bases e resultados que sustentam o entendimento das *Práticas de Projecto entre a Experiência do Habitante e o Contributo do Arquitecto* e entender as possíveis aproximações com a base teórica referenciada, foram utilizados procedimentos interdisciplinares que possibilitaram extrair algumas conclusões.

A **entrevista**[227] revelou-se pertinente na medida em que respondeu às questões abordadas neste trabalho, fugindo de um sentido especulativo e aproximando-se mais à realidade dos factos. Permitiu o contacto directo com os habitantes e com o espaço doméstico na sua configuração actual, de onde foi possível obter uma descrição pessoal e justificada das habitações e das funções que nelas se desenvolvem, além das transformações físicas que sofreram. Através da entrevista semi-estruturada, tornou-se também possível aceder ao Passado dos habitantes, numa descrição mais detalhada que se refere à organização das habitações construídas de forma empírica, à relação das mesmas com o seu quotidiano, à descrição e interpretação das práticas ocorridas, assim como o resultado final. Ao mesmo tempo, ao entrevistar os arquitectos mais próximos desta temática, conseguiu-se um testemunho disciplinar privilegiado, na medida em que foi possível compreender as motivações que estiveram na base dos trabalhos, os pressupostos, a sua inserção num contexto arquitectónico mais alargado, os objectivos alcançados e as adversidades inerentes.

O **registo gráfico** e **fotográfico** foram também instrumentos essenciais, tendo sido conciliados com a informação oral e através dos quais foi possível captar as características físicas das habitações que, juntamente com as características sociais e culturais, recolhidas na entrevista e no contacto directo com o aglomerado (a realidade física) e a população local, possibilitou a construção de uma perspectiva mais abrangente.

A forma como se faz a transição entre as práticas de concepção do espaço orientadas (pelo arquitecto) e as práticas posteriores determinadas pelo habitante, revela-se crucial para o

[227] *(…) tout entretien est d'une richesse sans fond et d'une complexité infinite, don't il est strictement impensable de pouvoir render compte totalement. Quelle que soit la technique, l'analyse de contenu est une réduction et une interpretation du contenu et non une restitution de son intégralité ou de sa vérité cache.* (KAUFMANN, Jean-Claude, *L'Entretien Compréhensif, L'Equête et Ses Méthodes: L'Entretien Compréhensif*, Armand Colin, Paris, 2006, P. 18)

entendimento do tema do trabalho. Por este motivo, a orientação do estudo e a apresentação do dados recolhidos decorreram de uma argumentação sustentada na comparação das práticas de projecto que funcionam no espaço entre, de acordo com os dois momentos.

Através desta metodologia foi possível observar, compreender e comparar um modo de produzir arquitectura que não corresponde aos padrões *formais*, ensinados no contexto académico. A possibilidade de integrar instrumentos familiares às ciências sociais permitiu abordar aspectos que, mesmo não sendo imediatamente perceptíveis na arquitectura, compreendem factores decisivos na conformação da mesma. Deste modo, a metodologia utilizada contribui para a leitura de outras perspectivas inerentes ao projecto, que facilitaram a compreensão das premissas que orientam as decisões e o posicionamento do arquitecto e do habitante face a uma obra de autoria assumidamente partilhada.

Tendo consciência de que o projecto envolve um conjunto muito mais vasto de aspectos na sua concepção, a abordagem poder-se-ia ter alastrado a outros níveis, nomeadamente às questões urbanísticas (a rede infra-estrutural que liga o espaço físico *informal* ao *formal*) ou até mesmo às questões políticas. No entanto, optou-se por abordar unicamente os aspectos seleccionados que me pareceram adequados para a compreensão do tema.

## RESPOSTAS PARA UMA ARQUITECTURA INTEGRAD[OR]A

Ao longo deste trabalho foi possível compreender que a auto-construção assistida, apesar de não seguir os parâmetros *formais* da arquitectura, se pode tornar uma solução adequada em contextos onde os materiais, as técnicas e as ideologias decorrentes das práticas convencionais se mostram ineficazes, inoperantes ou inacessíveis.

Assistiu-se a uma **reestruturação do papel do arquitecto** na sociedade que assume posturas diferentes mediante a situação encontrada, os princípios que, por sua vez, são o resultado da digestão que foi feita ao longo das experiências do século XX e as vontades do habitante. É através dos procedimentos metodológicos que envolvem cada etapa que identificamos as particularidades específicas de cada operação e é a partir daqui que se percebe a multiplicidade de soluções que a auto-construção assistida pode assumir.

Em comum, as abordagens tinham o mesmo ponto de partida: a redefinição das esferas de controlo para "devolver" a arquitectura às pessoas que a vivem, conferindo-lhes uma liberdade maior na casa e dando resposta aos interesses individuais que aparentavam estar esquecidos nas práticas frequentemente utilizadas. Ao mesmo tempo, ao proporcionar uma arquitectura que providenciasse uma melhoria do quadro de vida do habitante, estariam

também a propor um novo sistema de relações entre a sociedade *formal* e a realidade *informal*.

Neste sentido, a Aldeia dos Índios da Meia Praia representa um exemplo sem par, tanto a nível nacional como internacional, de Auto-Construção Assistida.

A proposta do arquitecto José Veloso foi, não só uma reforma nos modos de vida da população, apoiada pela concepção de habitações económicas e adaptáveis às possibilidades dos habitantes, mas também uma reforma social, na medida em que promoveu a inserção da população através de um novo habitat dentro das normas *legais* da sociedade *formal* e espaços que, embora, em parte, remetessem para as formas de habitar anteriores, introduziram conceitos que os aproximaram de um quotidiano mais *formal*.

A Aldeia dos Índios da Meia Praia materializa um exemplo de compromisso de um arquitecto atento às necessidades e à expressão individual de cada habitante, à sua **individualidade.** Veloso procura uma metodologia que lhe permita ir de encontro ao que se vinha a proclamar nos debates internacionais da década de 60 – uma arquitectura interdisciplinar baseada nos factores físicos, sociais e culturais.

José Veloso esteve sempre interessado em aumentar o nível de consciencialização dos habitantes na discussão, e a solução resultou de confrontos ideológicos entre as duas partes, num jogo equilibrado de imposições e resignações. Deste modo, a **participação** ao longo do processo levou à dissipação da fronteira do arquitecto e do habitante, em prol de uma arquitectura que é **integrada**, porque respeita a pré-existência física, social e cultural; e é **integradora**, porque introduz novos dispositivos arquitectónicos que vão permitir a sua inserção na sociedade *formal*.

Um dos factores mais importantes que poderá ajudar a compreender a fácil apreensão dos princípios implementados pelo arquitecto, foi o nível de constrangimento a que a população da Meia Praia se submetia – ***criticality***. Retomando Rapoport[228], quanto menores os constrangimentos, maior a liberdade de escolha e, para Charles Abrams, quanto mais rural fosse a área de localização do aglomerado, mais facilmente se implementariam soluções de auto-ajuda.

*The success or failure of self-help and mutual-aid projects depends largely upon conditions in each area. The more rural the environment, the more likely it is that self-help is already*

[228] *Cf.* RAPOPORT, Amos, *House Form and Culture,* Englewood Cliffs, Prentice-Hall, New Jersey, 1969, p. 59

*functioning and will continue, since it is part of the contest for survival. Aid in materials and land buying will speed the process of building.*[229]

Esta ideia leva-nos a deduzir que em contextos de pobreza extrema, onde já se pratica uma arquitectura que está longe, no sentido sócio-cultural e físico, dos padrões correntes da cidade *formal*, o nível de constrangimento é menor e, por tanto, a aceitação de metodologias de produção "alternativas" é maior.[230] Facto que se verifica na Meia Praia, onde o isolamento territorial e o desconhecimento total dos modos de habitar da sociedade, propiciaram a abertura a novas opções.

Todavia, o arquitecto também seguiu princípios que não correspondem às práticas de construção e concepção correntes que, juntamente com a preservação da **tradição** local, permitiram uma maior proximidade às especificidades dos habitantes.

A criatividade[231] que os habitantes imprimem nas suas habitações, que outrora era reflexo da escassez ou da falta de alternativa[232], foi um ponto de partida para a concepção do projecto aberto a esta necessidade. O arquitecto, ciente da impossível observação exaustiva e apriorística, criou uma solução que possibilitou a abertura de um **campo de possibilidades** que, por sua vez, esbate as fronteiras marcadas pelos constrangimentos. Seguindo a metodologia da **habitação evolutiva** – *core housing* -, o arquitecto não criou soluções finalizadas e definitivas, mas um núcleo que possibilitou uma sequência contínua de tomadas de decisões por parte dos habitantes, fazendo jus à perspectiva de Turner *housing as a verb*.[233]

*Architecture is not just a reinforcement of existing values – social, political, economic. On the contrary. It should open new doors to new aspirations.*[234]

Tal como Turner[235], ao integrar os habitantes, o arquitecto pretendia preservar o **sentido comunitário**[236] existente e promover a **auto-ajuda**, incutindo a autonomia e a responsabilidade dos habitantes no crescimento da Aldeia. As populações, porque

---

229 ABRAMS, Charles, *Housing in The Modern World – Man's struggle for shelter in an urbanizing world*, Faber and Faber Limited, London, 1966, p.173

230 Talvez por esta razão, a auto-construção não tenha sido tão bem aceite nas grandes cidades como Porto e Lisboa. A proximidade física com a cidade *formal* desperta o desejo de integração, de "ser como os outros."

231 Por criatividade entendo a liberdade de criação e transformação de espaços com determinadas características desenvolvidas pelos habitantes.

232 É na habitação emergente que o habitante encontra a liberdade de um acto sublimado de criação pessoal. (consultar pp.25 – pp.26 deste trabalho)

233 *Cf.* TURNER, John F. C., *Housing by People – Towards Autonomy in Building Environments*, Marion Boyards, London – New York, 1976, p.62

234 CORREA, Charles*, The New Landscape: Urbanization in the Third World*, Mimar Book, 1989, p .113

235 *Cf.* TURNER, *op. cit.*

236 O processo de mudança dos sistemas de organização espacial não submeteu a transformações das relações sociais.

participantes, vão gradualmente percebendo que, não só os seus problemas têm soluções como, e muito importante, estão ao alcance do seu controlo individual e colectivo.

Assim, o arquitecto deu resposta, não apenas às necessidades imediatas dos habitantes, mas introduziu novos modos de habitar antevendo que, com o tempo, as iriam desejar. Ao mesmo tempo, ao considerar as mutações futuras na habitação, promoveu a adaptação às necessidades dos habitantes a longo prazo, perpetuando a possibilidade de integração da comunidade na sociedade *formal*.

## A UTOPIA CONVERTIDA A REALIDADE NA ALDEIA DOS ÍNDIOS DA MEIA PRAIA

Porque a contemporaneidade ainda comporta *slums* e porque ainda existe uma grande desigualdade física e social, as questões que se levantaram nas décadas de 60 e 70 mantêm-se bastante actuais e pertinentes nos dias que correm.

Porém, criou-se uma ideia artificial de que o habitante condena o projecto do arquitecto em processos de cariz participativo, provavelmente pensando que *a arquitectura tende a ser considerada uma peça de arte que, por definição, não pode ser sujeita a nenhum tipo de comparação racional*[237] e, devido a este factor, qualquer interpretação do habitante que degenere numa alteração àquilo que foi previsto pelo arquitecto, tende a ser compreendida como uma rejeição ou uma incompatibilidade entre o arquitecto e o habitante.

Todavia, a Aldeia dos Índios da Meia Praia veio comprovar que nem sempre as alterações introduzidas pelos habitantes resultam da rejeição do projecto original ou da recusa das ideias do arquitecto.[238]

No caso estudado, as transformações que se sucederam nas habitações são, antes, uma alteração de valores que advêm de uma nova percepção do espaço que, por sua vez, foi introduzida pelo arquitecto através dos novos dispositivos espaciais. Quer isto dizer que o arquitecto, ao propor novos modos de vida e ao apresentar novos meios de produção, está a proporcionar ao habitante uma **experiência** vivida que este ainda não possuía.

De facto, a população da Meia Praia não possuía qualquer tipo de referências. Como afirma o arquitecto José Veloso, *nunca tinham entrado numa casa*.[239] Por este motivo, os processos que decorreram na Meia Praia, mais do que proporcionar uma habitação com as condições mínimas desejáveis para um quotidiano considerado "normal", proporcionaram ao

[237] DE CARLO, Giancarlo, "Uma Arquitectura da Participação, *in* AA. VV., *Teoria e crítica de arquitectura: século XX,* Ordem dos Arquitectos, Lisboa, 2010, p.756
[238] Esta conclusão sustenta-se no nível da satisfação dos habitantes que, por sua vez, se subentende no modo como a arquitectura é vivida – o ***habitus***.
[239] José Veloso, entrevista feita a 29 de Outubro de 2012 pelo autor, em Lagos.

habitante uma aprendizagem de novos conceitos, nunca anteriormente postos em causa. Gera-se, assim, um novo olhar sobre a arquitectura, adquirido através dos novos modos de vida experienciados pelo habitante.

Deste modo, o arquitecto, dotado pela sua formação disciplinar de um campo de visão mais alargado, desempenha um papel crucial neste processo, na medida em que apresenta ao habitante novas necessidades, transmitidas através dos dispositivos que lhes eram desconhecidos, ou melhor, prevê as necessidades para o futuro que o habitante, no momento, não consegue ver. Por este motivo, para o habitante, as novas necessidades vão surgindo com o passar do tempo, à medida que vão vivenciado outras experiências.

Assim, pode-se concluir que as alterações que ocorreram nas habitações não vão contra as ideias do arquitecto, muito pelo contrário, reflectem a adaptação ao novo *habitus* apreendido, inerente ao novo habitat que o arquitecto propôs e às circunstâncias da vida.

De facto, é de salientar a enorme liberdade que a população da Meia Praia teve no manuseamento do espaço[240], introduzindo alterações consideráveis nas suas casas, o que, por vezes, torna quase imperceptível a distinção entre o projecto inicial e o projecto actual. Por questões dimensionais, conforto, funcionais ou identidade, os habitantes corrigiram os aspectos que não estão condizentes com as suas expectativas.

*(…) en chaque moment et en chaque circonstance de la vie l'espace est vécu de manière différent en fonction des acteurs et en fonction du contexte urbain et social.(…) Les usagers portent ainsi un regard variable sur les espaces de leur quotidien, un regard qui se façonne dans le temps de leurs expériences de vie. Ces expériences sont pour une part relatives à la pratique de l'espace, eles sont tout aussi bien des contraientes de la vie elle-même qui modifient les conceptions, les préférences, les besoins et surtout les aspirations des usagers.*[241]

No fundo, as pessoas queriam não as soluções em si mesmas, mas o acesso às ferramentas e aos conhecimentos para que elas próprias pudessem ter a liberdade de construir bem.

Os processos que envolveram o projecto da Aldeia da Meia Praia demonstram claramente que nem sempre o habitante e o arquitecto entram em conflito ideológico. É possível haver uma harmonia que menorize o hiato entre os dois para uma arquitectura mais operativa e que possibilite uma adaptação ao longo do tempo e a consequente inserção na sociedade.

[240] Recorde-se, por exemplo, nas casas 35 e 39 a facilidade, sem pudor, que os habitantes tiveram em construir e destruir compartimentos consoante as suas necessidades.
[241] CRUZ, Marta, *Les non-dits de l'espace domestique. Valeur d'usage de l'ambiguité pour les familles contemporaines*, tese de doutoramento em Arrquitectura, ENSAM, Marselha, 2009, p. 63

Em suma, e como resposta às questões de Turner *Who provides and who decides? Who does what for whom?*[242], as considerações que podem ser retiradas ao longo deste trabalho é que as práticas que se baseiam na inter-relação entre o arquitecto e o habitante não representam uma proposta demissionária do papel do arquitecto. Antes, uma reestruturação das esferas de controlo, tendo como ponto de partida a atribuição do poder de decisão ao habitante que, por sua vez, faz escolhas orientadas, directa ou indirectamente.

Como foi possível observar, os limites da intervenção de cada um não são lineares. Há um paradoxo eminente. Se, por um lado, o arquitecto projecta em função dos desejos e do *habitus* de cada habitante, por outro, ao propor novos dispositivos, vai interferir no *habitus* do habitante e introduz novos valores.

Mas no final,

*the important thing about housing is not what it **is**, but what it **does** in people's lives* (…)[243]

[242] TURNER, John F.C., *Housing by people – Towards Autonomy in Building Environments*, Marion Boyards, London – New York,1976, p.154
[243] WARD, Colin, "Preface", *in* TURNER, John F. C., *Housing by People – Towards Autonomy in Building Environments*, Marion Boyards, London – New York, 1976, p.5

# Referências Bibliográficas

LIVROS CONSULTADOS

AA. VV., *Architecture & Participation*, Spon Press, London, 2001

AA. VV., *Arquitectura Moderna Portuguesa: 1920-1970*, Lisboa – Instituto Português do Património Arquitectónico, 2003

AA. VV., *Habitar: Modos e Modelos, Arquitectura e Habitação Social – Actas do Colóquio,* Cadernos do Noroeste, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga, 1996

AA. VV., *Housing for the Millions – John Habraken and the SAR (1960-2000),* NAi Publishers, Rotterdam, 2000

AA. VV., *Ilhas,* Panmixia, Porto, 2004

AA. VV., *Teoria e crítica de arquitectura: século XX,* Ordem dos Arquitectos, Lisboa, 2010

AA. VV., *The Activist Drawing – Retracing Situationist Architectures from Constant's New Babylon to Beyond,* The MIT Press, Massachusetts, 2001

AA. VV., *Non-plan: essays on freedom participation and change in modern architecture and urbanism*, Architectural Press, Oxford, 2001

ABRAMS, Charles, *Housing in The Modern World – Man's struggle for shelter in an urbanizing world*, Faber and Faber Limited, London, 1966

ALEXANDER, Christopher, *A Pattern Language: un lenguage de patrones: ciudades: edificios: construcciones*, Gustavo Gili, Barcelona, 1980, (1ª ed. 1977)

ALEXANDER, Christopher, *Urbanismo y Participatión: el caso de la Universidad de Oregon*, Gustavo Gili, Barcelona, 1976

ASCHER, François, *Metapolis: acerca do futuro da cidade*, Celta, Oeiras, 1996

BACHELARD, Gaston, *Poétique de l'espace*, Presses Universitaires de France, Paris, 1983, (1ª ed. 1957)

BADSHAH, Akhtar A., *Our Urban Future: New Paradigms for Equity And Sustainability*, Zed Books, London, 1996

BAÍA, João, *SAAL e Auto-Construção em Coimbra – Memórias dos Moradores Do Bairro da Relvinha*, colecção: *Cultura e Sociedade nº8*, 100LUZ, Castro Verde, 2012

BANDEIRINHA, José António, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 2007

CABRITA, António Reis, COELHO, António Baptista, *Habitação Evolutiva e Adaptável*, LNEC, Lisboa, 2009

CORREA, Charles*, The New Landscape: Urbanization in the Third World*, Mimar Book, 1989

CRESPI, *Giovanna, Alejandro Aravena: Progettare e Construire*, Electa, Milano, 2007

ECO, Umberto, *Obra Aberta,* Difel, Lisboa, 1989 (1ªed. 1962)

FATHY, Hassan, *Arquitectura Para Os Pobres: Uma Experiência no Egipto Rural,* Lisboa, 2009 (1ª ed. 1969)

FRAMPTON, Kenneth, *Charles Correa – with an essay by Kenneth Frampton*, Thames & Hudson, London, 1996

FRIEDMAN, Yona, *Pro Domo*, Actar, Barcelona, 2006

GRANDE, Nuno, *O Ser Urbano nos Caminhos de Nuno Portas = The urban being on the trails of Nuno Portas*, Imprensa nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 2012

HABRAKEN, N. John, *The Structure Of The Ordinary: Form and Control in the Built Environment*, Massachusetts: The MIT Press, Cambridge, 1998

HERTZBERGER, Herman, *Lessons for students in architecture,* 010 Publishers, Rotterdam,1991

HUIZING, Johan, *Homo Ludens - o jogo como element da cultura*, Editora Perspectiva, São Paulo, 2000 (1ª ed. 1938)

JENKINS, Paul e FORSYTH, Leslie*, Architecture, Participation and Society*, Routledge, New York, 2010

KAUFMANN, Jean-Claude, *L'Entretien Compréhensif, L'Enquête Et Ses Méthodes*, Armand Colin, Paris, 2006

KING, Ingrid F., *Christopher Alexander and Contemporary Architecture*, A+U, Tokyo, 1993

LESBEQUE, Sabine, *Yona Friedman: Structures Serving the Unpredictable*, NAi Publishers, Rotterdam, 1999

LOPES, Nuno Lacerda, *O Espaço como Desejo = The ideal Space*, FAUP Publicações, Porto, 2005

MONTANER, Josep Maria, *Arquitectura e crítica*, Gustavo Gili, Barcelona, 2007

MONTANER, Josep Maria, *Depois do Movimento Moderno: arquitectura da segunda metade do século XX*, Gustavo Gili, Barcelona, 2001

OLIVER, Paul, *Dwellings: The Vernacular House World Wide*, Phaidon, London, 2003, (1ªed. 1987)

PEREIRA, Nuno Teotónio, *Escritos (1947-1996, selecção)*, FAUP Publicações, Porto, 1996

PINSON, Daniel, *Usage et Architecture*, L'Harmattan, Paris, 1993

PORTAS, Nuno, *A Habitação Social: proposta para a metodologia da sua arquitectura*, Faup Publicações, Porto, 2005

PORTAS, Nuno, *Arquitecturas: História e Crítica, Ensino e Profissão*, Faup Publicações, Porto, 2005

PORTAS, Nuno, *Arquitecturas: Teoria e Desenho, Investigação e Projecto*, Faup Publicações, Porto, 2005

RAPOPORT, Amos*, House Form and Culture,* Englewood Cliffs, Prentice-Hall, New Jersey, 1969

RÉMY, Jean, VOYÉ, Liliane, *A cidade: Rumo a nova definição?*, Edições Afrontamento, Porto, 1984

RISSELADA, max, VAN DEN HEUVEL, Dirk, *Team 10: in search of a utopia of the present: 1953-81*, NAi Publishers, Rotterdam, 2005

RUDOFSKY, Bernard, *Architecture without Architects: A Short Introduction to Non-Pedigreed Architecture*, Albuquerque: University of New Mexico, 1995 (1ª ed. 1964)

SADLER, Simon, *The Situationist City*, The MIT Press, Cambridge, 1999

SANTOS, Carlos Nelson F. dos, *A Cidade como um Jogo de Cartas,* Universidade Federal Fluminense Publicações, Niteroi, 1988

SERAGELDIN, Ismaïl, *The Architecture of Empowerment. People, Shelter and Livable Cities*, Academic, London, 1997

SOUSA, Francisco António de, Novo Dicionário Latino-Português, Lello & Irmão – editors, Porto, 1992

STEELE, James, *An Architecture for People: The Complete Works of Hassan Fathy*, Whitney Library of Design, New York, 1997

TAFURI, Manfredo, *Projecto e Utopia – arquitectura e desenvolvimento do capitalismo*, Editorial Presença, Lisboa, 1985 (1ª ed. 1973)

TÁVORA, Fernando, *Da Organização do Espaço*, FAUP publicações, Porto, 1996 (1ª ed. 1962)

TOSTÕES, Ana, *Arquitectura Moderna Portuguesa: 1920-1970*, Lisboa- Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, 2003

TURNER, John F. C., *Housing by People – Towards Autonomy in Building Environments*, Marion Boyards, London – New York, 1976

VENTURI, Robert, *Complejidad y Contradicción en la Arquitectura*, Gustavo Gili, Barcelona, 2003 (1ª ed. 1966)

PERIÓDICOS CONSULTADOS

ADRIÃO, José, CARVALHO, Ricardo, "Editorial", *in Jornal dos Arquitectos,* nº 226, Ordem dos Arquitectos, Lisboa, Janeiro-Março de 2007, pp.2 - pp.3

ARANTES, Pedro Fiori, "O Lugar da Arquitectura num «Planeta de Favelas*»", in Opúsculo 11 – Pequenas Construções Literárias Sobre Arquitetura*, Dafne Editora, 2008

BANDEIRINHA, José António, "Anos Sessenta. Verdades e Consequências da Crise da Habitação em Portugal", *in Jornal dos Arquitecos,* nº 226, Ordem dos Arquitectos, Lisboa, Janeiro-Março de 2007, pp.24 - pp.29

CABRITA, António M. Reis, "O Homem e a Casa - Definição Individual e Social na Qualidade da Habitação", *in Sociedade e Território, nº25/26 – Mudança Social e Formas de Habitar*, Edições Afrontamento, Porto, Fevereiro, 1998, pp. 162 – pp.177

COELHO, António Baptista, "Apropriação e Satisfação Residencial", *in Sociedade e Território nº25/26 – Mudança Social e Formas de Habitar*, Edições Afrontamento, Porto, Fevereiro, 1998, pp. 140 – pp.147

CORREA, Charles, "Habitat – Conceitos e Metodologia", *in* revista *Arquitectura e Vida*, nº17, Julho de 2011, pp.28 - pp.33

MENDES, Pedro Ferreira, "25 de Abril das Cidades", *in Arquitectura & Construção*, nº 47, Abril, Fevereiro/Março de 2008 – pp.84 – pp.87

MENDES, Pedro Ferreira & PORTAS, Nuno, Entrevista a Nuno Portas, *in Arquitectura & Construção*, nº 47, Abril, Fevereiro/Março de 2008, pp.78 - pp.83

PANIZZI, Wrana Maria, "Entre cidade e Estado, a propriedade e seus direitos", *in Lutas Urbanas*, Espaço & Debate, nº26, Editora Parma, São Paulo, 1989, pp. 84 - pp.90

PINTO, Teresa Costa, "Modelos de habitat, modos de habitar: o caso da construção clandestina do habitat", *in Sociedade e Território nº25/26 – Mudança Social e Formas de Habitar*, Edições Afrontamento, Porto, Fevereiro, 1998, pp.32 - pp.43

PORTAS, Nuno, "O Processo também desenha", *in* revista *Arquitectura e Vida,* nº51, Julho/Agosto de 2004, pp.34 - pp.41

RODRIGUES, Fernando Matos, "O problema da habitação em meados do século XX", *in* revista *O Tripeiro*, nº5, Greca Artes Gráficas, Matosinhos, Maio 2012, pp. 139 - pp.141

SIZA, Álvaro, "Conversa com José Adrião e Ricardo Carvalho" – entrevista, *in Jornal dos Arquitecos,* nº 224, Ordem dos Arquitectos, Lisboa, Junho-Setembro de 2006, pp.60 - pp.64

WACQUANT, Loïc, "Esclarecer o Habitus", *in Sociologia – Revista da Faculdade de Letras do Porto*, n.º 14, 2004, pp. 35 - pp.41

TESES DE DOUTORAMENTO CONSULTADAS

BANDEIRINHA, José António, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 2007

CRUZ, Marta, *Les non-dits de l'espace domestique. Valeur d'usage de l'ambiguité pour les familles contemporaines*, tese de doutoramento em Arrquitectura, ENSAM, Marselha, 2009

TRABALHOS ACADÉMICOS CONSULTADOS

HENRIQUES, Raquel Martins, *Da Planificação e da Gestão Urbana: Políticas de Intervenção e Urgência no Terceiro Mundo – O Novo Bairro de Magoanine C*, Faup, Porto, 2010

LEITE, Vitório Ribeiro Tavares de Vasconcelos, *Arquitectura da Participação: o Debate sobre o Habitat Participado entre o Primeiro e o Terceiro Mundo 1960-2010*, Faup, Porto, 2010

SILVA, Joana Barbosa Vieira da, *Uma Casa Auto-Construída na Favela: Reflexão sobre Formalidade e Informalidade na Cidade Brasileira*, Faup, Porto, 2006

SITES CONSULTADOS

http://umtetoparameupais.org.br

http://www.jornalarquitectos.pt

http://www.urbanouveau.com/

http://www.pamojatrust.org/

http://www.globalissues.org/

http://www.blaanc.com/

http://www.charlescorrea.net/

http://yonafriedman.com/

http://www.hassanfathy.webs.com/article-e.html

http://www.favelization.com/

http://www.unhabitat.org/

http://www.elementalchile.cl/

http: //www.viesoftheword.net/

http: //www.worldpopulationatlas.org

http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=HomePage

VÍDEOS CONSULTADOS

TELLES, António da Cunha, *Continuar a Viver* [Documentário Registo Vídeo], Animatógrafo, Lagos, 1975. Disponível no Website:

< http://www.youtube.com/watch?v=pFeT4W0OaMg&feature=related

DIAS, João, *As Operações SAAL* [Documentário Registo Vídeo], Midas Filmes, Portugal, 2007. Disponível no Website:
<http://www.youtube.com/watch?v=45K1Bu9rA0E>

MEIRELLES, Fernando, Cidade de Deus [drama], Daniel Rezende, Brasil, 2002

# Créditos de Imagens

CRÉDITOS DE IMAGENS

**A.** Fotografia do autor

**B.** HERTZBERGER, Herman, *Lessons for students in architecture,* 010 Publishers, Rotterdam,1991, p.115

**C.** Fotografia do autor

**D.** Imagem extraída do filme: TELLES, António da Cunha, *Continuar a Viver* [Documentário Registo Vídeo], Animatógrafo, Lagos, 1975. Disponível no Website:
< http://www.youtube.com/watch?v=pFeT4W0OaMg&feature=related>

**1.** Disponível no Website:
<http://www.tucavieira.com.br/A-foto-da-favela-de-Paraisopolis>

**2.** Disponível no Website:
<http://www.favelization.com/search/label/%7C02%7C%20-%20Panorama%20Mundial>

**3.** Disponível no Website:
<http://www.favelization.com/search/label/%7C02%7C%20-%20Panorama%20Mundial>

**4.** Disponível no Website:
<http://www.viewsoftheworld.net/?p=1590>

**5.** AA. VV., *Ilhas,* Panmixia, Porto, 2004, p.25

**6.** Disponível no Website:
<http://www.worldpopulationatlas.org/carto_prt.htm>

**7.** Disponível no Website:
<https://www.google.pt/search?q=MAIO+DE+68&espvd=210&es_sm=91&um=1&ie=UTF-8&hl=pt-PT&tbm=isch&source=og&sa=N&tab=wi&ei=YfxFUs2hGoqM7AaglYCIBg#facrc=_&imgdii=_&imgrc=_m3PpQ0IsmGPoM%3A%3Bx47V9Snij0a13M%3Bhttp%253A%252F%252Fanos60.files.wordpress.com%252F2008%252F05%252Fmaio-68-contre-la-repression.jpg%3Bhttp%253A%252F%252Fanos60.wordpress.com%252F2008%252F05%252F26%252Fmaio-de-68-40-anos%252F%3B453%3B312>

**8.** Disponível no Website:
<https://www.google.pt/search?es_sm=91&q=MAIO+DE+68&bav=on.2,or.r_qf.&bvm=bv.53217764,d.ZGU,pv.xjs.s.en_US.Es3CeXuAQeM.O&biw=1473&bih=865&dpr=2&um=1&ie=UTF-8&hl=pt-PT&tbm=isch&source=og&sa=N&tab=wi&ei=-_xFUtiDLeON7QbcqoCwAQ#facrc=_&imgdii=_&imgrc=X8ObHa5VaWYC7M%3A%3Bf8Hwl-fcnof3DM%3Bhttp%253A%252F%252Fwww.futebolmagazine.com%252Fwp-content%252Fuploads%252F2012%252F11%252Fmaio68.jpg%3Bhttp%253A%252F%252Fwww.futebolmagazine.com%252Fmaio-68-o-divorcio-da-franca-com-o-seu-futebol%3B660%3B503>

**9.** Disponível no website:
<https://www.google.pt/search?q=maio+de+68&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ei=g-Q8UvuEAsaThQe65ICQDg&ved=0CAkQ_AUoAQ&biw=1597&bih=865&dpr=2#facrc=_&imgdii=_&imgrc=f-qRRlzGT-n8gM%3A%3Bm3PI-K_Clf5otM%3Bhttp%253A%252F%252Fleiturasdahistoria.uol.com.br%252FESLH%252FEdicoes%252F9%252Fimagens%252Fmaio1_44.jpg%3Bhttp%253A%252F%252Fleiturasdahistoria.uol.com.br%252FESLH%252FEdicoes%252F9%252Fartigo89517-1.asp%3B347%3B400>

**10.** Disponível no Website:
<http://en.wikipedia.org/wiki/Manfredo_Tafuri>

**11.** RISSELADA, max, VAN DEN HEUVEL, Dirk, *Team 10: in search of a utopia of the present: 1953-81*, NAi Publishers, Rotterdam, 2005, p. 51

**12.** RISSELADA, max, VAN DEN HEUVEL, Dirk, *Team 10: in search of a utopia of the present: 1953-81*, NAi Publishers, Rotterdam, 2005, p. 52

**13.** RISSELADA, max, VAN DEN HEUVEL, Dirk, *Team 10: in search of a utopia of the present: 1953-81*, NAi Publishers, Rotterdam, 2005, p. 218

**14.** ALEXANDER, Christopher, *Urbanismo y Participatión: el caso de la Universidad de Oregon*, Gustavo Gili, Barcelona, 1976, p. 34

**15.** MONTANER, Josep Maria, *Depois do Movimento Moderno: arquitectura da segunda metade do século XX*, Gustavo Gili, Barcelona, 2001, p. 133

**16.** MONTANER, Josep Maria, *Depois do Movimento Moderno: arquitectura da segunda metade do século XX*, Gustavo Gili, Barcelona, 2001, p. 133

**17.** AA. VV., *Housing for the Millions – John Habraken and the SAR (1960-2000),* NAi Publishers, Rotterdam, 2000, p. 112

**18.** MONTANER, Josep Maria, *Depois do Movimento Moderno: arquitectura da segunda metade do século XX*, Gustavo Gili, Barcelona, 2001, p. 131

**19.** Arquitectura & Construção nº 47, Abril, Fevereiro/Março de 2012 – p.84

**20.** RUDOFSKY, Bernard, *Architecture without Architects: A Short Introduction to Non-Pedigreed Architecture*, Albuquerque: University of New Mexico, 1995 (1ª ed. 1964), p.54

**21.** RUDOFSKY, Bernard, *Architecture without Architects: A Short Introduction to Non-Pedigreed Architecture*, Albuquerque: University of New Mexico, 1995 (1ª ed. 1964), p.41

**22.** TURNER, John F. C., *Housing by People – Towards Autonomy in Building Environments*, Marion Boyards, London – New York, 1976, p. 139

**23.** http://www.architecturalpapers.ch/images/articles/92_1_w1000h600.jpg

**24.** SANTOS, Carlos Nelson F. dos, *A Cidade como um Jogo de Cartas,* Universidade Federal Fluminense Publicações, Niteroi, 1988, p.45

**25.** SANTOS, Carlos Nelson F. dos, *A Cidade como um Jogo de Cartas,* Universidade Federal Fluminense Publicações, Niteroi, 1988, p.54

**26.** Disponível no Website:

<www.favelatemmemoria.com.br>

**27.** Disponível no Website:

<www.favelatemmemoria.com.br>

**28.** FATHY, Hassan, *Arquitectura Para Os Pobres: Uma Experiência no Egipto Rural,* Lisboa, 2009 (1ª ed. 1969), p.21

**29.** FATHY, Hassan, *Arquitectura Para Os Pobres: Uma Experiência no Egipto Rural,* Lisboa, 2009 (1ª ed. 1969), p.21

**30.** FATHY, Hassan, *Arquitectura Para Os Pobres: Uma Experiência no Egipto Rural,* Lisboa, 2009 (1ª ed. 1969), p.22

**31.** FATHY, Hassan, *Arquitectura Para Os Pobres: Uma Experiência no Egipto Rural,* Lisboa, 2009 (1ª ed. 1969), p.22

**32.** FATHY, Hassan, *Arquitectura Para Os Pobres: Uma Experiência no Egipto Rural,* Lisboa, 2009 (1ª ed. 1969), p.22

**33.** FATHY, Hassan, *Arquitectura Para Os Pobres: Uma Experiência no Egipto Rural,* Lisboa, 2009 (1ª ed. 1969), p.26

**34.** Fotografia do arquitecto Alexandre Alves Costas – Arquivo do Centro de Documentação do 25 de Abril, Universidade de Coimbra disponível no website:

<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=Galeria&album=FotosAAlvesCosta>

**35.** Fotografia do arquitecto Alexandre Alves Costas – Arquivo do Centro de Documentação do 25 de Abril, Universidade de Coimbra , disponível no website:

<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=Galeria&album=FotosAAlvesCosta>

**36.** Arquivo do Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra, disponível do Website:

<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=Galeria&album=CartazesSAAL>

**37.** Arquivo do Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra, disponível do Website:

<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=Galeria&album=CartazesSAAL>

**38.** Arquivo do Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra, disponível do Website:

<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=Galeria&album=CartazesSAAL>

**39.** Imagem extraída do Filme: DIAS, João, *As Operações SAAL* [Documentário Registo Vídeo], Midas Filmes, Portugal, 2007. Disponível no Website:

<http://www.youtube.com/watch?v=45K1Bu9rA0E>

**40.** Arquivo cedido pela Câmara Municipal de Lagos

**41.** Arquivo cedido pela Câmara Municipal de Lagos

**42.** Fotografia do arquitecto José Veloso

**43.** Fotografia do arquitecto José Veloso

**44.** Arquivo cedido pelo arquitecto José Veloso

**45.** Disponível no Website:
<https://www.google.pt/search?q=charles+correa+belapur&bav=on.2,or.r_qf.&bvm=bv.52434380,d.d2k,pv.xjs.s.en_US.RJfod4swqLE.O&biw=1597&bih=776&dpr=2&um=1&ie=UTF-8&hl=pt-PT&tbm=isch&source=og&sa=N&tab=wi&ei=j6Q7Uo2HIsOc0QWw5oGABQ#imgdii=_>

**46.** Arquivo cedido pelo arquitecto José Veloso

**47.** Disponível no Website:

<https://www.google.pt/search?q=charles+correa+belapur&bav=on.2,or.r_qf.&bvm=bv.52434380,d.d2k,pv.xjs.s.en_US.RJfod4swqLE.O&biw=1597&bih=776&dpr=2&um=1&ie=UTF-8&hl=pt-PT&tbm=isch&source=og&sa=N&tab=wi&ei=j6Q7Uo2HIsOc0QWw5oGABQ#facrc=_&imgdii=_&imgrc=y-1Ck1eDobh-RM%3A%3B7fDG_KYcZ7vrqM%3Bhttp%253A%252F%252Fwww.e-architect.co.uk%252Fimages%252Fjpgs%252Findia%252Fbelapur-housing-r270313-1.jpg%3Bhttp%253A%252F%252Fwww.e-architect.co.uk%252Fexhibitions%252Friba_exhibition.htm%3B900%3B598>

**48.** Fotografia do autor

**49.** Disponível no Website:

<https://www.google.pt/search?q=charles+correa+belapur&bav=on.2,or.r_qf.&bvm=bv.52434380,d.d2k,pv.xjs.s.en_US.RJfod4swqLE.O&biw=1597&bih=776&dpr=2&um=1&ie=UTF-8&hl=pt-PT&tbm=isch&source=og&sa=N&tab=wi&ei=j6Q7Uo2HIsOc0QWw5oGABQ#hl=pt-PT&q=charles+correa+belapur&tbm=isch&um=1&facrc=_&imgdii=_&imgrc=MVPC0sjah_i9oM%3A%3B6caF2CkquYj9vM%3Bhttp%253A%252F%252Fad009cdnb.archdaily.net%252Fwp-content%252Fuploads%252F2013%252F05%252F5193c2e5b3fc4bc96a0000eb_charles-correa-india-s-greatest-architect-_belapur_011_304_tiff.jpg%3Bhttp%253A%252F%252Fwww.archdaily.com%252F373265%252Fcharles-correa-india-s-greatest-architect%252F5193c2e5b3fc4bc96a0000eb_charles-correa-india-s-greatest-architect-_belapur_011_304_tiff-jpg%252F%3B2000%3B1337>

**50.** Fotografia do autor

**51.** Imagem extraída do filme: TELLES, António da Cunha, *Continuar a Viver* [Documentário Registo Vídeo], Animatógrafo, Lagos, 1975. Disponível no Website:

< http://www.youtube.com/watch?v=pFeT4W0OaMg&feature=related

**52.** Desenho gráfico do autor

**53.** Desenho gráfico do autor

**54.** Desenho gráfico do autor

**55.** Desenho gráfico do autor

**56.** Desenho gráfico do autor

**57.** Fotografia do autor

**58.** Fotografia do autor

**59.** Fotografia do autor

**60.** Arquivo cedido pelo arquitecto José Veloso

**61.** Fotografia do autor

**62.** Fotografia do autor

# Anexos

# ANEXOS [CONTEÚDO]

O capítulo de Anexos organizar-se-á em duas partes. A **primeira parte** inclui duas entrevistas, com os testemunhos disciplinares do Arquitecto José Veloso, seguido do testemunho do Arquitecto Nuno Portas. A **segunda parte** inclui dois quadros-síntese com levantamentos de experiências realizadas com base nos conceitos abordados ao longo deste trabalho: o Bairro de Daharavi, do gabinete Urban Nouveau, na Índia; a intervenções estatais Kampung Improvement Programe (KIP), na Indonésia; o programa Pamoja Trust, no Quénia; os projectos Um Teto Para o Meu País, na América Latina; Adobe For Women, no México; e a Quinta Monroy, do gabinete Elemental +, no Chile.

Nota:

As entrevistas aqui apresentadas foram sujeitas a uma selecção das partes mais importantes para o esclarecimento sobre o tema deste trabalho.

ENTREVISTA: ARQ.º JOSÉ VELOSO

29 DE OUTUBRO DE 2012

LAGOS

**José Veloso-** Há umas questões que é bom ter perfeitamente claras. Ali [na Meia Praia] existia uma comunidade perfeitamente homogénea. Tudo aquilo era homogéneo. Todos os pescadores tinham as mesmas condições. Tinham vindo para ali há 40 anos. Portanto, faz 70 ou 80 anos que as pessoas aqui estão. É uma comunidade que tinha carências de fome. Vinham de Monte Gordo e vieram à procura de sítio.

Primeira coisa, [a comunidade] era extremamente homogénea. Segunda, era extremamente jovem. Aquilo era gente jovem, de 30 anos e menos, havia crianças e alguns velhos, claro. De resto era uma população muito jovem e muito dinâmica, totalmente alheias a qualquer coisa que fosse autónoma, independente. Totalmente alheias!

Não faziam ideia nenhuma de nada. Só comiam peixe, proteínas magníficas e saudáveis. Ali não morria ninguém de doenças, mas estavam completamente sozinhos. A única coisa que conheciam sobre a vida, que não fosse a vida deles, era pesca e "mariscagem", era a lota onde eles vendiam o peixe, onde pagavam os impostos e mais nada. Conheciam mais ou menos a Guarda Republicana, que ia lá de vez em quando chateá-los por causa das barracas e ameaçavam deitá-las abaixo. Claro que estávamos em pleno fascismo. Eu nunca tinha lá ido. Não conhecia ninguém nem nada daquela gente e eles não faziam ideia de nada.

Para eles a Câmara era um prédio, eles passavam ali ao pé e não faziam ideia nenhuma do que se fazia lá, para que é que aquilo servia, não faziam ideia nenhuma de nada. De maneira que tudo era combinado entre eles, do género de um Conselho da Aldeia. Não era nada formalizado.

Eu estou farto de contar, mas não me importo de contar outra vez. Estávamos em 74, no verão de 74, e todos os dias compravam-se 2 ou 3 jornais. Estava-se a construir um País novo, do zero. Estava-se a varrer tudo, e começava-se a fazer tudo de novo.

Num *Diário de Lisboa*, o Arquitecto Nuno Portas, o Secretário de Estado da Habitação, diz que vai homologar a Legislação sobre recuperação... barracas e tal, com o apoio do Estado. Enão, agarrei no telefone, e telefonei para o Ministério e disse: «Eu quero falar com o Senhor Secretário de Estado, por favor.»

**Inês Amaral -** Era muito directo!

**JV-** Era assim. O que se vivia ali era a plenitude de Cidadania Plena! E depois disse-lhe: "Estou a falar de Lagos, vi esta notícia no jornal, ontem. Isto é verdade?", "Claro", "E isto quando vai sair?", "Vai sair esta semana".

Isto foi para aí em Julho de 74 e eu disse-lhe: "Então, eu posso falar aqui com alguém?", "Podes pá, podes falar e podes tomar a responsabilidade", "Tudo bem". Agarrei naquilo, meti debaixo do braço.

**IA-** Estava decidido!

**JV-** Sim, estava decidido! Meti debaixo do braço e fui de comboio, porque viam-se do comboio. Eu sabia que existiam.

**IA-** A linha passa ali ao lado.

**JV-** Pois, embora escondidas, viam-se. Então fui lá.

**IA-** Então eles não sentiram a necessidade de ter alguém a ajudar?

**JV-** Não. Eram autónomos, era um aglomerado de autónomos. Fui por ali fora, pela praia (estava um calor, pois fui em Julho), comecei a falar aqui, falar acolá, e disseram: "Então o que é?", "Olhe acontece isto, está aqui no jornal, era isto que eu queria falar convosco", "Ah, sim…"

E juntaram-se logo cinco ou sete homens à conversa. Tudo a jogar à defesa. É que aquilo era uma comunidade fechada e eles tinham aquelas muralhas em que se defendiam. Quer dizer, tinham um processo intelectual psicológico de defesa, porque a única relação que a população tinha era com a Guarda Republicana, que ia lá e lhes ameaçava incendiar as barracas e não deixavam construir mais nada.

**IA-** Era normal eles fecharem-se, porque tinham receio.

**JV-** Fechavam-se. Criavam uma muralha psicológica. Não tinham formação nenhuma sobre o 25 de Abril, era uma coisa que lhes estava a passar ao longe.

**IA-** Não sabiam o que estava a acontecer.

**JV-** E, portanto, da mesma maneira que não deixavam entrar ninguém, também não queriam deitar abaixo o buraco de muralhas para eles saírem, porque ali podia entrar alguém. Isto é uma definição que é minha, mas em termos, digamos psicológicos, sociais, sociológicos, era qualquer coisa destas assim "Ai e tal, pois, sim, então como é que é e tal, vamos pensar…" a gaguejar, não é bem gaguejar e eu "Eu volto cá amanhã", aquilo era tudo de um dia para o outro, "Eu volto cá amanhã", "Veja lá", "Volto, volto".

No dia seguinte, lá fui.

"Ora então boa tarde", "Boa tarde", "Ora cá estou eu outra vez", "A gente não quer saber nada disso. Não vale a pena ir ali às barracas, porque podem começar a cair algumas pedras".

E eu disse:

"Pedras aqui na praia? (lembro-me perfeitamente de ter dito isso). Aqui na praia não há pedras, homem. Não, eu vou, vou".

E fui, e apareceram umas mulheres e disseram:

"Então o que é que há?", "É isto assim… assim…", "Então diga lá como é que é".

Foram elas que empurraram, o que é giro, não é? Agora repara bem, isto para eles depois de eu ter dito o que era um aglomerado… E como digo, a ingenuidade era completa. culturalmente, financeiramente, em termos de trabalho, aquilo era tudo, tudo, tudo uma identidade. Aquilo era mesmo uma identidade e, como estavam isolados da sociedade e distantes do 25 de Abril, esta conversa começou "É melhor vossemecê não ir lá que a gente não está interessado", foi em Julho. Em Dezembro estavam construídas.

**IA-** Então o que é que fez mudar? Foram as mulheres que tomaram a iniciativa?

**JV-** As mulheres é que quiseram saber mais.

Tudo de boca. Quando eles começaram a construir não havia um papel escrito, um! Alguém com responsabilidade… a única coisa que havia era o que nós já tínhamos feito e as decisões que eles já tinham tomado.

**IA-** Que tipo de decisões?

**JV-** As decisões eram… Como é. Como é que se vai fazer. Quem é que vai fazer. Como é que isso se faz. O que é isso de casas.

Foram estabelecidos alguns princípios e o início foi um bocado complicado, houve discussões e debates, porque toda a gente queria perceber tudo e uns percebiam mais depressa do que outros e outros percebiam mal, mas enfim. Além disso, tinham sido postos problemas que eles nunca tinham tido que encarar, porque aquilo estava ali na praia, ali nas dunas e portanto, a "barraca faz-se aqui". Há aquela cena de transportar a barraca de um lado para o outro, aquilo é Fellini! É o Realismo italiano! Portanto, tudo era novidade para aquela malta. Não faziam ideia nenhuma.

Dou 2 exemplos: Já a falar sobre as casas e tal..."Cozinha.", "O que é isso?", "Então, vossemecê como é que cozinha?", "Então está ali o fogão em cima da mesa", "E para lavar a louça?", "Então, não tenho o alguidar para lavar a louça?!"

Uma das mulheres, a certa altura, falando sobre a casa, disse:

"Olhe, não se esqueça de uma coisa, eu só alinho nisto se o meu quarto, para mim e para o meu marido, for um quarto grande".

Ora, era uma coisa que os preocupava. Eram pessoas que nunca tinham tido qualquer espécie de acesso a essas discussões sobre essas possibilidades sequer, eram um deslumbramento. Bem, quando ela me disse "um quarto grande" eu visualizei logo um quarto grande, nem pensei mais nisso. Havia umas normas muito rudimentares, mas havia a questão das áreas, dos limites e tal. Não eram regulamentos, mas eram os outros. O Nuno Portas é que tinha tudo, havia condicionantes, evidentemente. E eu tentei perceber. Aquilo levava tempo, não era "diga lá o que é que quer". Tinha normas, tinha que ser devagar. Foi devagar, foi devagar, até que a certa altura ela explicou.

"Eu já disse, eu quero o meu quarto grande que é para fazer a minha cama e quero andar à roda da cama".

E eu percebi.

"Ah sim? Pronto, conte com isso. Olhe, eu até lhe posso dizer uma coisa. Nós vamos arranjar uma maneira de vossemecê poder ter uma mesa de cabeceira de cada lado", "Não me diga?!", "Ah sim, é verdade, sim senhora. E peço também para vossemecê (qualquer coisa assim destas, não foi assim muito de repente, que isto levava tempo, dava para aí um quarto de hora ou mais, o que fosse preciso) um armário para pôr a roupa", "Ah! Isso é que era uma maravilha".

Foi com estas pessoas que... Era assim, o fascismo era isto, percebes? Eram estas pessoas assim...

Trabalhei em 16 associações de moradores. O Nuno Portas queria que eu trabalhasse em uma, apenas, quando ele soube que trabalhei em 16 disse: "Não pode ser, estás a furar o esquema".

Nós lidávamos com estas pessoas e agora a pôr estas pessoas a decidirem sobre uma casa… Essa história da cozinha, por exemplo, sabes como é que se resolveu?

Fez-se uma romaria de mulheres (para aí umas 10 ou 15) e quiseram ver o que era uma cozinha. Havia mulheres que nunca tinham aberto uma porta de uma casa, nunca tinham entrado numa casa.

**IA-** Foi uma realidade completamente diferente para elas.

**JV-** Para elas, a realidade era completamente diferente e, para nós, também era. Depararmo-nos com uma situação de… "o que era isto?"

**IA-** Isso tanto para os arquitectos como para os habitantes!

**JV**- Também não havia referências nenhumas em termos de planeamento e essas coisas todas. Sobre a Meia Praia, nada. A Meia Praia era um deserto e ninguém lá ia de Lagos. Tradicionalmente ninguém lá ia, nem para tomar banho nem nada, porque era perigoso, diziam.

**IA-** Nem no Verão?

**JV-** Nada, ninguém, ninguém ia à Meia Praia fazer nada. De forma que ninguém ligava à Meia Praia, "era perigosa". Eles estavam lá isolados e tal...

Mas, nessa altura existia, aqui no Algarve, planos de urbanização que nunca chegavam a ser aprovados, porque as Câmaras não tinham dinheiro nenhum, As Câmaras e as obras que se faziam nos concelhos estavam organizadas assim, centralizadas em tudo. Eram feitas por Organismos Regionais que estavam distribuídos, a que se chamava de Direcção Regional da Negociação, que era quem tinha o dinheiro. O Estado, através do Ministério das Obras Públicas ou delegando sem passar pelas Câmaras, delegando nas Direcções Gerais da Administração, que era quem fazia as obras dos Concelhos daqueles que entendessem. Quando eles não queriam fazer, o Estado não fazia nada. (...) Quando chegou o 25 de Abril, na sede de Concelho [de Lagos], não havia água, não havia luz, não havia estradas, não havia escolas, nunca mais fizeram nada. Era isto assim, isto era o País onde nós vivíamos!

Mas com isto, queria dizer o seguinte, então tinha começado em 1960, tinha começado a despertar o interesse estrangeiro no Algarve. Primeiro os ingleses e depois os alemães. Mas coisas pequenas. A única coisa assim organizada mesmo, que tinha aparecido foi nos anos 60 já, foi o Banco Português do Atlântico com Vilamoura. Portanto, em 1963, não havia nada. Tinha-se contratado o famoso e prestigiado Arquitecto Urbanista Europeu, que era o Luigi Dori, italiano, para fazer um Plano para o Algarve todo e ele fez, chamou-se "O Plano Regional do Algarve". Estava nas gavetas lá da Direcção de Urbanização de Faro e que utilizavam quando interessava, quando não interessava não utilizavam. Eles é que eram os

reis e senhores, eles é que mandavam e davam ordens às Câmaras. Não havia dinheiro para nada. Havia dinheiro para pagar aos funcionários e pouco mais que isso.

Pensei, então, "o que é que nós fazemos com a Meia Praia?" E então, ele fez o Plano Regional do Algarve, que era o Plano *Master*. Estava divididos em sectores. Isto era o sector 3, sector 4 e por aí fora. Sabia que existia o Plano Regional do Algarve, que era do Arquitecto Frederico George e que estava a desenvolver e era tudo o que existia!

E eu decido, vamos lá ver o que é que temos ali no Plano Regional do Algarve para a Meia Praia e fiz... Estás a ver aquelas barraquinhas, ali assim? São as barracas. E então o que é que eu vejo? Vejo esta manchazinha, fui consultar e dizia "habitação". Pronto, está justificado! E foi um grande alívio, quer dizer, era um apoio. Sempre tínhamos uma referência qualquer.

Depois foram eles que começaram a construir, foram eles, quer dizer, contrataram uns pedreiros, poucos, mas davam para a serventia toda. Uma estafa do caraças! Hás-de ver no filme ["Os Índios da Meia Praia"]. Toda a gente trabalhava. Moços, velhos, velhas. Foi uma coisa épica! Aquela malta conseguia fazer aquilo e a trabalhar: a ir para o mar todos os dias, para a pesca. Aquilo tudo era extremamente fatigante! Derreados e tudo sempre bem disposto. Ali ninguém se chateou com nada.

Eram conhecidos pelos pobrezinhos da Meia Praia, porquê? Porque quando eles se começaram a instalar, começaram a fazer umas barracas de colmo, com o colmo que apanhavam ali nas dunas. Vou-te dar uma fotografia de uma delas que ainda existia, ainda nessa altura, que era de um velho, que morreu quase a seguir. Não eram barracas nem nada eram uns conezinhos. Aquilo era uma chatice, porque no Inverno deixava passar a água e no Verão, com o calor, volta e meia havia fogo espontâneo. E o que eles começaram a fazer? Começaram a forrar por dentro com *platex*. Isto durou 40 anos, não é uma coisa de meses. Este processo levou dezenas de anos, 30 anos, 40 anos. O colmo ia desaparecendo, depois eles punham mais isto, mais aquilo. Naquela altura já eram todas feitas em *platex*. As 40 já eram em *platex*.

Depois sabia-se que se estava a fazer o filme e que havia a música do Zeca Afonso, que foi feita aqui em Lagos. A letra foi escrita numa mesinha mais pequena que esta, em Setúbal, lá num cafezinho ao pé da Estação de Setúbal, que se calhar já não sou capaz de o identificar. Tenho a imagem de uma fumarada dos demónios, de uma música em altos berros, toda a gente entrava e saía, e ele [Zeca Afonso] a escrever. Ele é que escrevia e depois conversava comigo. (...)

Bom, quando foi a inauguração, quando eles se mudaram para as casas, ainda não tinham destruído as barracas. Ainda lá estavam e destruíram nessa noite. Foi uma festa! Foi a Fanfarra dos Bombeiros, foi uma grande festa.

Simplesmente, a gente ainda não se tinha apercebido completamente do que estava a acontecer. Em 76, tinham acabado de ser as primeiras eleições para as primeiras autárquicas, para as primeiras Câmaras. E aqui em Lagos… aqui em Lagos não. Em todo o lado o final do SAAL foi muito conturbado. Houve ordens políticas... do Partido Socialista, que tomou conta do poder todo. As Câmaras do Algarve eram 16, 15 eram do Partido Socialista, esta brincadeira do SAAL acabou toda. (...) Nós em 2 anos construímos mil e não sei quantas casas no Algarve sem dinheiro. Ou dinheiro a conta-gotas. Esta foi a primeira, a primeira Associação que se montou, foi esta aqui no sul. Lá para cima para o norte, também o [Alexandre] Alves Costa, que eu conheço bem, também foi uma pessoa que dinamizou aquilo.

Depois comecei a ter solicitações de pessoas que chegavam "Ouça lá, você está a tratar… então a gente também está a precisar". Passado, para aí um ano, a ideia do Portas foi completamente ultrapassada. A ideia original dele, era assim uma coisa pacata. Era só um Serviço de Apoio Ambulatório Local. Uma equipa chefiada por um Arquitecto, que falava com as pessoas que faziam uns projectos e acompanhavam aquilo. Qual o quê, aquilo desinchou!

"Oh pá como é que isto chegou aqui?", "O que é que foi?", "Tu estás com 15 equipas! Oh pá isto era suposto ser só uma…", "Então o que é que tu queres pá, eu não posso fazer mais."

Bom, depois dividimos aquilo formalmente em três equipas. Equipa 1, Equipa 2, Equipa 3. Na realidade era tudo a mesma coisa, tínhamos um atelier com 15 ou 16 pessoas. Nós fazíamos tudo: os levantamentos tipológicos, os levantamentos familiares, os levantamentos das condições financeiras, topografias. Nós fazíamos tudo, até o trabalho de guarda-livros, não era dos financeiros, os dinheiros vinham lá directamente ter com ele, aí não se mexia, mas o trabalho de guarda-livros era tudo ali feito no atelier e os contabilistas é que faziam a contabilidade para aquilo andar tudo certinho e nós fazíamos aquele serviço todo.

(...)

Portanto, aquilo foi tudo muito conturbado, mas, de toda a maneira, foi posta uma pedra em cima do SAAL e fomos imediatamente corridos. Toda a gente foi corrida. Nós tínhamos contrato com o Fundo de Fomento da Habitação, com o Governo e o Despacho que acabou

com o SAAL e que aquilo tudo passava para as Câmaras. O Fundo de Fomento da Habitação continuava a pagar às Câmaras e às equipas.

Aqui em Lagos particularmente, havia o caso da Meia Praia, com o filme que toda a gente falava, até lá foram uns estrangeiros, até uns senhores da América do Sul. O filme foi a festivais… eu ainda fui com o [António da] Cunha Telles a um festival em Espanha. Então o caso ali da Meia Praia, não se fez nada, acabou. Durante estes anos todos, 30 anos, eles só fizeram ali o estritamente necessário. Os mínimos dos mínimos. Foram pôr lá água canalizada, electricidade...

São bairros clandestinos, algumas pessoas queriam ampliar a casa, "Ai façam à vontade", ao ponto da Câmara de Lagos, durantes estes 30 anos, várias vezes ter oferecido tijolos. Várias camionetas da Câmara foram lá descarregadas para fazer obras clandestinas com a garantia de que não ia lá fiscalização nenhuma, para agora poderem dizer que são clandestinos. É o que está com a situação actual e vais lá e as pessoas dizem-te que as casas são óptimos e que está tudo legalizado. Aquilo está tudo dentro da Utilidade Pública, tenho aqui. A Declaração de Utilidade Pública, publicada em Diário da República, tem tanta força que ninguém e nenhum Organismo privado ou do Estado pode destinar aquela terra que não seja para outro fim que não para aquilo.

Em relação à Meia Praia, o essencial é praticamente isto, uma população completamente exterior e em relação ao próprio 25 de Abril. São praticamente os últimos pescadores de Lagos. A pesca de Lagos é deles, aquilo é gente que nunca parou, começaram com os botes a remos e agora têm barcos a motor e construíram… aquilo tudo. Vê-se no filme tudo o que aquilo foi.

ENTREVISTA: PROFESSOR NUNO PORTAS

1 DE AGOSTO DE 2012

FAUP, PORTO

**Nuno Portas**- Então diga lá, a primeira coisa, porque é que escolheu este tema, parece que é um tema fora de….. No Continente Europeu é um tema tabu.

**Inês Amaral**- Exactamente, não lhe dão muita importância.

**NP**- Nos países mais pobres também têm vergonha de falar disso. Na América Latina foi onde isto pegou mais e na Índia. Porque as Nações Unidas, no fundo, estimulavam esse tipo de processos. Isso foi nos anos 60, 70. Nesses países mais pobres, havia uma coisa que ajudava muito que era o *Site and Service* das Nações Unidas, o Banco Mundial. O Banco Mundial tinha que reinventar casas. Casa não, estruturas que era para as pessoas depois fazerem casas e loteamentos.

**IA**- De certa forma, pode ser considerada uma posterior auto-construção.

**NP**- Com certeza. A auto-construção real ainda é capaz de ser a maior parte do do mundo. E construí-la muitas vezes é construí-la de várias maneiras, de raiz. Uma boa parte da mão-de-obra existente é a mão-de-obra da construção e, portanto, as pessoas faziam os seus biscates, trabalhavam aos sábados e aos domingos. As pessoas faziam isso por conta própria.

Depois veio uma forma mais evoluída que foi a dos loteamentos *ilegais* (caso de Lisboa, mais nos anos 60/70, 60 sobretudo). Uns emigraram para França, outros estavam na guerra [colonial] mas, por outro lado, é nesse período dos anos 60 que vem a maior avalanche para Lisboa. Obviamente que já se tinha feito os Olivais, ia-se começar Chelas… tudo isso eram gotas de água comparadas com a multidão que vinha trabalhar para Lisboa. Fizeram-se auto-estradas, a ponte sobre o Tejo, etc. No Porto é tudo muito difuso. A auto-construção continua a ser real, porque não se pede licença para fazer as casas. Matosinhos teve uns esboços de clandestinos com a auto-construção que levou a Câmara de Matosinhos, logo a seguir ao 25 de Abril, a pedir ajuda.

Ultimamente tem-se dado uma grande importância, sobretudo na Universidade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, porque está lá uma professora que é a Professora Isabel Raposo que teve experiências em Moçambique e noutros sítios. Começou a falar nesse tema, falando já não só da auto-construção, mas sobretudo na auto-organização e da espontaneidade que é *ilegal*.

Depois pode haver também outras ideias às mudanças que são umas minorias cultas, quero dizer "eu dou-lhe os *legos* e você faz a casa que quiser". E a noção do arquitecto "eu dou-lhe o material, não sujo as mãos, não prego um parafuso, e você faz". Se os miúdos conseguem fazer casas fantásticas com *legos*, porque é que não hão-de fazer os adultos? E tudo pressupõe um certo urbanismo.

Havia o preconceito de que a habitação em extensão, na horizontal, gastava muito terreno e portanto, isto era um disparate. Isto não é verdade! Chelas, em Lisboa, teve uma densidade baixíssima, quer dizer, podia ser três vezes mais densa sem precisar de fazer aqueles edifícios altos. Precisava era de aproximar mais os edifícios, fazer ruas, praças, etc. Era arrumar aquilo de outra forma. Deixando 80% do terreno por ocupar para só fazer "palitos" não resolveria o problema da densidade… Os Olivais já têm uma densidade muito maior. Já não tem o problema de Chelas, pelo contrário. Hoje em dia, diz-se que se vive melhor nos Olivais do que em Chelas, porque não se viraram só para os edifícios de grande dimensão, feitos em altura (...) . Portanto o "Housing" andou ali a passear com o dinheiro do Estado.

Depois do 25 de Abril, quando fui Secretário de Estado, lancei essa questão. -"Se as pessoas quisessem, podiam fazer auto-construção"- e, com isso, não pagavam praticamente rendas. Se 50% era auto-construção, as rendas podiam baixar. Portanto, não era propriamente uma exploração. Era uma opção para os que quisessem. Ninguém naquela altura, queria fazer favores. Não estavam para fazer sacrifícios. Por acaso é um tema que é pouco conhecido do "SAAL". No SAAL só se fala do Arquitecto Siza Vieira.

**IA**- O Bairro da Malagueira…

**NP**- Malagueira, só tem dois edifícios do SAAL, os outros não são do SAAL. São uma construção normal da Caixa de Previdência e do Estado. A Malagueira não tinha as características do SAAL Tinha comissão de moradores.

O SAAL dizia que o mais importante era que as pessoas tomassem conta do processo. As pessoas interessadas podiam gerir a auto-construção se fizessem essa opção. Claro que os arquitectos não estavam nada interessados em que se fizesse auto-construção. Reduzia as coisas ao urbanismo, ou então, tinham que lhes dar o projecto para construírem de acordo com o que eles queriam.

**IA-** Isso já não lhes dava liberdade.

**NP-** Isto já não lhes dava aquela liberdade!

Há uma nova teoria que vem depois, muito depois, do economista e sociólogo das Nações Unidas, (...) um senhor chamado John Friedman, que utilizou o termo "Empowerment", que quer dizer "Poder". Essa ideia de "Poder" era a base do SAAL.

O problema estava em auto-gerir a construção do SAAL, quer dizer, eles eram os clientes. Como eram os clientes, escolhiam os arquitectos, e depois escolhiam as equipas dos arquitectos que estavam à disposição. Eles escolhiam esses, mas a certa altura, se não concordassem com os princípios, podiam mudar. Havia arquitectos muito famosos que foram rejeitados, pois não se entendiam. Mas, era muito fácil os arquitectos manipularem as populações. Elas queriam era casas e o resto era conversa. Curiosamente foram alguns grupos do Partido Comunista que fizeram algumas coisas interessantes.

**IA –** Pode-me dizer quais foram?

**NP**- Por exemplo, o mais interessante de todos era o de Olhão. Em Olhão há dois bairros do SAAL e um deles é de um arquitecto chamado Lopes, por acaso era cá do Porto, mas estava fixado lá. Outro era o [José] Veloso. Não sei se viu nos jornais há pouco tempo, esse Bairro famoso deu o filme "Índios da Meia Praia". É esse Bairro! Ele foi construído na areia, aliás, ele nunca devia ter sido construído naquele sítio. O Estado nessa altura, não tinha poder para dizer "Saiam daqui, que isto é do Estado". Está implantado em terrenos públicos, na areia, que toda a gente tira areia que é o que não se deve fazer. Faziam o que não podiam fazer. Naquela altura era tudo para a "frentex" e eram os pescadores que, nos dias que não tinham fainas, trabalhavam nas casas.

Muitas das pessoas que foram para Lisboa, Setúbal, Porto e etc., já trabalhavam na construção. Houve um grupo de sociólogos, engenheiros e arquitectos que fizeram o primeiro livro sobre bairros clandestinos em Lisboa e descobriram várias coisas interessantes.

Primeiro, os bairros clandestinos, em Portugal, não foram tomados de assalto, ao contrário da América Latina, onde as pessoas tomavam conta de uma coisa e depois eram elas que faziam as casas através da auto-construção. No Brasil chamam "Mutirão". Nunca esteve lá, na América Latina?

**IA**- Eu estive lá no ano passado a fazer intercâmbio no Rio de Janeiro.

**NP**- Então é por isso que veio com essa "doença"!

**IA**- É impossível vir de lá sem a imagem das Favelas.

**NP**- É verdade, em geral aplica-se isso às Favelas. Ora, as Favelas do Rio são uma coisa diferente. São construção espontânea em terrenos oferecidos aos militares do norte, no

princípio do século e que vieram da guerra interna do Brasil. Foram-lhes dadas umas colinas para eles se instalarem. Era um embarricamento de militares que estavam a ser despedidos, porque já não faziam falta. Lá eles auto-lotearam sem infra-estruturas. Isto multiplicou-se! O fenómeno do Rio é um bocadinho do SAAL. Este é o grande problema do Brasil, aliás, de todas as cidades do Brasil. Até Brasília está cheia de auto-construção clandestina.

Os bairros clandestinos de Lisboa foram feitos por promotores imobiliários que convenceram os proprietários de que eles próprios podiam dividir a terra e fazer infra-estruturas. Depois foram feitos talhões. Esses talhões foram divididos em lotes. Subornaram notários para fazer depois os registos, e estes registos não têm valor, porque estavam contra a Lei. As Câmaras fecharam os olhos, porque não sabiam como atacar o problema. Isto foi feito muito antes do 25 de Abril! E depois o 25 de Abril é que levou com as "favas" a dizer que deixaram construir tudo. Mas já estava tudo loteado e a maior parte dos bairros já estavam feitos. Depois o que veio, já depois do 25 de Abril? Foi dizer às Câmaras que deviam ver tudo aquilo, que se pudesse legalizar, devia-se *legalizar*. Isto é um processo que leva 30 anos.

A Isabel Raposo, por acaso, é uma especialista que tem acompanhado esse processo todo.

Alguns deles são loteamentos quase de luxo, em terrenos que os Planos não deixavam construir. Os Planos em Portugal nunca chegavam ao fim, ficavam a meio. As Câmaras não tinham força nenhuma antes do 25 de Abril. Os grandes loteadores da margem sul do Tejo fizeram, por exemplo, a "Quinta do Conde" nesta altura era uma cidade, como nasceram as cidades na América.

No Norte eram semi-rurais, semi-urbanos. Guimarães, Famalicão, são meio milhão de habitantes. Daqui para lá da [Estrada da] Circunvalação é que é o problema. Aí o que se fez durante estes 30 anos, foi "reurbanizar", que é o termo que usam, para não dizer "reabilitar" e depois "reurbanizar", vê-se que as pessoas são capazes de melhorar as casas e fazer as suas coisas. Depois, as pessoas foram fazendo melhoramentos nas casas. Antes ficavam tijolos à vista, agora foram rebocadas, depois fizeram mais um andar, fizeram mais uns quartos e assim sucessivamente, já com um certo acompanhamento.

**IA**- Era isso que eu ia perguntar, se foi com acompanhamento?

**NP**- O Município à volta de Lisboa, fizeram muitíssimo, legalizou-se uma coisa que, de outra forma, não se sabia o que fazer. Não se ia arrasar meio milhão de pessoas. Não se pode arrasar um bairro como Chelas só porque são de arquitectos.

Os Planos só se inventaram em 1950. O ilegal é tudo o que está feito para trás.

Bom, em resumo, este campo é um campo muito vasto. Se vai para esse lado da questão das casas que podem evoluir com o tempo, ou para auto-construção. No Laboratório Nacional de Engenharia Civil, em 1969, eu e o Arquitecto Silva Dias desenhamos casas evolutivas.

(...)

Mas há um exemplo que é interessante, que é de auto-construção, que foi projectado pelo próprio Silva Dias, que é o Alto dos Moinhos, em Alfragide. Era um bairro com projecto evolutivo muito bem gerido pela comunidade. Tinham os seus órgãos que tomavam decisões em assembleias, etc., e depois controlavam os aumentos das casas. Embora a construção não tenha sido de auto-construção, a evolução acabou por ser de iniciativa pessoal e essa iniciativa pessoal, já não é a Cooperativa que faz, são eles de acordo com as regras, de acordo com os Planos que lá ficaram e, portanto, é um exemplo interessante.

Já temos dois ou três exemplos interessantes. Um, em Olhão, outro, o do Alto dos Moinhos, depois o que é que temos mais?

Em Coimbra o SAAL não deu certo.

A auto-construção é participação, mas participação com as mãos e não só com a cabeça.

**IA**- Exacto!

(...)

**NP**- E o SAAL, em geral, acabou por ser participação sem pôr as mãos na massa. Punha era as mãos na "massa" [do dinheiro] do Estado. Pagou aos arquitectos e pagou as obras. O Estado dava-lhes dinheiro e não construíam as casas. O Fundo de Fomento é que pagava. Mas, raros foram de facto os que fizeram auto-construção, em Lisboa que eu saiba nenhum.

**IA**- Porque acha que é difícil de encontrar exemplos de auto-construção assistida?

**NP**- A auto-construção foi feita para os ideais. Os arquitectos não querem saber da auto-construção para nada. "Isso é tirar o pão da boca aos trabalhadores da construção". Mas o que eles não consideravam é que os moradores são trabalhadores da construção. Mais de 50% são trabalhadores da construção, só que vão trabalhar aos sábados e aos domingos, se não forem trabalhar na casa deles vão trabalhar para casa dos clandestinos que estão ali ao lado, tal como nas favelas.

As favelas nunca tiveram arquitectos. Foram acumulando, acumulando com aquelas dimensões fantásticas, que já ninguém sabe onde acaba a propriedade ou o lote. O problema pior para resolver foi exactamente a dificuldade em fazer um cadastro, para poder realizar. Porquê? Porque eles sobrepõem-se uns aos outros, é por isso que as favelas são casos muito

especiais, porque são morros. Nenhum dos nossos bairros é um morro. O que se aproxima mais da lógica do morro, é o bairro do SAAL que o Gonçalo Byrne projectou, já numa fase final do SAAL, em 75 ou coisa assim , em Setúbal. Quando se vai na estrada antiga que não é auto-estrada, na estrada antiga de Sesimbra para Setúbal, pelas praias da Arrábida, se olhar para a direita, antes de chegar a Setúbal, vê uma enfiada de casas que vêm ali pelo morro abaixo. É muito bonito é muito interessante.

Deve distinguir o que é "auto-construção", do que é "participação" e do que é "urbanização".

A urbanização é o grande problema disto tudo, porque a urbanização faz-se para muitos anos. As favelas, por exemplo, se tivessem ruas (porque foi feito por militares e os militares não sabiam fazer essa coisas), não tinham chegado a este ponto, mas também não tinham aquele "glamour".

**IA**- Aquilo é bom para os postais.

**NP**- Aquilo é bom para os postais e para a droga. Quem sofre são as vítimas que estão no meio.

**IA**- Pois, quem lá mora não gosta.

**NP**- Porque não tem segurança, não tem condições. O programa Favela-Bairro, no qual participei, logo no início e acompanhei esse processo, dizia que "nós melhoramos essas infra-estruturas, depois vocês melhoram as casas" e, assim, não era contra a auto-construção. O próprio programa das Favelas, há 10, 15 anos, o Prefeito, que era arquitecto e Presidente da Ordem dos Arquitectos de lá, lançou esse projecto que fez em cerca de 40 ou 50 favelas, esgotos, arruamentos, escolas e alguns jardins. O resto ficava para ir melhorando.

(...)

Portanto, o que pretendia o SAAL, era no fundo "Empowerment" por um lado em relação aos interessados e, por outro lado, assistido por alguém que assegurasse as regras do jogo. Mas os arquitectos não sabem trabalhar neste domínio. Muitos poucos isto, porque com certeza que isto é um tabu. O arquitecto diz "eu faço o projecto todo de alto a baixo e depois vigio a obra". Mas não eram utopias, porque estavam realizadas. Os estrangeiros tinham muitos ciúmes, por se ter feito imensos projectos com o Siza, com este e com aquele ou com aqueloutro.

(...)

Havia um grupo de pessoas ligadas que foram para o LNEC estagiar durante algum certo período em 1960.

A ideia de auto-construção, já em tempos modernos, nasce do "Movimento Castor", pode ser até em mais sítios, mas aqueles daqui eu aprendi. O castor é um bichinho que faz a casa. O "Movimento Castor" era um movimento de Cooperativas, no qual construíam eles próprios e depois, a certa altura, já se especializavam, já tinham mestre de obra que ajudavam os outros na auto-construção e, portanto, já era uma coisa séria a nível nacional.

**IA**- Quando?

**NP**- O "Movimento Castor"? Nos anos 50, já depois da guerra. Mas tudo isso era exactamente o contrário o que defendiam as cartas de Atenas, os "Corbus" e o não sei quantos, que era a pré-fabricação.

Mas para haver a habitação evolutiva, tanto pode ser pré-fabricada como pode ser auto-construída. Uma das razões que nos motivava a fazer estudos da habitação evolutiva tinha que ver com o poder.

As soluções de grande altura e de grande densidade, tornavam impossível uma participação mais directa. Todas as nossas casas foram de densidade de baixa altura. Por exemplo, Chelas é três vezes menos densa do que o Campo de Ourique. O Campo de Ourique, em Lisboa, é um bairro que toda a gente gosta e Chelas toda a gente detesta! E já lá vão 50 anos, 40.

Portanto, o seu problema acho que é saber limitar-se. Há aqui coisas que são contíguas umas às outras, mas não são necessariamente todas dependentes umas das outras. Auto-construção pode existir.

**IA**- A auto-construção existe praticamente desde que o Homem existe!

**NP**- Sim. Depois é preciso distinguir no próprio conceito de auto-construção, uma auto-construção tipo *legos*, em que há uma fabricação em série de elementos e a auto-construção de técnicas mistas, (umas de construção húmida e outras de acabamentos de construção seca). Era esta uma distinção que se fazia muito.

Mas agora, no final disto tudo, deve estar aí a sustentabilidade, ver se cumpre as regras ou não cumpre as regras. Também, por outro lado, há o problema dos planos! Os planos são para tudo, para a auto-construção em série, construção encomendada, etc. Têm regras e depois ainda há a fiscalização da Câmara que diz "isto não teve projecto de ambiente", "isto não teve projecto de energia", etc., o que faz com que a auto-construção leve anos a ser aprovada.

**IA**- É muito complexo. Envolve urbanismo, política, economia…

**NP**- Envolve tudo.

Você sabe bem, porque sabe e estudou e viu e analisou. Se estão num ambiente de auto-construção absoluto, se a participação é activa, se a participação é passiva (normalmente a participação é passiva).

**I**- Tem mais a ver, com o diálogo.

**NP**- Até podem dizer "não, mas vamos começar a construir porque temos aqui gente que sabe e que pode e outras que estão desempregadas e que podem fazer. Pronto vamos lá fazer isto". Mas a empresa não quer fazer isto. Não quer que as pessoas do bairro se metam a fazer, mesmo que sejam construtores civis desempregados. Se há desempregados nestes bairros, porque não utilizá-los nestes trabalhos? Agora também supõe limitações no urbanismo.

Toda a expansão deve ser precedida de uma malha. Mais do que dizer que é uma zona, deve dizer que é uma malha.

(…)

**I**- Mas o que interessa não é só abordar a auto-construção. É a relação que existe entre o arquitecto e o habitante decorrente destas práticas.

**NP**- Então deve concentrar-se no que me acabou de dizer agora. "Como é que o arquitecto pode", ou seja, ao contrário, em vez de serem os habitantes a falar, até querem ser os arquitectos a falar e os habitantes a dizer "nós sabemos o que queremos"... e portanto, os arquitectos usarem a intenção de dizer "quero isto ou quero aqueloutro". Agora passa-se muito disso..."Apoiada" é o termo no qual se intervém, não para fazer o projecto de raiz, mas para ajudar os outros a fazerem bem. E este termo usa-se muito para estas coisas. O "apoiado" é uma tradução portuguesa, com certeza de uma coisa anglo-saxónica. Em vez de apoiado é "sustentado", mas "sustentado" atira para o ambiente e não é só ambiente.

**IA**- Eu considero "assistida".

**NP**- "Assistida"! É isso mesmo! Era isso que eu queria dizer. É construção assistida!

**IA**- Eu estive a ver alguns exemplos, e lá está, aqui em Portugal não encontrei muito...

**NP**- Com isso, foge a todas às questões políticas, etc.

**IA**- Mas também está envolvida, quer queiramos quer não.

**NP**- Está, fale dela, conte toda a história disso. Parta do que é o modo de edificar assistido, modo de edificar que interessa a todos, em que os moradores os indivíduos estão lá todos.

(...)

É que as pessoas, hoje como é que as pessoas se adaptam aos edifícios? Mudando. Porquê? Porque agora está em declive! Isto é habitação evolutiva, é o habitat evolutivo. Vão-se adaptando às circunstâncias, vão começando a trabalhar, (o trabalho é precário!). Hoje em dia o trabalho não é para toda a vida, para todo o sempre, para o bem e para o mal.

**IA**- Já não há coisas definitivas.

**NP**- Já não há coisas definitivas e, portanto, se entretanto resolver casar, ter um filho, depois quer um carro, (não é que os carros sejam caros, é que estacioná-los custa muito caro). E, portanto, a habitação vai mudando mas as ruas não mudam facilmente. Mudam de perfil, não mudam de existência. Eu acho que isto é o mais importante de tudo.

É preciso ver que o "assistido" é muito mais fácil para coisas que vão durar indefinidamente. Quem me diz que os filhos de um casal que resolveu fazer auto-construção aceita a casa que os pais construíram. A primeira coisa que fazem é fazer obras para alterar tudo. A construção permite isso ou não permite?

**IA**- Mas, por vezes, essas alterações não significam auto-construção.

**NP**- Naturalmente que muitas dessas pessoas que querem fazer obras não são pedreiros, mas arranjam uns pedreiros para lhes fazerem a obra.

**IA**- É "auto" no sentido de que sozinhos, tiveram a liberdade de tomar a decisão. Projectam mentalmente e até podem desenhar, mas não significa auto-construir.

**NP-** Exatamente. Auto-construir e auto-gerir. Isso é que era interessante! Ainda há a construção que é de montagem. Eu tenho um sobrinho que é advogado, que fez ele parte das obras, vai para a internet procurar mobiliário, procurar não sei quê, as coisas encaixam umas nas outras, ele próprio monta a cozinha e é advogado. Isto é auto-construção.

A minha recomendação é essa, é descongelar a ideia de que auto-construção, que é vista como uma situação de recurso, alternativa dos pobres, quando há uma certa amplitude na auto-construção.

Por vezes confunde-se a auto-construção, com auto-determinação, que é geral nas pessoas "normais". "Hoje eu vejo dez casas e posso escolher a que mais me agradar". Isso é auto-determinação. É aquela que me apetece, é aquela que está mais perto daquilo que eu quero.

**IA**- Isso acontece quase sempre, senão era tudo determinado, logo as pessoas não tinham vontade própria...

**NP**- Excepto na habitação social que se torna eterna, como as pensões e como tudo o resto, que aquilo é tão barato, mesmo quando se actualiza, é tão barato, que eu mesmo que não preciso e que até tenho outra casa, escondo isso, não falo nisso.

(...)

O bairro de Castro Verde é um caso típico que podia ser para auto-construção. Isto podia crescer até três andares. As evoluções… Os loteamentos… Estas formas de loteamento… E depois a partir deste corte, que era a cozinha e casa-de-banho e sala, a partir daí cresce dessa maneira, outra cresce doutra, outra cresce para cima, e aqui depois. Foi trabalho que nós fizemos já muito depois do SAAL e tudo isto é de 1987. Foi um concurso que fez o tal Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, o IHRU, que antes se chamava Fundo de Fomento, FFH e depois ainda teve outro nome no meio, o INH. Isto tudo supõe que é tudo de baixa altura, embora a densidade possa ser alta.

(...)

Eu quis-me defender de auto-construção, porque a extrema esquerda, a UDP, etc., caíram em cima por causa da auto-construção. Diziam que era a dupla exploração, que era uma coisa que na América do Sul eu já conhecia bem de andarem sempre a falarem nisso. "Os desgraçados são explorados no trabalho e depois ainda são explorados nos tempos livres". Mas como depois eles tinham que pagar alguma coisa pelas casas, isso também seria uma exploração. Também é uma exploração o facto de terem que pagar uma renda ao IHRU, ao Instituto de Habitação. Isto também é uma exploração, a renda.

**IA**- É verdade, as pessoas poderiam ter que optar.

**NP**- São discussões que nunca mais acabavam. Parte sempre de alguma forma, parte para pagar impostos, parte por pagar…

**IA**- Com trabalho, com dinheiro...

**NP**- Claro, alguns são pobres que nem sequer podem dar a contribuição mínima, afinal de contas, estão desempregados. Porque é que nós não os organizamos para eles fazerem a sua própria casa?

**IA**- Claro.

**NP-** E, por isso, defendi o SAAL que é auto-construção. Não era obrigatório! Só que eles achavam, "isto agora há revolução, há dinheiro para todos, tiramos aos ricos para fazer casas para os pobres".

Há muitas coisas por onde gastar o dinheiro do Estado. Só uma casa gasta muito mais do que várias coisas no campo da Saúde, ou no campo da Educação, etc. E o Estado não dá para tudo. O que eu estava a tentar, era que o Estado Social fizesse uma experiência, ver se podia haver ajudas em matéria para quem não podia pagar em dinheiro.

**IA**- Faz todo o sentido.

**NP**- Faz sentido. "Mas é violentíssimo". Curiosamente foram os modernistas que inventaram os *legos*... fabricavam aquelas coisas e as pessoas podiam montá-las.

Última anedota- em Brasília: nos arredores do centro de Brasília, eu vi um ao longe, uma coisa toda certinha. Um bairro no meio do campo que não tinha nada a ver com o campo. Perguntei ao motorista que me levava a passear por ali, que era lá do Município, "O que é aquilo?" Ele respondeu "Aquilo é um bairro". "Um bairro aqui no meio, então isto não é…?". "Ah pois, aqui não se pode construir, mas isto foi uma invasão". Estávamos relativamente longe, mas via-se que eram casas todas iguaizinhas e, nas pontas, sempre uma guarita com um militar provavelmente com uma metralhadora. "Ah, isto está guardado para não aumentar. Está guardado pela polícia, pelos militares, para não aumentar e, portanto, está cercado por uma paliçada com umas guaritas nas pontas e as casas são todas iguais. É um kit de invasão!"

**IA**- Um kit de invasão?!

**NP**- Um kit! O que é um kit? O motorista acrescentou . "Eles telefonam para uma fábrica que está aqui perto e montam uma casa numa noite. Vem de camioneta com a ajuda deles". "Eles encomendam uma casa quase como se diz "Olhe tragam-me o frigorífico", só que é "Traga-me casa esta noite". Porquê durante a noite? É aquela velha história. Durante a noite a Guarda Republicana não pode prender... É um máximo e é recente! "Kit de invasão", não esqueça.

**IA**- Não esquecerei.

**NP-** A vida é preciso ser menina!

Eu. Inês Amaral Monteiro, aluna número 060201052, autorizo que a presente prova de Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura intitulada “Auto-Construção Assistida - Práticas de Projecto entre a Experiência do Habitante e o Contributo do Arquitecto” seja fotocopiada,

Inês Amaral Monteiro,